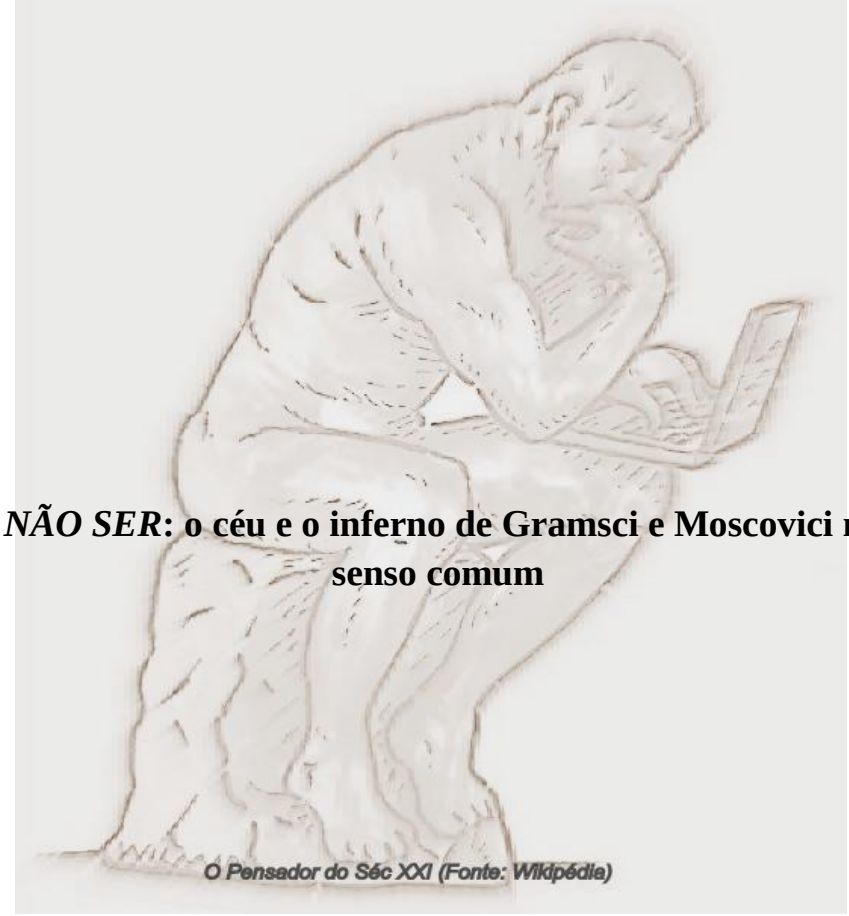
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC I
PROGRAMA DE PÓS – GRADUÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
PPGEduC – LINHA DE PESQUISA 2

SUZZANA ALICE LIMA ALMEIDA



SER OU NÃO SER: o céu e o inferno de Gramsci e Moscovici na letra do senso comum

SALVADOR
2017

SUZZANA ALICE LIMA ALMEIDA

SER OU NÃO SER: o céu e o inferno de Gramsci e Moscovici na letra do senso comum

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduC, Departamento de Educação, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia, Linha 2, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação e contemporaneidade. .

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria de Lourdes Soares Ornellas

SALVADOR
2017

Ficha Catalográfica elaborada pelo CDI / UNEB
Bibliotecária: Nanci Leopoldina Montero – CRB 5/505

A447s Almeida, Suzzana Alice Lima.
Ser ou não ser: o céu e o inferno de Gramsci e Moscovici na letra do senso comum / Suzzana Alice Lima Almeida. - Salvador, 2017.
203 f.: il.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria de Lourdes Soares Ornellas.
Tese (Doutorado) - Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus I. Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade, 2017.

1. Representações Sociais. 2. Gramsci, Antônio 3. Moscovici, Serge. 4. Senso Comum. 5. Educação para a práxis. I. Universidade do Estado da Bahia II. Ornellas, Maria de Lourdes Soares. III. t

CDD 302.3

FOLHA DE APROVAÇÃO

SER OU NÃO SER: O CÉU E O INFERNO DE GRAMSCI E MOSCOVICI NA LETRA DO SENSO COMUM

SUZANA ALICE LIMA ALMEIDA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 29 de março de 2017, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria de Lourdes Soares Ornellas Farias
Universidade do Estado da Bahia – Uneb
Doutorado em Psicologia da Educação
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil

Profa. Dra. Clarilza Prado de Sousa
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil
Doutorado em Educação
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil

Profa. Dra. Ivany Pinto Nascimento
Universidade Federal do Pará- UFPA
Doutorado em Programa de Pós Graduação em Psicologia da Educação
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil

Profa. Dra. Carla Liane Nascimento dos Santos
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Ciências Sociais
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil

Prof. Dr. Luciano Costa Santos
Universidade do Estado da Bahia – Uneb
Doutorado em Filosofia
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil

In memoriam:

Dedico esta tese a minha avó Nazinha, guardiã da minha prosa.

Ao meu avô Quincas, guardião da minha poesia.

Ao “Seu” João, pela sede do saber “dos dotô”.

Ao Professor Dr. Paulo Batista Machado, pela partilha generosa do saber. Minha eterna inspiração acadêmica.

Pela pulsão da vida:

Aos meus sonhos, lutas e inquietações.

Aos meus pais, pelo amor conhecido.

Aos meus filhos Júnior, Tuanne e Doddy, nosso anjo de quatro patas, pelo amor indizível.

Ao Beto, pelo reencontro com a minha história nestes últimos quatro anos.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof.ª Maria de Lourdes Soares Ornellas, a Lourdinha. O que me vem à cabeça agora é que em nossas trajetórias de vida, durante nossos momentos mais marcantes e inesquecíveis, "sempre temos alguém para chamarmos de ***nós***" (Marcelo Jenesi), como cúmplices, companheiras e até parceiras do "erro perfeito". Agradeço pela orientação acolhedora, marcada pela confiança no meu "suposto saber", que teve início desde o primeiro encontro nos idos anos de 2005, em João Pessoa – PB, durante um evento de representações sociais. Lembro-me que após o término da minha apresentação de trabalho em um GT, a professora veio ao meu encontro, se identificou também como professora da UNEB, e me deu o seu cartão para futuros contatos. Na ocasião, existia o interesse de formarmos um grupo coeso no estado da Bahia, no seio da universidade, para aprofundarmos e propagarmos pesquisas em representações sociais. Desde então, juntamente com o saudoso professor Paulo Machado, meu colega de trabalho, parceiro de pesquisas e ex - orientador, iniciamos ensaios destes diálogos que foram institucionalizados a partir do meu ingresso no doutorado em 2013, onde tive a alegria de fortalecermos o que já estava delineado. Eu estava onde queria estar para complementar a minha formação e, mais ainda, com quem eu queria estar, aprofundando estudos sobre a teoria. Nestes quatro anos, fui incentivada, escutada e desafiada através do seu próprio entusiasmo com a parceria, isso aumentou o meu compromisso com o nível da escrita. Desnudei-me como sujeito de afeto muitas vezes, não há como fortalecer máscaras diante de uma psicanalista; a respeito dos meus principais defeitos, a orientadora-psicanalista enxergou as minhas maiores virtudes. A admiração e confiança na orientadora, em tempos em que isso se presentifica também com histórias de traumas, tem origem, ainda, na sua incansável crença de que a universidade é um lugar da inventividade ousada, da crítica engajada, da militância política, de risos partilhados, de discussões acaloradas marcadas pela transparência e honestidade, do conflito criativo, e na sua capacidade de não neutralizar a minha mania de sempre fazer muitas perguntas e comunicar apaixonadamente *o novo* na escrita da tese, mesmo quando reclamava da famosa prolixidade do meu discurso. Por tantas outras coisas, obrigada! Nós conseguimos.

Aos colegas do Geppe – rs, nosso Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise e Educação e Representações Sociais, pelas inquietações partilhadas durante os últimos anos, pela troca de

saberes durante os nossos dias de estudos e pelos desafios conquistados através do trabalho coletivo. Sem a ativa dinâmica do Geppe – rs, enquanto complementação para a minha formação de pesquisadora, eu não me sentiria tão desafiada como me sinto hoje.

Aos membros da banca: À professora Clarilza Prado, pela generosidade, interesse e prontidão em participar da banca desde a primeira consulta. Sem as suas contribuições basilares na última qualificação, a minha forma de caminhar não seria a mesma. À professora Ivany, por trazer sempre reflexões importantes para o campo de debate construído na tese, pelo carinho, confiança e saber partilhado durante mais de uma década de encontros "desinteressados" pelo Brasil afora, enquanto pesquisadoras das representações sociais. Escutá-la era sempre um "voltar para casa". À professora Carla Liane, que, frente às suas lutas orgânicas, comprometidas com o fim da exclusão de muitas ordens, qualificou a banca. Obrigada pela disponibilidade para participar deste percurso. Ao professor Luciano: através do seu discurso propositivo, politizado, militante, potencializou também a poesia na minha escrita. Através da ternura crítica presente em suas considerações e sugestões, tornou o meu caminhar mais confiante e sereno. Sem a contribuição de vocês a minha trajetória não teria sido tão prazerosa e entusiasmada.

À FAPESB, pelo apoio e incentivo dado aos meus estudos através da concessão da bolsa de doutoramento durante os quatro anos do curso.

À UNEB e, especialmente, ao Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduC/UNEB, pela acolhida, interesse e apoio oferecido, além de condições técnicas e logísticas para o avanço da minha investigação. Não poderia deixar de registrar também a atenção dos integrantes da secretaria acadêmica, em especial, a Sônia, pela prontidão e dedicação, sempre manifestadas, para tirar dúvidas e atender solicitações.

Aos professores do PPGEduc – UNEB que participaram da minha caminhada. Sinto-me também responsável por partilhar o saber que a contribuição de vocês deixou marcado em mim.

Ao professor Jorge Almeida, entusiasta, militante e cientista político, intelectual orgânico imprescindível para a formação e organização dos movimentos sociais populares no estado da Bahia. Através do seu convite para participar das suas aulas no programa de pós-graduação da UFBA, pude conhecer mais a vastidão da obra gramsciana. A partir disso, me senti motivada a atravessar divisas para aprofundar a teoria.

À Dona Thor, Seu Tavinho, D. Maru e Seu Edinho, além dos demais moradores do povoado quase isolado de Bananeiras, localizado no sertão da Bahia. “Pequenos” trabalhadores e trabalhadoras rurais que me ensinarem mais sobre generosidade, sobre saberes populares seculares que orientam as suas vidas e sobre a sabedoria que as práticas sociais e as condições de existência também promovem, apesar da presença da televisão e da antena parabólica em suas casas, adquiridos após o acesso ao programa “Luz para todos”. A convivência com vocês nos últimos anos me ajudou a (re)definir prioridades, inspirou a minha tese e potencializou o meu interesse de estudos sobre o senso comum.

Aos amigos e amigas, nomeados dentro de mim, pela compreensão da minha ausência.

“Somos criadores de nós mesmos, da nossa vida, do nosso destino e nós queremos saber isto hoje, nas condições de hoje, da vida de hoje e não de uma vida qualquer e de um homem qualquer.”

(Antonio Gramsci, 1975)

“Agora, reconheço na minha vida uma cadeia de exílios, uma forma de odisseia, tendo como polos a necessidade imperiosa de ter uma casa e a obrigação de partir.”

(Serge Moscovici, 2005)

RESUMO

A pesquisa doutoral nomeada de *SER OU NÃO SER*: *o céu e o inferno de Gramsci e Moscovici na letra do senso comum*, ganhou consistência a partir da reflexão sobre o cenário social atual, ilustrado pela intensa dinâmica registrada na sociedade política e civil. A partir disso, fomos provocadas a apreender melhor a posição que o sujeito ocupa ao falar e agir enquanto coautor histórico das suas práticas sociais cotidianas dentro do complexo cenário apresentado. Foi com esta inquietação que, no percurso, voltamos o nosso olhar para o senso comum, considerando a influência que ele exerce nas escolhas dos sujeitos; este movimento nos levou ao encontro de Antônio Gramsci e Serge Moscovici, como autores centrais para nos ajudar a entender a organização e produção do pensamento social, além de nos fazer pensar de que maneira as aproximações teóricas identificadas entre os autores, poderiam contribuir para nortear propostas educativas de cunho emancipatório dentro de grupos de pertença do sujeito. Assim posto, o objetivo geral da nossa pesquisa foi: investigar aproximações e distanciamentos entre as teorias de Gramsci e Moscovici, no sentido de articular, através das aproximações, uma proposta de educação para práxis, a fim de contribuir com a formação do sujeito político para atuar em seu grupo de pertença. Realizamos uma pesquisa teórica utilizando os livros basilares no desenvolvimento da teoria de cada autor, a exemplo dos *Cadernos do Cárcere* (GRAMSCI, 1975) e *A Psicanálise, sua Imagem e seu Público* (MOSCOVICI, 1979), além das fontes de outros estudiosos que se apropriam das obras de trabalho dos referidos teóricos. O percurso metodológico trilhado teve aderência com paradigmas que comportam a mudança e a historicidade como elementos norteadores, portanto, buscamos subsídios na teoria crítica e na filosofia da práxis gramsciana para respaldarem a nossa análise dos dados. Os resultados revelaram que a principal aproximação teórica entre os autores é na abordagem sobre o senso comum, surgindo daí subcategorias que deram maior visibilidade a esta aderência. Nos distanciamentos, elaboramos reflexões sobre o lugar do sujeito nas obras dos autores, (des)construindo fundamentos que se apoiam na oposição e contradição dos conceitos. Ao apresentarmos a proposta de educação para práxis, lançamos o olhar sobre a escola, elegendo a sua dinâmica, principalmente na relação professor – aluno, como um encontro fundante para a constituição da práxis pedagógica comprometida com a emancipação humana como uma ação, sobretudo, possível.

Palavras – chave: Representações Sociais, Gramsci, Moscovici, Senso Comum, Educação para a práxis.

ABSTRACT

The doctoral research named *TO BE OR NOT TO BE: the sky and the hell of Gramsci and Moscovici in the letter of common sense*, gained form from the reflection about the current social scene, illustrated by the intense dynamic registered in political and civil society. From this, we were provoked to learn better the position that the subject occupies in speaking and acting while historic coauthor of his daily social practices inside the complex scenario presented. It was with this restlessness that, in course, we turned our gaze to the common sense, considering the influence that he exert in subjects choices; these movement took us to encounter Antônio Gramsci and Serge Moscovici, as central authors to help us understand the social thought organizations and production, beyond make us think possible forms the theoretical approximations identified between the authors, could contribute to guide educational proposals of emancipating die inside the group where the subject belongs. Thus the general objective of our research was: investigate theoretical approximations and distancing gramscianos in relation to the theory defended by Moscovici, in direction to link, through the approximations, an educational propose to the praxis, in order to contribute with political subject formation to act in his belonging group. We accomplished a theoretical research using the basic books in development of each author theory, for example the Cárcere books (GRAMSCI, 1975) and The psychoanalysis, its image and public (MOSCOVICI, 1979) further other bookmen's sources who appropriate the work of the mentioned theorists. The methodological course treaded had adherence with paradigm that hold the changes and historicity as guiding components, therefore, we searched subsides in critical theory and in philosophy of gramsciana praxis to support our data analysis style. The outcomes showed that the main theoretical approximation between the authors is in common sense approach, suggesting subcategories which gave more visibility to this adherence. We moved away, elaborated reflections about the subject place in authors works, (de)constructing foundations that holds in concepts opposition and contradiction. In presenting the proposal for an education to the praxis, we casted our gaze over the school, electing its dynamic, mainly in relation teacher – student, as an meeting to base the pedagogic praxis constitution committed with human emancipation as an action, above all, possible.

Keywords: Social Representation, Moscovici, Gramsci, Common Sense, Education to the praxis.

LISTAS DE SIGLAS

ABRAPSO	Associação Brasileira de Psicologia Social
AD	Análise do Discurso
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior
CBRS	Conferência Brasileira sobre Representações Sociais
CIRS	Congresso Internacional Sobre Representações Sociais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EHESS	École de Hautes Études en Sciences Sociales
JIRS	Jornada Internacional sobre Representações Sociais
LPq 2	Linha de Pesquisa 2
PCI	Partido Comunista Italiano
PSI	Partido Socialista Italiano
PPGEduC	Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade
PPPE	Projeto Político Pedagógico
RS	Representações Sociais
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 FONTES PRINCIPAIS

QUADRO 2 BANCO DE TESES - CAPES

QUADRO 3 BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES - USP

QUADRO 4 DATAS MARCANTES NA VIDA DE ANTÔNIO GRAMSCI

QUADRO 5 DATAS MARCANTES NA VIDA DE SERGE MOSCOVICI

QUADRO 6 O *ALTER-EGO-OBJETO* DE MOSCOVICI

QUADRO 7 AS ESFERAS DE PERTENÇA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

SUMÁRIO

PRÓLOGO 16

CADERNO DE MISCELÂNEAS I: NOTAS PARA PRINCIPIAR A TESE 33

CADERNO ESPECIAL I: ORIENTAÇÕES, ROTAS E DESVIOS NO PERCURSO DA INVESTIGAÇÃO 45

1.1. ORIENTAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS NO PERCURSO 46
1.2. ROTAS NO PERCURSO DA PESQUISA 49
1.2.1. Pesquisa teórica como rumo da investigação 50
1.2.2. AD como recurso de análise do dito e dizer 52

CADERNO ESPECIAL II: GRAMSCI E MOSCOVICI: (RE)VISÕES, ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS E (RE)CONSTRUÇÕES NO E DO COTIDIANO 54

2.1. CENÁRIO DE ESTUDOS NO (CON)TEXTO ACADÊMICO 55
2.1.1. Teses e dissertações próximas ao objeto – CAPES 56
2.1.2. Teses e dissertações próximas ao objeto – USP 57

2.2. NOTAS ALUSIVAS AO PENSAMENTO DE GRAMSCI 59
2.2.1. Gramsci, para além do clássico 62
2.2.2. Bloco histórico 64
2.2.3. Teoria de Estado antes e depois dos Cadernos do Cárcere 67
2.2.4. Ideologia como estrutura do bloco histórico 74
2.2.5. Hegemonia gramsciana 76
2.2.6. Intelectuais em Gramsci: saberes e poderes contemporâneos 82
2.2.7. Educação emancipatória na teoria gramsciana 94
2.2.8. Ressonâncias do pensamento de Antônio Gramsci 98

2.3. NOTAS ALUSIVAS AO PENSAMENTO DE SERGE MOSCOVICI 104
2.3.1. Teoria das representações sociais do Brasil: breve histórico e cenário 111
2.3.2. Representações coletivas: a fonte da inquietação de Durkheim 114
2.3.4. Representações sociais em (re)vista: Moscovici e a dimensão psicossocial 115
2.3.5. Teoria das representações sociais e a (re)visão através das diferentes abordagens: olhares entrecruzados 117

CADERNO ESPECIAL III: SENSO COMUM NO CENTRO DA INTERSEÇÃO POSSÍVEL: INSPIRAÇÃO, SUBVERSÃO E REVOLUÇÃO NO MEIO SOCIAL E CIENTÍFICO 131
3.1. APROXIMAÇÕES TEÓRICAS ENTRE GRAMSCI E MOSCOVICI A PARTIR DO SENSO COMUM: 132
3.1.1. Gramsci e o conhecimento: princípios epistemológicos e o lugar do senso comum 136

3.1.2. Diálogos teóricos entre Gramsci e Moscovici: senso comum e epistemologia 140
3.1.3. Diálogos teóricos entre Gramsci e Moscovici: senso comum, representações sociais e ideologia 146
3.1.4. Diálogos teóricos entre Gramsci e Moscovici: senso comum e saberes populares 149

3.2. LIMITES (IM)POSSÍVEIS NAS TEORIAS DE GRAMSCI E MOSCOVICI: O SUJEITO MEDIADO PELO SENSO COMUM NAS PRÁTICAS SOCIAIS..... 154

3.2.1. Sujeito mediado pelo senso comum em Gramsci e Moscovici: distanciamentos (des)construídos..... 155

CADERNO ESPECIAL IV: LUGAR E POSIÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA PRÁXIS PEDAGÓGICA SOB A PERSPECTIVA DE GRAMSCI E MOSCOVICI 170

4.1. TODOS OS HOMENS SÃO INTELECTUAIS, TODOS OS HOMENS SÃO FILÓSOFOS..... 170
4.2. EDUCAÇÃO E PRÁXIS PEDAGÓGICA NA ESCOLA..... 171
4.2.1. Professores e professoras: para quê e para quem?..... 173
4.2.2. Pesquisa em representações sociais e educação e a educação para a práxis..... 180

CADERNO DE MISCELÂNEAS II: CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS E (IN) CONCLUSIVAS 184

REFERÊNCIAS 196

PRÓLOGO

A expressão *ser ou não ser*, cunhada por Shakespeare (1603), presente no título desta tese, me movimentou ao encontro da escrita deste prólogo. Diferentemente das demais etapas da pesquisa, optei por fazer esta produção na primeira pessoa, levando em consideração a necessidade que emergiu de dar espaço a questões referentes à minha trajetória de vida pessoal e acadêmica em diferentes dimensões. Ou seja, esta breve descrição crítico-analítica da trajetória educativa e da vida profissional contextualizada em diferentes espaços/tempos da minha história pessoal, representa para mim um aspecto fundante na problemática do estudo que tem como objetivo geral: investigar aproximações e distanciamentos teóricos gramscianos com a grande teoria defendida por Moscovici, no sentido de articular, através das aproximações, uma proposta de educação para práxis, a fim de contribuir com a formação do sujeito político para atuar em seu grupo de pertença.

Levando em consideração o marco histórico que o prólogo tem, o qual, segundo Massaud (2002), "é um termo originalmente usado na tragédia grega para a parte anterior à entrada do coro e da orquestra na qual se enuncia o tema da peça" (p. 371), e, mais recentemente, trabalhada como uma produção mais associada à narrativa literária, entendo que a alusão e o uso de um fragmento da famosa obra de Shakespeare (1603) – A tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca*,* ilustrada pelo "*Ser ou não ser*, eis a questão", além do alinhamento com a inscrição de subjetividade presente no resgate do meu memorial formativo, me deixa à vontade para lançar mão dessa proposta como parte integrante da minha tese, entendendo-a como precedente dos elementos textuais e indissociáveis que a compõem.

O resgate está articulado com as inquietações recorrentes que marcaram e marcam a minha história a partir dos conflitos vivenciados em torno do vir a ser, do ser, ou do não ser sujeito implicado com a práxis, mediado pelo senso comum. Foi a partir deste processo que construí a minha consciência de lugar e da posição que eu queria estar, em meio à complexa e dinâmica relação que, em certa medida, vivemos quando estabelecemos trocas com/na estrutura social, afetiva, econômica, cultural e política na vida cotidiana.

Inicio, pois, trazendo as marcas da minha infância:

Nasci na pequena cidade de Pindobaçu, localizada no sertão baiano; sou a segunda das três filhas de uma dona de casa que pouco frequentou a escola e foi mãe aos 14 anos, e de um trabalhador rural e funcionário público, cujas referências mais marcantes que tenho são a de um homem forte, do "mato", que, diferentemente dos irmãos, não teve a oportunidade de estudar nem mesmo para concluir o Ensino Fundamental II porque servia de vaqueiro e capataz da fazenda do seu pai, meu avô; excelente leitor, sanfoneiro e poeta.

Nascer dessa união tem um significado e significante muito especial que não pode ser dito ou traduzido de forma objetiva, mas essencialmente subjetivada. O fato é que as vivências e experiências partilhadas no seio desta família me permitiram entender mais a minha aproximação e identificação com grupos sociais que passam por limitações de muitas ordens. Hoje entendo também que, apesar disso, mesmo que vivamos em cenários simples e adversos, alheias às complexas teias e engenharias que predefinem esses modelos como prontos e acabados, essa realidade não é capaz de adormecer e nem de neutralizar o gosto por sonhar; essa parte da minha história de vida se tornou também referência para a minha busca de novas perspectivas, para além da limitada oportunidade que se vislumbrava sobre nós. Poucas amigas minhas de infância tiveram percurso similar ao meu devido a essa falta de oportunidade.

Pensando nesta trajetória, o afeto também que me toma, é a de que não deixei de ser ainda a moradora daquela cidadezinha do interior, a menina que adorava brincar na rua de amarelinha, roda, boleado, de acompanhar meu pai nas madrugadas para a ordenha das vacas, que ia para escola a pé de mãos dadas com as minhas irmãs, a que se aventurava nos becos, subia nas árvores para pegar as melhores frutas, enfrentando o medo de cair. As limitações não tiravam o nosso prazer de conviver alegremente com pessoas de diferentes cores, classes sociais, idades, e ao mesmo tempo foram surgindo novos sentidos para a minha vida, indo além das condições reais de existência que naquela época era possível.

Necessariamente, o enfoque nas relações de poder que se constroem e organizam os grupos sociais vem à tona quando retomo as minhas memórias e a visibilidade dos antagonismos concretos que cercavam as nossas relações também ganha formas mais nítidas. Isso acontece principalmente quando as relaciono com os modelos sociopolíticos e econômicos vigentes naquela época; ou seja, a constatação dos elementos a serviço da opressão que deixavam poucas lacunas para serem preenchidas por outros elementos que possibilitariam abrir espaços de promoção da emancipação humana. Fui educada em meio ao esvaziamento de tensionamentos, em ambientes homogeneizadores e domesticadores, mas, ainda assim, foi problematizando esta realidade a partir de outras experiências adquiridas que fui construindo a minha consciência de mundo e ainda é o motivo mais latente para o exercício das minhas inquietações.

Naquele cenário, a escola para mim era um espaço encantado e, antes mesmo de frequentá-la, já se constituía enquanto brincadeira preferida. Entrar nela foi algo tão marcante que ainda me lembro das primeiras aulas e da primeira professora na sala de uma pequena escola pública estadual, hoje municipalizada, da minha cidade. O cotidiano escolar era rígido, severo e o currículo, conservador. Decorei a tabuada, participei de sabatinas, fiz caligrafias, decorei e li o ABC no livreco de bolso que representava o "livro texto" da época, mas meu encanto não foi abalado. Existia algo mágico naquele lugar e mesmo não sabendo ao certo o que o era, o meu encantamento resistia. A primeira descoberta aconteceu quando consegui ler um pequeno gibi do meu pai; era uma história da Magali, de Maurício de Souza, brigando por um pedaço de melancia: "Então o que eu estou aprendendo na escola serve para isso também?!" Não parei mais de ler...

Fui muito inquieta, curiosa e vivia "crises existenciais" constantemente na minha infância. Várias vezes conversava com o espelho tentando achar respostas sobre o porquê da minha existência: "e se eu não fosse eu, quem e como seria? Quem sou eu? O que estou fazendo aqui?" Vivi estes devaneios solitariamente. Não tive a oportunidade de escutar algo

sobre a condição humana em casa, na escola ou entre as minhas amigas. As discussões mais aproximadas sobre o assunto eram debatidas na igreja católica que eu frequentava semanalmente para ir à missa e à catequese.

Frequentei as instituições mais conservadoras e ortodoxas da minha cidade, reservadas para formação das "meninas boazinhas"; fazia parte do grupo católico da comunidade e a minha família paterna militava politicamente em partidos reacionários. Eu costumava ler as revistas Manchete do meu avô e também ouvia dele histórias sobre Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas. Apesar de todo esse ambiente conservador, meu diário – que guardo até hoje – serviu como guardião e protetor da minha alma inquieta e questionadora.

Uma cidade de médio porte, Senhor do Bonfim, a 43 km da minha terra natal, foi a minha próxima parada. Ao completar 13 anos, minha avó decidiu que eu e minhas irmãs deveríamos ter uma formação escolar mais "adequada", já que percebiam excelentes alunas. Ingressei no colégio de freiras mais respeitado da região na sétima (7ª) série, hoje oitavo ano do Fundamental II. O conservadorismo era ainda mais acirrado, ilustrado principalmente pelos valores religiosos/cristãos, os quais sustentavam a proposta curricular do colégio. Mas, contraditoriamente, foi durante os anos de estudo nesse lugar (parte do ginásio e todo 2º grau), que iniciei as minhas primeiras experiências de "rebeldia".

O colégio recebia o público mais abastado da microrregião e obviamente, as meninas mais "populares" eram as mais abastadas. Os meninos só podiam estudar até a 8ª série. Não fui discriminada na escola por outra característica: as notas excelentes que continuei obtendo e logo fiz amizades, principalmente porque muitas colegas precisavam de mim para auxiliá-las nos estudos. Estudar continuava sendo prazeroso, mas eu costumava chorar muito às escondidas com saudades da minha casa simples, dos meus pais, avós, do meu chão, das minhas amigas e da minha antiga escola. Depois que saí da minha cidade natal, naquela época, nunca mais a

minha terra querida voltou a ser a minha moradia, a não ser na minha inscrição subjetiva.

Foi naquele colégio que fiz teatro amador com as minhas amigas; montamos um grupo de animação de festas infantis e de teatro de rua a partir do modelo do teatro do oprimido de Augusto Boal, guiadas por um professor que parecia revolucionário para os padrões da época. Ele era um negro alto, calmo e militar. O mais importante desse perfil é que, dentro do contexto ainda da ditadura, o sargento denunciava o regime e nos ensinava a questionar os espaços, ou ausência deles, a que pertenciamos. Hoje entendo a sua coragem e a importância que ele teve na minha formação. Foi também através da sua ajuda que ensaiamos as primeiras experiências políticas de oposição e contestação do modelo vigente a partir de um pequeno ensaio de movimento estudantil. A organização e funcionamento do grêmio estudantil ilustravam a prática política vigente no meio social e na nossa região nos anos 1980: os alunos mais abastados ficavam com o partido vencedor, o Cristal, que tinha o papel de ajudar na catequização e controle dos alunos e alunas da escola a partir dos preceitos do currículo proposto. O partido Ametista ficava para os ousados e antecipadamente derrotados.

Nesse tempo, fui indicada por minhas amigas para concorrer à vice-presidência do grêmio e mesmo sabendo da derrota, pela primeira vez fizemos campanha de conscientização sobre o voto livre dentro da escola e sobre a função de um grêmio estudantil a partir do material que conseguimos do sargento e de informações conseguidas na biblioteca do bispado. Esta ficava nos porões do imenso casarão construído nas primeiras décadas do Séc. XX, na outra esquina do quarteirão quase inteiramente ocupado pelo colégio das freiras. Era a residência oficial do bispo da diocese. Foi naquela época que, pela primeira vez, ouvi falar de Karl Marx, um ateu. Fiquei assustada quando soube que lá havia livros de comunistas. Meu avô quando queria falar mal de alguém, o acusava de comunista!

Após o fim da ditadura, o bispo foi considerado um subversivo para época e adepto de ideologias revolucionárias dentro da Igreja. O momento

histórico em que essa revelação veio à tona o absorveu. Ele era um simpatizante da teologia da libertação, de conteúdo questionador advindo de uma corrente mais politizada e questionadora das bases políticas e econômicas. Um intelectual orgânico ou sujeito mediado pela práxis, de fato, a serviço das classes menos abastadas. A Igreja era o seu espaço de atuação e de ação. Como maior legado da sua atuação progressista nos locais de abrangência da diocese, há a força das pastorais da terra. Através da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi potencializada a reforma agrária em toda a microrregião. Atualmente, vários assentamentos podem ser visitados e estudados por pesquisadores – professores e estudantes –, inclusive na minha terra natal. Vale ressaltar que a CPT tinha a sua sede em uma pequena sala do bispado.

Minha memória me faz retomar novamente os efeitos que esses contatos fizeram em mim dentro da escola: perdi a eleição, mas ganhei a oportunidade de aprender com aquela realidade e foi aí que fundamos um jornal no colégio, o Avante! Publicávamos prosas fortes e também dávamos espaços para a poesia. Minhas notas continuavam destacadas, mas meus avós foram convidados a irem até o colégio para que a direção, a madre superiora, pudesse entender melhor o que estava acontecendo com a menina de voz doce e de olhar medroso de outrora.

Meu diário registrou nesse período novas constatações. Nele, eu falava dos meus planos futuros, de sonhos, de solidariedade, amizade e de oportunidades. Foi nessa época também que tive contato com vários clássicos da literatura brasileira por intermédio de uma amiga mais velha de sangue quente e alma revolucionária que sabia da minha sede de leitura. Recordo-me do impacto que tive quando li Vidas Secas, de Graciliano Ramos. Tinha um enredo e cenários conhecidos em alguns aspectos com a vida na minha pequena cidade natal, mas me fez também constatar que não existia só seca trágica na minha terra. Lembrei-me do efeito mágico de um dia após a chegada das chuvas no sertão... Deixei o autor de lado e uso as suas referências atualmente para questionar e historiar as origens e o

fortalecimento dos estereótipos ainda circulantes acerca do nordeste e do povo sertanejo.

Até a conclusão do meu curso de magistério aprendi muitas coisas novas, surpreendentes, mas eu sabia que existiam mais aspectos novos e marcantes que não tive a oportunidade de refletir na escola elitizada e conservadora que estudei. O estigma da "década perdida" nos anos 1980 foi/é válido para nós, principalmente no que se refere à formação sócio - política da nossa geração dentro da escola e fora dela.

O que ficou como lacuna foi e é lamentável, mas também faz parte do que era possível ser referência para nós naquele momento; era somente aquilo que as instituições a que pertenciamos sabiam e podiam nos oferecer para o nosso processo de formação. Os valores circulantes apreendidos do meio social na nossa região, incorporados ao currículo escolar, não lhe permitiram fazer acontecer de outro estilo. Alienadores em potencial? Sim! Reprodutores? Sim! A ruptura que alguns de nós conseguimos estabelecer foi marcada por momentos de angústias muito mais acentuadas do que elas costumam ser nesses casos. Para a geração que nos educou até completarmos a educação básica, pensar um projeto de mundo, de sociedade e de lugar, para longo prazo, não era tão complexo. Pensar os sujeitos numa perspectiva de domesticação do complexo, de fácil controle e vigilância (no mesmo sentido da abordagem foucaltiana ao denunciar a fabricação de corpos dóceis) era uma tarefa que exigia certos esforços sim, principalmente porque os adolescentes sempre foram compreendidos como fase "aborrecedora". Mas, terminada a etapa, no mundo adulto encontraríamos e seguiríamos os caminhos delineados para nós, mesmo que não fossem exatamente aqueles que gostaríamos de trilhar ou vislumbrar.

Convivemos com adultos que nos privaram de escutarmos que nessa etapa da vida a formação da nossa identidade está diretamente comprometida com responsabilidades e engajamentos substanciais, densos e significativos. Perdemos a oportunidade de incorporar às nossas crises a percepção da diversidade, da exclusão, da discriminação, do preconceito, da

nossa responsabilidade social e política. O inusitado: fomos uma geração neutralizada nos espaços sertanejos, mas não morta. O processo histórico traz também essa magia: o poder mítico da Fênix, tal qual o poder da chuva quando chega por lá, no sertão. Por isso mesmo, atualmente muita coisa ainda continua a me inquietar, principalmente porque essa mesma geração também assume hoje o marco de protagonista e de responsável pela formação escolar e não escolar das crianças e dos adolescentes da atualidade no mesmo território que legitimou nossas mordaças simbólicas (ou mesmo escancaradas) de outrora.

Ingressei no curso de Pedagogia na Universidade Católica de Salvador em 1991, quando a universidade abriu o curso na cidade, com seu projeto de interiorização do ensino superior. A decisão pelo curso já estava tomada desde a minha formação do 2º grau em magistério. A carreira docente me desafiava. Foi na universidade que tive a forte influência teórico-epistemológica de um professor que me encantou pela força do seu discurso. O professor Paulo Machado falava sobre coisas que eu apostava e me orientou na leitura de alguns clássicos. O curso transcorreu entre descobertas, reflexões, mudanças e aprofundamentos de visão de mundo. Foi naquele período também que iniciei a minha carreira profissional na área, como professora concursada do serviço público estadual para atuar nas séries iniciais. Fui trabalhar em uma escola de periferia com alunos em situação de vulnerabilidade e com crianças internas de um orfanato. Essa experiência aconteceu de forma marcante na minha formação e hoje vejo que precisava estar exatamente naquele entre-lugar, naquele espaço/tempo/lugar.

Nessa oportunidade, conhecei e me interessei pela leitura de Karl Marx, Antônio Gramsci e Paulo Freire, como alguns dos mais marcantes autores. Estudei com muita curiosidade e identificação os princípios da Teoria Crítica, me encantei com Teodor Adorno, Max Horkheimer, Marcuse, e ainda, mais adiante, me enamorei também com os textos de Foucault. Com paixão, me movimentava em busca de maiores esclarecimentos e, ao mesmo tempo, me percebia cada vez mais mergulhada em conflitos teóricos que me

ajudaram bastante a problematizar a minha experiência prática como docente. A escola funcionava como um laboratorial de produção do conhecimento, apesar da experiência com a pesquisa ter acontecido meramente no campo da preparação teórica durante aquele período.

Após concluir a graduação (1994), ingressei imediatamente no curso de especialização em Metodologia e Didática do Ensino Superior. Meu objetivo renovado era seguir a carreira acadêmica. Foi nessa oportunidade que desenvolvi uma Pesquisa Ação intitulada Escola, lugar e hora de ser feliz, também demarcadora da minha formação política e profissional. No trabalho, evidenciei as formas de produção dos fracassos dentro da escola e o distanciamento do currículo escolar face a causas significativas, além da ausência, em seus projetos políticos pedagógicos, principalmente nas escolas públicas de ensino fundamental, de trabalhos comprometidos com a alegria na escola; não no sentido da alegria efêmera, fugaz, mas da alegria de estar nela, de percebê-la como um espaço de encontros em várias dimensões e sentidos, principalmente na vivência dos conflitos e exposição das contradições que são próprias da relação com o saber e o conhecimento. A aplicação do resultado do estudo aconteceu quando eu assumia a coordenação pedagógica em outra escola pública estadual. Capacitamos os docentes da instituição durante dois anos e elaboramos um projeto pedagógico (PPE) a partir do viés da dialética marxista. A experiência foi uma das mais marcantes e fundantes da minha vida profissional até então e representou também o instante de consolidação da minha consciência política; a partir dali percebia claramente o lugar e a posição em que eu queria estar.

Em 1997, ingressei na Universidade do Estado da Bahia - UNEB como professora substituta e no ano 2000, dei continuidade à carreira acadêmica já como docente efetiva, através de aprovação em concurso público realizado no mesmo ano. Foi a partir do ano 2001 que iniciei o trabalho de pesquisa que deu origem a minha dissertação de mestrado na Universidade de Quebéc/UNEB, intitulado: a escola aborrecente: um estudo das

representações sociais que os adolescentes têm sobre a escola atual. Nesse estudo, voltei o meu olhar para os adolescentes contemporâneos; seus jeitos, trejeitos, compreensões de mundo construídas socialmente e, por conseguinte, as manifestações dessas "formas de ser" dentro da escola atual. Além de um amplo envolvimento histórico- pessoal e afetivo pela temática da pesquisa – o estudo aconteceu no colégio de freiras, onde estudei –, nesse período da pós-graduação strictu sensu, conheci um novo campo de estudo, as Representações Sociais, através também do Professor Dr. Paulo Batista Machado, um dos precursores do estudo da teoria dentro da UNEB no estado da Bahia, e da Professora Drª Marta Anadon, sua orientadora de tese na Universidade do Quebec à Chicoutimi, e grande divulgadora da teoria no Brasil e no estado da Bahia, em parceria com o Professor Paulo Machado.

Os saberes oriundos do senso comum foram ressignificados em minha vida a partir da constatação da força e da importância desses saberes para nortear as nossas escolhas e a nossa posição no mundo; a arrogância grega, muitas vezes presente em meu discurso, foi fatalmente atingida, principalmente na minha forma de apreender e validar esse mesmo senso comum integrado aos saberes populares nas minhas relações cotidianas e trajetória acadêmica enquanto pesquisadora, indo na contramão dos princípios da ciência moderna.

De forma concomitante, iniciei a militância política alinhada com movimentos partidários e sindicais que demarcaram territórios na minha forma de viver, de ser, e fortaleceram o meu sentimento de pertença enquanto sujeito político e intelectual. O intenso envolvimento com a carreira docente no ensino superior, assumindo diferentes funções e desenvolvendo diferentes atividades, me permitiu aprofundar a visibilidade em torno dos antagonismos que circulam e cotidianamente nos movimentam para assumir o nosso lugar concreto enquanto sujeitos históricos no meio acadêmico. Esta realidade representou para a minha vida o ponto demarcatório da minha efetiva consciência de classe; o espaço universitário passou a ser também um espaço de lutas, de afirmação dos saberes norteados

pelo senso comum a partir do lugar enquanto pesquisadora das representações sociais e do pensamento contra-hegemônico, no sentido atribuído por Antônio Gramsci (1975), nas atividades desenvolvidas: ensino, pesquisa e extensão. O intelectual orgânico representante da classe trabalhadora foi ganhando forma em mim.

Foi assim que, no cenário acadêmico, as inquietações me aproximaram ainda mais do meu objeto de pesquisa, e, consequentemente, dos saberes também produzidos nos espaços fora da academia, nas práticas sociais cotidianas, próprias da organização da sociedade civil, a partir do aprofundamento dos estudos da Teoria das Representações Sociais. Além disso, houve a constatação da minha solidão e do isolamento teórico no meio acadêmico, já que os discursos recorrentes de tantos outros educadores – que já passaram por programas de pós- graduação – apontavam sempre para uma preocupação com uma prática mais alinhada com o pensamento hegemônico dominante, embasado no positivismo, inspirador da ciência moderna – burocratizando a instituição através da subserviência às exigências externas –, distanciada das preocupações e sentidos políticos concretos de mudanças e transformações que o trabalho com a educação escolar e não escolar representa no percurso de vida dos homens e mulheres que a ele têm acesso.

No lugar de educadora e formadora de educadores, trabalhando em cursos de licenciatura, entendi que essa função é marcada necessariamente pela definição das intencionalidades que perpassam essa formação e, sobretudo, pela forma como os saberes partilhados tocam e produzem sentidos, significados e significantes na fala e escrita dos sujeitos envolvidos, discentes e docentes. Esta perspectiva trouxe novamente a minha inquietação em torno dos dualismos que se formam no bojo das complexas experiências educativas e de formação. Essas me permitiram problematizar a minha própria expectativa em torno dos lugares políticos preenchidos pelos currículos dos cursos ocupados por companheiros e companheiras de trabalho que possuem os seus próprios percursos formativos, suas histórias e, portanto,

definem o sim ou o não, o ser ou o não ser, a partir daquilo que acreditam, afetaram e foram afetados.

Inevitavelmente, me vem à lembrança o famoso trecho da obra de Shakespeare (1603), no Ato III, cena I, quando Hamlet dá voz aos seus dilemas pessoais através do monólogo que enfoca o ser ou não ser, o viver ou o morrer:

Será mais nobre sofrer na alma
Pedradas e flechadas do destino feroz
Ou pegar em armas contra o mar de angústias
E, combatendo-o, dar-lhe fim?
Morrer; dormir;
Só isso. E com o sono – dizem extinguir
Dores do coração e as mil mazelas naturais
A que a carne é sujeita; eis uma consumação
Ardentemente desejável. Morrer, dormir...
Dormir! Talvez sonhar. Aí está o obstáculo!
Os sonhos que hão de vir no sono da morte
Quando tivermos escapado ao tumulto vital
Nos obrigam a hesitar: e é essa reflexão
Que dá à desventura uma vida tão longa.
Pois quem suportaria o açoite e os insultos do mundo,
A afronta do opressor, o desdém do orgulhoso,
As pontadas do amor humilhado, as delongas da lei,
A prepotência do mando, e o achincalhe
Que o mérito paciente recebe dos inúteis,
Podendo, ele próprio, encontrar seu repouso
Com um simples punhal?
Quem aguentaria fardos,
Gemendo e suando numa vida servil,
Senão, porque o terror de alguma coisa após a morte -
O país não descoberto, de cujos confins
Jamais voltou nenhum viajante nos confunde a vontade,
Nos faz preferir e suportar males que já temos,
A fugirmos para outros que desconhecemos?
E assim a reflexão faz todos nós covardes.
E assim o matiz natural da decisão
Se transforma no doentio pálido do pensamento.
E empreitadas de vigor e coragem,
Refletidas demais, saem de seu caminho,
Perdem o nome de ação. (p. 81-82)

Este trecho da obra, tão belamente expressa e merecidamente aclamada, corrobora parte da minha escritura quando evidencio a angústia que perpassa o ato de se pensar sobre as nossas escolhas, e a dúvida de, como

diz o autor, "preferir suportar males que já temos, a fugirmos para outros que desconhecemos?" (p. 82). As empreitadas de "vigor e coragem" também se configuram.

Nestes impasses, uma intensa criatividade me envolveu, alicerçada no embate entre os meus conflitos pessoais que clamavam por parcerias e ações coletivas nos trabalhos desenvolvidos e, por outro lado, na perspectiva de caminhar e aprofundar o saber em torno dos principais autores que subsidiavam o meu percurso profissional e acadêmico. Emergiu, então, a perspectiva de nortear discussões embasadas nos saberes que transitam nos grupos sociais e me aproximavam mais do senso comum, em vista do desafio de validar a sua escuta, além dos pressupostos sociopolíticos que me instigavam à caminhada.

Além disso, a minha inquietação com a função da universidade de também fornecer subsídios comprometidos com perspectivas emancipatórias a fim de alargar as possibilidades de dar sentido ao mundo e cumprir a sua função sociopolítica, também me acompanhava. Eu sabia que não era um momento de estabelecer divisões ou antagonismos com as diferentes formas de estar e de fazer.

Entre a vida e a morte simbólica das contradições e inquietações, optei por potencializá-las, por vivê-las intensamente. Foram momentos de afastamentos necessários da tentação de estabelecer discursos pautados em maniqueísmos. As situações me despertaram o interesse de estudo e de descobertas acerca da dinâmica que faz parte da vida de diferentes sujeitos, define as suas formas de ser e que, portanto, demarca lugares, define perfis teóricos e dá origem às suas práticas e militâncias.

Inevitável também é o que minha memória resgata neste momento: lembro-me bem do impacto que a leitura do texto publicado no Jornal La Città Futura em 1917, Os Indiferentes, de Antônio Gramsci (1917, apud CAVALCANTI E PICCONE, 1985) me proporcionou na época da minha graduação, quando ainda ensaiava as primeiras aproximações com o autor. Inicialmente, me atingiu como uma provocação e me convidava a refletir

sobre o meu lugar de (in)diferença, de partidária ou não partidária. A próxima constatação foi a de que estava viva e me sentia representada através da sua escrita. A partir disso, o contato com as suas obras foi se ampliando, a pertinência e a atualidade do seu pensamento foram se renovando, culminando com o espaço de estudos que minha tese dedica ao trabalho do autor.

> *Odeio os indiferentes. Como Friederich Hebbel acredito que "viver significa tomar partido". Não podem existir os apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes. A indiferença é o peso morto da história. É a bala de chumbo para o inovador, é a matéria inerte em que se afogam frequentemente os entusiasmos mais esplendorosos, é o fosso que circunda a velha cidade e a defende melhor do que as mais sólidas muralhas, melhor do que o peito dos seus guerreiros, porque engole nos seus sorvedouros de lama os assaltantes, os dizima e desencoraja e às vezes, os leva a desistir de gesta heroica. A indiferença atua poderosamente na história. Atua passivamente, mas atua. É a fatalidade; e aquilo com que não se pode contar; é aquilo que confunde os programas, que destrói os planos mesmo os mais bem construídos; é a matéria bruta que se revolta contra a inteligência e a sufoca [...]. Odeio os indiferentes também, porque me provocam tédio as suas lamúrias de eternos inocentes. Peço contas a todos eles pela maneira como cumpriram a tarefa que a vida lhes impôs e impõe quotidianamente, do que fizeram e, sobretudo, do que não fizeram [...]. (p. 55-56)*

É nessa perspectiva que a minha responsabilidade com a produção do conhecimento é potencializada. Ela incorporou novos desafios quando ingressei em 2013 como aluna regular do curso de doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduC/UNEB, com a perspectiva de aprimorar a minha formação como pesquisadora e dar continuidade a minha constituição de intelectual contemporânea, na mesma universidade que me proporcionou vivenciar experiências impactantes de formação através das práticas cotidianas enquanto docente da instituição; elas também me movimentaram a tomar partido e foram inspiração de lutas.

Nesse percurso, encontrei na minha orientadora mais impulso, principalmente pela aproximação e afinidade político-partidária a partir das marcas da militância em sua própria história de vida, aliada com a afinidade teórica enquanto estudiosa também da teoria das representações sociais. O aprofundamento dos estudos sobre a teoria, sistematicamente e organicamente, no Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise e Educação e Representações Sociais (Geppe-rs), vinculado ao programa, além dos novos contatos com outros grandes pesquisadores, ícones nacionais e internacionais, com quem tive a oportunidade de ter contato direto através da participação no Geppe-rs, também deram nova vitalidade ao meu percurso. Através da organização de Simpósios Estaduais e Internacionais sobre Representações Sociais, Educação e Subjetividade (SERS e SIERS), pude escutar e dialogar diretamente com autores e referenciais teóricos presentes no meu acervo, tais como: Pedrinho Guareschi, Margot Madeira, Clarilza Prado, Risa Permanadeli, dentre outros. A culminância aconteceu com a oportunidade de sermos anfitriãs da francesa Denise Jodelet, maior estudiosa da teoria das representações sociais nos cenários nacional e internacional, quando foi conferencista convidada para mais um evento do Geppe-rs (VI SERS e I SIERS). Compondo o comitê executivo do Simpósio, tive também um espaço para dialogarmos a partir da leitura que a estudiosa fez da minha tese e escutei as suas considerações e contribuições com indicações de leitura para as minhas análises. Além da inspiração, esse acontecimento trouxe consigo mais provocação para apreensão do saber.

Acrescento, ainda, a importância da presença da Professora Marta Elisa Anadon (Universidade de Quebec - UQAC), como professora convidada do PPGEduC - UNEB, através do Geppe-rs. Na oportunidade, a professora fez palestras e seminários para pesquisadores da teoria das representações sociais. Este reencontro teve uma importância especial no meu percurso, já que, em meados dos anos 2000, após concluir o mestrado, fui convidada pela Professora Marta Anadon para cursar o doutorado na Universidade de Quebec, sob a sua orientação, como integrante da sua equipe de pesquisadores

da teoria das representações sociais. Adiei a continuidade da parceria naquele período, mas, como uma confirmação da inscrição da sua influência na minha constituição como pesquisadora e intelectual orgânica, o dinamismo acadêmico conspirou para que a sua participação também se fizesse presente neste momento especial. A professora contribuiu pontualmente com as suas considerações sobre a minha tese, a partir do seu lugar de estudiosa de Antônio Gramsci e também como (re)conhecida estudiosa da teoria das representações sociais no cenário nacional e internacional.

Aliado a isso, nesse período, foi possível acompanhar a transição que aconteceu no país a partir da crise política instaurada e que modificou o cenário da estabilidade democrática que julgávamos já ter alcançado. Vimos forças conservadoras detentoras do poder econômico, organizadas em uma espécie de "levante", atingirem o ainda frágil sistema democrático brasileiro, e, quase de forma impotente, atingidos pela surpresa, testemunhamos a atuação de instituições que compõem a superestrutura se aliarem fortemente com o poder econômico e tomarem o poder político, sem anuência do voto direto, tirando a presidência da república da representante legitimamente eleita. Os pensamentos de Gramsci e de Moscovici forneceram mais possibilidades de se ter clareza e entender melhor o cenário e o conteúdo da instabilidade política no país que culminou com um golpe de estado de formato atípico, além do lugar que o senso comum ocupou em toda a engenharia montada nessa disputa pelo poder.

Foi assim também que o lugar e o espaço para o encontro teórico entre Antônio Gramsci e Serge Moscovici assumiram uma condição Sine Qua Non para a realização da minha pesquisa, já que entendemos a fecundidade desse encontro a partir dos elementos teóricos que dão sustentação às duas teorias que já trazem em seu bojo a marca da transgressão e da subversão contra ordens e modelos vigentes. Aliado a isso, entendemos que esse diálogo teórico elucidado, iria trazer à tona subsídios para nortear propostas educativas comprometidas com a difusão de visões de mundo e de sociedade pautadas

em princípios emancipatórios e, portanto, articuladas com a educação para a práxis.

Dessa forma, fui me constituindo como sujeito político, intelectual orgânica alinhada com novos saberes e com a produção do conhecimento, educadora e pesquisadora. Ressalto que o desejo de prosseguir tentando me dizer através do registro da minha trajetória, a partir da consciência do inacabado, do além do mais ou do mais além que a memória deixa escapar, faz com que escritas dessa natureza apontem sempre para a continuidade. Portanto, outros significantes, significados e espaços de reflexibilidade ficam por ser escritos. A posteriori, outras implicações certamente estarão trazendo novas marcas nessa narrativa. Isso me permite projetar a reinvenção de mim em outros momentos. Há sempre um "resto", algo que foi perdido, para ser dito só depois.

Assim, o prólogo ilustra o pano de fundo do cenário e contextos vivenciados por mim que deixaram marcas e atravessaram a minha formação; apresenta-se também como um breve resgate da minha memória educativa. Entre a prosa e a poesia, trago à tona as implicações que deram origem ao meu objetivo principal desta investigação: Investigar aproximações e distanciamentos entre as teorias de Gramsci e Moscovici, no sentido de articular uma proposta de educação para práxis, a fim de contribuir com a formação do sujeito político para atuar em seu grupo de pertença.

É uma aposta que me movimentou em busca do (im)possível, em busca do objeto perdido. Quando penso que me aproximo da prosa entre Gramsci e Moscovici, certamente algo me escapa, e, na minha obstinação para reencontrá-lo, deixo furos, mesmo sabendo que tento tampá-los para apaziguar a inquietação. Foi esta que me movimentou durante a investigação.

CADERNO DE MISCELÂNEAS I

NOTAS PARA PRINCIPIAR A TESE

O lugar dos atores sociais como sujeitos políticos no meio social assume grande relevância quando o situamos dentro dos desafios emergentes contemporâneos, sobretudo quando o seu papel está relacionado com a função e o sentido que tem o conhecimento acumulado por um sujeito ou um grupo de sujeitos específicos; ou seja, o seu lugar necessita estar vinculado aos processos de organização sociais atuais, os mesmos que nos desafiam constantemente à intervenção através da contestação dos valores, condutas e estruturas de dominação circulantes, ou mesmo a partir da adesão aos mesmos modelos dominantes e excludentes que dão sustentação a um projeto de sociedade.

É nesse cenário que buscamos em Gramsci (1978), um dos nossos autores de referência, e em outros autores que discutem e atualizam o seu pensamento, uma formulação teórica atual – ainda que de forma preliminar – para a ressignificação da sociedade capitalista dos séculos XX e XXI a partir do lugar dos sujeitos políticos e as suas relações com os saberes que circulam no cotidiano, o senso comum, com a intenção de dar maior clareza e visibilidade à problemática do nosso estudo.

Ao analisar o processo histórico contextualizando a formação das diversas categorias destes sujeitos, o autor o faz associando esse processo às estruturas gerais do sistema de relações sociais; afirma que o ser humano é intelectual, no entanto, nem todos desempenham essa função na sociedade. Dessa forma, só é possível compreender as atividades intelectuais no contexto em que estas se encontram no conjunto geral das relações sociais.

Por essa via, Gramsci (1975) afirma:

> Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim, para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1975, p. 08).

É assim que, para o autor, a formação de homens e mulheres se dá nas relações sociais que estabelecem com outros homens e mulheres, além das relações que se engendram com a natureza na busca constante de sobrevivência e desenvolvimento. Ou seja, para garantir a

existência, necessitamos ser provedores de nós mesmos; isso é o que vai determinar o nosso lugar no contexto. Nas sociedades capitalistas, essa luta pela sobrevivência é determinada pela divisão da sociedade em classes. Essa divisão gesta contraposições em virtude das relações de força e disputa nos campos material, político e militar.

É nessa perspectiva que Gramsci (1975) discute o papel dos intelectuais[1] atribuindo-lhes a responsabilidade pelas relações que se estabelecem entre as diferentes classes sociais, o que possibilita uma visão de mundo unitária e homogênea entre os grupos onde a sua voz encontra ressonância e, portanto, interferem na produção do senso comum, orientando condutas e escolhas. Evidencia, portanto, que, em grande medida, as camadas sociais possuem também seus intelectuais orgânicos. Estes são identificados a partir da sua ligação com a estrutura, isto é, com os interesses de uma determinada classe da produção econômica e pelo conteúdo superestrutural de sua função: o intelectual orgânico trabalha para dar homogeneidade, formar consensos à classe ao qual está ligado.

Portelli (1977, p.22) falando sobre a superestrutura esclarece:

> Para Gramsci, as superestruturas formam um conjunto complexo e inter-relacionado, onde encontramos duas dimensões essenciais: a sociedade política e a sociedade civil. A primeira compreende o aparelho de Estado que corresponde à dominação direta ou de comando que se exprime no Estado ou no governo jurídico. A sociedade civil, que é a maior parte da superestrutura, é concebida como "o conjunto dos organismos, vulgarmente ditos privados, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade".

Portanto, é na superestrutura, na dinâmica de vida da sociedade civil, que a hegemonia de um grupo dominante se consolida ou é também enfraquecida de acordo com ação do intelectual, trabalhando em função da formação de consensos a partir dos significantes e significados que irão ser ancorados no senso comum.

É assim, que, para Gramsci (1979), o senso comum produzido no centro das relações sociais cotidianas define lugares e posições, e, portanto, a possibilidade de se criar formas autônomas de organização social, fora do poder de persuasão dos grupos dominantes.

Interações sociais e ideologia: posições e formas de ser e estar no mundo

Para Gramsci (1979), a construção da autonomia é um processo difícil devido ao poder da classe dominante. A persuasão da ideologia hegemônica, agindo através da formação do

[1] Nessa pesquisa, atribuímos o papel dos intelectuais associado ao lugar dos "atores sociais", no sentido de relacioná-los com a luta e engajamento político, seja de forma orgânica ou a partir da pro-atividade e militância norteadas por aquilo que acreditam.

consenso, requer também a atuação de outro grupo de intelectuais/atores sociais. É dessa forma que o poder de uma classe sobre a outra acontece pela hegemonia e não pelo uso da força como acontece nos modelos ditatoriais autoritários. Ressaltamos ainda que os mecanismos coercitivos isoladamente não são suficientes para manter uma classe no poder por muito tempo, por isso mesmo precisa utilizar mecanismos persuasivos inerentes à sociedade civil. É assim que se constrói um consentimento duradouro, advindo do consenso espontâneo de grande parcela da população, representado pelos saberes do senso comum.

É assim que Gramsci (1979) busca no conflito, no antagonismo, os fundamentos que explicam as questões referentes à ideologia e à hegemonia: essas são condições basilares para entendermos o poder nas sociedades de economia capitalista.

O conceito de ideologia foi trabalhado como categoria importante na teoria de Gramsci e está associado à maneira como ele enxerga as questões políticas articuladas com as questões sociais, ele nos ajuda também a entender melhor a sociedade contemporânea. O autor não trabalha com a ideia de "falsa consciência", com a conotação negativa de que ideologia é "enganação" ou venda nos olhos imposta por outros (lê-se em geral: classe dominante), como comumente circula no meio social, como se essa venda fosse a própria ideologia embutida sem a consciência do vitimado. Não é que ideologia não seja também isso, mas não é só isso.

Nesse sentido, não há como se reduzir a ideologia à circulação de uma única ideologia na sociedade civil ou mesmo na sociedade política, mas há como afirmar que algumas delas se tornam hegemônicas quando as demais são atingidas, a ponto de cidadãos de uma classe internalizarem, para si, o que antes era ideia de outra classe, sob a forma de senso comum.

Assim, a ideologia abarca um conjunto de ideias que dão conta de explicar e projetar uma realidade, de pautar uma concepção de mundo para determinado sujeito, coletivo ou não. O diálogo de Serge Moscovici – fundador da teoria das representações sociais – com Gramsci se aproxima e se estreita neste ponto. O conceito de ideologia e a sua relação com o senso comum, traz elementos que integram e compõem a base e os princípios presentes no conceito de representações sociais. Em outras abordagens autorais, afirmamos que as representações sociais contêm ideologias, mas não são ideologias. Na perspectiva gramsciana, fica difícil separar os elementos, como se não tivessem interseção e não dialogassem.

Dessa forma, torna-se menos complexo entendermos Gramsci. Como ele mesmo acentuou: "a ideologia como fase intermediária entre a filosofia e a prática quotidiana" (GRAMSCI, 1975, p. 1433). Não sairemos do tom ao nos arriscarmos substituir os termos

empregados pelo autor – sem abdicarmos do seu sentido – para tratarmos da teoria das representações sociais e do seu conceito em Moscovici (1978): as representações sociais como fase intermediária entre o conhecimento científico e a vida cotidiana.

Para Gramsci – assim como para Moscovici –, é neste caldo cultural complexo e contraditório, onde os homens e mulheres formam a sua consciência social que move suas vontades e ações; embora, para Gramsci, a atenção maior seja dada aos aspectos políticos e econômicos, as dimensões culturais e subjetivas estão também presentes em suas abordagens. Na teoria de Moscovici, as representações sociais se fundamentam na psicologia social, na sociologia e busca subsídios também na antropologia.

Por isso, em Gramsci, a função das ideologias é insubstituível nos processos das mudanças sociais: elas geram forças psicológicas, organizam as massas e formam a base sobre a qual os homens e mulheres, ao adquirir consciência de sua posição social no mundo da produção, passam a disputar e lutar.

Assim, convém ressaltar aqui, os desafios que têm os atores sociais para agir em uma sociedade marcada pela desigualdade entre classes, principalmente em relação à superação dos conflitos entre essas mesmas classes, apesar dos esforços. As contradições originadas, principalmente através da exploração do trabalho, não permitem, a princípio, a realização do desenvolvimento de homens e mulheres, porque parte deles tem seus interesses cerceados.

Na contemporaneidade, trabalhar para assegurar lugares e condições mais igualitárias, traz desafios mais complexos. Gramsci (1975) já apontava que a sociedade civil é um lugar privilegiado para se lutar pela hegemonia da classe revolucionária, já que esta mesma classe não se funda apenas no poder coercitivo do Estado –, isso já foi muito mais representativo em outros momentos históricos da sociedade moderna. Ao invés disso, o que se vê atualmente é um Estado que depende cada vez mais de mecanismos e de instituições presentes no bojo da sociedade civil organizada, onde outras representações de mundo e sociedade circulam com mais autonomia dentro dos grupos sociais, a partir dos saberes próprios do senso comum que contêm, também, conteúdos marcados pela rebeldia e pela contestação.

Crise orgânica da classe hegemônica dominante? Há indicativos que podem apontar para esse sentido, quando movimentos sociais populares não desistem de lutar, apesar do papel midiático que se esforça diuturnamente para controlar os saberes que circulam dentro dos grupos sociais, trabalhando na produção e controle do senso comum. Por tal papel, faz-se necessário lembrar a sagacidade que possui o poder hegemônico vigente e a sua força de persuasão no meio social, tomando como cenário a situação política do Brasil atual: temos

uma presidenta que foi eleita pelo voto direto, destituída do cargo, sem crime, numa construção de motivos forjados pelo bloco dominante com o apoio da mídia; isso indica que há ainda muito caminho para ser trilhado. Nesse sentido, a criação de um novo bloco histórico, ou bloco de poder, é a condição de base para a transformação social e isso implica, necessariamente, numa crise orgânica do atual bloco – dentro da vinculação entre estrutura e superestrutura –, para que uma nova hegemonia seja implantada, a partir da movimentação no conteúdo dos consensos dentro dos grupos sociais.

Segundo Gramsci (1975), "se a classe dominante perdeu o consenso, então não é mais "dirigente", senão unicamente dominante e detentora da pura força coercitiva, o que significa que as classes dominantes se separaram das ideologias tradicionais, não creem mais no que acreditavam antes." (p. 56). Acontece, então, a ruptura com saberes dos ideais dominantes e com as organizações e instituições representativas da classe hegemônica. O papel do intelectual nesse cenário – interagindo em instituições e organizações próprias da sociedade civil – é pontual.

Assim, interessa-nos adentrar nos estudos teóricos desse cenário dinâmico das relações que se estabelecem na sociedade civil, na dinâmica cotidiana dos grupos sociais onde são produzidas as suas representações sobre o mundo e sobre as coisas, destacando a aproximação teórica entre intelectuais que se debruçaram sobre o estudo desses conceitos e cenários em diferentes épocas, Antônio Gramsci e Serge Moscovici, a fim de nos aproximarmos mais das formas de produção do saber no cotidiano dos sujeitos, das suas relações próprias de poder estabelecidas com e no meio social que organiza a vida dos grupos e, de forma complementar, relacionar esse contexto com o espaço que as instituições educativas escolares ocupam nessa dinâmica social, considerando a sua dimensão política formativa.

A formação escolar: educação, contemporaneidade e a atuação dos intelectuais contemporâneos

É nesse cenário que situamos o papel da educação escolar no processo de organização da vida cotidiana dos sujeitos em seus grupos de pertença, levando em consideração que este espaço faz parte da dinâmica dos grupos sociais. Considerando ainda esse cenário, entendemos que a discussão e o debate teórico, entre Gramsci e Moscovici, sobre a dinâmica cotidiana dentro dos grupos sociais, podem também fornecer subsídios para ajudar a nortear a elaboração de um projeto de organização escolar comprometida com a educação para a práxis. Nesse sentido, entendemos a educação escolar para a práxis como um ato político

comprometido com a emancipação de homens e mulheres; suas intencionalidades e ações são pensadas por grupos de sujeitos professores/educadores que, para nós, também assumem funções de intelectuais.

O conceito de intelectual em Gramsci (1979) mostra-se fundante para desenvolvermos uma investigação neste campo, na medida em que privilegiamos as funções dos intelectuais a partir das suas iniciativas no campo político, na direção de projetos educacionais, além da sua formação e obra literária, filosófica ou científica. Segundo o mesmo autor, "o modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, 'persuasor permanente'." (GRAMSCI, 2001, p. 53). A implicação concreta do sujeito, além do que se diz, se materializa na ação, naquilo que se faz, norteada pela implicação dos afetos, também potencializadores da sua forma de estar no mundo.

A elaboração de princípios, dos problemas do cotidiano, sob o ponto de vista teórico, é tarefa do intelectual, evidenciando, dessa forma, um bloco social, cultural e político. A organização e formação de um grupo representante da hegemonia ou da contra-hegemonia, ou seja, do intelectual orgânico, se concretiza quando há a tomada de consciência de sua realidade, função e da responsabilidade que tem na formação de pessoas capazes de desenvolver um pensamento crítico que possa se generalizar na sociedade.

Sobre isso, Gramsci (1979) afirma que

> O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um, em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e conseguindo-se que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo. (GRAMSCI, 1975, p. 08).

É nessa relação dinâmica, perpassada por provocação e conflitos intencionalmente elaborados, que se dá a formação de sujeitos críticos e atuantes. É necessário sempre lembrarmos que o trabalho docente é por natureza um "ato político" (FREIRE, 1982). Não há neutralidade, é um ato intencional. Freire acentuou que "não há prática educativa que não se direcione para um certo objetivo, que não envolva um certo sonho, uma certa utopia. A diretividade da prática educativa explica a sua politicidade." (2003, p. 168).

Essa tomada de posição assumida, sem a pretensão equivocada de se assumir uma suposta neutralidade – conforme ainda transita em alguns discursos e práticas na carreira

docente, sob o manto do *antidiretivismo* –, para Freire, é também um dever ético. O autor afirma:

> Meu dever ético, enquanto um dos sujeitos de uma prática impossivelmente neutra – a educativa – é exprimir o meu respeito às diferenças de ideias e de posições. Meu respeito até mesmo às posições antagônicas às minhas, que combato com seriedade e paixão. Dizer, porém, cavilosamente, que elas não existem, não é científico nem ético. (FREIRE, 2002-b, p. 79).

Assim, assumir o lugar de onde ver e a posição que o sujeito ocupa ao falar e agir no complexo cenário social em que vivemos, seria um compromisso necessário para ser assumido pelos educadores. Outro fundamento que ilustra a responsabilidade política do ato educativo diz respeito à importância que o acesso ao saber representa para a classe trabalhadora, como instrumento de luta para transformação social. Por esta e outras tantas considerações, evidenciamos o indicativo que aponta, a princípio, o papel dos educadores como representantes e atuantes no campo da intelectualidade orgânica, e mais pontualmente, como representantes da classe trabalhadora, considerando-os inteiramente vinculados a essa classe e aos seus interesses quando os currículos dos espaços educativos em que atuam, apontam para o compromisso com a justiça social.

Giroux (1997) nos lembra que

> Um ponto de partida para interrogar-se a função social dos professores enquanto intelectuais é ver as escolas como locais econômicos, culturais e sociais que estão inextricavelmente atrelados às questões de poder e controle [...] Em resumo, as escolas não são locais neutros e os professores não podem tampouco assumir a postura de serem neutros. (p. 162).

Nesse sentido, os professores, cientes do seu papel enquanto intelectuais, não consideram o trabalho docente como um campo de saber puramente técnico e instrumentalizado. Giroux (1997) ainda afirma que "[...] encarando os professores como intelectuais, nós poderemos começar a repensar e reformar as tradições que têm impedido que os professores assumam todo o seu potencial como estudiosos e profissionais ativos e reflexivos." (p. 162). A perspectiva de utilização do pensamento crítico como norteador do trabalho, poderá fazer do trabalho docente um lugar privilegiado de atuação do intelectual orgânico, a favor deles mesmos e dos alunos e alunas.

Por conta dessa intelectualidade e transformação, Giroux (ibid., p.186) amplia a questão do papel político dos professores, descrevendo os intelectuais também como "mediadores, legitimadores e produtores de ideias e práticas sociais; eles cumprem uma função de natureza eminentemente política".

Dessa forma, construir uma ordem social nova requer muito mais do que uma "nova"

forma de fazer política. Implica na construção de um novo homem e uma nova mulher, de uma nova filosofia, de novos modos de se relacionar com os demais homens, mulheres, seres da natureza e com o produto do trabalho humano. Construir a hegemonia da classe trabalhadora requer o fortalecimento de uma concepção de mundo crítica, consciente e coerente, embasada em princípios progressistas que possam contribuir com a construção de valores e práticas emancipatórias. Uma concepção de mundo capaz de destituir o poder e a influência da dominação anterior e fecundar uma nova sociedade mais inclusiva, plural e tolerante.

As disputas atuais no cenário político nacional dão visibilidade aos desafios para a construção de novos consensos em qualquer sociedade, mas, principalmente, naquelas marcadas pelo pensamento conservador, cujas raízes ainda estão firmemente ativas. A mediação dos meios de comunicação, potencializados pela democratização da internet, associada à força das redes sociais na difusão de valores a partir da ação e prática dos intelectuais, acelera a formação ou a manutenção do consenso, diferentemente do tempo pontuado por Gramsci nas primeiras décadas do Séc. XX. O mais importante nesta realidade: conseguimos visualizar e delimitar as ações dos agentes responsáveis por esta construção ou manutenção hegemônica em meio à disputa política acirrada. Os dispositivos ideológicos ganharam cores, formas e sons escancarados. Não funcionam mais silenciosamente e nem sorrateiramente.

Como afirma Gramsci (1975, p.1331), “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente, uma relação pedagógica”; e é nesse sentido que ela deve ser entendida e construída. Dentro de um plano de ação para uma nova concepção de mundo, em primeiro lugar, e para a construção de um novo mundo, em segundo.

Dessa forma, considerando-se a dinamicidade do meio social e das relações que se estabelecem entre os sujeitos em seus grupos de pertença; considerando-se ainda que essas trocas estabelecidas na vida cotidiana influenciam na percepção que os grupos sociais elaboram sobre o mundo e sobre as coisas, norteados pelos saberes oriundos do senso comum que orientam as suas condutas e escolhas, presumimos que há um fecundo diálogo teórico produzido em diferentes épocas, entre dois importantes intelectuais, Antônio Gramsci e Serge Moscovici, que necessita ser estudado. Considerando-se também o papel que os processos educativos têm na organização e formação dos sujeitos que se integram nessa convivência e dinâmica social e a intencionalidade que dá sustentação à execução dos seus propósitos como estratégias e dispositivos de poder, presumimos também que a elucidação dos diálogos

teóricos entre os dois autores podem trazer à tona elementos que subsidiem propostas educativas, para constituição do sujeito, comprometidas com a difusão de visões de mundo e de sociedade pautadas em princípios emancipatórios e, portanto, se articulem com a educação para a práxis. Assim posto, é que questionamos:

- Quais as aproximações entre as perspectivas teóricas de Gramsci e Moscovici?

- Quais os distanciamentos ou limites possíveis presentes nas teorias de Gramsci e de Moscovici?

- De que maneira as aproximações teóricas entre Gramsci e Moscovici contribuem para nortear propostas educativas de cunho emancipatório alinhadas com a práxis, dentro de grupos de pertença do sujeito?

Assim, apresentamos os objetivos da nossa pesquisa:

GERAL:

- Investigar aproximações e distanciamentos teóricos entre as teorias de Gramsci e Moscovici, no sentido de articular, através das aproximações, uma proposta de educação para práxis, a fim de contribuir com a formação do sujeito político para atuar em seu grupo de pertença.

ESPECÍFICOS:

- Identificar aproximações e limites possíveis entre as teorias de Gramsci e de Moscovici.

- Buscar elementos nas aproximações teóricas de Gramsci e de Moscovici que possam mediar uma proposta de educação alinhada com os princípios da práxis.

- Analisar a proposta de educação para práxis, alinhada com a formação do sujeito político, com vistas a atuar em seu grupo de pertença.

Notas iniciais sobre a trilha metodológica

Para fins de orientação, partimos do pressuposto de que o ato de conhecer implica no ato de se conhecer, como aponta Santos (2001): “Todo conhecimento é autoconhecimento.”

(p.80) Desta forma, nossas ideias, crenças e valores têm ligação com o que pesquisamos e com a forma como buscamos conhecer um determinado objeto de estudo.

Considerando-se a natureza e o objeto de investigação desta pesquisa, nosso estudo será construído no escopo de uma pesquisa teórica de abordagem qualitativa, mediante a relação dialógica com as fontes bibliográficas consultadas. Esse tipo de pesquisa nos envolve na relação transferencial com as apostas, intenções, concepções, projetos dos atores por meio dos quais as ações, estruturas e as relações tornam-se significativas. (MINAYO e SANCHES, 1993).

É nesta perspectiva que uma epistemologia embasada na consideração de toda a complexidade que perpassa a pesquisa qualitativa representa a possibilidade de uma maior aproximação com a realidade evidenciada, buscando espaços para as implicações múltiplas presentes no fenômeno estudado, as interações diversas e adversas, além das suas incertezas.

Assim posto, passaremos agora à apresentação do resumo dos capítulos que já compõem esta investigação:

Iniciamos a construção da nossa tese a partir do *Prólogo*. Nele, apresentamos uma descrição crítico-analítica da trajetória educativa e acadêmica contextualizada em diferentes espaços/tempos da minha história pessoal, com ênfase na formação no ensino superior e o início da carreira acadêmica como professora da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Este resgate foi articulado com as inquietações recorrentes que marcaram e marcam a minha vida a partir dos conflitos vivenciados em torno do vir a ser, do ser ou do não ser. Foi deste complexo processo que construí a consciência de lugar e da posição em que eu queria estar e, portanto, inspirou a temática e a construção do meu objeto de estudo.

A seguir, apresentamos a Introdução do trabalho, etapa que chamamos de *Caderno de Miscelâneas: notas para principiar a tese.* O termo "caderno de miscelâneas" foi uma expressão utilizada por Gramsci (1999) para caracterizar um tipo de texto com ideias mais gerais, sem se preocupar em centrar a escrita em nenhum tema em especial, mas diversos temas. Assim também caracterizamos o perfil da introdução e a nomeamos com esse formato. Nesse momento, trazemos, a princípio, uma discussão teórica mais introdutória sobre o pensamento de Gramsci e apontamos alguns interesses comuns de estudos com o pensamento de Serge Moscovici, a fim de traçar um cenário mais claro para a apresentação do problema e ajudar na construção do nosso objeto de estudo. A partir disso, apresentamos também as questões e os objetivos de pesquisa. Fazemos ainda, nesta etapa do trabalho, um breve recorte teórico acerca da metodologia adotada.

No *Caderno Especial I*[2], nomeado de *Orientação, rota e desvios no percurso da investigação,* apresentamos o viés teórico e epistemológico norteador dos caminhos percorridos durante a investigação. Além disso, apresentamos os fundamentos e os encaminhamentos que orientaram a nossa caminhada durante os dois movimentos da nossa investigação, conforme objetivos apresentados. No roteiro também consta a apresentação da análise do discurso como perspectiva de análise e interpretação dos resultados alcançados.

No *Caderno Especial II*, nomeado de *GRAMSCI E MOSCOVICI: (re)visões, abordagens contemporâneas e (re)construções no e do cotidiano,* fazemos uma ampla retomada do estudo teórico centrado nas principais categorias dos dois autores, além de pontuar elementos biográficos que ilustram as suas trajetórias de vida. Atrelado a isso, buscamos discutir os conceitos também com outros autores e estudiosos das referidas teorias, a fim de contribuir na construção e contextualização das obras, tendo como pano de fundo a sociedade contemporânea.

No *Caderno Especial III*, nomeado de *Senso comum no centro da interseção possível: inspiração, subversão e revolução no meio social e científico,* elaboramos a apresentação, análise e interpretação dos resultados da pesquisa realizada. Fazemos isso através da apresentação de uma grande categoria que surgiu no processo da investigação e de subcategorias que vieram à tona durante a construção do debate teórico e, portanto, ajudaram na organização dos resultados quando abordamos as aproximações teóricas entre Gramsci e Moscovici e também os seus distanciamentos.

O *Caderno Especial IV*, intitulado *Lugar e posição da educação e da práxis pedagógica, sob a perspectiva de Gramsci e Moscovici,* mostra o resultado do nosso segundo movimento de investigação, onde, a partir das aproximações teóricas de Gramsci e de Moscovici, construímos uma discussão sobre alguns fundamentos que favorecem a educação alinhada com os princípios da práxis. Tomamos *a escola* como o espaço educativo eleito para mediar e contribuir com a formação do sujeito da práxis para atuar em seu grupo de pertença. A relação professor – aluno assumiu centralidade na proposta.

Para não concluir, apresentamos o *Caderno de Miscelâneas*[3] *II*, nomeado *Considerações possíveis e (in)conclusivas.* Norteamos as nossas reflexões a partir da imagem que apresentamos como ilustração de capa, *O pensador do Século XXI,* uma releitura da

[2] Expressão utilizada por Gramsci para identificar os textos escritos em cadernos já completos, com conteúdos específicos e finalizados de acordo com a sua intencionalidade na organização do conteúdo. Assim, todos os "capítulos" serão substituídos pela palavra "cadernos especiais", seguidos do algarismo romano correspondente, tomando emprestado o estilo gramsciano para organizar as partes desta tese.

[3] Nomenclatura no mesmo sentido do Caderno de Miscelâneas I, onde ideias gerais sobre o nosso objeto de estudo serão apresentados, agora com características de arremate (in)conclusivo.

famosa obra do escultor francês Auguste Rodin (1902*), O Pensador*, a qual ilustra a homenagem para mais famosa obra prima do poeta italiano Dante Alighieri, *A Divina Comédia* (1307). Assim, através do *Inferno de Dante*, tecemos considerações sobre o lugar do sujeito na investigação, apontamos alguns resultados e assumimos a (im)possibilidade desses representarem a dimensão do que poderia ser achado nesta pesquisa. O caderno também inscreve o que pretendemos fazer com as letras escritas as quais defendem essa tese, na tentativa de que a escritura possa ser refletida, discutida e ampliada.

CADERNO ESPECIAL I

ORIENTAÇÕES, ROTAS E DESVIOS NO PERCURSO DA INVESTIGAÇÃO

1.1. ORIENTAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS NO PERCURSO

O processo histórico social nos faz pensar que a linearidade não pode ser o suporte para a produção do conhecimento, principalmente dentro do contexto das Ciências Sociais e Humanas, já que fatores diferentes e complexos estão associados ao fenômeno estudado. A constatação dos múltiplos fatores, complexos e dinâmicos, que perpassam o meio social onde os sujeitos estão inseridos, supõe a ação efetiva desses autores, interagindo e sendo construtores de saberes e vivências que caracterizam os seus modos de se relacionar e instituir novas formas de se pensar e estar no mundo e também de falar sobre ele, na convivência social com o novo e com o diferente. Salienta-se aqui que a construção teórica sobre diferentes temas envolve um conjunto de fatores que necessariamente carecem de ser considerados a partir da noção de totalidade e de conjunto, entendendo a interdependência entre os fenômenos nela implicados. Apresentamos, portanto, a pesquisa teórica como principal movimento dessa investigação.

Por isto mesmo, a atenção com este sujeito que produz o saber e é mediado por afetos, assim como expressa a capacidade de possuir outra leitura de mundo e valores na sua trajetória histórico-social-pessoal, necessita ser incorporada nas nossas considerações; entendendo-o como agente potencializador e transgressor e, mais ainda, criador. Nesta perspectiva, convém ressaltar, inicialmente, o caráter fenomenológico crítico[4] do estudo a ser realizado; a intencionalidade é a de assumir uma postura não acabada no trato com o conhecimento da pesquisa tal qual foi legitimado nas perspectivas lineares, a exemplo do cartesianismo/ positivismo, representantes do modelo de racionalidade que preside a ciência moderna constituída a partir da revolução científica do século XVI, desenvolvida e aprimorada nos séculos seguintes, sob o domínio das Ciências Naturais.

[4] Caráter fenomenológico crítico na perspectiva da Teoria Crítica da Modernidade. A Modernidade não faz a distinção entre natureza/ser humano. Essa fronteira estabelecida em algumas compreensões da tradição filosófica fenomenológica representa também uma forma de aprisionamento do conhecimento e "revela-se mais subsidiária do modelo de racionalidade das ciências naturais do que parece." (SANTOS, 2001, p.67)

Santos (2001, p.60) faz a seguinte constatação:

> Ainda que com alguns prenúncios no século XVIII, é só no século XIX que este modelo da racionalidade se estende às ciências sociais emergentes. A partir de então pode falar-se de um modelo global (isto é, ocidental) de racionalidade científica que admite variedade interna, mas que se defende ostensivamente de duas formas de conhecimento não científico (e, portanto, potencialmente perturbadoras):o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos (em que se incluiriam, entre outros, os estudos históricos, filológicos, literários, filosóficos e teológicos).

Esse modelo global de racionalidade científica instaurada, já excludente em sua origem, trouxe consigo vertentes do totalitarismo, conforme acentua o mesmo autor, "na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas". (SANTOS, 2001, p.61). A arrogância presente nesse paradigma e a confiança epistemológica se traduzem pela pretensão de que ele, somente ele, possibilita a única forma de se chegar ao conhecimento, e, mais do que isto, o "conhecimento verdadeiro" e acabado. Um exemplo da prepotência presente neste paradigma pode ser representado pelas palavras de um dos seus precursores, Kepler (1619), falando sobre a sua produção voltada para as leis das órbitas dos planetas: "Perdoai-me, mas estou feliz; se vos zangardes eu perseverarei; (...) O meu livro pode esperar muitos séculos pelo seu leitor. Mas mesmo Deus teve de esperar seis mil anos por aqueles que pudessem contemplar o seu trabalho." (In: SANTOS, 2001,p. 61)

A hegemonia presente nessa forma de racionalidade retirou do campo científico a sua potencialidade criativa, reveladora e ética. A necessidade de se fazerem perguntas subjetivas visando também nortear essas práticas de cientificidade, não foi considerada importante; ao contrário disto, as relações entre sujeito/objeto foram consideradas irrelevantes e ilusórias. Subtrai-se, então, desse contexto, todas as implicações conflitantes que podem definir o certo e o errado, o bom e o ruim, o ético e o não ético, o positivo e o negativo da ciência para a nossa existência. Esse empobrecimento na construção do conhecimento, fortemente disseminado e apreendido na compreensão de mundo de homens e mulheres modernas, retirou dos seus olhares a percepção da riqueza presente na diversidade das práticas sociais.

Nessa lógica, a preocupação com o processo, no paradigma norteador dessa investigação, é maior do que com o produto acabado, aprisionado e estanque, conforme objetivo da ciência clássica. Ao nos depararmos com atores sociais no campo da produção do conhecimento, torna-se necessário relacionar as implicações das suas formas de produção de saberes imanentes com as diversas vertentes que interagem e se correlacionam. Torna-se

necessário situar o problema numa continuidade, num desenrolar de eventos que possuem um passado, um presente e um futuro. Essa perspectiva estará sempre presente na interpretação do fenômeno estudado, considerando-se, principalmente, a contribuição teórica de Antonio Gramsci e a sua concepção dialética da história, onde a contradição, o conflito e a luta de classes delineiam contextos, o que mostra visibilidade também para o choque entre posições sociais e visões de mundo antagônicas, àquilo que se movimenta na direção das mudanças sociais, políticas e culturais, conforme indicam os princípios da *filosofia da práxis* gramsiciana. Ou seja, privilegiando também o estudo dos conflitos no processo histórico, evidenciando o papel ativo do sujeito na construção das relações humanas e das mudanças sociais.

Gramsci (1975) encara a filosofia como produto do processo histórico pelo qual o homem passou e ainda passa. Assim sendo, o conhecimento seria fruto desse processo em formação constante, de um sujeito concreto, ser que se produz e produz o seu mundo quando se torna consciente de si e da sua possível atuação, do seu papel. É por isso que, nessa perspectiva, "a relação entre filosofia "superior" e senso comum é assegurada pela política" (GRAMSCI, 1975, p.1080) e, portanto, "[...] não se pode destacar a filosofia da política e se pode mostrar assim que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos político."(GRAMSCI, 1975, p.1379).

Tal postura é fundamental para a compreensão do pensamento dos autores estudados e dos fenômenos educativos institucionalizados, já que são as instituições, por um lado, que teoricamente fornecem subsídios emancipatórios na formação, ou, por outro, são também estas mesmas instituições formativas um obstáculo, caracterizado pelo distanciamento significativo dos princípios necessários à emancipação, pois podem, na ação, instituir estereótipos, fragmentações e intolerância com o diferente, bem característicos do paradigma da ciência moderna. Sobre isso, Santos (2001, p. 73) afirma:

> Os limites deste tipo de conhecimento são, assim, qualitativos e não são superáveis com maiores quantidades de investigação ou maior precisão dos instrumentos. (...) Os factos observados têm vindo a escapar ao regime de isolamento prisional a que a ciência os sujeita. Os objetos têm fronteiras cada vez mais indefinidas (...).

Essa realidade constatada torna mais premente a necessidade de buscarmos aportes em paradigmas que trazem à tona a ressignificação dos atores sociais, dar vez ao devir, abrindo possibilidades para interpretações calcadas em dinâmicas complexas e desestruturadoras, atentando para os agenciamentos diversos entre sujeitos e demais segmentos que caracterizam

e estão presentes em suas formas de representar e ver o mundo. Viabiliza-se, assim, uma existência criativa que pode conviver em conjunto e se potencializar a partir da pluralidade, alimentando-se da complexidade do pensamento, essa complexidade "que indica o paradoxo entre o uno e o múltiplo, na convivência inquieta e ao mesmo tempo estimulante da ambiguidade, da incerteza e da desordem." (PETRAGLIA,1995, p. 49).

Nesse enfoque, serão adotadas alternativas paradigmáticas de produção do conhecimento que se movam para além do modelo que limita o pensamento, seleciona e tem dado sustentação ainda a tantos estudos que suprimem o sujeito. Esse é o mesmo pensamento – norteador ainda de muitos currículos escolares – que tem subtraído das práticas de formação, a dialogicidade, a aproximação e reconhecimento das diferenças e do pensamento plural, em um momento onde a multiplicidade de fatores que interagem com os sujeitos torna as suas relações sociais cada vez mais complexas. Se, antes, esse paradigma simplista já não dava conta de dar pistas reveladoras sobre as questões que perpassam as ciências sociais e humanas, hoje sabemos que não há mais espaço para continuidade dessas negligências "racionalizadas" em nome da "ciência pura". Santos (2001) faz uma análise sobre o que ele chama de *"Crise epistemológica do paradigma dominante"*:

> (...) pautada pelas condições teóricas e sociais que acabei de referir, a crise do paradigma da ciência moderna não constitui um pântano cinzento de cepticismo ou de irracionalismo. É antes o retrato de uma família intelectual numerosa e instável, mas criativa e fascinante, no momento de se despedir, com alguma dor, dos lugares conceptuais, teóricos e epistemológicos, ancestrais e íntimos, mas não mais convincentes e securizantes, uma despedida em busca de uma vida melhor a caminho doutras paragens onde o optimismo seja mais fundado e a racionalidade mais plural e onde, finalmente, o conhecimento volte a ser uma aventura encantadora. (p. 73-74)

Essa crise criativa é a mesma que abre espaço para um fazer científico que reconheça e leve em consideração que nem tudo está pensado. Ser ou não ser? Essa é uma consigna que nos acompanha no percurso intelectual. O possível, por ter mais energia e fôlego, é mais rico que o real estanque apresentado pelo paradigma positivista. Por isso, não é legítimo reduzir o real ao que existe e está aí. Há alternativas e o importante é ressaltar o pensar: o mesmo que nos permite ver, é o mesmo que nos permite avaliar, analisar, construir, interpretar, descobrir no processo, a partir do olhar "contaminado" pela complexidade e flexibilidade. Assim também poderemos distinguir as boas das más alternativas de se produzir conhecimento.

Desta forma, esta pesquisa caminhará dentro da seguinte perspectiva: com um olhar – que não somente vê – norteado por um eixo epistemológico que privilegia, sobretudo, a dinâmica, o movimento, a historicidade, a contradição, a construção embebida de imaginação

que está presente nas teorias dos autores estudados, em busca de espaços para escutas desses saberes com a mesma credibilidade que já demos a tantos outros, produzidos de maneira linear – onde os sujeitos foram *sujeitados* e, consequentemente, empobrecidos.

Convém também destacar que a construção do objeto e a viabilização da pesquisa foi possível motivada, principalmente, pela identificação e aderência que temos com os pressupostos históricos e epistemológicos que fundamentam os campos de estudo dos dois autores: Gramsci e Moscovici. Isso se constitui, a priori, a ferramenta necessária que sustenta a trajetória desta investigação. Nesse sentido, lembramos-nos do pressuposto presente na teoria das representações sociais: o de que a vida cotidiana, permeada de signos da cultura, está constituída por estruturas relevantes para grupos e comunidades (MOSCOVICI, 2005). Da mesma forma, Gramsci norteia a sua percepção da sociedade. Foi também nessa perspectiva que caminhamos em direção do nosso objeto de estudo.

Para isso, alguns procedimentos respaldaram a nossa trajetória de investigação, a saber: pesquisa bibliográfica; leitura das principais obras dos autores referenciais; fichamento de livros; busca de apoio teórico de outros estudiosos das obras; enumeração e categorização dos conceitos gramscianos retirados da fonte e aproximados com os conceitos já estudados de Serge Moscovici; reorganização das categorias; análise das categorias identificadas a partir da análise do discurso; construção de pressupostos para se pensar um projeto de escola emancipadora norteada pelo diálogo entre Gramsci e Moscovici –, objeto de aprofundamento na etapa final da escritura.

1.2. ROTAS NO PERCURSO DA PESQUISA

1.2.1. Pesquisa teórica como rumo da investigação

A definição por esse gênero de pesquisa foi uma decisão *a posteriori* à formulação do problema a ser investigado. Nesse sentido, a elucidação das aproximações conceituais das teorias de Antônio Gramsci e Serge Moscovici nos convidou ao registro dessas constatações, através do fecundo debate teórico entre esses autores, apostando em novas e inusitadas vertentes que pudessem contribuir para se (re)pensar e aprofundar as referidas teorias.

Segundo Demo (2000), a pesquisa teórica é "dedicada a reconstruir teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos". Dessa forma, esse tipo de pesquisa é orientado no sentido de reconstruir teorias, referências, condições explicativas da realidade, polêmicas e discussões importantes. A pesquisa teórica não propõe imediata intervenção na realidade, mas nem por isso deixa de ser

importante, pois seu papel é decisivo na criação de condições para a intervenção. Apesar da dispensa dessa interferência imediata no plano da experiência, isso não significa uma dissociação com esse plano. Nesse sentido, a pesquisa teórica serve de embasamento para a pesquisa empírica; por isso mesmo, "o conhecimento teórico adequado acarreta rigor conceitual, análise acurada, desempenho lógico, argumentação diversificada, capacidade explicativa." (DEMO, 1994, p. 36).

Elegemos os livros basilares que fundamentam o pensamento dos nossos autores de referência, Serge Moscovici e Antônio Gramsci, como indicações bibliográficas centrais na pesquisa realizada. A saber:

FONTES PRINCIPAIS

SERGE MOSCOVICI	**- A Psicanálise, sua Imagem e seu Público.** **- Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**
ANTÔNIO GRAMSCI	**- Os Cadernos do Cárcere** **- Cartas do Cárcere**

Utilizamos também outros autores, estudiosos das referidas teorias como apropriação do modo de trabalho[5], a fim de aprofundar e dar mais clareza ao debate. Em Moscovici, trabalhamos também com Arruda (2000), Jodelet (2001/2009/2015), Jovchelovitch (2003), Marková (2003/2006/2015), dentre outros. Em Gramsci, também buscamos apoio em Baratta (2004/2011, 2015), Coutinho (1997/2007), Semeraro (2000/2003/2006), Staccone (1993).

1.2.1.1. Acervo disponível e a leitura da obra de Gramsci

Considerando a complexa tarefa que representa a leitura e análise da teoria gramsciana a partir da sua fonte, principalmente os Cadernos do Cárcere, é necessário esclarecer o

[5] Categoria utilizada por estudiosos de Bourdieu para fazer mapeamento da utilização da obra do autor por outros estudiosos. Nesse sentido, a "apropriação do modo de trabalho" se constitui como "maneiras de apropriação reveladoras da utilização sistemática de noções e conceitos do autor, tais como campo, estratégia, habitus etc., bem como mostram preocupação central com o modus operandi da teoria (construção do objeto, pensar relacional, análise reflexiva, objetivação do sujeito objetivante etc.)". (CATANI, 2001).

percurso que percorremos, evidenciando o complexo cenário que deu origem às publicações dessas obras e as diferentes versões que circulam.

Somente depois da queda do regime fascista, no fim da Segunda Guerra Mundial, entre 1947 e 1951, foi lançada uma primeira edição dos Escritos do Cárcere, publicada pelo editor turinês Einaudi, em seis volumes, supervisionada por Palmiro Togliatti (dirigente do PCI de quem Gramsci tinha se distanciado por divergências políticas e ideológicas). O primeiro volume continha uma seleção também das *Cartas do Cárcere.* Os seis volumes dessa edição, resultaram de agrupamentos de muitas notas organizadas a partir de diferentes temas.

Em 1975, depois de importantes mudanças políticas e culturais na Itália, foi publicada a primeira edição crítica dos *Cadernos do Cárcere*, organizada pelo intelectual italiano Valentino Gerratana. Nela, foram reproduzidos os textos integrais de Gramsci assim como haviam sido por ele redigidos, isto é, na mesma ordem e nas diferentes versões que ele havia escrito, às vezes riscados por uma leve linha e, frequentemente, reescritos em outro caderno quase "monográfico" (os cadernos especiais). Foi demonstrado, através da comparação filológica das duas edições, que é possível encontrar duas ideias muito distintas de Gramsci na organização da sua teoria. A reprodução fiel da sua obra é muito menos "fragmentária" do que se pensava e também mais reveladora, conforme aponta Monasta (2010). Utilizamos como fonte a versão em espanhol da edição crítica dos Cadernos do Cárcere organizada por Gerratana (1975), traduzida pela mexicana Ana María Palos em 1986 (Volumes 1, 2, 3, 4, 5 e 6), além da versão brasileira traduzida e organizada por Carlos Nelson Coutinho (Volumes 1, 2, 4 e 6, 1999 - 2001).

Considerando a vastidão dos escritos, optamos por privilegiar os volumes cujos conteúdos contemplam a discussão a que damos mais espaço na investigação a partir do nosso objeto de estudo: as representações sociais. Na versão brasileira, os Cadernos Especiais e os Cadernos de Miscelâneas que compõem os *Cadernos do Cárcere* foram didaticamente reorganizados por Coutinho – norteado pela edição crítica de Gerratana – e nos debruçamos mais atentamente no Volume 1 (Introdução ao Estudo da Filosofia. Filosofia de Benedetto Croce), no Volume 2 (Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo), no Volume 4 (Temas de Cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo) e no Volume 6 (Literatura. Folclore. Gramática). Da edição crítica original, organizada por Gerratana, utilizamos os seis volumes na versão em espanhol, resgatados a partir do material completo disponibilizado para download na internet. Essa versão dos Cadernos serviu de base para consultas mais detalhadas

de conceitos trabalhados pelo autor ao longo de toda a sua obra, considerando, também, as particularidades e diferenças na apresentação dos 29 cadernos, em relação à versão brasileira.

1.2.1.2. Leitura das obras de Moscovici

Nesse percurso, a fim de ter uma aproximação mais profunda com a origem do pensamento do autor, optamos por nos debruçar principalmente sobre a obra clássica originada da sua tese de doutorado: *A Psicanálise, sua Imagem e seu Público*, raiz da teoria das representações sociais. Seguindo a trajetória da construção e aprofundamento da sua obra a partir do contato direto com a fonte, elegemos outro clássico que nos permitiu atualizar conceitos e acrescentar outros elementos que subsidiam a teoria: *Representações Sociais: Investigação em Psicologia Social.*

1.2.2. Análise do discurso como recurso de análise do dito e do dizer

Entendemos que a análise de dados e a organização dos resultados de uma pesquisa qualitativa, quando amparados na Análise do Discurso (AD), é bastante propositiva, pois os fundamentos da AD se aplicam ao seu conjunto de elementos norteadores para adentrarmos no complexo objeto pesquisado.

A AD considera que a linguagem não é transparente e procura detectar, num texto, como este significa. Ela o vê como detentor de "uma materialidade simbólica própria e significativa. Portanto, com o estudo do discurso, pretende-se apreender a prática da linguagem, ou seja, o homem e a mulher falando, além de procurar compreender a língua enquanto trabalho simbólico que faz e dá sentido, constitui o homem e sua história." (SILVA, 2005, p.16).

É necessário também salientar que a perspectiva dos estudos da AD na vertente de Orlandi (1996) contempla a nossa abordagem conceitual, pois, segundo nos aponta a autora, esses estudos "partindo de 'uma relação necessária entre o dizer e as condições de produção desse dizer' coloca a exterioridade como marca fundamental." (p.16).

Ao elegermos a AD como um aliado no processo de investigação, estamos também considerando que são os homens e as mulheres que constroem a existência humana, ou seja, conferem-lhe sentido. É essa capacidade que ambos têm de atribuir sentidos às coisas e promover seu constante devir, o que ilustra o interesse na Análise do Discurso. Ela leva em conta o homem, a mulher e a língua em suas concretudes, materialidade, não enquanto sistemas abstratos. Ou seja, considera os processos e as condições por meio dos quais se

produz a linguagem. Assim fazendo, insere os homens, as mulheres e a linguagem em sua exterioridade, em sua historicidade.

Em busca de definir o seu campo de atuação, Brandão (1986) afirma que a AD:

> Toma a linguagem como um fenômeno que deve ser estudado não só em relação ao seu sistema interno, enquanto formação lingüística a exigir de seus usuários uma competência específica, mas também enquanto formação ideológica, que se manifesta através de uma competência sócio-ideológica. (BRANDÃO, 1986, p. 18).

Dessa forma, um conceito fundamental para a AD é o de condições da produção do discurso, que pode ser definido como o conjunto dos elementos que o cercam: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si, do outro e do assunto de que estão tratando. Todos esses aspectos precisam ser levados em conta quando procuramos entender o sentido de um discurso, pois ele é também um dos lugares em que a ideologia se manifesta, isto é, toma forma material, se torna concreta por meio da língua. Ou seja, não há neutralidade. É também uma posição política e traduz o lugar dos sujeitos em relação ao que está sendo dito, discursado.

Orlandi (1999) sugere a construção de um dispositivo de interpretação, que teria como característica,

> [...] colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras. (p.59).

Consideramos que o sujeito ocupa uma posição no espaço social e produz um discurso norteado por um lugar e tempo histórico, que vai se situar em relação aos discursos do outro. Daí a importância de outro elemento fundamental com que a Análise do Discurso trabalha: o de formação ideológica. O discurso é o espaço em que saber e poder se unem, se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito que lhe é reconhecido socialmente.

Por meio de trabalho de análise, o analista/pesquisador pode detectar como os sujeitos e os sentidos se constituem, se posicionam na história, e como a língua atravessa e é atravessada por esses sujeitos e sentidos. Nesse sentido, a aproximação dos pressupostos teóricos da AD com os ideários gramscinianos – de origem marxista – encontra aderência e pertinência fundamentais para o desenvolvimento desta investigação.

CADERNO ESPECIAL II

GRAMSCI E MOSCOVICI: (re)visões, abordagens contemporâneas e (re)construções no e do cotidiano

Inicialmente, ressaltamos a necessidade de delinear, mesmo que sucintamente, *o estado da arte* de pesquisas cujos vieses temáticos se aproximam do nosso objeto de estudo eleito. A construção deste plano de fundo foi importante porque nos deu visibilidade do cenário explorado pela academia em torno desta temática, ao mesmo tempo em que nos possibilitou construir uma dimensão dos desafios que temos ao adentramos neste campo teórico, principalmente em relação à seleção dos aportes que embasaram as reflexões dos conceitos - chave.

2.1. CENÁRIO DE ESTUDOS NO (CON)TEXTO ACADÊMICO

Para delimitar este cenário, elegemos como fontes o banco de teses da CAPES e a Biblioteca digital de teses e dissertações da Universidade de São Paulo (USP). Esta escolha foi motivada por entendermos que as duas instituições nos dariam maior visibilidade dos trabalhos produzidos no país a partir do lugar que ocupam no meio acadêmico. A primeira, por representar a instituição que acompanha e avalia a pós-graduação *strictu sensu* no cenário nacional. A segunda, levando em consideração o volume das informações que constam em seu tradicional acervo.

Para nortear a busca, usamos diferentes enfoques nas frases digitadas, a saber: Representações Sociais; Representações Sociais e Educação; Representações Sociais e Intelectuais; Representações Sociais e Gramsci; Gramsci; Gramsci e Educação; Gramsci e Intelectuais.

2.1.1. Teses e dissertações próximas ao objeto - CAPES

QUADRO 2

BANCO DE TESES – CAPES (2010 – 2016)

Representações Sociais	MESTRADO	DOUTORADO
	1.655	486
Representações Sociais e Educação	709	152
Representações Sociais e Intelectuais	37	21
Representações Sociais e Gramsci	0	0
Gramsci	42	122
Gramsci e Educação	23	80
Gramsci e Intelectuais	3	17

FONTE: Site da instituição

No quadro, os resultados apresentados inicialmente mostram os registros das pesquisas abordando a teoria das *representações sociais* nos últimos anos, segundo as informações reveladas no banco de dados da CAPES. Entre os anos 2010-2016, foram registradas 2.142 pesquisas na pós-graduação *strictu sensu*, com maior volume nas dissertações de mestrado (1.655 trabalhos).

Quando o recorte é feito para o enfoque dos estudos das *representações sociais associadas à educação*, os dados nos apontam que essa é a maior abrangência de pesquisas da teoria: 861 investigações concluídas, correspondendo a cerca de 40% do total registrado. O percentual restante (60%) é subdividido em outras áreas e temáticas que também se debruçam nos estudos da teoria. Mais uma vez, as informações indicam o maior volume das investigações com essa abordagem no nível do mestrado.

Quando direcionamos a busca de trabalhos que associam as palavras *representações sociais e intelectuais,* o resultado é modesto em relação a outras associações, 58 investigações no total. Vale ressaltar que esta associação não tem similaridade com a investigação que desenvolvemos. O termo *intelectual* aparece mais na composição de frases do título e

resumos, desvinculada do campo da educação e sem aparecer compondo o objeto de estudo nas pesquisas registradas.

É na associação da teoria das *representações sociais com Gramsci* que temos o resultado mais revelador: não existem pesquisas no banco de dados da CAPES com esse viés e abordagem. Entre outras coisas, a visibilidade da originalidade da nossa temática eleita e o desafio na construção deste diálogo pouco explorado, implica na potencialização da responsabilidade que nos cabe, ao mesmo tempo em que nos instiga a construir o novo com certa autonomia. Isso é certamente mais inspirador e traz elementos emancipatórios quando tomamos como referência o percurso muitas vezes engessador para construção do saber indicado pela academia.

Quando direcionamos a busca para os trabalhos que elegem *Gramsci* diretamente na temática de investigação, encontramos 164 registros; 42 dissertações e 122 teses. Neste cenário, constatamos que o maior número de trabalhos se encontra no nível de doutorado, uma situação inversa ao que acontece com os índices das pesquisas no campo das representações sociais. A princípio, toda a complexidade que envolve as obras produzidas pelo autor, pode dar indícios que justifiquem este deslocamento. No curso de doutoramento, o tempo para os estudos e desenvolvimento da pesquisa é mais ampliado e favorece um maior aprofundamento do pensamento do autor. Convém também salientar o número relativamente baixo de trabalhos registrados no banco de dados no período apurado, principalmente se tomarmos como base a quantidade de estudos encontrados no campo das representações sociais, uma teoria mais recente. A dimensão política que permeia todo o trabalho do autor e o consequente tensionamento acadêmico em torno da atualidade das suas ideias, podem também nos ajudar a entender este baixo fluxo. Segundo Semeraro (in: SANTOS, 2002, p.110), a partir dos anos 1990,

> apenas continuaram adotando a referência gramsciana aqueles pesquisadores que realmente tinham em Gramsci um pensador sistemático, capaz de oferecer-lhes elementos teóricos para a análise da realidade brasileira (...); houve "depuração" do pensamento de Gramsci, ou seja, dentre os estudiosos que se fundamentavam no seu pensamento, foi superado o "modismo" em relação à adoção de categorias gramscianas para a análise da realidade brasileira.

Quando buscamos *Gramsci e Educação*, encontramos ao todo 103 trabalhos: 23 dissertações e 80 teses. Estes dados reafirmam a tendência de que estudos gramscianos estão mais centralizados no doutoramento, além de dar indicativos de que é no campo da educação onde se concentra a maioria dos estudos: cerca de 63% das investigações, segundo o banco de

dados da CAPES. Esse espaço destinado ao autor pelos estudiosos da educação no Brasil aponta para elementos mais consolidados que politizam o ato educativo, considerando a centralidade do pensamento do autor. Não é surpreendente, portanto, que cerca de 60% desses estudos associem também Gramsci a Paulo Freire, quando relembramos das ideias contidas em toda a sua produção relacionando a educação ao ato político.

Para *Gramsci e Intelectuais* encontramos 20 trabalhos: 03 dissertações e 17 teses. Embora as ideias do autor sejam fundadas em torno do conceito e do papel dos intelectuais, a partir do lugar que o intelectual orgânico ocupa em toda a teoria produzida, a associação direta da palavra ao nome do autor compondo a temática central da investigação é relativamente pequena nas pesquisas cadastradas. Além disso, parece-nos oportuno ressaltar o alinhamento que nos coloca próxima do autor de tal forma que traz até *um quê* de ineditismo ainda no Brasil. A surpresa desta constatação se justifica principalmente pela presença marcante com que o tema aparece em toda obra de Gramsci. Assim como constata Brocoli (1977, p.113), "Toda obra gramsciana está percorrida por este tema, como uma insistência que revela o tormento crítico necessário pela necessidade deste aprofundamento".

2.1.2. Teses e dissertações próximas ao objeto - USP

QUADRO 3

BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES – USP (2003- 2016)

	DISSERAÇÕES	TESES
Representações Sociais	78	68
Representações sociais e Educação	18	22
Representações Sociais e Intelectuais	02	0
Representações Sociais e Gramsci	0	0
Gramsci	18	17

Gramsci e Educação	08	06
Gramsci e Intelectuais	02	03

FONTE: Site da USP

No segundo quadro demonstrativo, a partir das informações coletadas da Biblioteca digital de teses e dissertações da Universidade de São Paulo (USP), há uma baixa no número de investigações registradas, mesmo quando ampliamos o período para o ano 2003. Considerando que, no QUADRO 1, temos os registros das investigações desenvolvidas em todo território nacional a partir dos programas de pós –graduação autorizados, não há estranheza nesse indicativo do QUADRO 2, cujas informações são restritas aos trabalhos desenvolvidos somente na instituição.

Mais uma vez, os indicativos apontam um maior número de pesquisas no campo das representações sociais, sobressaindo-se aos estudos desenvolvidos sobre Antônio Gramsci, apesar de ser uma teoria recente que chegou ao Brasil somente por volta da década de 70 do século passado. Diferentemente dos registros do banco de dados da CAPES, a distribuição dos estudos realizados no mestrado e doutorado é equilibrada, tanto quando aborda as representações sociais, como quando aborda Gramsci. Mais uma vez, não há registros de pesquisas na biblioteca que associem a teoria com o autor, como objeto ou temática de estudo. Constatamos também que o autor ocupa espaço similar nas dissertações e teses dos programas de pós-graduação da instituição, diferentemente dos dados apontados no cenário nacional. Já a tendência dos estudos de Gramsci ser mais associada ao fenômeno educativo, é confirmada. O pouco volume de investigações que estudam o autor chama a atenção: em mais de uma década, somente 17 teses foram desenvolvidas.

Por fim, ressaltamos mais uma vez o desafio que se configura na caminhada a partir dos dados apresentados. Vivemos tempos diversos daqueles vividos por Gramsci, porém consideramos que a perspicácia e a profundidade de suas análises o credenciam como um dos mais brilhantes intelectuais do século XX; a vasta e importante teoria desenvolvida pelo autor contém relevantes fundamentos para a compreensão e análise do nosso tempo. Gramsci nos trouxe uma experiência teórica historicamente nova a partir dos elementos da teoria marxista. Foi assim que o estudioso produziu novos aportes teóricos que nos convidam, além de compreender a realidade, a atuar sobre ela criadoramente, mesmo quando não a entendemos como verdades fechadas e únicas.

2.2. NOTAS ALUSIVAS AO PENSAMENTO DE GRAMSCI

A fim de construirmos relações do pensamento do autor com o conceito que trabalhamos, além de colaborarmos com a atualização da sua obra, necessário se faz adentrarmos e trazermos à tona outros conceitos que dão fundamento à teoria, evidenciando outros elementos e temáticas que dialogam e compõem a base da sua ampla e longa reflexão teórica e, portanto, esclarecem o lugar que o intelectual ocupa no cenário.

Apresentamos, inicialmente, um breve resumo contendo algumas datas marcantes da vida do teórico. Desta maneira, podemos nos aproximar mais das condições e situações que nortearam as reflexões instrumentais e analíticas que compõem toda a sua obra. Tomando como referência os estudos de Staccone (1993), destacamos os seguintes momentos no quadro que segue:

QUADRO 4

DATAS MARCANTES NA VIDA DE ANTÔNIO GRAMSCI

1891	Em 22 de janeiro nasce Antônio Gramsci, em Ales, uma ilha da Saldenha, Itália. Quarto dos sete filhos de Franceso Gramsci e Giuseppina Marcias.
1894	O pai, funcionário público, é transferido para Sórgono, a família acompanha. Em consequência de uma queda dos braços da babá, o pequeno Gramsci começa a ter sintomas de uma doença que o afligirá durante toda a vida.
1911	Após concluir o Liceu (Ensino Médio), ganha por concurso uma vaga para a Universidade de Turim. Transfere-se para a cidade e começa a frequentar os cursos da Faculdade de Letras.
1913	Filia-se ao Partido Socialista Italiano – PSI

1914	Começa a escrever no Jornal *II Grido Del popolo*, descobrindo a paixão pelo jornalismo.
1915	Em dezembro começa a trabalhar na redação turinense do cotidiano do PSI: *Avanti!*
1919	Junto com outros companheiros lança o semanário da cultura Socialista*: L'Ordine Nuovo* (1° de maio), que será mentor dos Conselhos de Fábricas.
1920	Em março/abril e setembro participa ativamente do movimento de ocupação das fábricas, orientando os operários dos Conselhos de Fábrica e os simpatizantes socialistas.
1921	- Em janeiro participa, com relutância, da cisão nascida do XVII Congresso do PSI e está entre os fundadores do Partido Comunista Italiano (PCI), secção italiana da Internacional Comunista. - O L'Ordine Nuovo torna-se o cotidiano do Partido Comunista.
1922	Em maio viaja para Moscou como delegado do PCI na executiva internacional. Em setembro é internado em um sanatório e conhece Giulia Schucht, que será sua mulher.
1923	Deixa Moscou e vai para Viena, a serviço da Internacional, para cuidar dos contatos entre o partido italiano e os partidos comunistas de outros países da Europa.
1924	- Em fevereiro começa a circular o *L'Unità* – substituiu o *L'Ordine Nuovo* – como jornal do partido. Gramsci é o mentor. - Nas eleições de 6 de abril é eleito Deputado ao Parlamento italiano e em maio retorna à Itália. Passa a morar em Roma em um quarto alugado.

	- Dentro do PCI há conflitos de correntes. Gramsci é eleito o *Secretário geral*. - Em agosto nasce, em Moscou, o seu primeiro filho: Délio.
1925	Volta a Moscou para participar dos trabalhos na executiva internacional.
1926	- Dirige em Lyon (França) o III Congresso do PCI. - Na Itália Mussolini endurece a ditadura fascista: dissolve os partidos e cria a lei do "desterro" e o "Tribunal Especial" para os opositores do regime. - Em agosto nasce o segundo filho de Gramsci e Giulia: Giuliano. - No mês de novembro Gramsci é preso apesar da imunidade parlamentar e aguarda o julgamento no cárcere romano de "Regina Coeli".
1927	Em fevereiro é levado a Milão para um primeiro julgamento.
1928	- Em maio é levado ao "Tribunal Especial" de Roma. - Em 04 de junho é lida a sentença: condenado a 20 anos, 4 meses e 5 dias de prisão. - Em julho é transferido para o Cárcere de Turi, no sul da Itália.
1929	Depois de tantos transtornos, no dia 08 de fevereiro finalmente começa a redigir as primeiras notas dos *Cadernos do Cárcere.*
1930	Dentro do cárcere de Turi cria-se um clima tenso e agressivo entre os detentos comunistas, motivado por questões ideológicas. Gramsci (alinhado com a proposta da Nova Política Econômica – NEP – assim como havia proposto Lênin, com apoio de Stalin e Bukharin) começa a ser hostilizado pelos mais ortodoxos e

	doutrinários (liderados pela corrente de Trótski e Zinoviev). Indignado, refugia-se na solidão.
1931	No mês de agosto uma súbita hemorragia chama a atenção sobre as precárias condições de saúde do detento Gramsci, de matrícula número 7047.
1933	Outra grave crise de saúde em março. Em novembro, finalmente, é levado para a enfermaria do Cárcere de Civitavecchia, a 70 km de Roma.
1935	Nova grave crise de saúde em junho, com comprometimento rápido do quadro clínico de Gramsci. É transferido para a clínica romana de Quisisana.
1936	Durante todo ano não escreve nenhuma linha dos Cadernos, devido a profunda prostração física em que se encontra.
1937	Aos 27 de abril morre Gramsci com hemorragia cerebral, aos 46 anos, sem poder concluir a sua obra. Seus 33 *Cadernos* (incluindo-se os quatro cadernos de tradução) foram salvos pela cunhada Tatiana Schucht, que os levou clandestinamente para fora da Itália. Apesar de já ter escritos (os *Escritos Políticos*) muito antes de ser preso, a sua reputação como um grande pensador e educador italiano se embasa, para a posteridade, nas *Cartas do Cárcere* (três volumes) e nos *Cadernos do Cárcere* (29 cadernos, com 2.848 páginas de anotações manuscritas, posteriormente organizados em seis volumes com cerca de 2.500 páginas impressas).

2.2.1. Gramsci, para além do clássico

Assim posto, ressaltamos a necessidade de trazermos à tona também outras considerações sobre o autor e a sua obra que fundamentam a contemporaneidade do seu

pensamento. A partir dessas abordagens, podemos vislumbrar com mais precisão a contribuição que Gramsci traz para o desenvolvimento do pensamento crítico e as possibilidades que se desnudam para construção de propostas emancipatórias de organização social nos tempos atuais.

Coutinho (1997), em conferência de abertura em um seminário sobre o autor, falando sobre a *Atualidade de Gramsci*, afirmou:

> Irei me deter aqui em algumas das razões pelas quais, em minha opinião, Gramsci continua atual, talvez mais atual do que nunca. Digo "algumas" porque, decerto, são muitíssimas as razões que asseguram essa atualidade. É difícil encontrar um só campo do pensamento social - das ciências humanas até a arte e a literatura - para o qual Gramsci não tenha dado uma rica contribuição. Ele refletiu sobre todos esses campos, sugerindo novos temas, dando novas respostas a temas antigos, indicando novos caminhos de pesquisa e análise [...]. Mas cabe desde já uma observação necessária: a atualidade de Gramsci não é, simplesmente, a atualidade própria de todo pensador "clássico". Decerto, no quadro da atual hegemonia neoliberal, não são poucos os que, mesmo no seio da esquerda, tentam mumificar Gramsci, transformando-o num mero "clássico": ele seria atual, mas como todo clássico é atual.

Nesta perspectiva, outros autores e obras enquadram-se frequentemente no *status* do "sempre atuais" por serem clássicos e assumem dimensão similar ao sentido que pretendemos dar ao pensamento gramsciniano. Assim é apresentado, por exemplo, Descartes e o seu *Discurso sobre o Método* (1637): um autor e uma obra clássica. Sem desmerecer Descartes e a contribuição relevante das suas obras, sobretudo para entendermos o pensamento social também presente e fundante do projeto da modernidade, reafirmamos a diferença no conteúdo e no lugar da atualidade à qual nos referimos. Assim como Coutinho, entendemos que colocar Gramsci meramente no lugar de "autor clássico" não dá conta da atualidade que as suas obras alcançam para entender a realidade cotidiana do Séc. XXI.

O mesmo autor continua afirmando que

> O movimento aparentemente elogioso que visa a transformá-lo num simples "clássico" oculta, na verdade, uma dissimulação: é o movimento dos que, sem querer romper com Gramsci (por razões frequentemente oportunistas), pretendem, contudo, desqualificá-lo como interlocutor privilegiado do debate político de nossos dias. (COUTINHO, 1997, s/p).

Certamente, a tentativa de mumificar o autor como mero clássico não leva em consideração a vitalidade das suas reflexões no atual quadro da hegemonia neoliberal; ele foi intérprete de um mundo que, em sua essência, continua a ser o nosso mundo de hoje. Um de seus temas centrais foi o capitalismo do século XX, suas crises e contradições, assim como a

arquitetura política e social gerada por essa formação social; nesse particular, os problemas que Gramsci abordou continuam presentes, mesmo que, em alguns casos, sob novas configurações. Não é por acaso que o autor é o intelectual mais atacado pelos pensadores da direita brasileira no cenário político atual, juntamente com Paulo Freire, cujas obras foram também inspiradas em Gramsci.

Considerando este cenário, apresentamos os principais conceitos que dão sustentação a sua teoria, a fim de que estas informações forneçam subsídios para uma maior aproximação com a nossa problemática e objeto de estudo, onde o autor aparece de forma transversal nas abordagens e discussões e propostas. A apreensão desses conceitos é indissociável do contexto amplo das suas reflexões escritas nos Cadernos do Cárcere (1929 – 1935), a saber: *o bloco histórico; teoria do Estado antes e depois dos Cadernos do Cárcere (sociedade política e sociedade civil); ideologia; senso comum; hegemonia e teoria dos intelectuais*, além de outras categorias que surgem a partir destas abordagens.

2.2.2. Bloco histórico

Um conceito chave no pensamento gramsciano é o de bloco histórico, pois abrange todas as instâncias da sociedade e outras formulações conceituais importantes nessa análise de sociedade e de mundo do autor. A figura do *bloco histórico* é um termo de uso teórico e analítico com o qual Gramsci busca redefinir as questões teóricas centrais do marxismo: as relações entre estruturas e superestruturas, entre forças materiais e ideologias e, na vertente da reflexão mais estritamente política, a relação entre força e consenso.

Com o bloco histórico, Gramsci define uma situação social formada de uma estrutura econômica vinculada, dialética e organicamente, às superestruturas jurídico-políticas e ideológicas. Assim, um bloco histórico realiza-se efetivamente, quando um grupo social economicamente ativo, consegue o consenso dos demais grupos sociais sobre o seu projeto de sociedade já em fase de realização prática. Forma-se, então, pela ação teórico-prática de uma classe fundamental, um sistema complexo, cuja direção fica a cargo dos intelectuais orgânicos nascidos das entranhas dos grupos sociais dirigentes, no presente histórico, das várias frações da burguesia.

Bianchi (2008) chama atenção para um elemento que deve ser considerado para entender o sentido que Gramsci atribuiu à formulação de bloco histórico:

> Sobre o conceito de “bloco histórico”, é importante registrar que frequentemente, foi utilizado de modo equivocado, como sinônimo de aliança de classes. As origens do equívoco podem ser encontradas no uso

> que o Partido Comunista Italiano (PCI) passou a fazer da expressão no pós-guerra [...]. Não era, entretanto, com o sentido de uma aliança de classes e, muito menos como slogan de conciliação, que Gramsci utilizava esse conceito. Em sua acepção original, o conceito de bloco histórico era concebido como uma ferramenta crítica com vistas à interpretação das relações históricas, portanto, concretas e moventes, existentes entre estrutura e superestrutura, condições objetivas e condições subjetivas, forças materiais de produção e ideologias. (BIANCHI, 2008, p.138-139).

O bloco histórico é composto pelo todo que envolve, de alguma maneira, as relações materiais, econômicas, portanto, estruturais e superestruturais, sociedade civil, sociedade política, aparelho de Estado, enfim, o todo que compõe um sistema social. E intitula-se bloco histórico, justamente, porque é fruto de uma história, é constituído ao longo do tempo e tem o peso histórico do modo como as relações são construídas.

Staccone (1993) salienta que a "solidez do bloco, e de suas articulações internas, remete a outra figura teórica gramsciana: *o teorema das proporções definidas*" (p.72). Nos Cadernos do Cárcere, volume III, Gramsci esclarece:

> Pode-se dizer que cada agregado humano tem o seu particular princípio *ótimo* de proporções definidas (...) Ver como cada grupo social tem sua própria lei de proporções definidas, que varia de acordo com o nível de cultura, de independência mental, de espírito, de iniciativa e de senso de responsabilidade e disciplina dos seus membros mais atrasados e periféricos. (GRAMSCI, 1975, p. 1626-1627)

O bloco histórico dura – como formação social completa – enquanto o equilíbrio das proporções for mantido, não de forma estática, mas sim móvel. Nessa perspectiva, Gramsci ainda salienta que "cada modificação numa parte determina a necessidade de um reequilíbrio com o todo." (GRAMSCI, 1975, p. 1627). É assim que a ruptura irreparável do equilíbrio interno constitui a situação de *crise orgânica* e abre o caminho para a instauração de um novo *bloco histórico*. Em linhas gerais, esta é a estrutura e a dinâmica interna do bloco histórico. Necessário se faz darmos mais visibilidade e analisá-lo por partes.

2.2.1.1. Relações entre economia e política

Conforme já acentuamos, é com a figura do bloco histórico que Gramsci se apropria de forma original das problemáticas centrais do marxismo, entre elas a da relação entre estrutura e superestrutura, ou da relação entre economia e política, entendida na sua dupla natureza de consenso e força.

Numa passagem do Caderno II, Gramsci expressa de forma sucinta o seu pensamento sobre a questão:

> A estrutura e as superestruturas formam um bloco histórico, isto é, o conjunto complexo e discorde (ou contraditório) das superestruturas, são o reflexo das relações sociais de produção. O arrozoado tem como base a reciprocidade necessária entre estrutura e superestruturas (reciprocidade que é, portanto, o processo dialético real). (GRAMSCI, 1975, p. 1051-1052).

Na perspectiva gramsciana, a estrutura e as superestruturas formam o conjunto de relações sociais ao qual pode aplicar-se o *teorema das proporções definidas* ou o "método das relações de força" com o intuito de analisar a realidade do conjunto e orientar a ação política.

A partir dessa intercomunicabilidade entre os vários elementos do bloco histórico, Gramsci privilegia a análise das esferas superestruturais, em conexão com a descoberta teórica da natureza do estado burguês. Staccone (1993, p. 73) salienta:

> Este privilegiamento não é arbitrário, pois é justamente o desenvolvimento da socialização da política, através do associacionismo e dos partidos, que constituem os "fatos novos" na sociedade capitalista. Que as organizações sindicais e os partidos políticos constituíssem fatores de estabilidade do regime capitalista e do estado burguês, Gramsci já sabia, desde 1918.

O privilégio e atenção de Karl Marx para a estrutura e as relações de produção próprias do capitalismo, em Gramsci são deslocados para a superestrutura e as relações políticas ganham uma maior centralidade na análise da organização da sociedade moderna, sem, porém, descontextualizá-la das relações com a estrutura.

A partir dessa complexa relação, Staccone (1993) continua sua análise dando ênfase às experiências de lutas nas fábricas quando a crise do capitalismo italiano já estava em fase de superação e, nesse contexto, foi constatado que até mesmo as crises econômicas gravíssimas não adquirem repercussões imediatas no plano político. Gramsci amadureceu esta compreensão nos Cadernos, quando afirmou:

> Nos estados mais avançados, a "sociedade civil" tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às irrupções catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras na guerra moderna. (GRAMSCI, 1975, p. 1615).

Desta forma, a sociedade civil e o Estado formam um *bloco*, um conjunto complexo e compacto cuja estabilidade reside na interligação de suas diferentes esferas, de maneira que a direção da fábrica implica na direção cultural da sociedade e no comando político do Estado.

É importante salientar o amadurecimento teórico, político e humanista de Gramsci durante o período que esteve na prisão. Alguns autores evidenciam isso, a exemplo de Nosella (2015): "Na cadeia (Gramsci), preocupado pela direção que tomara o movimento comunista internacional, em inúmeras cartas e trinta e três cadernos, lavrou um pensamento

amadurecido, mas coerente, na essência, com seu posicionamento político expresso nos escritos anteriores." (p. *5).* Por isto também, optamos por apresentar o conceito de Estado em dois momentos distintos a fim de, além de exemplificar estas mudanças, dar maior visibilidade a que modelo de Estado o autor se refere no contexto da sua teoria escrita no cárcere.

2.2.3. Teoria de Estado antes e depois dos Cadernos do Cárcere

2.2.3.1. O Estado para Gramsci, antes...

Em março de 1924 Gramsci escreveu uma matéria para o "cotidiano" do Partido Comunista Italiano *L'Unità,* onde expressa bem a ideia de Estado que ele defendia até então. Dizia um trecho:

> Qualquer Estado é uma ditadura. Todo Estado não pode deixar de ter um governo, constituído por um restrito número de homens, que por sua vez organizam-se ao redor de um, dotado de maior capacidade e de maior esclarecimento. Até quando for necessário o Estado, até quando for historicamente necessário governar os homens, seja qual for a classe dominante, por-se-á o problema de ter chefes, de ter um chefe.

Ao mesmo tempo em que aparece a visão restrita de Estado – apresentado como simples instituição concentradora de violência legal (todo Estado é uma ditadura!), aparece também a tese de que, enquanto houver Estado, será necessária a divisão dos cidadãos em *dirigentes e dirigidos*, justificando (até!) a presença de um "capo" (chefe) carismático acima do grupo dirigente, como ele mesmo exemplifica, com Lênin na União Soviética.

Nessa época, apesar de todas as reflexões ligadas à "derrota da classe operária", Gramsci continua definindo o Estado como ditadura de classe, isto é, mera instituição política. Staccone (1993), sobre esse período do autor, ressaltou: "E, contudo, o campo de embate entre a burguesia e o proletariado começa a ser ampliado com o abandono da tese conselhista que afirmava ser a fábrica o território nacional da classe operária." (p. 69).

Ainda segundo Staccone (1993), no ano de 1923, Gramsci já incorporou ao seu discurso a compreensão de outras perspectivas de luta, para além da visão de que a oposição se faz somente através de campos de batalhas frontais. Ou seja, começava a ficar claro para o teórico que a luta de classe não se resolve na fábrica, nem na conquista do poder político através do enfrentamento físico com a burguesia. Existia espalhada na sociedade, uma concepção do mundo e da vida, que dá força e sustentação às relações sociais que intercorrem entre operários e burguesia, entre operários e camponeses, entre latifundiários e trabalhadores

assalariados do campo, entre norte e sul do país, etc. O reconhecimento do campo de batalha não para, nem pode parar, nos aspectos fenomenológicos emersos do real. Precisou descer ao interior das consciências e buscar entender a raiz dos valores e dos comportamentos.

Nessa mesma época, ao debater abertamente no *La voce della gioventú* a derrota da classe operária italiana para o fascismo nos eventos entre 1919 - 1921, Gramsci tentava explicar o ocorrido enfatizando o fato da classe operária ter ignorado o que a burguesia representava no sistema produtivo e na sociedade italiana e, ao mesmo tempo, ressaltava o desconhecimento da estrutura econômico-social da Itália. Afirmava o autor: "Mas não basta; o que mais pesou foi o fato de não ter tido uma ideologia, não tê-la difundido entre as massas, não haver fortificado a consciência dos militares com algumas convicções de caráter moral e psicológico." (SUL FASCISMO, 1978, p. 181).

A partir daí, o estudioso já dava indicativos da construção da sua base teórica com a incorporação de reflexões importantes que darão sustentação ao seu itinerário rumo à produção dos Cadernos do Cárcere. É relevante ressaltar a importância e o lugar que o autor já destinava a um saber comum entre os grupos sociais ou "*entre as massas"* e a consequente orientação de condutas que tornaria mais possível a vitória da classe operária sobre a burguesia. Portanto, o diálogo com os princípios da teoria das representações sociais, já se faz presente na raiz da sua vasta produção.

Convém lembrar que, embora Gramsci já tenha demonstrado atenção para as problemáticas culturais e para a atividade das forças submersas, ele tinha ainda uma compreensão limitada da complexidade econômica, social e cultural da sociedade italiana. Não dava também espaço a outros sujeitos sociais, fora os *grandes sujeitos*[6], menores, mas presentes e ativos na sociedade, tampouco tinha a noção concreta do poder dos intelectuais e das ideologias.

Para Staccone (1993, p. 71), nesta fase, a teoria política de Gramsci não foi além das aquisições do marxismo clássico, apesar das sinalizações que já apontavam sua ampliação posterior dos conceitos:

> 1º) a origem do Estado reside na divisão da sociedade em classe, e a sua existência perdurará enquanto aquela divisão não for destruída; 2º) a função precípua do Estado é de manter a divisão de classes, pois é um *instrumento* comandado pelas classes dominantes para garantir e eternizar os seus privilégios e interesses; 3º) o Estado, como instituição monopolizadora de violência legal a serviço de uma classe, só pode ser eliminado pela ação

[6] Grandes sujeitos para representar os burgueses e operários, latifundiários e boias frias e os camponeses autônomos. Incluía também os partidos políticos e a igreja como grandes instituições,

> revolucionária da classe proletária, que ao destruí-lo inicia, também, o processo de construção de uma sociedade sem classe, e, consequentemente, sem Estado.

2.2.3.2. O Estado para Gramsci nos Cadernos do Cárcere

Gramsci teve no *Príncipe* de Maquiavel (Séc. XVIII) um aporte teórico importante para fundamentar a sua teoria de Estado abordada nos Cadernos.

> (...) O príncipe precisa saber ser animal e homem. Esta regra foi ensinada aos príncipes, em palavras veladas, pelos antigos autores que escreveram, como Aquiles e vários outros senhores do tempo passado foram confiados ao centauro Quíron, para educar sob a sua disciplina. Ter, assim, por preceptor um ser meio animal e meio homem, só significa que um príncipe precisa saber utilizar uma e outra naturezas e que uma sem a outra não é durável. (MAQUIAVEL, 2009, p. 67-68)

Esta natureza centáurica do príncipe, em Gramsci, é transferida para o Estado. Assim, ele é uma instituição de "força e consenso, de dominação e hegemonia, de violência e civilização" (GRAMSCI, 1975, p. 991). E não se trata de justaposições ou oscilações entre uma e outra qualidades, mas sim de um processo de mudança orgânica para o desenvolvimento do Estado moderno. No mesmo Caderno do Cárcere II, o autor aponta: "É preciso levar em consideração que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser relacionados com a noção de sociedade civil (no sentido, poder-se-ia dizer, que Estado = sociedade política + sociedade civil), isto é, hegemonia encouraçada de coerção." (p. 763-764).

2.2.3.2.1. A sociedade política

Na teoria gramsciana, a sociedade política é constituída pelo governo, pela polícia, forças armadas, aparelhos de repressão, enfim, as instituições repressivas da sociedade.

Segundo Coutinho:

> Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos do Estado (controlados pelas burocracias executiva e policial-militar), os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de "aparelhos privados de hegemonia", ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política. (COUTINHO, 2007, p.129).

Desta forma, na sociedade civil tende a predominar o consenso, a coerção predomina no âmbito da sociedade política, embora não signifique que um exclui a presença do outro ou que isso pode ser segregado. A conceituação de Gramsci sobre Estado - assim como as suas

demais formulações políticas – está atrelada a sua visão histórica desenvolvida na tentativa de explicar como funcionava o pilar sustentador do sistema capitalista nas sociedades ocidentais.

Na simbologia do Estado – centauro, usada pelo autor, a sociedade política constitui a natureza ferina do Estado (a força legalmente constituída, dominação, coerção, etc.) em articulação e ou contraposição à sociedade civil. Contudo, a distinção entre as duas naturezas é didática e metodológica, pois constituem as duas faces de uma única pessoa jurídica: o Estado. Por isso, a análise do Estado-centauro exige a aplicação de uma metodologia que leve em conta a dupla perspectiva da ação política, que, nos seus níveis fundamentais, corresponde à "dupla natureza do centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da dominação e da hegemonia, da violência e da civilização, do momento individual e do universal (...) da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc." (GRAMSCI, 1975, p. 1576).

Somente a análise norteada por essa dupla perspectiva permite uma aproximação da complexidade do Estado moderno liberal, abrindo espaço teórico tanto para superar as concepções *funcionalistas e economicistas* – ou seja, pobremente instrumentais do Estado – como para elaborar uma nova concepção fundamentada na dialética do consentimento *versus* coerção centrada na práxis de uma classe social fundamental. Nesta nova perspectiva teórica, o Estado é "todo conjunto das atividades práticas e teóricas através das quais a classe dirigente justifica e mantém o seu domínio, não somente, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados." (GRAMSCI, 1975, p. 1765).

Neste sentido, o Estado não é concebido nem como instrumento e nem como absoluto nacional, mas sim como um organismo que se realiza historicamente, criando "combinações" sempre novas entre os vários elementos que o compõem. Gramsci ainda explicita:

> O Estado é, sim, concebido como um organismo próprio de um grupo, destinado a criar condições favoráveis à expansão máxima desse grupo. Mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias "nacionais", isto é, o grupo dominante coordena-se concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados, e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados; equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem até um determinado ponto, isto é, sem atingir o estreito interesse econômico – corporativo. (GRAMSCI, 1975, p. 1585).

Emerge então daí, uma teoria realmente ampliada do Estado, pois os momentos de interesse econômico e de poder político de classe, longe de constituírem esferas separadas da

sociedade civil, se “soldam” para formar uma totalidade que unifica, mesmo que de forma conflituosa, o conjunto das relações entre dirigentes e dirigidos e ou governantes e governados. Assim, o Estado não é construído como “instrumento público” para “uso privado” da burguesia que o manobraria de acordo com os seus interesses, como normalmente ainda ouvimos em discursos recorrentes e baseados no conceito de Estado restrito. Esta visão/compreensão é estreita demais para dar conta da complexa realidade do Estado moderno.

A superação da concepção teórica do Estado-máquina – ou Estado-instrumento – implica, então, como premissa fundamental, uma nova análise das relações entre governantes e governados, não mais sob a *figura* da oposição entre “dominantes e dominados”, mas sim sob a *figura* conceitual nova de *hegemonia*.

Este entendimento de Estado nos parece também fundamental para ampliação da nossa compreensão da engenharia política contemporânea, superando os simplismos, e para colocarmos Gramsci no lugar que a sua teoria merece: o de autor atual/contemporâneo, para além de um mero clássico.

2.2.3.2.2. A sociedade civil

A noção de sociedade civil, objeto de inúmeras interpretações, em Gramsci, é derivada de Hegel. Bobbio (1982) afirma que a raiz hegeliana do conceito gramsciano de sociedade civil é encontrada na Filosofia do Direito “nos parágrafos 250 a 256, onde Hegel trata da ‘corporação’ definida como raiz ética do Estado (§255); elemento universalizante, junto com as associações políticas sindicais, da sociedade civil, que é para Hegel, o reino dos interesses privados, sobretudo econômicos.” (p. 32).

De acordo com Staccone (1993), Marx e Engels assumiram do texto hegeliano a parte que situa na *sociedade civil* as relações econômicas (estrutura) e a formação das classes sociais; Gramsci assumiu a partir da localização dos partidos políticos (superestrutura). Das associações na sociedade civil hegeliana, passa a utilizar o conceito para indicar e dar substância às explicações sobre as origens das organizações privadas de consenso ou de contestação do Estado.

Para Macciocchi (1976, p.150), na perspectiva gramsciana, “a ‘sociedade civil’ conformaria uma rede complexa de funções educativas e ideológicas, aquilo em função de que a sociedade é não apenas comandada, mas também dirigida”. Já para Bobbio (1882, p.54): “a teoria de Gramsci introduz uma profunda inovação em relação a toda tradição

marxista. A sociedade civil, em Gramsci, não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura". Esta leitura sofreu várias críticas entre os estudiosos gramscianos, devido a esta variação de peso entre os conceitos de estrutura e superestrutura na teoria do autor.

Coutinho também se coloca nesse debate como contrário à visão de Bobbio, e destaca:

> Independentemente de seus méritos filológicos, porém, a análise de Bobbio me parece conduzir a falsas conclusões teóricas. O pensador italiano indica corretamente uma diferença essencial entre os conceitos de sociedade civil em Gramsci e em Marx [...] Mas, a partir daí, Bobbio chega a uma falsa conclusão: como em Marx a sociedade civil (a base econômica) era o fator ontologicamente primário na explicação da história, Bobbio parece supor que a alteração efetuada por Gramsci o leve a retirar da infraestrutura essa centralidade ontológica-genética, explicativa, para atribuí-la a um elemento da superestrutura, precisamente à sociedade civil. [...] Gramsci seria assim um idealista em teoria social, na medida em que passaria a colocar na superestrutura política, e não na base econômica, o elemento determinante do processo histórico. (COUTINHO, 2007, p.122).

Na perspectiva de Coutinho, o fato de Gramsci delimitar de outra forma a sociedade civil não significa que ele deslocou a primazia da questão da produção para a superestrutura; não significa que ele tenha estabelecido tal divergência com o pensamento de Marx. De fato, Gramsci não entende a produção (e, nessa medida, toda a base material) segregada da superestrutura no âmbito da sociedade civil. Existe na sociedade civil uma base material, uma infraestrutura que subjaz à superestrutura e isso não pode ser desconsiderado. O próprio Gramsci apresenta esse vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura. Como enfatiza no C*aderno* 10:

> [...] não é verdade que a filosofia da práxis "separa" a estrutura da superestrutura quando ao invés concebe o seu desenvolvimento como intimamente conectado e necessariamente inter-relativo e recíproco. (GRAMSCI, 1999, p.369).

Portanto, a noção gramsciniana de sociedade civil situa-se entre Hegel e Marx, assume características originais de uma figura conceitual nova que representa, ao mesmo tempo, o desenvolvimento e reformulação dos dois pensadores citados e torna-se um momento-chave para a compreensão tanto da "teoria ampliada do Estado", como da estratégia da guerra de posições pela conquista da *hegemonia*. É nessa articulação e movimento que os intelectuais, em Gramsci, têm papel fundamental.

Gramsci, no Caderno do Cárcere III, define a sociedade civil:

> Podemos fixar dois grandes planos superestruturais: o que podemos chamar "sociedade civil", isto é, o conjunto dos organismos vulgarmente chamados "privados", e o da "sociedade política" ou Estado, que correspondem, respectivamente, à função de hegemonia que o grupo dominante exerce

> sobre toda a sociedade e à de "domínio direto" ou de comando que se exprime no Estado e no Governo "jurídico." (1975, p. 1518-1519).

O autor ainda esclarece: "O Estado tem e pede o consenso, mas também 'educa' este consenso com as associações políticas e sindicais que, todavia, são organismos privados, deixados à 'iniciativa privada da classe dirigente'." (GRAMSCI, 1975, p.56)

Assim, a sociedade civil representa o que não está na estrutura material e econômica nem no aparato governamental e situa-se na esfera da superestrutura, o que não implica que a esfera estrutural não tenha um papel também determinante no modo como todos os arranjos sociais são tecidos. Mas a esfera da sociedade civil, como espaço do exercício hegemônico, delineia a possibilidade de novas construções visando modificações substanciais no modo como as relações sociais acontecem.

De acordo com Coutinho:

> [...] a necessidade de conquistar o consenso ativo e organizado como base para a dominação – uma necessidade gerada pela ampliação da socialização da política – criou e/ou renovou determinadas objetivações ou instituições sociais, que passaram a funcionar como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidade próprias) das relações sociais de hegemonia. E é essa independência material – ao mesmo tempo base e resultado da autonomia relativa assumida agora pela figura social da hegemonia – que funda ontologicamente a sociedade civil como uma esfera própria, e que funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado-coerção. (COUTINHO, 2007, p.129).

Para Gramsci a sociedade civil é constituída por instituições sociais complexas, ou seja, que têm fissuras e não somente reproduzem. É também espaço de luta e resistência onde homens e mulheres podem lutar para participar, para divulgar ideias e formar sujeitos para a construção da hegemonia. A sociedade civil tem, nesse sentido, um duplo caráter: minar ou conservar a classe dominante. Afinal, a manutenção do poder exige tanto estrutura de dominação, quanto consenso (mesmo que não consciente). Pode-se dizer então que, quanto mais forte for a dimensão consensual de uma classe dirigente (sociedade política), menos ela terá que recorrer à força física. Para a estratégia de construção hegemônica de Gramsci, o objetivo seria a formação de uma sociedade civil capaz de minar a ordem estabelecida.

Fora desta ação, a unidade do Estado se constrói e se mantém ao preservar firme a ligação orgânica da sociedade política com a sociedade civil. Gramsci, no Caderno II, esclarece mais:

> (...) construir no invólucro da sociedade política uma complexa e bem articulada sociedade civil, na qual o indivíduo singular se governe por si próprio, sem que, por isso, este seu autogoverno entre em conflito com a

> sociedade política, mas, pelo contrário, se torne na sua continuação normal, o seu complemento orgânico. (1975, p. 1020).

Assim, a sociedade civil não é todo o Estado, mas por ser a sua base e conteúdo ético, representa, do Estado, a sua legitimação. Uma legitimação que deve ser permanentemente construída e defendida pela classe hegemônica e suas classes auxiliares a fim de manter ou obter o controle. Desta forma, a coesão do bloco histórico precisa ser firmada, cimentada; nesse sentido, o "cimento" é a ideologia e os "pedreiros" são os intelectuais.

2.2.4. Ideologia como estrutura do bloco histórico

A ideologia que, em Marx, a princípio, tem um estatuto incerto, em Gramsci, ganha consistência, quando ele se volta para teorizar e aprofundar conceitos. No Caderno do Cárcere, Volume I, o autor escreveu que "Para Marx as 'ideologias' são muito mais que ilusões e aparências; são uma realidade objetiva e operante, embora não sejam a mola da história; eis tudo." (GRAMSCI, 1975, p. 436).

Para Gramsci a ideologia é sempre uma *concepção do mundo*, uma maneira específica e particular da compreensão do mundo natural e social – e também sobrenatual – que os homens desenvolvem e superam historicamente. Staccone (1993) afirma que, para Gramsci, a ideologia, longe de ser falsa consciência ou ilusão:

> É a realidade gnoseológica dos homens de uma determinada sociedade num período histórico dado. Daí o terceiro elemento que concorre para completar o conceito gramsciano de ideologia: ela constitui a referência implícita ou explícita de todo agir humano. Se, e quando, a ideologia torna-se "religião" e "fé", produz atividades práticas, move as vontades. (p. 78)

Nesse sentido, Gramsci esclarece sobre a importância das ideologias na composição da sua teoria:

> Para a filosofia da práxis, as ideologias não são de modo algum arbitrárias; elas são fatos históricos reais que devem ser combatidos e denunciados em sua natureza de instrumentos de domínio, não por razões de moralidade etc., mas precisamente por razões de luta política: para tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar uma outra, como momento de inversão da práxis. (GRAMSCI, 1999, p. 1319).

Elas são, portanto, forças e armas de ataque e de defesa para a manutenção da ordem construída ou para liberação intelectual dos governados, como momento inicial da inversão da práxis orientada a criar uma nova ordem e uma nova hegemonia, para além dos discursos de moralidade religiosa que circulavam na Itália, na época. O poder da ideologia é também o

poder que atribuímos às representações sociais na orientação das condutas de homens e mulheres; o saber comum que circula nos grupos sociais, é apreendido como referência e de modo algum pode ser negligenciado. Neste sentido, o senso comum ganha espaço de atenção e respeito na nossa abordagem.

A fim de aprofundarmos a definição de Gramsci de ideologia, parece-nos necessário apresentar as estruturas interna e externa que o autor elegeu com a finalidade de esclarecer a sua forma de atuação. Além disso, podemos vislumbrar de forma mais clara esta categoria e identificar mais aproximações com os elementos que compõem a teoria das representações sociais de Serge Moscovici.

2.2.4.1. *As estruturas (interna e externa) da ideologia em Gramsci: a filosofia e o senso comum*

O autor discute estes elementos a fim de esclarecer o papel da ideologia e a sua importância para a firmeza do *bloco histórico*; é assim que ele analisa tanto o plano da estrutura interna como o plano da dimensão externa, ou seja, do "vivido" na dinâmica da difusão e da sua universalização.

Na análise da estrutura interna, Gramsci (1975) esclarece que para evitar erros conceituais, é necessário distinguir entre as *ideologias orgânicas*, que são necessárias a uma determinada estrutura e as *ideologias arbitrárias*, estas são fruto da atividade "fantasiosa" de indivíduos ou grupos.

Analisando e separando, o autor chega ao seu conceito autêntico de ideologia: "Uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva." (GRAMSCI, 1975, p. 1380). E que, por ser "'expressão' da estrutura, modifica-se com o modificar-se dela (...)." (Idem ibidem, p. 1413).

Levando em consideração o conceito de ideologia em seu fundamento estrutural e firmando o nexo entre a estrutura e a superestrutura, podemos analisar a composição interna de ideologia, a qual se apresenta como uma realidade de múltiplas formas e diferenciada em seus níveis de elaboração e compreensão.

Staccone (1993) salienta:

> A importância histórica das ideologias prende-se, para Gramsci, à sua dimensão de *relação vivida*, de lugar onde se cruzam as várias e diferentes concepções de mundo, resultando daí uma complexa miscigenação das

> consciências com a prevalência (assimilada) de uns elementos culturais e ideológicos sobre outros. (p.80)

A riqueza e a força da ideologia estariam no nível da relação vivida, ou seja, na vida cotidiana, no senso comum. Porém, sua consistência teórica manifesta-se no nível da elaboração filosófica. É por isso que Gramsci distingue, no seio de uma concepção de mundo, os seus vários níveis de elaboração e de assimilação pelas massas. A distinção principal é realizada entre a filosofia e o senso comum: "a filosofia é uma ordem intelectual (...). A filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum." (GRAMSCI, 1999, p. 95)

> Na filosofia são especialmente postos em evidência os caracteres de elaboração individual do pensamento; no senso comum, ao contrário, os caracteres difusos e dispersos de um pensamento genérico duma certa época, num certo ambiente popular. Mas toda filosofia tende a tornar-se senso comum de um meio, ainda que restrito, de todos os intelectuais. (GRAMSCI, 1999, p. 100-101)

Nesta perspectiva, a filosofia representa o nível organizado e racional da elaboração de uma concepção de mundo e tem sempre a sua raiz na práxis social dos homens e mulheres, a partir da sua atuação histórica no meio social.

2.2.5. Hegemonia gramsciana

A hegemonia é, nos Cadernos do Cárcere, a figura conceitual que estabelece o nexo teórico – e prático – entre a sociedade civil e a sociedade política, entre a estrutura e as superestruturas, entre dirigentes e dirigidos. É, portanto, uma noção central que está presente, implícita ou explicitamente, em toda reflexão gramsciana desta fase, tanto no momento de análise como no de projeção da estratégia revolucionária.

Alves (2010, p. 71) afirma:

> A noção de hegemonia foi criada no seio da tradição marxista para pensar as diversas configurações sociais que se apresentavam em distintos pontos no tempo e no espaço. Apesar de ter suas origens na social-democracia russa e em Lênin, é Gramsci que apresenta uma noção de hegemonia mais elaborada e adequada para pensar as relações sociais, sem cair no materialismo vulgar e no idealismo encontrados na tradição.

O conceito de hegemonia gramsciano propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e evidencia distanciamentos da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando o papel importante das superestruturas na análise das sociedades avançadas. A sociedade civil adquire um papel central, assim como a ideologia, como constitutiva das

relações sociais. Desta forma, a construção de um novo bloco histórico passa pela consideração da importância dessas categorias que, até então, eram mais ignoradas.

Portelli (1977) traz à tona os pontos de aproximação do conceito de hegemonia em Gramsci e Lênin, como: a base de classe, a organização intelectual, a necessidade de ampliar a base social da classe fundamental e a análise da correlação de forças na disputa pela hegemonia. Entretanto, o autor aponta diferenças pontuais nos conceitos de hegemonia dos autores. Enquanto Lênin, ao falar de hegemonia, faz referência apenas à ditadura do proletariado, enfatizando o caráter coercitivo, Gramsci evidencia a importância de formar uma classe dirigente que se mantenha pelo consentimento das massas e não apenas pela força coercitiva. Além disso, Gramsci dá ênfase à importância da direção cultural e ideológica. Portelli considera este o maior ponto de ruptura entre os dois autores, considerando que Lênin acentua somente o caráter político da hegemonia.

Nas palavras de Portelli (1977, p. 65),

> O problema essencial para ele [Lênin] é a derrubada, pela violência, do aparelho de Estado: a sociedade política é o objetivo e, para atingi-lo, uma prévia hegemonia política é necessária: hegemonia política porque a sociedade política é mais importante, em suas preocupações estratégicas, do que a civil […] Gramsci, ao contrário, situa o terreno essencial da luta contra a classe dirigente na sociedade civil: o grupo que a controla é hegemônico e a conquista da sociedade política coroa essa hegemonia, estendendo-a ao conjunto do Estado (sociedade civil mais sociedade política). A hegemonia gramscista é a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política.

Apesar da diferença, Gramsci procura continuar a noção de hegemonia de Lênin[7] a partir do princípio teórico-prático que, segundo o primeiro, foi a grande contribuição à *filosofia da práxis*, porque fez avançar a doutrina atrelada à prática política. Desta forma, a consolidação de um modelo hegemônico remete à necessidade de unificação entre teoria e prática para a formulação de uma nova concepção do mundo. Gramsci afirma que é muito comum um grupo social, em situação de subordinação a outro grupo, incorporar a concepção de mundo deste, mesmo que ela seja contraditória com a sua atividade prática. O autor ressalta que esta concepção de mundo, imposta mecanicamente pelo ambiente exterior, é desprovida de consciência crítica e coerência, é desagregada e ocasional. Podemos contextualizar facilmente a atualidade deste pensamento e dos demais. Aqui, a estrutura orgânica da ideologia atua para obter esta subordinação consensual.

[7] Hegemonia teve para Lênin o claro sentido de direção política e só poderia ser construída quando uma classe abandonasse a sua visão exclusivista e corporativista.

Dessa adoção acrítica de uma concepção de mundo, resulta um contraste entre o pensar e o agir e a coexistência de duas concepções do mundo que se manifestam nas palavras e na ação efetiva. Gramsci (1978, p. 15) conclui, portanto, que "não se pode destacar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos."

O autor fundamenta ainda mais a sua teoria afirmando que o problema de toda concepção de mundo que se transformou em um movimento cultural – produzindo uma atividade prática – é conservar a unidade ideológica de todo bloco social. A Igreja Católica, por exemplo, buscou ao longo dos séculos manter unidos em um único bloco ideológico, os intelectuais e as pessoas simples e iletradas através da unidade doutrinal de toda a "massa religiosa", utilizando duas linguagens, duas teologias e duas ideologias, com o uso dosado da disciplina, através da qual impôs aos teólogos limites na pesquisa e divulgação dos seus conhecimentos, para que, no seu interior, os estratos intelectuais não se destacassem dos "homens simples" para fins de controle.

Nesta perspectiva, um movimento filosófico que pretenda ter alguma solidez cultural, para Gramsci, deve evitar essa separação entre os intelectuais e a massa como fez a Igreja Católica. Este princípio de unidade é semelhante ao que deve existir entre teoria e prática: "os intelectuais devem participar da vida prática do grupo social que representam e do qual fazem parte, tornando coerentes os problemas levantados pelo grupo em sua atividade prática e formando um bloco social e cultural," (1978, p. 16), constituindo o que Gramsci chama de intelectual orgânico.

A *filosofia da práxis* surge como uma nova visão de mundo elaborada por uma classe social que busca criar uma nova relação entre intelectuais e massas, entre dirigentes e dirigidos; quer dizer, uma nova hegemonia, finalmente completa e total. Mas *completa*, para Gramsci, não significa "acabada", e *total* não significa "totalitária" e única, pois o próprio conceito gramsciniano de hegemonia comporta o *pluralismo* das "proporções definidas". A elaboração da filosofia da práxis, a sua afirmação e difusão são tarefas do partido político (o moderado príncipe) dos trabalhadores.

Gramsci afirma:

> "O moderado príncipe" deverá e não poderá deixar de ser o pregador e organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa criar o terreno para o desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional – popular, rumo à realização de uma reforma superior e total da civilização moderna. (GRAMSCI, 1975, p. 1560)

De acordo com Gramsci, a consciência crítica é obtida através de uma disputa de hegemonias contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no âmbito político, culminando, finalmente, numa elaboração superior de uma concepção do real. O partido político é um momento importante da construção da hegemonia também por outras considerações, pois, além de formar a "vontade coletiva" de um grupo social, torna-se o "intelectual orgânico coletivo" que atrai e assimila para a área ideológica do grupo que representa os *intelectuais tradicionais* ou ligados a outros grupos sociais adversários.

Por isso, Gramsci enfatiza a necessidade de se conceber o desenvolvimento político do conceito de hegemonia não apenas como progresso político-prático, "mas também um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos." (GRAMSCI, 1999, p. 104).

Portanto, para Gramsci, hegemonia não é somente a dominação de uma classe social sobre a outra; é, antes, o resultado da articulação entre força e consenso. É a supremacia de uma classe, pautada na prioridade do consenso e não da coerção, através da difusão de valores que a maioria aceita como consensuais. É a representação dessa aliança orgânica, por isso é forma *a priori* para a chegada ao poder.

De acordo com Macciocchi:

> Esse sistema ideológico envolve o cidadão por todos os lados, integra-o desde a infância no universo escolar e mais tarde no da igreja, do exército, da justiça, da cultura, das diversões, e inclusive do sindicato, e assim até a morte, sem a menor trégua; essa prisão de mil janelas simboliza o reino de uma hegemonia, cuja força reside menos na coerção que no fato de que suas grades são tanto mais eficazes, quando menos visíveis se tornam. (MACCIOCCHI, 1976, p.151).

Desta forma, o grupo detentor da hegemonia tem a sua ideologia de forma majoritária na sociedade. Assim, não detém apenas o poder, mas também os aparatos ideológicos que influenciam em todos os aspectos da vida dos indivíduos. O poder é a consequência dessa supremacia ideológica.

No *Caderno* 13, Gramsci afirma:

> O exercício "normal" da hegemonia no terreno tornado clássico do regime parlamentar é caracterizado pela combinação da força e do consenso que se equilibram diferentemente, sem que a força sobrepuja e muito o consenso, antes procurando-se conseguir que a força apareça apoiada no consenso da maioria, expresso nos assim chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações - os quais, por isso, em certas situações, se multiplicam artificialmente. (GRAMSCI, 1975, p.1638).

Nessa passagem dos Cadernos, o conceito de hegemonia é claramente apresentado como uma combinação de força, mais a construção e obtenção do consenso. Salienta-se que essa relação não é paritária, embora, no texto, apareça a denotação de que a força não sobreleva o consenso. Em outras passagens, a preeminência do consenso sobre a força torna-se mais explícita, como verificamos nos seguintes trechos do *Caderno* 1 e *Caderno* 19, respectivamente:

> O critério histórico-político sobre o qual é necessário fundar as próprias pesquisas é este: que uma classe é dominante em dois modos, isto é, é "dirigente" e "dominante". É dirigente das classes aliadas e dominante das classes adversárias. Por isso uma classe já antes de ir ao poder pode ser dirigente (e deve sê-lo): quando está no poder torna-se dominante, mas continua a ser ainda "dirigente". [...] A direção política torna-se um aspecto do domínio, enquanto a absorção das elites das classes inimigas leva à decapitação delas e à sua impotência. Pode e deve haver uma "hegemonia política" ainda antes da ida ao Governo, e não é necessário contar somente com o poder e a força material, que ele dá para exercitar a direção ou hegemonia política. (GRAMSCI, 1975, p.41).

No Caderno Especial 19, Gramsci reescreveu essa abordagem com algumas modificações:

> O critério metodológico sobre o qual ocorre fundar o próprio exame é este: que a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como "domínio" e como "direção intelectual e moral". Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a "liquidar" ou a submeter também com a força armada e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode e com maior razão deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governativo (é esta uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exercita o poder e ainda que o tenha fortemente em mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser ainda "dirigente". [...] Neste sentido, a direção política torna-se um aspecto da função de domínio, enquanto que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à sua decapitação e ao seu aniquilamento por um período amiúde muito longo. [...] Da política dos moderados aparece claro, que pode e deve haver, uma atividade hegemônica ainda antes da ida ao poder, e que não é necessário contar somente com a força material, que o poder dá para exercitar uma direção eficaz [...] (GRAMSCI, 1975, p.2010-2011).

Na concepção gramsciana, construir a hegemonia seria o principal pré-requisito para o alcance e permanência no poder. Não é preciso estar no poder para iniciar um trabalho de disseminação de uma ideologia, uma concepção de mundo; pelo contrário, o processo precisa ser inverso.

Gramsci finaliza essa última passagem referindo-se ao *Risorgimento* italiano, que ocorreu devido à força hegemônica dos moderados, sem "Terror", foi uma "revolução sem

revolução" (GRAMSCI, 1975, p.2011) - uma revolução, portanto, passiva conquistada através da construção hegemônica. O autor esclarece isso também no *Caderno* 19:

> Os moderados eram intelectuais "condensados" já naturalmente pela organicidade de suas relações com os grupos sociais dos quais eram a expressão (para toda uma série deles, realiza-se a identidade entre representado e representante, isto é, os moderados eram uma vanguarda real, orgânica das classes altas, porque eles próprios pertenciam economicamente às classes altas: eram intelectuais e organizadores políticos e ao mesmo tempo chefe de negócios, grandes agricultores ou administradores de fazendas, empreendedores comerciais e industriais etc). Dada esta condensação ou concentração orgânica, os moderados exerciam poderosa atração, de modo "espontâneo", sobre toda a massa de intelectuais de qualquer grau existentes na península em estado "difuso", "molecular", pela necessidade, ainda que fosse elementarmente, satisfeita da instrução e da administração. (GRAMSCI, 1975, p.2012).

Assim, a hegemonia é para Gramsci "sem lugar para dúvidas, o momento do *consenso*" (COUTINHO, 2007, p.249). Isso nos faz pensar na dificuldade de obtenção dessa condição, pois, se atingir o poder por meio da coerção já não é tarefa simples, o que dizer da obtenção e manutenção do poder pela supremacia real de uma classe, alicerçada no consenso?

Moraes destaca:

> [...] uma classe é tanto mais forte, isto é, hegemônica (dominante e dirigente) quanto mais seus valores e visão de mundo forem impostos através do consenso (sem o uso da coerção, da violência física) e aceitos como legítimos pelas classes dominadas. Em outras palavras, quando a ideologia das classes privilegiadas inculcada nas classes dominadas for assimilada por estas classes na ignorância da violência desta inculcação [...] (MORAES, 1978, p.84-85).

Por isso, na teoria de Gramsci, a hegemonia é resultante de um trabalho de longo prazo, um trabalho de base, ancorado na ação formadora, não restrita aos espaços escolares, mas difundida por meio de todas as esferas sociais, mediada pela ação dos intelectuais. Para Gramsci, a hegemonia não é somente um sistema de ideias. É, antes, o resultado de ações práticas e, por isso, é construída lentamente, na disputa política. Toda hegemonia é sempre uma relação de educação (GRAMSCI, 2007). A hegemonia seria o objetivo maior a ser alcançado com a educação e o artifício necessário para a obtenção de uma nova construção política e social. Apenas com a obtenção da hegemonia a classe trabalhadora se tornaria dirigente e a consolidação de uma nova ordem estaria pautada.

Nesta perspectiva, mais uma vez ressaltamos a atualidade da obra de Gramsci e a sua importância para entendermos as organizações e estruturações sociais contemporâneas. Em

meio a toda esta orgânica teia, o lugar da educação é também central. Entender a ação dos agentes que dão vida à sua teoria, *os intelectuais orgânicos,* e o lugar e a importância do senso comum nesse cenário, torna-se premente.

Visando entender melhor o papel do sujeito, ou seja, os atores sociais, a exemplo dos intelectuais contemporâneos na conjuntura atual, quase duas décadas após a entrada do Séc. XXI e 100 anos após Gramsci ter dado os primeiros passos na escrita da sua teoria, apresentamos a próxima categoria, mesmo que ela já apareça transversalmente nas demais abordagens. Neste momento de grande efervescência política no país, mediada também pela ação dos intelectuais orgânicos, a teoria gramsciniana tem nos ajudado a entender melhor os processos e os fatos que estão se descortinando. Assim, necessário se faz situá-los teoricamente na abordagem do autor, considerando também a centralidade desta discussão em nosso objeto de estudo.

2.2.6. Intelectuais em Gramsci: saberes e poderes contemporâneos

A tarefa desafiadora para promover a socialização e disseminação de outra forma de ver, sentir e agir sobre o mundo ficaria a cargo principalmente dos intelectuais - sujeitos determinantes no processo de veiculação ideológica e ação. Por isso, seria necessário compreender como se constituiu a influência exercida pelos intelectuais ao longo da história e esse ponto recebe a atenção de Gramsci justamente pela complexidade que possui.

De acordo com Semeraro (2006), em 1845, quando Marx e Engels escreviam a *Ideologia Alemã,* o mundo das ordens não existia mais. Na Europa, a intensa atividade nas fábricas e a agitação política revolucionavam as relações sociais, provando que a sociedade podia ser recriada pela iniciativa e a audácia de diferentes protagonistas. Então, em contraposição à burguesia instalada nos centros de poder, também irrompiam no cenário da história classes organizadas de trabalhadoras que carregavam aspirações próprias e lutavam por um outro projeto de sociedade.

Nesse contexto, os intelectuais não podiam se limitar mais ao mundo das ideias e das palavras. Assim, enquanto lançava suas críticas ao idealismo abstrato, ao positivismo cientificista e ao materialismo vulgar, Marx mostrava, com seu envolvimento nas lutas operárias, que estava despontando um outro tipo de intelectual: um ser, ao mesmo tempo, cientista, crítico e revolucionário.

Semeraro (2006, p. 374) afirma:

> Nascia, então, a filosofia da práxis. E, com ela, novos intelectuais

> politicamente compromissados com o próprio grupo social para fazer e escrever a história e, por isso, capazes de refletir sobre o entrelaçamento da produção material com as controvertidas práticas da reprodução simbólica. Mais do que elucubrações mentais, agora se fazia necessário conhecer o funcionamento da sociedade, descobrir os mecanismos de dominação encobertos pela ideologia dominante e os enfrentamentos das classes na disputa pelo poder. Com isso, os intelectuais não podiam se esconder atrás da neutralidade cientifica e ficar alheios às contradições do seu tempo. Eram impelidos a se definir nos conflitos da história e a tomar partido.

A própria ciência descobria-se envolvida nessas sequências de mudanças. Para entender com mais profundidade os problemas humanos e sociais, os intelectuais, de fato, precisavam estar sintonizados com as dinâmicas sociais, políticas e econômicas do seu tempo. Por isso, ao mesmo tempo em que Marx procura desvendar os mecanismos de acumulação do capital, defronta- se com os *philosophes* que continuavam a acreditar em mudar o mundo só pelo pensamento e pelas atividades da consciência (MARX, 1998). Diversamente dessa posição, Marx indicava que a fabricação de conceitos e de teorias não acontece no vazio da mente, mas dentro de determinados processos histórico-econômicos e em sintonia com seus protagonistas políticos. Desse modo, a compreensão do mundo humano tornar-se-ia tanto maior quanto mais os intelectuais analisassem as contradições dos centros de produção e mais próximos estivessem das revoltas dos injustiçados, os únicos que podiam introduzir um projeto universalizador de sociedade. Portanto, era preciso que os intelectuais políticos se colocassem no lugar das vitimas do sistema, adquirissem a ótica dos defraudados e se revestissem das suas energias revolucionárias para fazer parte do "movimento real que supere o estado de coisas existentes." (MARX, 1989, p. 32).

Marx estava convencido de que as classes desapropriadas e os povos saqueados possuíam a inteligência "objetiva", o ponto de vista mais concreto e radical proveniente da violência sofrida, do trabalho alienado, das necessidades elementares desatendidas, das relações sociais e humanas dissolvidas. Assim, se a verdadeira face da sociedade burguesa encontrava-se nos trabalhadores explorados e nos territórios colonizados (MARX, 1978), a partir destes também precisava ser encontrado o caminho da revolução para "fazer avançar a história em direção à liberdade e à sociabilidade universal." (p.265). Só o processo revolucionário romperia o círculo da exploração, inauguraria uma nova epistemologia, criaria um novo "individuo social" e traçaria as estratégias políticas para a emancipação dos subjugados, não se limitando a levantes eventuais da "multidão" anárquica que, incomodada, podia reivindicar mudanças ou buscar ansiosamente a modernização, favorecendo, assim, o contínuo reajuste do sistema.

Assim, “a emergência de um projeto alternativo, originado no proletariado, e a conquista da sua hegemonia, com o apoio dos intelectuais, levariam, para Marx, a uma sociedade verdadeiramente democrática.” (ABENSOUR, 1998, p. 83). Dessa forma, enquanto desmascara o caráter ideológico do capitalismo e a funcionalidade da violência e da manutenção do poder centralizado, Marx promove a organização dos trabalhadores local e mundialmente e recria, de forma inaudita e desafiadora, a atividade político-intelectual, convencido de que “a filosofia encontra no proletariado as suas armas materiais, assim como o proletariado encontra na filosofia as suas armas espirituais.” (MARX, 1983, p. 173).

2.2.6.1. *Intelectual orgânico de Gramsci: a originalidade do conceito*

A nova concepção de mundo inaugurada por Marx municiou muitas organizações operárias e inspirou diversos intelectuais e políticos. Em sintonia com essa visão, Gramsci também acreditava que a compreensão de si mesmo e das contradições da sociedade acontecem pela inserção ativa nos embates e conflitos hegemônicos. Por isso, aprofunda a estreita ligação entre intelectuais, política e classe social, mostrando que a filosofia, tal como a educação, deve tornar-se “práxis política” para continuar a ser filosofia e educação. (GRAMSCI, 1975, p. 1.066).

Semeraro (2006) esclarece:

> Consciente da centralidade dos intelectuais no mundo contemporâneo, Gramsci reserva a essa questão um espaço significativo em seus escritos. Ao vivenciar como poucos a nova figura do intelectual militante (FROSINI, 2000, p. 108), capta as complexas dinâmicas de expansão da “sociedade civil”, que vinha ampliando de forma inédita as expressões intelectuais na “superestrutura”. Mas, em contraposição às teorias que na sua época defendiam a elitização dos intelectuais (BENDA, 1979), que se assustavam com o avanço das massas (ORTEGA Y GASSET, 1980), que desprezavam a democracia (NIETZSCHE, 1990, §§ 202-203) ou separavam a política da ciência (WEBER, 1993), Gramsci valoriza com singularidade o saber popular, defende a socialização do conhecimento e recria a função dos intelectuais, conectando-os às lutas políticas dos “subalternos.” (GRAMSCI, 1975, p.1.505-1506)

Em seus escritos, além de uma ampla gama de tipos de intelectuais (urbanos, industriais, rurais, burocráticos, acadêmicos, técnicos, profissionais, pequenos, intermediários, grandes, coletivos, democráticos etc.), encontra-se uma interpretação original das suas funções. Gramsci rompe com o lugar comum que entendia os intelectuais como um grupo em si, solto no ar, “*autônomo e independente*.” (GRAMSCI, 1975, p. 1.513).

Contra a mentalidade que definia os intelectuais a partir da sua qualificação interior, Gramsci (op. cit., p. 1.516) observa que "O erro metodológico mais difundido, ao que parece, consiste em ter procurado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações em que essas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto das relações sociais."

Desta forma, deixando de considerá-los de maneira abstrata, avulsa, como casta separada dos outros, Gramsci apresenta os intelectuais intimamente entrelaçados nas relações sociais, pertencentes a uma classe, a um grupo social vinculado a um determinado modo de produção. Toda a aglutinação em torno de um processo econômico precisa dos seus intelectuais para se apresentar também com um projeto específico de sociedade:

> Todo grupo social, ao nascer do terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria também, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que conferem homogeneidade e consciência da própria função não apenas no campo econômico, como também no social e político: o empresário capitalista gera junto consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc. (GRAMSCI, 1975, p. 1.513)

2.2.6.2. *Intelectuais tradicionais*

Da citação anterior, surge a designação de intelectuais "orgânicos" distintos dos *intelectuais tradicionais*. Estes, para Gramsci, eram basicamente os intelectuais ainda presos a uma formação socioeconômica superada. Eram os intelectuais estagnados no mundo agrário do Sul da Itália. Eram o "clero", "os funcionários", "a casa militar", "os acadêmicos" voltados a manter os camponeses atrelados a um *status quo* que não fazia mais sentido. Distantes das dinâmicas socioeconômicas em fermentação no Norte da Itália, onde os "*intelectuais de tipo urbano cresciam junto com a indústria e estavam ligados às suas vicissitudes*" (idem, ibid., p. 1.520), os *intelectuais tradicionais* ficavam empalhados dentro de um mundo antiquado, permaneciam fechados em abstratos exercícios cerebrais, eruditos e enciclopédicos até, mas alheios às questões centrais da própria história.

Fora do próprio tempo, os *intelectuais tradicionais* consideravam-se independentes, acima das classes e das mudanças do mundo, cultivavam uma aura de superioridade com seu saber livresco. A sua "neutralidade" e o seu distanciamento, na verdade, os tornavam incapazes de compreender o conjunto do sistema da produção e das lutas hegemônicas, onde fervia o jogo decisivo do poder econômico e político. Com isso, acabavam sendo excluídos

não apenas dos avanços da ciência, mas também das transformações em curso na própria vida real. “Orgânicos”, ao contrário, são os intelectuais que fazem parte de um organismo vivo e em expansão. Por isso, estão ao mesmo tempo conectados ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais mais avançadas que o seu grupo social desenvolve para dirigir a sociedade.

Ao fazer parte ativa desse cenário, os intelectuais “orgânicos” se interligam a um projeto global de sociedade e a um tipo de Estado capaz de operar a “*conformação das massas no nível de produção*” material e cultural exigido pela classe no poder. Então, são orgânicos os intelectuais que, “além de especialistas na sua profissão, que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboram uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam.” (GRAMSCI, 1975, p. 1.518). Conscientes de seus vínculos de classe, manifestam sua atividade intelectual de diversas formas: no trabalho, como técnicos e especialistas dos conhecimentos mais avançados; no interior da sociedade civil, para construir o consenso em torno do projeto da classe que defendem; na sociedade política, para garantir as funções jurídico-administrativas e a manutenção do poder do seu grupo social.

Como Gramsci já apresentava desde os tempos de *L’Ordine Nuovo*, antes de ser preso, a função do novo intelectual, orgânico à dinâmica da sociedade e à conquista da hegemonia da sua classe, não pode mais consistir “na eloquência” e nos ímpetos da “emoção”, mas na interpenetração entre conhecimento científico, filosofia e ação política. Tal intelectual precisa ser um “construtor, organizador, educador permanente”, de modo que “da técnica- trabalho se chegue à técnica-ciência, à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece ‘especialista’ e não se chega a ‘dirigente’ (especialista+político).” (idem, ibid., p. 1.551). A interconexão do mundo do trabalho com o universo da ciência, com as humanidades e a visão política de conjunto formam, em Gramsci, o novo princípio educativo e a base formativa do intelectual orgânico.

Embora específicas, percebemos porque economia, política, cultura e filosofia, para Gramsci, são partes orgânicas e inseparáveis da mesma realidade a tal ponto que “Uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica. Pelo contrário, o programa de reforma econômica é exatamente a maneira concreta pela qual toda reforma intelectual e moral se apresenta.” (GRAMSCI, 1975, p. 1.561).

2.2.6.3. *A relação dialética entre intelectual orgânico, povo e o senso comum*

Para Gramsci, a organicidade dos novos intelectuais está relacionada principalmente à sua profunda vinculação à cultura, à história e à política das classes subalternas que se organizam para construir uma nova civilização. Para nós, entendemos que, entre as páginas mais célebres dos seus escritos nos Cadernos do Cárcere, estão as que descrevem de maneira original e insuperável a relação entre intelectuais e "povo-nação", quando consideramos a natureza do nosso objeto de estudo focado na teoria das representações sociais e a importância que o senso comum e os saberes do cotidiano têm – também – na sua abordagem teórica.

2.2.6.3.1. Intelectuais funcionais

Segundo Semeraro (2006, p. 374),

> Nas páginas dos Cadernos (GRAMSCI, 1975, p. 361-362; 1.042; 1.382-1.387; 1.505-1506; 1.635), podemos perceber claramente o abismo que separa a concepção dos intelectuais populares que 'sentem' com 'paixão' a vida dos 'subalternos' e os intelectuais convencionais, funcionais à elite e especializados na administração e no controle da sociedade.

Estes se revelam preocupados com a centralização do poder, com um universalismo abstrato do saber, com a coerção direta ou indireta. Nesse sentido, salienta-se que, até no trabalho mais mecânico e alienado, há sempre um componente reflexivo, assim como todo ser humano tem uma cultura e forma-se uma concepção de mundo no interior do seu ambiente social e do seu grupo. A capacidade intelectual, portanto, não é monopólio de alguns, mas pertence a toda a coletividade, tanto no sentido diacrônico (quando se considera o acúmulo de conhecimento ao longo da história), como no sentido sincrônico (quando se busca compreender as interconexões que formam o mundo em que vivemos). Por isso, a insistência em reconhecer a relação de reciprocidade entre sujeitos que aprendem e ensinam ao mesmo tempo (idem, ibid.). O exercício da intelectualidade, portanto, função da inteira coletividade, é dialético, o que justifica, em Gramsci, a formulação de "intelectual coletivo" e de "filósofo democrático." (idem).

Conforme já acentuamos, mas há a necessidade de trazer à tona novamente esta abordagem, embora algumas pessoas tenham funções mais acentuadamente intelectuais na sociedade, o grau dessa atividade entre seus componentes é apenas quantitativo, nunca qualitativo. Semeraro (2006, p. 380) afirma:

> Isso quer dizer que o desempenho de diferentes funções "intelectuais" nunca deve justificar hierarquias ou divisão de classes na sociedade. Com essa visão, as reflexões de Gramsci passam longe da concepção de uma "intelligentsia" livremente "flutuante" e acima das partes, dotada de uma missão especial e de capacidades "objetivas" que, desde Mannheim (1986), têm ocupado muitas discussões contemporâneas. Guardam distância também das posições de Bobbio sobre a função dos intelectuais, o qual reedita, com a sua distinção entre o "ideólogo" e o "*expert*" (Bobbio, 1993, p. 117), entre o filósofo e o técnico (p. 140 e 159), o dualismo estabelecido por M. Weber (1980, p. 87 e ss) entre a "ética da convicção" e a "ética da responsabilidade", tão caro aos liberais e à maioria dos nossos políticos. Na III *tese sobre Feuerbach*, Marx já havia apontado para a relação recíproca transformadora entre "circunstâncias" e educação (MARX, 1998a, p. 100).

Gramsci explicita e aprofunda essa inseparável relação dialética entre intelectual e mundo circunstante, entre estrutura e superestrutura, entre o que está dado e a iniciativa de sujeitos organizados, de modo a gerar uma "catarse" pessoal e social, um processo da subjetivação ético-política que caracteriza a construção do conhecimento e a prática coletiva de ensino- aprendizagem: "A personalidade histórica de um filósofo individual resulta também da relação ativa entre ele e o ambiente cultural que ele quer modificar, ambiente que reage sobre o filósofo e, obrigando-o a uma contínua autocrítica, funciona como 'mestre'." (GRAMSCI, 1975, p. 1.331). Isso significa que a escola, embora necessária, como mostra o interesse de Gramsci em recriá-la profundamente no Caderno 12, não é o único espaço para a formação de intelectuais. Para essa tarefa, contribuem também o partido, a fábrica, a igreja, a atividade política, a participação nas organizações, nos movimentos sociais e culturais etc.

Essa visão totalmente inovadora e revolucionária rompe com a concepção do intelectual "superior" e separado, com o filósofo "detentor da verdade" e guia da *pólis* que se formou a partir da tradição platônica e clássica do "filósofo-rei". As ideias de Gramsci passam a fundamentar a formação dos novos intelectuais na práxis hegemônica dos subalternos, cujas lutas teóricas e práticas buscam criar uma outra filosofia e uma outra política, capazes de promover a superação do poder como dominação e construir efetivos projetos de democracia popular.

Em sintonia com o marxismo e pela influência proveniente de Gramsci, muitos intelectuais no século passado chegaram a se "engajar" em partidos dos trabalhadores, em movimentos populares, mobilizaram lutas pela independência dos povos colonizados, pela libertação das ditaduras e pela democratização dos direitos sociais. Nas últimas décadas, no entanto, a queda do comunismo soviético, o triunfo do neoliberalismo e a difusão da cultura pós-moderna foram delineando um outro perfil de intelectual que acabou prevalecendo na nossa sociedade.

2.2.6.3.2. Intelectual pós-moderno

Considerando-se o cenário a partir da segunda metade dos anos de 1970, quando um novo ciclo do capitalismo e a sua contraditória recomposição desencadearam profundas transformações nos processos produtivos, nas práticas políticas e na função dos intelectuais, o mundo do trabalho – remodelado pela informática e pela microeletrônica – passou a incorporar novos conhecimentos, gerando uma complexa análise que exige um preparo intelectual mais apurado dos seus operadores.

Finelli, (2003, p. 104), afirma:

> Com a revolução digital e a redução dos grandes conjuntos industriais, as categorias dos trabalhadores e as organizações de massa vieram se encolhendo. A velocidade e a diversificação na produção fragmentaram ainda mais os operários e conseguiram camuflar melhor as feições da dominação, desconcertando a compreensão da realidade e as formas tradicionais de lutas políticas.

Sofisticado e flexível, nunca o capital se tornou tão abrangente como nessas últimas décadas. Por meio da "indústria cultural", submeteu o conhecimento aos desígnios da produtividade e do mercado, subsumindo, praticamente, todas as esferas da vida social. Difuso por toda parte, parece ter chegado a realizar o seu sonho mais ambicioso: tornar-se poder impessoal, "inconsciente social" (FINELLI, 2003, p. 104), máquina que marcha por própria conta, separado do trabalho vivo e do incômodo das revoltas operárias.

Sem rosto e sem lugar, o novo soberano hoje se impõe, feito oráculo hermético, pelos indicadores econômicos anunciados todos os dias nos jornais de grande circulação nacional e por um dilúvio de informações que anulam a reflexão e a interlocução. Longe dos problemas da emancipação humana e imune às investidas de outras intenções política mais libertárias, essa forma de poder encontra sua lógica mais acabada na "cultura pós-moderna", que "aprofunda o processo de esvaziamento do concreto pelo abstrato, reduzindo-o à invisibilidade e ao simulacro." (JAMESON, 1996, p. 85).

Nesse contexto, a figura do intelectual "engajado" entra em declínio e fala-se cada vez menos de intelectuais "orgânicos", das "classes" trabalhadoras, de "militantes" e de educadores populares. Por toda parte, despontam gestores, intelectuais céticos e políticos pragmáticos. "As convicções de princípio, a visão de conjunto e a revolução são suplantadas pela incerteza e o pensamento da 'errância'." (VATTIMO, 1996, p. 182), pelo gosto do particular e o narcisismo privado.

Sob a forte influência do neoliberalismo na economia e da pós-modernidade na cultura, muitos intelectuais foram gradualmente deslocados do chão da fábrica e dos movimentos de massa para o campo do marketing, da estética e do fantasmagórico cenário da "vídeo-esfera". Segundo Semeraro (2006, p. 383), "a crise do intelectual popular acontece não apenas devido à 'revolução tecnológica', mas também pela dissolução dos 'sujeitos coletivos', pela relativização dos valores públicos, pela derrota do comunismo, pela indistinção entre esquerda e direita e pelo revisionismo imposto às revoluções."

Assim, ao longo dessas últimas duas décadas, vimos emergir como onda avassaladora uma crescente categoria de intelectuais que se disseminaram na mídia, na publicidade, no entretenimento, em Organizações Não-Governamentais (ONGs), em serviços administrativos e no controle do sistema. Ficamos sabendo que havíamos ingressado na era da imagem, da "sociedade do conhecimento", da informação "*just in time*"[8], na época do "capital cultural", na qual o saber deve ser servido como mercadoria nas formas folhetinescas para garantir a atração do "grande público".

O emblema político do "Príncipe" de Maquiavel, reconfigurado depois pelo "Moderno Príncipe" (GRAMSCI, 1975), passa a ser desempenhado hoje pelo "Príncipe Eletrônico", que redesenha "um novo, complexo e contraditório palco da política e da atividade intelectual." (IANNI, 2003, p. 141). Em um mundo em que a imagem conta mais do que o produto, alastra-se a convicção de que o que não passa na mídia não existe. Não surpreende, portanto, se as tecnologias informáticas, eletrônicas e cibernéticas, dominadas por gigantescos conglomerados internacionais, tomam conta de todas as esferas da vida humana, atraindo muitos intelectuais a seu serviço.

Assim, hoje, para a sua formação, o intelectual é compelido a tornar- se especialista da imagem, do som, dos jogos de linguagem, das virtualidades eletrônicas. No mundo das sensações, das modas e dos rápidos contágios de massa, é fundamental que se aprenda, acima de tudo, a manejar a arte da aparência. Semeraro (2006, p. 383) ainda evidencia que:

> Por isso, chega-se a falar no fim do intelectual político-pedagógico vinculado à escrita, à escola, ao partido, às organizações populares. O que se celebra agora é o advento da inteligência na "vídeo-esfera", no simbolismo e nas criações instantâneas, nos "*spots*" comerciais e nos "*insigth*". O intelectual "clássico", cultor da razão e da cosmovisão, da paciência histórica e da pedagogia política popular, é suplantado pela "inteligência

[8] Sistema de administração da produção que determina que nada deve ser produzido, transportado ou comprado antes da hora exata. Pode ser aplicado em qualquer organização para reduzir estoques e os custos decorrentes. O *just in time* é o principal pilar do Sistema Toyota de Produção ou produção enxuta.

> emocional" e pelos recursos tecnológicos. O objetivo da "vídeo-esfera" não é a educação – ranço iluminista! – mas o entretenimento e a sedução.

A busca da verdade, da justiça, do universal e a visão inspirada na história, na dialética, na totalidade etc., tornaram-se meta-narrativas e produtos autoritários. Em seu lugar, entram o regozijo da desconstrução, a elucubração sobre o fragmento, o gosto pela indefinição, a preocupação estilística e ornamental. Rorty (1999), ao criticar a despolitização do intelectual, afirma: "Vangloriando-se da sua impotência, o intelectual é solicitado a abandonar 'as certezas' da filosofia e os projetos da política para entregar-se ao fluxo da narrativa e do romance." (p. 263).

2.2.6.3.3. Intelectuais ficcionais

Depois dos clérigos dogmáticos na era da cristandade e dos cientistas do saber prático no mundo moderno, a maior parte dos intelectuais funcionais, a serviço da classe dominante, na atualidade, precisa conformar o conhecimento às exigências das novas formas de poder. Assim, temos hoje uma legião de intelectuais midiáticos e evanescentes em conformidade com a natureza do capital financeiro, dos fluxos da mercadoria e da informação. Entende-se porque, ao capital especulativo, que quer lucrar sem se comprometer com a produção, corresponde o "intelectual ficcional", que discursa sem dizer nada. Os efeitos desse fenômeno se refletem no interesse de uma multidão de intelectuais por um profissionalismo acrítico e hiperconcorrencial.

Algo parecido acontece na política e na filosofia, onde se desqualifica o pensamento crítico e proliferam os "cientistas", onde os humanistas foram se eclipsando diante dos gestores, os estadistas diante dos estatísticos, os midiáticos substituíram os educadores, as sondagens de opinião tomaram o lugar dos debates democráticos, os lobbies dispensaram as organizações sociais. Para a nova ordem imposta pelo capital, de fato, só serve a formação de uma inteligência tecnológico-utilitarista, não uma formação ético-política.

Diante deste cenário, Semeraro (2006, p. 390) questiona:

> Estaríamos assistindo à decadência dos intelectuais político-pedagógicos que, de militantes, críticos e pesquisadores, estariam passando a intérpretes, gerentes, divulgadores? Faz sentido, então, falar ainda em "intelectual orgânico" às classes trabalhadoras em uma sociedade na qual as organizações de classe, os próprios partidos e os sindicatos custam a se justificar? Onde qualquer dissenso se desintegra na voragem do sistema e não parecem existir alternativas? Será que o "novo" intelectual desenhado

> por Gramsci estaria vencido e superado pela função cada vez mais virtual da produção e do conhecimento?

A resposta é: não! Há um contraponto de Gramsci à virtualidade pós-moderna e à crise política, quando contextualizamos e atualizamos a sua teoria.

2.3.5.5. Intelectual contemporâneo: do intelectual funcional ao intelectual da práxis

Ao contrário da "informação" que muitas vezes circula, em Marx, assim como em Gramsci, não há cruzadas contra os avanços científicos e tecnológicos. Pelo contrário. Em sintonia com o próprio tempo, eles se utilizam com maestria dos meios mais modernos de investigação e de comunicação. Como vimos, Gramsci não é indulgente e tolerante com o mundo provinciano e estagnado do Sul da Itália, quando comparado com as dinâmicas do Norte e do "americanismo e fordismo". Mas, também não facilita o surgimento de intelectuais populistas e improvisados. Em muitas ocasiões, Gramsci defende uma ampla e rigorosa formação do intelectual orgânico, uma vez que a filosofia da práxis, além de representar "o coroamento de todo o movimento de reforma moral e intelectual" (Gramsci, 1975, p. 1.448), deve ser "a reinvenção de um novo intelectual que sabe sintetizar o melhor da filosofia, da política, da economia, da ciência e da arte." (GRAMSCI, 1975, p. 1449).

Hoje, as novas ferramentas à disposição dos intelectuais não devem ser menosprezadas. Embora Gramsci esteja aberto ao novo, não o aceita acriticamente. Assim como o trabalhador deve se modernizar, tornando- se cientificamente especializado e tecnicamente habilidoso até as fronteiras mais avançadas do conhecimento e da produção, sem cair na mecanização e na escravidão do sistema, também o intelectual deve estar atualizado e desenvolver pesquisas inovadoras, sem se deixar "taylorizar"[9] e comprar.

Mas, não é suficiente se defender do risco de revolução passiva inerente a toda modernização. O intelectual orgânico popular, para Gramsci, deve alcançar as fronteiras mais avançadas do conhecimento e da tecnologia sem nunca perder a referência às lutas hegemônicas da sua classe. Além disso, também para não estagnar em um marxismo dogmatizado, é necessário promover a sua "*traducibilidade*" (BARATTA, 2004, p. 236) para um tempo como o nosso, "que se depara com outras feições de sociedade, com o surgimento de novos atores políticos, com novas formas de luta e com diferentes sensibilidades trazidas pela própria pós-modernidade." Naturalmente, esse processo de tradução deve ser aplicado

[9] Utilizamos o termo para lembrar o sentido do sistema de organização do trabalho concebido pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor, onde se pretende alcançar o máximo de produção e rendimento com o mínimo de tempo e de esforço.

também à leitura de Gramsci. Mesmo assim, o essencial das suas reflexões sobre os intelectuais, guarda sua atualidade até hoje.

Nelas, emerge clara a distinção entre os intelectuais "funcionais" à dominação e os intelectuais "orgânicos" que lutam para superá-la. Em outras palavras, entre os intelectuais pragmáticos, que se colocam à disposição de uma sociedade gerenciada para poucos, e os que se envolvem com as organizações populares para construir uma democracia realmente "orgânica" para todo o corpo social, não apenas para uma parte dele. Na extensa "guerra de posição" que virou o nosso mundo atual, os intelectuais orgânicos ao capital transnacional "lutam constantemente para mudar as mentes e expandir os mercados." (SEMERARO, 2006, p. 381).

Mais do que "orgânicos", na verdade, os intelectuais funcionais às classes dominantes fazem prestação de serviço a seus condomínios de luxo, não à *pólis*. São "cães de guarda" (NIZAN, 1970) de patrões e "agentes imediatos" (GRAMSCI, 1975, p. 634) ao poder de plantão; são incapazes de criar uma autocrítica do grupo que representam e de apresentar projetos de alcance ético-político. Os intelectuais orgânicos aos dominados, ao contrário, estão convencidos de que "a verdade é revolucionária". Portanto, não abdicam de formar consciências críticas e construir um "bloco histórico" (uma articulação dialética) entre estrutura e superestrutura (economia e cultura), entre sociedade civil e sociedade política, de maneira a superar a relação vertical entre governantes e governados e a separação entre intelectuais e massa. Estão convencidos – como Gramsci – de que

> A filosofia da práxis não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, mas é a própria história de tais contradições; não é o governo de grupos dominantes para ter o consenso e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; mas é a expressão destas classes que querem educar a si mesmas para a arte do governo e têm interesse em conhecer todas as verdades, também as desagradáveis, e evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e até de si mesma. (GRAMSCI, 1975, p. 1.320)

Técnicos e publicitários de uma sociedade sem projeto como a nossa, seus intelectuais afastam-se de uma outra característica fundamental presente em Gramsci: o reconhecimento do saber popular, do senso comum, a construção democrática e coletiva de um projeto público de sociedade. Para Gramsci (1975), de fato, mais do que a centralidade do intelectual e a sofisticação de um grupo de vanguarda irradiador de verdades, é importante "*a elevação moral e intelectual das massas*" até as fronteiras mais avançadas da ciência, de modo a

arrancar da classe dominante o monopólio do conhecimento que, na era digital, pode aprofundar ainda mais o fosso com as classes espoliadas.

Semeraro (2006, p. 387) afirma que:

> As condições materiais para universalizar as ferramentas tecnológicas e para a interatividade estão dadas no mundo de hoje. Trata-se, agora, de fazer com que a circulação das informações e a criação do conhecimento não emanem de centros monopolizados e exclusivos, mas sejam construídas democraticamente por todos, local e mundialmente, no trabalho, nas escolas, nas organizações políticas, nos centros culturais, na diversidade de grupos e de etnias.

Não importa o lugar em que o intelectual desempenha a sua função, se no partido, no Estado, no sindicato, nos movimentos populares, nas organizações sociais e culturais ou na academia. O que conta para Gramsci é a sua vinculação de classe, a relação democrática que o intelectual estabelece e o horizonte ético-político que descortina, isto é, a capacidade de promover um projeto socializador que reconheça os subjugados como sujeitos políticos. Nesse sentido, há em Gramsci uma relação estreita entre o conceito de "orgânico" e o de "ético-político", se considerarmos que os dois remetem à universalização da democracia popular. E essa só acontece com a construção de uma hegemonia capaz de entrelaçar em unidade subjetividades individuais e "vontade coletiva", de transformar em liberdade a necessidade, quer dizer, de operar o processo de "catarse", de subjetivação, que é "o ponto de partida de toda a filosofia da práxis" (GRAMSCI, 1975, p. 1.244). Então, em Gramsci, os intelectuais articulados com a filosofia da práxis são "orgânicos" a um partido, a um grupo social, ao Estado, enquanto trabalham para superar o momento "econômico-corporativo" e o momento jurídico administrativo e se lançam ao lado dos "subalternos" para criar a fase da universalidade "ético-política" (idem, ibid, p. 1.584).

Em tempos pós-modernos, os intelectuais "orgânicos" não se tornaram obsoletos, mas encontram-se diante de novas tarefas. Como nunca, precisam aprender com Gramsci a difícil arte de lidar com a diversidade sem cair no relativismo, de lutar contra os dogmas sem deixar de buscar a verdade, de respeitar a particularidade sem se pulverizar, de construir a unidade sem transformá-la em uniformidade, de realizar a democracia popular contra os simulacros pós-modernos.

2.2.7. Educação emancipatória na teoria gramsciana

Em Gramsci, o conceito de educação é fundado na noção ampliada de política e varia dependendo da posição e compreensão de mundo. Para a sociedade capitalista, é entendido como um processo pelo qual o indivíduo adapta-se às necessidades e exigências do modo de produção e é formado para desempenhar funções na hierarquia que separa dirigentes de dirigidos. No âmbito da organização política dos trabalhadores e na formulação de um novo modelo de Estado, a educação teria que assegurar o desenvolvimento integral da personalidade individual a partir do processo de construção de novas relações de formação coletiva. Ou seja, explicitar a noção de educação implica entender a natureza do Estado como um complexo político e ideológico que tem a finalidade de adequar a "civilização" e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do desenvolvimento continuado do aparelho econômico de produção, ou seja, implica compreender as relações de hegemonia e necessidade do mercado.

Nesse contexto, Gramsci atribui uma dupla função à escola, numa perspectiva dialética: a de conservação e a de superação das estruturas capitalistas. Para a realização da hegemonia, a classe dominante recorre a instituições privadas, dentre elas a escola, uma vez que este exercício permite a dominação das consciências – um momento indispensável para se estabelecer uma relação de dominação. No entanto, também abre a possibilidade da classe oprimida criar e consolidar uma contra hegemonia, já que a sociedade civil é o lugar da circulação livre de ideologias.

Assim, Gramsci compreende que a construção de uma educação emancipatória depende da corrosão do bloco histórico dominante. Deste modo, Gramsci não se limita à crítica da sociedade existente, mas também oferece instrumentos para se pensar e realizar, com o auxílio da escola e das demais instituições da sociedade civil, uma nova estrutura social. Dessa forma, o princípio de *escola única* para Gramsci não diz respeito a uma escola igual para todos, já que a igualdade é colocada como resultado do processo, mas uma escola que proporcione a todos os homens e mulheres o acesso ao conhecimento, de acordo com suas necessidades, com suas respectivas realidades históricas, uma escola que proporcione a todos a condição de se tornar dirigentes.

É nesse contexto que buscamos as ideias de Gramsci e a atualidade do seu pensamento também em relação à organização escolar e ao seu sentido, quando acentuou a necessidade de uma *escola única,* de caráter humanista, destinada a desenvolver em cada sujeito uma cultura geral, bem como a educar para a vida.

> A tendência hoje é a de abolir qualquer tipo de "escola desinteressada" (não imediatamente interessada) e "formativa", ou conservar delas tão somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em se preparar para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo. (GRAMSCI. 2001, p. 33)

Deste modo, Gramsci não se limita à crítica do modelo de sociedade existente, mas dá também elementos para se pensar e realizar um novo modelo de estrutura social a partir da ajuda da escola única e de outras instituições da sociedade civil.

Ainda para Gramsci (1999):

> (...) o ponto de partida para alcançar uma visão organizada de mundo não se faz arbitrariamente em torno de uma ideologia qualquer, vontade de alguma personalidade. A não adesão ou adesão da massa a uma ideologia demonstra a crítica da racionalidade histórica dos modos de pensar. As construções arbitrárias são as primeiras a serem eliminadas na competição histórica (p. 111).

Dessa forma, a crítica e o rompimento com a estrutura dominante necessitam da neutralização da antiga teoria, evidenciando a sua contradição e incoerência. Ainda segundo o autor, a melhor crítica seria a partir da *filosofia da práxis*, entendida como aquela capaz de promover a unidade entre a teoria e a prática e, por isso mesmo, só pode se apresentar em uma atividade polêmica e crítica, como "uma superação da maneira de pensar precedente e aproximação do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente)" (p. 25). Portanto, a aproximação com os saberes populares, com o senso comum, é uma base para essa situação.

A filosofia da práxis tem como base a elevação da condição cultural da massa e dos sujeitos. A práxis, entendida como a unidade dialética entre teoria e prática, não é um ato meramente mecânico, mas sim o construto do devir histórico. Esse devir histórico necessita ser também entendido, na lógica do sujeito, como a expressão da coletividade com ações transformadoras de si e dos outros, cujas relações são de natureza social e histórica.

Ainda segundo Gramsci (1978), a filosofia da práxis ou mantém os simplórios da filosofia primitiva do senso comum, ou busca conduzi-los a uma concepção de vida superior. Essa filosofia evidencia a exigência do contato entre os intelectuais e os sujeitos, a fim de que

se torne politicamente possível o progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais.

> O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta ação, que, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer, inclusive, que a sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. (GRAMSCI, 1978, p. 20)

É nesse sentido que é possível afirmar que o sujeito possui duas consciências teóricas: uma é implícita na sua ação, é a que o une ao coletivo na transformação prática da realidade; a segunda é a explícita, verbal, que ele herdou das suas relações e acolheu sem questionar. Essa consciência verbal tem consequências, é ligada a um determinado grupo social de pertença, influencia na conduta moral e pode atingir um ponto em que o contraditório da consciência não permita nenhuma ação e resulte numa passividade moral e política.

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de "hegemonias políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real." (GRAMSCI, 1978, p. 21).

O perfil histórico de um filósofo individual é formado, então, pela ativa relação entre ele mesmo e o ambiente que quer modificar; é esse mesmo ambiente que age sobre o filósofo e funciona também como um professor. A relação professor-aluno se realiza no centro dessa condição política. É importante evidenciar aqui a existência das diversas filosofias ou concepções de mundo; sempre fazemos uma escolha entre elas. Isso significa que os grupos sociais têm concepções próprias de mundo, ainda que em formação, que se manifestam na ação.

Gramsci (1978) esclarece que:

> (…) toma emprestada a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que lhe é estranha; e aquele grupo afirma por palavras esta concepção, e também acredita segui-la, já que a segue em "épocas normais", ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada. É por isso, portanto, que não se pode destacar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são também elas, fatos políticos. (GRAMSCI, 1978, p. 15).

Isto evidencia a necessidade de sistematizar, criticamente e coerentemente, as próprias concepções de mundo e da vida. A divulgação destes propósitos é também uma tarefa a ser realizada pelo intelectual, pelo professor, já que a "difusão da filosofia da práxis é a grande

reforma dos tempos modernos, é uma reforma intelectual e moral que realiza em escala nacional, o que o liberalismo não teve êxito em realizar, senão para camadas restritas da população." (PORTELLI, 1977, p. 1292).

Nesse contexto, entendendo o trabalho docente como uma atividade exercida por intelectuais, vem à tona o questionamento de Gramsci (1999) quando defende a escola *unitária*: como organizar a educação de forma que contemple uma formação humanista concreta e a atividade prática, preparando homens e mulheres para o exercício autônomo e criador de suas funções sociais?

O modelo do Estado capitalista contemporâneo não conseguiu propor e nem executar de fato um projeto de educação comprometido com a transformação social, devido à própria ambiguidade que dá sustentação aos seus propósitos. A educação escolar é ainda um espaço de difusão da ideologia dominante. Como parceiros, estão grupos de intelectuais passivos e reprodutores de ideários reducionistas e tecnicistas. É assim que se dá a subordinação da educação à política em seu sentido mais amplo, mas há também a possibilidade de rupturas e resistências a partir de um projeto educativo alternativo comprometido com as classes sociais menos favorecidas e que, de fato, contribua com o processo de inclusão e emancipação.

2.2.8. Ressonâncias do pensamento de Antônio Gramsci

As ideias gramscianas encontram ressonâncias nos trabalhos de vários pensadores e pensadoras da contemporaneidade, desde os que se dedicam a estudar exclusivamente a sua teoria a fim de trazer à tona a genialidade e a atualidade da sua obra em vários campos do saber e contribuem para desvelar o complexo funcionamento da lógica e estrutura do poder dominante, até aqueles que se inspiram na sua teoria e o têm como referencial teórico para fundamentar posições políticas comprometidas com a construção do pensamento crítico de cunho progressista e emancipatório a serviço das classes menos abastadas. A visibilidade desta influência aparece no discurso de muitos intelectuais respeitados e renomados, para além das fronteiras italianas, e em diferentes campos do conhecimento. Na educação, especificamente, sua contribuição é significativa e intensa; no Brasil se faz presente, principalmente, através de um dos maiores ícones da intelectualidade nacional, o educador Paulo Freire (1981/1982).

Elegemos também o norte-americano Henry Giroux (1997) – teórico crítico cultural[10] e também fundador da Pedagogia Crítica, a exemplo de Peter MacLaren (2000), cujas obras

[10] Em um sentido mais amplo, *crítico cultural* é um termo contemporâneo usado para se referir à crítica dirigida à cultura.

estão presentes no cenário acadêmico nacional e internacional como referencial de estudiosos da área – a fim de fazermos um recorte, mesmo que brevemente, para elucidarmos o lugar que Gramsci ocupa nas suas ideias, as quais são respeitadas e importantes quando se quer pensar um projeto de educação que opere em favor da justiça social e seja comprometido com o acesso ao conhecimento como um direito inalienável para todos. Para ampliar a visibilidade da abrangência das ideias de Gramsci, elucidamos também a aproximação do pensamento gramsciano com um dos mais respeitados pensadores contemporâneos: o sociólogo polonês Zigmount Bauman (2010).

2.2.8.1. Gramsci em Paulo Freire

Além da presença constante dos conceitos de libertação e hegemonia nos discursos, formulações e aspirações dos movimentos populares brasileiros nas últimas décadas, a aproximação entre Gramsci e Freire se estabelece pela própria complementaridade entre categorias centrais do legado teórico-político dos autores. Destacamos, por exemplo, as preocupações em torno da relação entre senso comum e consciência crítica e da importância dada à formação de lideranças revolucionárias e intelectuais orgânicos das classes subalternas.

Gramsci caracterizou o processo de constituição de uma consciência coletiva dos trabalhadores, a catarse, engendrado em um discurso consistente que aponta para a passagem da consciência que se encontra no nível econômico corporativo, para o momento ético-político. Em Freire, a passagem do senso comum (visão de mundo muitas vezes desarticulada) para uma visão de mundo crítica (sistematizada e coerente) é apresentada em muitas obras e textos. Vale ressaltar que, em Freire e Gramsci, esses processos de conscientização necessitam estar vinculados dialeticamente a um projeto de transformação social que negue e rompa com a hegemonia burguesa.

> Por esta razão, a conscientização é um projeto irrealizável pela direita, que, por sua natureza, não pode ser utópica. Não há conscientização popular sem uma radical denúncia das estruturas de dominação e sem o anúncio de uma nova realidade a ser criada em função dos interesses das classes sociais hoje dominadas. (FREIRE, 1981, p. 81).

Mesmo compreendendo que o processo de conscientização coletiva e ou individual é fruto de um aprendizado concreto dos próprios sujeitos em relação com a situação de exploração e opressão na qual se encontram, ele não acontece de forma espontânea. Essa transição necessita de um intenso e paciente trabalho de organizações coletivas (partidos políticos, sindicatos, centros de cultura, jornais, etc.) no interior das contradições nas quais

estão inseridas as classes populares. E é com essa intencionalidade que agem as lideranças revolucionárias e os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora. Para Paulo Freire, a liderança revolucionária possui uma função ímpar no desvelamento da situação opressora e na anunciação de sua superação, fundamentada numa práxis libertadora e em uma ação dialógica:

> A liderança revolucionária, comprometida com as massas oprimidas, tem um compromisso com a liberdade. E, precisamente porque o seu compromisso é com as massas oprimidas para que se libertem, não pode pretender conquistá-las, mas conseguir sua adesão para a libertação. (FREIRE, 1982, p. 193).

A liderança revolucionária, dessa maneira, deve contribuir incessantemente com a "organização das massas populares em classe" (FREIRE, 1982, p. 205), ou seja, com o salto qualitativo da denúncia a uma ação transformadora concreta. Tarefa semelhante deve desempenhar os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, conforme Gramsci elaborou a inovadora reflexão sobre o tema dos intelectuais e dessacralizou a ideia de que a atividade intelectual é um mérito de poucos ao afirmar que todo homem é um intelectual.

Conforme já apontamos, a questão é que alguns sujeitos exercem profissionalmente essa determinada função, ou seja, são os responsáveis diretos pelo desenvolvimento de atividades ligadas às esferas não produtivas e participam ativamente da elaboração e sistematização do conhecimento e da cultura de uma determinada sociedade. Para Gramsci (1975), existem dois tipos de intelectuais: os tradicionais e os orgânicos. Segundo o autor, os primeiros são aqueles que possuem uma formação que não se alinha, a priori, com nenhuma das classes sociais fundamentais da modernidade e que, portanto, oscilam entre posições conservadoras, progressistas ou reacionárias. Já os segundos, os intelectuais orgânicos, são aqueles que possuem uma vinculação direta com determinada classe e projeto político. Portanto, suas elaborações fundamentam, legitimam e defendem uma visão de mundo específica.

Portanto, nota-se que, tanto a liderança revolucionária em Paulo Freire como o intelectual orgânico da classe trabalhadora em Gramsci, desempenham um papel central na luta de classes. Na verdade, ambos representam um só sujeito na medida em que atuam como dirigentes e educadores políticos das classes subalternas.

Esses dois exemplos (a questão da consciência de classe e o debate em torno do papel da liderança revolucionária e do intelectual orgânico), nos possibilitam afirmar que há várias aproximações entre as teorizações e posições políticas dos dois pensadores. Em síntese, a partir das convergências entre as formulações de Antonio Gramsci e Paulo Freire,

evidenciamos: *a)* a impossibilidade de aliança ou diálogo entre dominantes/opressores e dominados/oprimidos, tendo em vista os interesses antagônicos da burguesia e dos trabalhadores; *b)* a libertação dos oprimidos e a conquista da hegemonia pelas classes subalternas são pressupostos para a edificação de uma nova sociabilidade e *c)* a explicitação e problematização dos conflitos e das relações de exploração nas quais os oprimidos estão subjugados, são elementos determinantes do processo de conscientização e construção de uma visão de mundo alternativa à hegemonia capitalista.

2.2.8.2. Gramsci em Henry Giroux

McLaren (1997), ao prefaciar a obra de Giroux *Os Professores como Intelectuais*, faz um importante traçado acerca do estilo que dá sustentação às ideias do autor, acentuando as dimensões sócio-político-culturais que perpassa todas as suas obras e nos dão a dimensão da aderência do seu pensamento às ideias de Gramsci. Para respaldar ainda mais este perfil de intelectual orgânico a serviço das classes trabalhadoras, Giroux tem em Gramsci e em Paulo Freire marcos teóricos de referências e é esse último quem faz a apresentação da obra citada.

McLaren (1997, p. 8-9) afirma:

> Existem uma paixão e uma indignação nos escritos de Giroux – poderíamos dizer também uma esperança militante - que traem muito pouco o distanciamento e polimento do trabalho acadêmico convencional. A vitalidade e por vezes a ferocidade que marcam a voz crítica de Giroux trazem consigo um legado de raiva e de força que provêm, em parte, da frustração que experimentou e da resistência e lutas nas quais se engajou como jovem criado em um bairro de classe operária em Rhode Island. A história de Giroux também foi moldada por seu envolvimento nas lutas dos anos 60, seu trabalho como coordenador comunitário, e seus sete anos como professor de segundo grau. Giroux com frequência refere-se a sua educação universitária como um acidente histórico. Se não fosse pela bolsa de estudos proveniente de basquetebol, que ajudou a transportá-lo das esquinas de Smith Hill para os salões de conferências da universidade, sua vida sem dúvida teria tomado um rumo diferente e menos proveitoso. É tanto a vivência das diferenças de classe que marcaram os primeiros anos de Giroux quanto sua luta subsequente para compreender as formas nas quais o ensino escolar autoriza aqueles com uma vantagem social prévia que trazem para seus escritos a paixão pela justiça e igualdade pela qual se tornaram conhecidos.

McLaren (1997) continua traçando o perfil político do autor demarcando a sua formação com o campo de luta e ressalta a contribuição do livro *Os Professores como Intelectuais* para ajudar educadores a compreender o ensino como uma forma de política cultural, isto é, como um empreendimento pedagógico que considera com seriedade as relações de raça, classe, gênero e poder na produção e legitimação do enunciado e da

experiência concreta, ou seja, dimensões basilares e de fundamental relevância para a construção de uma pedagogia de emancipação.

Consideramos algumas perguntas, elencadas por McLaren (1997, p.11), a fim de ilustrar as preocupações e orientações do trabalho de Giroux ao longo dos anos; elas são fundantes para dar maior visibilidade à forma em que o pensamento de Gramsci aparece norteando todo o seu acervo. As perguntas são as seguintes:

> Quais são as variantes morais segundo as quais construiremos a nós mesmos como agentes sociais de mudança? Como podem os problemas relacionados com classe, raça, gênero e poder ser traduzidos em questões de qualidade e excelência educacional? De que maneira podemos nos reposicionar enquanto educadores contra a cultura dominante a fim de reconstituir nossas próprias identidades e experiências e aquelas de nossos estudantes? Como podem os educadores construir um projeto pedagógico que legitime uma forma crítica de prática intelectual? Como é possível reconhecer a diferença e as múltiplas formas de identidade e ainda assim abordar as questões de vontade e luta política? Que diversidade silenciamos em nome de uma pedagogia libertadora? Como podem os educadores vir a reconhecer as injustiças que estão sendo perpetradas em nome da educação? Como poderão eles vir a enfrentar sua própria participação no emprego de um sistema muitas vezes opressivo que parece roubar os estudantes de seus direitos básicos? De que forma os professores podem trabalhar para apoiar uma pedagogia responsável pela formação coletiva de uma cultura pública democrática? Como podem os educadores unir a teoria da escolarização a uma pedagogia do corpo e do desejo? Quais são os limites da relação conhecimento/poder/subjetividade? Como desenvolveremos um discurso público que integre a linguagem do poder e propósito com a linguagem da intimidade, amizade, e cuidado? Como falamos em nome da emancipação sem mostrar desdém por aqueles que se encontram sob o jugo da dominação e ignorância, independente de sua posição de classe? Como não sabemos o que é historicamente possível até que seja experimentado, como podem os educadores começar a fortalecer os estudantes para imaginarem um futuro no qual a esperança torne-se prática e no qual a liberdade possa ser sonhada, disputada e finalmente obtida?

Portanto, tais preocupações revelam a aderência a Gramsci em todo cenário da produção de Giroux, ao tempo em que reafirmamos a contemporaneidade do seu pensamento e a trajetória inspiradora nos trabalhos que suscitam lutas emancipatórias, alinhadas com disputas e tensionamentos no campo do saber.

2.2.8.3. Gramsci em Zygmount Bauman

Zygmunt Bauman, cidadão polonês residente no Reino Unido, professor emérito das Universidades de Varsóvia e Leeds, escolheu um caminho diferente e interessante. O autor se preocupou em entender o papel do intelectual no contexto variante da modernidade e da pós-modernidade. Este entendimento, a princípio, não visava somente traçar uma espécie de

tipologia sobre este papel. Este seria um tratamento por demais *estático*, mesmo que este seja útil ao entendimento em certas ocasiões. A preocupação do autor foi a de perceber e refletir sobre a dinâmica do pensamento nestes contextos factuais do próprio crescimento social, político, artístico e filosófico. A realidade é um dado que influi sobre o pensamento, mas para os intelectuais os seus efeitos são mais essenciais.

Bauman (2010) acentuou que, a partir do iluminismo, os intelectuais sempre protagonizaram (ou procuraram fazê-lo) o chamado *vanguardismo* inerente à própria confiança na sua capacidade criativa, sustentada na ciência e nos processos racionais que dela decorrem. Poder-se-ia numerar várias consequências desta visão, mas Bauman prefere selecionar deste contexto *vanguardista*, a característica metaforicamente construída de "legislador". Esta palavra expressa o conceito da classe dos intelectuais, o papel de "árbitro" dotado de autoridade (ou de autoritarismo) para conduzir, guiar e totalizar uma forma de pensamento que se torna socialmente difundido. O autor reconhece que esta legitimidade resultou, na era moderna, de seu "conhecimento superior" e de sua capacidade em tornar este conhecimento uma espécie de verdade frente às sociedades. Esse *vanguardismo* não encontrou barreiras para os intelectuais: estes lideraram e, de pronto, legislaram.

Embora não tenha escrito extensivamente sobre a abordagem que elegemos para elucidar alguns ecos do pensamento gramsciniano nas ideias de Bauman, consideramos também relevante associar como o sociólogo traz para as suas análises a importância do lugar dos intelectuais na construção do projeto da modernidade[11], centro da sua vasta bibliografia analítica. O autor situa o papel dos intelectuais – tradicionais ou orgânicos – como ponto de apoio ou de ruptura com um projeto que se deseja construir.

Nesta perspectiva, para Bauman (2010), a escola foi uma instituição funcional ao estabelecimento da ordem como tarefa da modernidade. Podemos pensar nela como o tempo-espaço em que as ambições legisladoras dos intelectuais modernos e as ambições ordenadoras do Estado se concretizaram sem disfarces. Assim, a educação escolarizada representou um projeto capaz de fazer da formação dos indivíduos exclusiva responsabilidade da sociedade e, em especial, dos governantes ou sociedade política. Isso é direito e dever do Estado, formar seus cidadãos e garantir sua conduta. No cenário da modernidade, vale dizer, o comportamento seria pensado na direção do projeto racional e, no percurso, introduzir a ordem em uma realidade antes despojada de seus próprios dispositivos de organização.

[11] Projeto comprometido com o pensamento e interesses da classe burguesa, pautado na ideia de ordem e pensamento único respaldado por um tipo de racionalidade que lhe deu sustentação.

A escola era a sede a partir da qual se universalizavam os valores utilizados para a integração social. Assim, os intelectuais (professores e ou educadores) seriam os únicos capazes de fornecer a receita aos incultos e vulgares do que seria uma vida correta e moral. A educação escolar, por sua vez, representava uma declaração da incompetência social das massas e uma aposta na ditadura do "professorado" (déspotas ilustrados), guardiões da razão, das boas maneiras e do "bom gosto", ou seja, intelectuais orgânicos a serviço da classe dominante emergente, operando dentro das escolas. Mais do que instituições objetivas separadas da dinâmica da política e poder, as escolas são, de fato, esferas controversas que incorporam e expressam uma disputa acerca de que formas de autoridade, tipos de conhecimento, formas de regulação moral e versões do passado e futuro devem ser legitimadas e transmitidas aos estudantes.

Não é de estranhar, portanto, que Bauman em sua obra *Legisladores e Intérpretes* (2010), tenha concebido a educação escolarizada como o conceito e a prática de uma sociedade amplamente administrada e nos relembre da máxima gramsciana de que não existe neutralidade na educação. Em um texto mais recente, publicado em *A Sociedade Individualizada*, o pensador retoma essa interpretação da educação escolarizada como fábrica da ordem, destinada à produção de corpos dóceis, disciplinados e eficientes, e a analisa levando em conta a "transição" da modernidade sólida à líquida (passagem outrora caracterizada pela oposição entre modernidade e pós-modernidade[12]). A conclusão a que chega, pressuposta, porém não explicitada, em Legisladores, é que essa concepção da escola e da educação enfrenta uma grande crise desencadeada pela "falência" das instituições e da "filosofia" herdada da modernidade sólida. Neste cenário, o lugar dos intelectuais orgânicos a serviço da classe dominante passa por uma reconfiguração. Podemos lembrar o surgimento mais recente dos intelectuais funcionais, conforme já acentuou Someraro (2010), para atender as necessidades do mercado**.**

2.3. NOTAS ALUSIVAS AO PENSAMENTO DE SERGE MOSCOVICI

Judeu de origem romena, Moscovici sofreu com o nazismo, também o combateu e foi conduzido para trabalhos forçados durante a II guerra mundial. Naturalizado francês, emigrou para Paris onde se licenciou em Psicologia em 1949. Serge Moscovici é criador de uma vasta e considerável produção teórica, importante tanto para a psicologia (no campo de formação e práxis) como para a história e as ciências sociais. Seus estudos possibilitaram a criação da

[12] O autor declina da discussão sobre *pós-modernidade* e atribui a mudança de interesse à condição de permanência do projeto moderno no cenário contemporâneo, acrescentando, porém, sua nova configuração: a *modernidade líquida*.

teoria das representações sociais (TRS), a qual tem influenciado pesquisadores tanto na Europa como nas Américas, incluindo o Brasil, ao longo de quase cinco décadas.

Moscovici se interessou não apenas em entender como o conhecimento é produzido, mas também, e principalmente, em analisar seu impacto nas práticas sociais e vice-versa. Em suas próprias palavras, interessou- se no "poder das ideias" de senso comum, isto é, no "estudo de como, e por que as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como elas transformam ideias em práticas". (MOSCOVICI, 2012, p. 75) Ou seja, preocupou-se em compreender como o tripé *grupos sociais/ideias/atitudes* constitui e transforma a sociedade. O assunto sobre a relação entre grupos sociais, ideias (ou imagens) e atitudes está presente desde sua tese de doutorado publicada em 1961, com reedição revisada em 1976, *Psychanalyse, son Image et son Publique* (A Psicanálise, sua Imagem e seu Público). Resgatando o conceito de representações coletivas, inicialmente proposto por Émile Durkheim, o autor estudou as diversas maneiras pelas quais a psicanálise era percebida (representada), difundida e propagandeada ao público parisiense. Pela discussão original e profícua sobre a relação entre linguagem e representação, as conclusões deste trabalho fizeram escola.

Oliveira (2004, p. 181) afirma que podemos sintetizá-las em três pontos fundamentais:

> 1) entre o que se acreditava cientificamente ser a psicanálise e o que a sociedade francesa entendia por ela, existia um intermediário de peso: as representações sociais; 2) essas representações não eram as mesmas para todos os membros da sociedade, pois dependiam tanto do conhecimento de senso comum (ou popular), como do contexto sociocultural em que os indivíduos estavam inseridos; e 3) no caso de novas situações ou diante de novos objetos, como, por exemplo, a psicanálise, o processo de representar apresentava uma sequência lógica: tornar familiares objetos desconhecidos (novos) por meio de um duplo mecanismo então denominado *amarração* – "amarrar um barco a um porto seguro", conceito que logo evoluiu para sua congênere "ancoragem" –, e *objetivação*, processo pelo qual indivíduos ou grupos acoplam imagens reais, concretas e compreensíveis, retiradas de seu cotidiano, aos novos esquemas conceituais que se apresentam e com os quais têm de lidar.

A reflexão de Moscovici, contudo, não parou aí. Ele quis aprofundar como a produção de conhecimentos plurais constitui e reforça a identidade dos grupos, como influi em suas práticas e como estas reconstituem seu pensamento. O autor insistiu sobre este assunto em outras obras.

Em *A Psicologia das Minorias Ativas* (*Psychologie des Minorités Actives*, 2011), por exemplo, mostrou como os processos de mudança social são influenciados não apenas por grupos majoritários, mas também por grupos minoritários (ou minorias). Já em *A Máquina de*

*Fazer Deuses (La Machine à Faire de Dieux,*1988), chamou a atenção para o esquecimento da dimensão psicológica por parte das teorias sociológicas tradicionais. Em ambos os livros, Moscovici trabalhou pelo reconhecimento de processos de mudança social, levemente desvinculados do sistema social e mais dependentes das ações de indivíduos e grupos (mesmo minoritários) e de suas "situações sociais". São obras importantes para entender a gênese do pensamento do autor marcada, na primeira, pelo protagonismo das minorias organizadas e na segunda, pelo lugar da subjetividade no processo de formação das representações sociais.

Moscovici também nos permitiu entender melhor a sua trajetória pessoal ao lançar seu livro de memórias intitulado *Crônicas dos Anos Errantes* (2005). Nela podemos nos aproximar da sua história de vida pessoal, militância política e prejuízos advindos da Segunda Guerra Mundial, apresentada por uma narrativa que mescla o estilo literário com o jornalístico. Ornellas (2015, p. 13), analisando as memórias de Moscovici (2005), afirma:

> Essa obra traz lembranças que visitaram sua memória, que são configuradas de "errantes", na medida em que expressa uma temporalidade na qual a violência engendrada na Segunda Guerra Mundial mostrou a barbárie vivida pelo personagem, deixando marcas fundantes na sua estrutura psíquica.

É uma obra envolvente apresentada através de imagens, afetos revelados e cores. A partir do seu percurso e intimidades reveladas, as ideias do teórico vão se delineando, ganhando sentidos e formas.

Em *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social (2003),* o autor retomou as grandes questões da sua teoria. O livro traz importantes ensaios extraídos de um corpo grande de trabalho e é finalizado com uma longa entrevista a Ivana Marková. É um momento privilegiado em que se pode observar como o autor explicita seus conceitos não só em relação à época em que foram escritos, como também na perspectiva de quem estudou diversas formas pelas quais sua obra foi recebida.

QUADRO 5

DATAS MARCANTES NA VIDA DE SERGE MOSCOVICI

1925	Nasceu Moscovici na cidade de Braila, na Romênia, às margens do

	Danúbio, numa família de judeus comerciantes de grãos.
1938	Sofreu o impacto do antissemitismo vigente ao ser expulso do colégio.
1941	Viveu o Pogrom de Bucarest (Ataque e morte de 151 judeus, com centenas de propriedades e locais de cultos saqueados pela Guarda de Ferro –, movimento fascista antissemita, associado ao regime pró- nazista).
1948	Utilizando a rede de "campos para desabrigados", passando pela Hungria, a Áustria e a Itália, Moscovici chega a Paris. Trabalha no ramo de confecções e de calçados, localiza e encontra os amigos Paul Celan, Isaac Chiva e Isidore Isou.
1949	Depois de uma chegada épica a Paris, ele obteve, em 1949, a recém-criada "Licenciatura em Psicologia" na Sorbonne (com grau mediano.). Atraído pelas aulas de "Psicologia da vida social" do psiquiatra e psicanalista Daniel Lagache, e preocupado com a prorrogação do seu documento de residente como refugiado, ele almeja se inscrever para uma tese de doutorado sob a orientação do famoso professor.
1952/53	Lagache o encoraja e o indica para uma bolsa de estudos no CNRS (Centro Nacional da Pesquisa Científica), que ele obtém em 1952. Publica seu primeiro artigo na *Revista Francesa de Psicanálise* e se inscreve paralelamente, em 1953, na Escola Prática de Altos Estudos, a fim de acompanhar os seminários de Alexandre Koyré, antropólogo e historiador do pensamento filosófico e científico.

1955/58	Ocupou-se , no Ministério do Trabalho, dos programas da reconversão industrial, em colaboração com o sociólogo Guy Barbichon, especialista em mudanças sociais, no âmbito do Centro de Estudos e Pesquisas Psicotécnicas (CERP), e dirige, em 1958, a revista do Centro, o *Bulletin du CERP*.
1961	Paralelamente ao seu estudo sobre a psicanálise, ele realiza sua segunda tese sobre um problema societal e econômico, ainda atual, a reconversão industrial (Reconversion industrielle et changements sociaux. Un exemple: la chapellerie dans I'Aude, 1961, Albin Michel). Defende sua tese de Doutorado de Estado em Letras, le psychanalyse, son image et son public. Étude sur la représentation sociale de la psychanalyse, em 1961, no anfiteatro Louis Liard da Sorbonne.
1962/1964	Nomeado Mestre de pesquisas no CNRS, foi eleito Diretor de estudos na Escola Prática de Altos Estudos em 1964. No mesmo ano, torna-se membro do Comitê Transnacional de Psicologia Social do Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais, cuja história fascinante foi escrita recentemente (Moscovici & Markova, 2006).
1965	Em Paris, no âmbito do "Grupo de Estudos de Psicologia Social", foi criado seu primeiro laboratório na 6ª Seção da Escola Prática de Altos Estudos, em que reúne um grupo pioneiro de pesquisadores cujos trabalhos se inscreviam nas suas linhas de interesse científico (dentre os quais: Claude Faucheux, Claudine Herzlich, Jean-Claude Abric, Denise Jodelet e Willem Doise). É quando inicia um amplo programa de pesquisas experimentais consagrado essencialmente à influência e à

	comunicação social.
1968/1974	Seguindo um caminho intelectual paralelo entre História das Ciências e Psicologia Social, realiza, entre 1968-1969, uma nova temporada americana no *Center for Advanced Studies in the Behaviourial Sciences* (Stanford) e publica, em 1968, outra obra monumental, *'Essai sur I'histoire Humaine de la Nature.* A França está em plena ebulição social, ideológica, política e geracional, e essa reflexão sobre a natureza, a primeira de uma forma de trilogia (as duas seguintes são La *Société Contre Nature*, 1972 e *Hommes Domestiques et Hommes Sauvages,* 1974) inaugura sem dúvida o "período verde" de Moscovici (o período mais desconhecido dos psicólogos sociais).
1976/2000	Tem uma intensa atividade internacional como professor convidado da New School for Social Research (New York, 1970-72), do Institut Jean-Jacques Rousseau de l'Université de Genéve (1972-73), da 'Université de Louvain (1976), ocupa a cadeira Franqui na Universidade de Louvain-la-Neuve (1976), é fellow da Van Leer Jerusalem Institute (1977) e do Churchill College da Universidade de Cambridge (1980). Durante quinze anos (1980-1995), foi Professor Visitante da New School for Social Research (New York). A chegada dos anos 2000, marca a consagração internacional de sua obra e, segundo suas próprias palavras, "da obra de um coletivo" (MOSCOVICI, 2004).
2003	Em Berna, recebeu o famoso prêmio Balzan, pela sua obra em Psicologia Social. "Existem momentos privilegiados na vida de um homem, nos quais, ao lançar um olhar retrospectivo sobre a sua vida, ele descobre a que ponto o que para os demais parece uma carreira,

	para ele foi uma longa série de improvisações e surpresas". Estas foram as palavras pronunciadas por Serge Moscovici (2003) em seus agradecimentos.
2014	Em novembro, morreu o pai da teoria das representações sociais, Serge Moscovici, em Paris – França.

FONTE: REMOSCO *(Rede internacional de intercâmbio cientifico), sediada na Maison des Sciences de l'Homme de Paris).*

Esta variada e complexa experiência para aqueles que se dedicam aos estudos da teoria das representações sociais só elucidam o fôlego, o vigor teórico do seu conteúdo e o desafio de apreender os seus fundamentos. O próprio autor elucida a dificuldade que perpassa essa construção e se refere a um "conceito que escapa" (MOSCOVICI, 2012). Ele mesmo explica:

> No entanto, se a realidade das representações sociais é facilmente apreendida, o conceito não o é. São muitas as razões para isso. Razões em grande parte históricas, por isso é preciso deixar aos historiadores a tarefa de descobri-las. As razões não históricas se reduzem a uma única: a posição "mista", no cruzamento de uma série de conceitos sociológicos e de uma série de conceitos psicológicos. É nesse cruzamento que temos de nos situar. De alguma forma, a perspectiva é professoral, mas é também uma forma de colocar em evidência o glorioso passado do conceito, de atualizá-lo e compreender a especificidade. (MOSCOVICI, 2012, p. 39)

Há um convite explícito para a exploração da teoria a partir de diferentes perspectivas e campos do conhecimento. Da (re)visão das *representações coletivas* de Durkheim à construção do novo conceito apresentado pelo autor, as representações sociais, podemos acompanhar os posteriores desdobramentos em diferentes abordagens na produção de significados, sentidos e novos significantes para apreensão e ampliação da teoria a partir das contribuições de diferentes estudiosos. Assim foi e vai se constituindo um rico e propositivo acervo que nos desafia a pensar, a contextualizar as nossas próprias experiências pessoais em nossos grupos de pertença, ao tempo em que nos permite vislumbrar e escutar outros e novos cenários na dinâmica cotidiana dos grupos sociais com as suas formas próprias de organização e orientação de condutas, guiados por aquilo em que acreditam e que os mobiliza.

Na noite do dia 15 para 16 de novembro de 2014, Moscovici partiu. O sentimento de orfandade intelectual logo foi propagado no meio acadêmico nacional e internacional entre

pesquisadores do campo. “Serge Moscovici, figure de la psychologie sociale, est mort”[13]. Assim anunciou o jornal Le Monde (2014), em francês, dedicando uma página inteira para contar a história do intelectual de olhos cintilantes que teve uma existência nada sedentária, de profícua efervescência de estudos, pesquisas e letras para a consolidação da teoria das representações sociais. A Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO emitiu uma nota de pesar, informando o falecimento do Doutor Serge Moscovici. O Psicólogo Social, filósofo da Ciência, antropólogo e teórico da Ecologia que deixou contribuições significativas para as Ciências Humanas, sendo referência fundamental para os pesquisadores e psicólogos sociais brasileiros, principalmente com a Teoria das Representações Sociais e Psicologia das Minorias Ativas.

Fundamental para os estudos no campo da Psicologia Social, o pensamento de Moscovici recusa limitações disciplinares, fronteiras teóricas e dialoga com o pensamento complexo; é também de relevante contribuição para as reflexões e ações relacionadas à compreensão da sociedade, do senso comum, do saber científico, dos movimentos sociais, das massas, da emancipação dos grupos sociais historicamente discriminados, da natureza como elemento da cultura.

Tivemos a honra de conhecer Moscovici através das suas obras apresentadas por um ex-professor e outras obras de importantes pesquisadores da área, nacionais e internacionais, mas também pudemos acompanhá-lo pessoalmente através da escuta, mesmo que brevemente, durante as suas passagens pelo Brasil em 2005 e 2007, durante a Jornada Internacional sobre Representações Sociais (JIRS) e a Conferência Brasileira sobre Representações Sociais (CBRS), realizadas em João Pessoa e Brasília, respectivamente.

Reproduzimos aqui a observação deixada pelo autor em um dos seus livros por ele autografados há exatos nove anos antes da sua morte. Escreveu o intelectual de olhar cintilante e cabelos brancos esvoaçantes que, de alguma forma, ainda trazia consigo resquícios do olhar da “idade da inocência”, assumida por ele mesmo na ocasião das primeiras escritas sobre a psicologia social em sua tese, a mesma que mais tarde faria escola: “À Suzzana, um livro em honra às representações sociais. Em novembro de 2005, Moscovici”.

Diríamos hoje ao autor, pai da teoria das representações sociais, após entusiasticamente nos debruçarmos sobre as suas obras durante uma década e meia de estudos: À Moscovici, em honra a você e a sua genialidade.

[13] Serge Moscovici, figura da Psicologia Social, morreu.

2.3.1. Teoria das representações sociais no Brasil: breve histórico e cenário

O estudo das representações sociais foi introduzido no Brasil por estudantes brasileiros que tinham frequentado, em Paris, a École de Hautes Études en Sciences Sociales *(*EHESS*)* durante os anos 1970, após cursarem disciplinas e desenvolverem suas teses com Serge Moscovici e Denise Jodelet. Os estudantes latino-americanos viam a EHESS como um espaço para refletir sobre os problemas que afligiam seus países. O estudo das representações sociais se apresentava como uma resposta aos problemas emergentes da vida cotidiana, diante dos quais os pesquisadores eram convidados a se posicionar.

Oliveira (2009, p. 714) afirma:

> A adesão a esta perspectiva psicossociológica não ocorreu, entretanto, sem resistências. No Brasil, de forma semelhante ao que se observou na Europa, entre a publicação da obra seminal de Moscovici, *La psychanalyse, son image et son public*, em 1961, e a expansão da Teoria das Representações Sociais (TRS) nos meios acadêmicos, assistiu-se a um longo período de latência. As razões foram múltiplas. É interessante começar lembrando que a inserção da TRS no Brasil se deu pela via de universidades situadas fora do eixo Rio-São Paulo, portanto, localizadas em centros considerados periféricos do ponto de vista da produção científica nacional à época: Nordeste e Centro-Oeste do País.

A sua chegada ao Brasil, no início da década de 1980, coincidiu com um momento de crise da Psicologia Social e resposta foi buscada, mesmo que por um grupo minoritário, na teoria marxista. A Psicologia Social, naquele momento, dividia-se entre duas vertentes: a primeira, afinada com pesquisadores norte-americanos, centrava-se nos processos intrapessoais e interpessoais, ou seja, desenvolvia uma Psicologia Social individual; a segunda, caracterizada por uma abordagem politicamente engajada, apoiava-se "na teoria marxista e na busca de objetos relevantes da nossa realidade, de forma a encontrar explicações para nossos próprios problemas." (SÁ, ARRUDA, 2000, p. 17).

Adeptos de ambas as vertentes se opuseram à teoria das representações sociais. Na vertente da psicologia de inspiração norte-americana, o estudo das representações sociais era visto como uma nova roupagem para aquilo que já vinha sendo feito: o estudo das atitudes. Já o marxismo, que se apresentava como um modelo capaz de oferecer respostas às angústias da intelectualidade brasileira, se constituiu como outro vetor de resistência para expansão da teoria, já que considerava os estudos das representações sociais como um desvio ideológico, marcado pelo idealismo.

Entretanto, esta resistência não durou muito tempo. O desenvolvimento de pesquisas colocou em evidência o valor plural do aporte teórico da teoria das representações sociais, fazendo com que o conceito crescesse e encontrasse a posição de uma teoria amplamente investigada. Atualmente, o estudo das representações sociais se encontra em plena expansão no Brasil. Segundo Oliveira (2009, p. 715), "observa-se uma clara ampliação das áreas que têm aderido a este referencial, incluindo, em um primeiro momento, Educação, Saúde e Serviço Social, seguidos pela História, Sociologia, Antropologia, Geografia, Comunicação e Meio Ambiente". Cresceram também as pesquisa na área, o que pode ser constatado pelo número crescente de participantes nos eventos da área. Em 1994, apenas duzentos congressistas se reuniram na cidade do Rio de Janeiro, durante a 2nd International Conference on Social Representations (ICRS) – evento itinerante, já realizado 13 vezes na Europa, América do Norte, América do Sul e Ásia.

Oliveira (2009, p. 715-716) acentua ainda que,

> Em 1998, em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, foi inaugurada a I Jornada Internacional sobre Representações Sociais (JIRS) e reuniu mais de 200 pesquisadores, docentes e estudantes de todas as partes do País, bem como da França, Grã-Bretanha, Portugal, Suíça, Cuba e Venezuela, para apresentar e discutir seus trabalhos de pesquisa desenvolvidos sob a égide da TRS. Esse evento teve repercussões extremamente importantes para o avanço da pesquisa em representações sociais no Brasil. A partir de 2003, o evento assumiu, também, uma identidade nacional, inaugurando a Conferência Brasileira sobre Representações Sociais (CBRS), com a qual as JIRS passaram a coincidir. Após 10 anos, em 2007, Brasília acolheu a V JIRS e a III CBRS, e, nesse evento, compareceram mais de 900 participantes e foram apresentados 800 trabalhos científicos. Entre a I e V JIRS, observou-se uma nítida ampliação no número de participantes, das áreas envolvidas e dos trabalhos apresentados. Certamente, tal crescimento se deve ao fato de que os estudos em RS têm mostrado o quanto esta noção e sua correlata base teórica permitem uma compreensão e explicação aprofundada dos fenômenos sociais.

Em 2009, a IV CBRS, realizada na cidade do Rio de Janeiro, teve como tema central "A Escola Brasileira de Representações Sociais", inspirada na observação de Denise Jodelet onde estimou, há cerca de 17 anos, que estávamos assistindo ao seu nascimento. Segundo atestou a organização temática daquela Conferência, acredita-se que a Escola Brasileira de Representações Sociais se estrutura, principalmente, em torno de quatro abordagens teóricas que se desenvolveram a partir da teoria das representações sociais: a abordagem processual, liderada por Denise Jodelet; a abordagem estrutural, liderada por Jean-Claude Abric e também conhecida como a Escola do Midi; a abordagem societal, liderada por Willem Doise,

identificada nos meios acadêmicos como Escola de Genebra e mais recentemente a ascensão da abordagem dialógica, liderada por Ivana Marková.

Desta forma, apresentamos fundamentos e elementos teóricos que dão sustentação à teoria das representações sociais, iniciando pela inquietação inicial apoiada nos estudos desenvolvidos por Durkheim e chegando aos seus desdobramentos em diferentes abordagens, ao tempo em que também assumimos qual a tendência teórico-metodológica que orienta as nossas investigações enquanto pesquisadora da área.

2.3.2. Representações coletivas: a fonte da inquietação de Durkheim

Um dos primeiros estudiosos a se preocupar com a problemática da representação foi Durkheim. Ao conceituar *representações coletivas*[5] o autor sugeriu que tanto a vida mental do indivíduo, como a vida coletiva são feitas de representações e têm independência relativa entre si. Assim, as representações individuais são fenômenos psíquicos ligados à atividade cerebral, mas, até certo ponto, independentes desta, da mesma forma que as representações coletivas têm certa autonomia frente às individuais. Assim, o autor entendeu a consciência coletiva como um sistema de representações coletivas geradas pela sociedade e, até certo ponto, independentes dos indivíduos, já que "*são exteriores em relação às consciências individuais"* (1970, p.38). Para ele, os fenômenos sociais, como as crenças, as práticas religiosas, as regras de moral, o direito – ou seja, as manifestações da vida coletiva – se impõem aos indivíduos. Essas representações coletivas não se reduziriam e nem se identificariam com as representações individuais que os homens e mulheres têm sobre um objeto social ou sobre a realidade.

Embora essas representações sejam originárias das relações entre indivíduos e sociedade, não são a mesma coisa que as representações individuais, pois a totalidade de suas relações sociais – a forma como se associam, como cooperam – é diferente das partes que a constituem. Ainda segundo Durkheim (1970), "As representações coletivas são exteriores às consciências individuais porque não derivam dos indivíduos considerados isoladamente, mas da sua cooperação, o que é bastante diferente." (p.39).

Nessa lógica, os fenômenos sociais são produzidos pela própria sociedade e não individualmente. O pensamento social, portanto, se diferencia do individual. A representação individual refere-se aos acontecimentos compreendidos privadamente, enquanto representação coletiva, em Durkheim, se expressa nos códigos jurídicos, na arte, na religião,

[5] Em 1912, quando publica "As Formas Elementares da Vida Religiosa". (DURKHEIM, 2003)

ou seja, na produção social. As representações coletivas são produções mentais que se formam a partir da cultura e independem dos indivíduos singulares.

Foi somente nos anos 1960 que Serge Moscovici, embora com tônica diferente, retomou esses estudos a partir da teoria das representações sociais e conceituou a representação social como o processo de assimilação e construção da realidade pelos indivíduos.

2.3.4. Representações sociais em (re)vista: Moscovici e a dimensão psicossocial

Moscovici já chamava a atenção para a complexidade na definição da teoria que estava sendo construída a partir dos seus estudos, devido justamente às implicações sociais e psicológicas que perpassam a convivência dos grupos sociais. Dizia ele:

> Sua posição mista na encruzilhada de uma série de conceitos sociológicos e de conceitos psicológicos implica sua relação com processos de dinâmicas social e psíquica e com a elaboração de um sistema teórico também complexo. Por um lado, deve-se levar em consideração o funcionamento cognitivo e do aparelho psíquico, e, por outro, o funcionamento do sistema social, dos grupos e das interações, na medida que afetam a gênese, a estrutura e a evolução das representações que são afetadas por sua intervenção. (JODELET, 2001, p.26).

O estudioso entende representação social como o conhecimento prático, como teoria do senso comum. “Trata-se de uma modalidade de conhecimento na perspectiva do indivíduo que dá sentido às práticas sociais e procura compreender os significados que as pessoas atribuem a um objeto social.” (MOSCOVICI,1978, p.58). Dessa forma, a função das representações sociais é orientar a conduta e a comunicação entre os sujeitos e familiarizá-los com o novo. Essas representações estão vinculadas a um sistema de valores, noções e práticas que dão ao sujeito formas de se orientar no meio social e material e o dominar, oferecendo-lhe referencial comum, instituindo uma realidade consensual. Decorre daí sua importância na interação social.“O fato de serem compartilhados pelos homens dá sentido ao comportamento ao integrá-lo numa rede de relações. Seu processo de formação é social e partilhado.” (MOSCOVICI,1978, p. 64).

A teoria das representações sociais supõe, assim, que a representação social é um corpo organizado de conhecimento, atividade individual psíquica para ler e dominar a realidade. Para Moscovici (1978):

> Ela se qualifica como representação social por ser produzida coletivamente e ser compartilhada, o que dá sentido ao comportamento. As representações sociais compartilhadas produzem significado para o indivíduo compreender, atuar e se orientar no meio social. (p. 65)

As representações sociais, então, desempenham funções próprias na comunicação social, na transformação dos conhecimentos científicos em senso comum e na contribuição para a definição da identidade pessoal e grupal, nas tomadas de decisões e posições e na legitimação da ordem social de determinados grupos.

Na representação social sobre um objeto social, o exterior é reproduzido e reconstruído a partir da interação do sujeito com os objetos e situações vivenciadas por ele. As representações que os homens e mulheres constroem a respeito de um objeto social são ao mesmo tempo produto e processo. Enquanto produto aparece como pensamento constituído, como conteúdo; enquanto processo, aparece como pensamento constituinte, como reconstrução da realidade e revela o seu dinamismo. Representação social é definida como atividade mental de reorganização e recriação do real pelos sujeitos, pois não é apenas o reflexo da realidade externa do indivíduo, mas sim construção mental do objeto que não se separa da atividade simbólica do sujeito. Assim, Moscovici procurou captar a relação entre indivíduo e sociedade e não mais entender a representação social como algo externo, que seria imposto ao indivíduo, como propusera Durkheim.

Assim posto, Moscovici apresenta Durkheim como ponto de partida para suas reflexões em torno das representações sociais, mas o faz construindo o argumento da refutação e da revisão pautadas na constatação de que os seus construtos teóricos se diferenciam daqueles do seu teórico inspirador. De fato, para Durkheim interessava a estabilidade das representações coletivas e, em consequência disso, o poder de coerção social capaz de integrar a sociedade em um todo homogêneo. Moscovici, por outro lado, se preocupou com o estudo da diversidade de representações sociais e ideias coletivas, características da heterogeneidade das sociedades modernas, dada a existência de diversos grupos sociais em constante negociação de forças (DUVEEN, 2003).

Sobre isso, Moscovici (2001) esclarece afirmando:

> Entretanto, a própria noção mudou, com as representações coletivas cedendo lugar às representações sociais. Vê-se facilmente o porquê. De um lado, era preciso considerar uma certa diversidade de origem, tanto dos indivíduos quanto dos grupos. De outro, era necessário deslocar a ênfase sobre a comunicação que permite aos sentimentos e aos indivíduos convergirem; de modo que algo individual pode tornar-se social ou vice-versa. Reconhecendo-se que as representações são ao mesmo tempo, construídas e adquiridas, tira-se-lhes esse lado preestabelecido, estático, que as caracterizava na visão clássica. Não são os substratos, mas as interações que contam. (MOSCOVICI, 2001, p.62).

É importante ainda salientar o sentido no qual o termo “sociais” também significa para a teoria. A palavra “sociais”, nesse caso, não se refere à necessidade de interação entre indivíduos e/ou grupos para a formação das representações. O que vem à tona são as formas que elas assumem enquanto fato psicológico:

> [...] as representações são sociais, pelo fato de serem um fato psicológico, de três maneiras: elas possuem um aspecto impessoal, no sentido de pertencer a todos; elas são a representação de outros, pertencentes a outras pessoas ou a outro grupo; e elas são uma representação pessoal, percebida afetivamente como pertencente ao ego. Além do mais, não nos devemos esquecer que as representações [...] são construídas com o duplo fim de agir e avaliar. (MOSCOVICI, 2009, p.211).

Nesse sentido, o “social” se reveste de três sentidos: o da impessoalidade – que faz com que a sociedade seja percebida como algo diferente da simples soma de seus membros individuais e grupais; o da alteridade – indispensável à constituição das identidades sociais de cada sujeito e, por fim, o sentido de pertencimento ao ego – fazendo das representações não somente algo constituinte da realidade social, mas formadora daquilo mesmo que o sujeito pressupõe ser.

2.3.5. Teoria das representações sociais e a (re)visão através das diferentes abordagens: olhares entrecruzados

Como sugeriu Moscovici, a pluralidade e a abrangência do conceito da teoria das representações sociais já sinalizava que a apreensão do seu conceito não poderia ser fechada em um único viés, principalmente com a sua base já fundada no campo das ciências sociais e humanas; o próprio autor também deu indicativos do seu desenlace com padrões fechados e dogmas ao longo de toda a sua trajetória de vida e se expôs demonstrando intimidade com o contraditório e o tensionamento de ideias, ou seja, abriu espaço para também ser questionado e registrou explicitamente o convite para a ampliação da sua teoria. Essa foi também a sua forma de exercitar a sua condição de sujeito proativo, crítico e que nos deixou como legado a ampliação do conhecimento que fez escola. A teoria das representações sociais é fecunda e dialoga com diferentes campos do saber, isso contribui para a sua renovação.

O autor afirmou:

> Sou fundamentalmente contra a tendência em fetichizar um método específico (...). A teoria das representações sociais, mesmo que isso possa suscitar resistências ou discordâncias entre nós, permanecerá criativa por tão longo tempo o quanto ela souber aproveitar as oportunidades que cada

> método disponível possa oferecer. É uma questão de escolha pessoal, e não um problema epistemológico. (MOSCOVICI, 1994, p.14-15).

Nessa perspectiva, como é comum nas teorias que produzem impactos, diferentes olhares e escutas se voltaram para a sua obra e são responsáveis pela ampliação e proposição para se entender o pensamento do autor. Fronteiras foram abertas, estabelecendo interfaces com diferentes campos do conhecimento como a sociologia, a antropologia, a linguística e as ciências políticas. Entre as diferentes abordagens que surgiram, acentuamos as que mais promovem interesse e encontram adeptos para o fomento de pesquisas e ressignificações teóricas norteadas pelas produções que se seguiram no cerne dessa Grande Teoria. São elas: a abordagem processual, a estrutural, a societal e a dialógica. Assim, veremos os pressupostos presentes em cada uma delas.

2.3.5.1. Abordagem processual: a formação discursiva de Denise Jodelet

Ao construir a sua teoria, Moscovici (1978) definiu dois mecanismos que estruturam as representações sociais: a ancoragem e a objetivação. Estes se encontram em relação dialética e permitem a construção de um núcleo figurativo que se apresenta com uma estrutura figurativa e simbólica elaborada pelos sujeitos. O primeiro diz respeito aos processos de classificação e rotulação que implicam no estabelecimento de uma rede de significações em torno do objeto, relacionando-o a valores e práticas sociais partilhados pelo grupo; o segundo se refere às informações e noções relativas ao objeto que são filtradas, condensando-se em imagens ou esquemas. Assim, a abordagem processual procura conhecer os processos de produção de uma representação social com o objetivo de buscar suas condições sociais, assim como as práticas sociais que as geram e as justificam.

O núcleo figurativo de uma representação social resultante do processo de objetivação e ancoragem corresponde ao sistema de valores ao qual se refere o sujeito, isto é, traz a marca da cultura e das normas sociais de seu ambiente. É em torno desse núcleo que se constitui o conjunto da representação que fornece o quadro de categorização e de interpretação de novas informações; os outros elementos vão ser retidos, categorizados e interpretados em função de sua natureza.

A noção de núcleo figurativo engloba, dessa forma, a ideia de um sistema imagético dentro do qual se movimentam e estruturam elementos do objeto representado que tenham sido selecionados pelos grupos em função de critérios culturais e normativos. Conforme a proposta, uma construção de imagens reproduz a composição conceitual, de maneira que

proporciona uma imagem lógica e aceitável das partes que constituem o objeto de representação. Toda essa articulação permite ao sujeito percebê-los tanto individualmente, como socialmente. O produto desse aparelhamento é o núcleo figurativo. Será essa estrutura central que servirá como referencial e ferramenta usada para orientar percepções, imaginações e julgamentos sobre a realidade.

De acordo com Jodelet (2001), principal seguidora e divulgadora das ideias originais de Moscovici, as representações sociais são concebidas ao mesmo tempo como produto e processo de uma apropriação da realidade exterior pelo pensamento e de construção psicológica e social desta realidade. Desta forma, a contribuição da teoria das representações sociais é importante para analisar como os sujeitos se constituem como produtores da realidade e como produto do meio social, ao partilharem ideias, conceitos e valores.

Assim sendo, o sujeito que pertence a um grupo tende a compartilhar a mesma representação. Segundo Jodelet (1990, p. 3), a representação social "é sempre, não apenas representação de algo, mas também de alguém. Ela não é nem a parte subjetiva do objeto, nem a parte objetiva do sujeito, ela é o processo pelo qual se estabelece essa relação. No fundo de toda representação devemos buscar a relação do sujeito com o mundo e as coisas."

O papel da comunicação é central na interação sujeito/grupo, num movimento contínuo, em que cada um vai se constituindo e constituindo o outro. As representações sociais são consideradas como fenômeno capaz de explicar o modo pelo qual o novo é produzido nos processos de interações sociais, e, inversamente, como os processos de interação produzem representações sociais. As possibilidades de representar o mundo modificam-se de acordo com as relações sociais, possibilitando a construção de um conhecimento do senso comum partilhado com os outros no dia a dia. É neste sentido que as representações sociais orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais dos sujeitos.

As discussões de Moscovici (1978 e 2003) sobre a formação do núcleo figurativo a partir dos dois processos formadores, a objetivação e ancoragem, são basilares para o estudo da gênese das representações sociais. Segundo o autor (1978, p. 289), tais processos são assim definidos: a objetivação como a "passagem de conceitos ou ideias para esquemas ou ideias concretas" e a ancoragem como "a constituição de uma rede de significados em torno do objeto, relacionando-o a valores e práticas sociais". Nesse processo, a produção de uma representação social é constituída.

Jodelet (1984) esclarece que a ancoragem está articulada à objetivação e se decompõe em três modalidades: atribuição de sentido, instrumentalização do saber e enraizamento no sistema de pensamento, que aparecem descritas a seguir.

> De maneira geral, o processo de ancoragem acontece quando são agregados, pelo sujeito, elementos novos que não lhe são ainda familiares. Para a familiarização desses elementos, são criadas redes de classificação com base em valores próprios do sujeito. O processo de ancoragem representa a incorporação social da representação, que procura estar relacionada e enraizada no que acredita o grupo, em seus valores e conhecimentos. Acomodando-se este objeto, ele passa a ter coerência com o sistema de significados ou de representações do sujeito. (JODELET, 2001, p. 22).

Ainda de acordo com Jodelet (1984), a ancoragem, em relação dialética com a objetivação, articula as três funções básicas da representação: a função cognitiva de integração da novidade, a função de interpretação da realidade e a função de orientação das condutas e das relações sociais. Nesse contexto, a ancoragem assegura a ligação entre a função cognitiva de base da representação e a sua função social, além de fornecer à objetivação elementos que servem para elaboração de novas representações. A articulação entre esses dois processos permite entender a formação do núcleo figurativo da representação social, o esquema da representação social do objeto que se consolida numa rede de significações, dando-lhe sentido, conferindo-lhe valor funcional e permitindo ao sujeito orientar a sua conduta e compreender a realidade através do seu próprio sistema de referências. (ALVES-MAZZOTTI, 2008).

É a partir da indissociabilidade entre objetivação e ancoragem que podemos entender como um objeto tem significações para o sujeito dentro da abordagem psicossocial. Para Mazzotti (2008), o núcleo figurativo condensa o sentido da representação social sobre um dado objeto e, assim sendo, pode-se dizer que o núcleo figurativo emerge dos processos de objetivação e ancoragem.

Ressalta-se ainda, que o conceito de representação social tem três dimensões que devem ser consideradas: as informações, a atitude e a imagem ou campo de representação. As informações dizem respeito ao conhecimento que um indivíduo ou um grupo tem a respeito de um objeto social e que varia em quantidade e qualidade, dependendo de ter sido obtido pela experiência direta, pelos meios de comunicação, etc. A atitude é a orientação geral, seja positiva ou negativa, favorável ou desfavorável, sobre o objeto da representação. Por fim, o campo de representação remete à ideia de imagem, ao conteúdo concreto e limitado de

proposições referentes a um aspecto preciso do objeto e pressupõe uma unidade hierarquizada de elementos (SÁ, 1996).

Moscovici (2012, p.72) confere importância especial para a dimensão da atitude, ao afirmar:

> A atitude é a mais frequente das três dimensões e, talvez, geneticamente a primeira. Por conseguinte, é razoável concluir que as pessoas se informam e representam alguma coisa somente depois de terem tomado uma posição e em função da posição tomada.

Representação social é, assim – em Moscovici – modalidade de conhecimento cotidiano, cuja função é situar os indivíduos no mundo e familiarizá-los com o novo pelos processos de ancoragem e objetivação.

No mesmo sentido, Jodelet (2001) define as representações sociais afirmando:

> É uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. Entretanto, é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais. (p. 22).

Em síntese, a representação social significa expressão específica de um pensamento social que decorre das relações sociais estabelecidas entre os homens e mulheres. Trata-se, pois, do processo de apreensão da realidade pelo sujeito, fruto de processo de integração de suas experiências, seus valores e informações que circulam no seu meio sobre um objeto social, bem como das relações que estabelece com os outros. É o conhecimento prático, o pensamento comum dos homens e mulheres. É o como apreendemos a vida cotidiana.

Ornellas (2013), seguindo essa mesma abordagem, esclarece que “a representação social é o conhecimento do senso comum e é formada em razão do cotidiano do sujeito.” (p. 22). Ou seja, as representações orientam o comportamento cotidiano dos sujeitos. São formadas tanto pelas condições econômicas, sociais- históricas e culturais de onde o indivíduo vive, quanto pelo conjunto de práticas sociais do aqui e agora. São constituídas por experiências diretas, pela ciência e pelos meios de comunicação que também transmitem valores, conhecimentos, crenças e modelos de conduta apreendidos pelo grupo. Então, os conhecimentos não estão só ligados à experiência direta, mas também são assimilados a partir de grupos sociais, da própria ciência e produtos da pesquisa científica.

Como afirma Moscovici (1978, p.76):

> A especificidade da representação social não está no fato de ser formada pela estrutura da sociedade, mas sim no seu papel na orientação das condutas sociais e na sua função cognitiva de integrar o novo ao pensamento social. A importância do estudo da representação social dos indivíduos sobre dado aspecto da realidade está na função social de orientar comportamentos e preparar para a ação, colocada, mesmo, como mais importante que a análise da sua produção social, já que é, como a ideologia, a ciência e os mitos, determinada socialmente.

Acentuamos a necessidade de se entender as representações sociais a partir da práxis e da relação entre indivíduo e sociedade. Homens e mulheres nascem inseridos na sociedade. É na vida cotidiana que se apreende habilidades que lhes servem para a vida e são adquiridas em suas relações com outros indivíduos e com os grupos sociais. Dessa forma, há uma mediação entre os seres humanos e a sociedade; aprendemos com o outro a como nos comportar, como devemos agir, tanto na vida privada como na vida social. Nesta apropriação do cotidiano, assimilamos a nossa própria história, tornando-nos seres históricos sociais. É então, nesta experiência, que elaboramos as representações sociais diversas a partir da imersão em nossos grupos de pertença.

Jodelet (2001, p.17) traz referências interessantes que podem nos esclarecer acerca dos confrontos e conflitos que são estabelecidos durante o processo de construção das representações sociais:

> Sempre há a necessidade de estarmos informados sobre o mundo à nossa volta. Além de nos ajustar a ele, precisamos saber como nos comportar, dominá-lo física ou intelectualmente, identificar e resolver os problemas que se apresentam: é por isso que criamos representações. Frente a esse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou ideias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. Eis porque as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva.

É nosso interesse situar e entender os sujeitos como atores sociais, como sujeitos que constroem, reconstroem, interagem e inventam as suas formas específicas de convivência social a partir da compreensão coletiva de mundo e de determinados objetos sociais que os identificam enquanto sujeitos de desejos, perpassados pelos afetos, pela capacidade cognitiva e integrados aos grupos sociais de pertença durante toda a sua trajetória e processo formativo.

Jodelet (2009, p. 703), para ilustrar “perfeitamente”, segundo a autora, o lugar dos sujeitos na pesquisa em representações sociais, buscou apoio na reflexão de Canguilhem (1978) falando a respeito no campo médico. Diz a reflexão:

> O doente é um Sujeito, capaz de expressão, que se reconhece como Sujeito em tudo aquilo que ele só sabe designar pelos possessivos: sua dor e a representação que ele faz dela, sua angústia, suas esperanças e seus sonhos. [...] É impossível anular na objetividade do saber médico a subjetividade da experiência vivida pelo doente. Esta manifestação da existência merece ser entendida, considerando que ela opõe à racionalidade de um julgamento bem fundado o limite de um tipo de teto impossível de rebentar.

Essa reflexão tem também uma pertinência direta para a nossa experiência prática como pesquisadora no campo das representações sociais. Há um convite generoso para considerar o lugar do sujeito, da subjetividade, da intersubjetividade e da transubjetividade na pesquisa em representações sociais (JODELET, 2009), contribuindo também para fortalecer o que a autora chama de “movimento de retorno ao sujeito”, cujo enfoque foi também abordado em sua conferência no VI SERS e I SIERS, organizado pelo Geppe-rs, em Salvador - Bahia.

Jodelet (idem, p. 705) acentua:

> Falar de sujeito, no campo de estudo das representações sociais, é falar de pensamento, ou seja, referir-se a processos que implicam dimensões físicas e cognitivas, a reflexividade por questionamento e posicionamento diante da experiência, dos conhecimentos e do saber, a abertura para o mundo e os outros. Processos que tomam uma forma concreta em conteúdos representacionais expressos nos atos e nas palavras, nas formas de viver, nos discursos, nas trocas dialógicas, nas afiliações e nos conflitos. Esta especificidade da representação do sujeito como pensamento abre um espaço de pesquisa que ainda precisa ser balizado.

São essas dinâmicas e dinamismos reconhecidos pela abordagem processual que norteiam e orientam as nossas pesquisas no campo das representações sociais. Através desta perspectiva, pesquisamos e buscamos contribuir com a construção de elementos basilares que ajudem a preencher algumas lacunas da negligência com o sujeito, ainda abertas também nos modelos de investigação das ciências sociais e humanas.

A fim de traçarmos um cenário geral em torno das abordagens que se debruçam sobre os estudos da teoria das representações sociais, apresentamos, mesmo que sucintamente, algumas características dos demais trabalhos que contribuem para a compreensão da natureza plural do alcance do seu conceito. Essas outras abordagens também ajudam no desenvolvimento dos estudos sobre a teoria.

2.3.5.3. Abordagem estrutural de Jean-Claude Abric

Ampliando o conceito de núcleo figurativo, Abric (1994) desenvolveu a noção de núcleo central das representações sociais. Para o autor, uma representação social é definida por seus conteúdos (informações, imagens e atitudes) e por sua estrutura interna (campo de representação), esta organiza, hierarquicamente, os elementos que constituem a representação social. Nesta perspectiva, o núcleo central é elemento essencial de toda representação social e permite encontrar diretamente sua origem nos valores que o perpassam.

Assim, para Abric (1994), os comportamentos dos sujeitos ou dos grupos não são determinados pelas características objetivas da situação, mas pela representação dessa situação, daí a importância, para este autor, do estudo das Representações Sociais. Ao perceber tal questão, o teórico começa a se preocupar com o estudo experimental das representações, o que implica uma nova abordagem da metodologia experimental que leve em consideração fatores cognitivos e simbólicos. Sendo assim, o estudo experimental das representações se aproxima de uma abordagem que leve em conta tanto os fatores e comportamentos diretamente observáveis, quanto a dimensão simbólica que está relacionada à significação, já que se trata de verificar a hipótese de que os comportamentos dos sujeitos não são determinados pelas características objetivas da situação, mas pela sua representação social.

Para identificar que elementos das representações sociais são determinantes na efetivação das atitudes, o autor preocupou-se, primeiramente, em comprovar, a partir dos experimentos, essa situação. Em seguida, buscou compreender como se dá a organização interna das representações para explicar a relação *representação e ação*, o que se constitui a base da Teoria do Núcleo Central. Tal perspectiva, elaborada pelo autor, preocupa-se com a estrutura interna e a dinâmica das representações, e é, para ele, o núcleo central que determina a significação e a organização da representação (ABRIC, 1994).

A lógica mental da organização interna é assim definida por Abric:

> A organização de uma representação apresenta uma modalidade particular, específica: não somente os elementos hierarquizados, mas toda a representação está organizada em torno de um núcleo central constituído de um ou de alguns elementos que dão à representação sua significação. (ABRIC, 1994, p. 19).

A ideia essencial de Abric (1994) é a de que toda a representação está organizada em torno de um núcleo central (NC) que determina, ao mesmo tempo, sua significação e sua organização interna. Os outros elementos que entram na composição são chamados elementos

periféricos (EP), e constituem a parte operatória da representação, desempenhando um papel essencial no funcionamento e na dinâmica das representações. Sendo mais sensível às características do contexto imediato, o sistema periférico constitui a interface entre a realidade concreta e o NC (ALVES-MAZZOTI, 2000). Nesse sentido, encontrar o núcleo central das representações sociais é imprescindível para compreender as ideias, concepções e visões de mundo que os sujeitos possuem da realidade e para compreender como os sujeitos estabelecem relações através das representações (MOREIRA; OLIVEIRA, 1998).

Ainda de acordo com Abric (1998), o núcleo central produz o significado da representação social, determina sua organização e a estabiliza. Portanto, representações sociais diferentes têm núcleos centrais diferentes. Em torno deste núcleo, duro, inflexível, resistente à mudança e constituído de um ou mais elementos, se encontram outros elementos que constituem o sistema periférico, cuja função é proteger o núcleo central. O sistema periférico, por ser mais permeável, permite a diferença de conteúdo e a adaptação à realidade concreta. É através da periferia que as representações aparecem no cotidiano e é por meio da relação dialética que estabelece com o núcleo central que este pode ser compreendido. Uma transformação do núcleo central tem sempre início na periferia. (FLAMENT, 1994)

Segundo Abric (1998), as características do núcleo central e do sistema periférico de uma representação social são as seguintes: (1) Núcleo Central: ligado à memória coletiva, consensual, estável, coerente, rígido, resistente a mudanças e pouco acessível ao contexto imediato; (2) Sistema Periférico: permite a integração de experiências e histórias individuais, tolera a heterogeneidade do grupo, flexível, sensível ao contexto imediato e sujeito a mudanças.

O autor sugere ainda que, para melhor levantar o conteúdo de uma representação, a utilização da técnica da associação ou evocação livre é a mais indicada. Nesta técnica, a partir de palavras indutoras, o sujeito associa palavras, expressões ou frases que lhe ocorram, quando aquelas forem mencionadas. Devido à sua característica de espontaneidade e à dimensão projetiva, é possível chegar mais facilmente aos elementos que constituem o "universo semântico" do objeto estudado.

2.3.5.4. Abordagem societal de Willem Doise

Na Suíça, um grupo liderado pelo estudioso Willem Doise, articulou as representações sociais com uma perspectiva mais sociológica, enfatizando a inserção social dos indivíduos como fonte de variação dessas representações. Neste sentido, o foco e objetivo dessa

abordagem é conectar o individual ao coletivo, é buscar a articulação de explicações de *ordem individual* com explicações de *ordem societal*, evidenciando que os processos de que os indivíduos dispõem para funcionar em sociedade são orientados por dinâmicas sociais (interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais).

A trajetória experimental do autor seguiu um caminho que revelava, desde seu início, uma ruptura com os métodos experimentais tradicionais. Afirmou o autor: "o procedimento experimental, apoiado pelo paradigma experimental tradicional – que cristaliza os fenômenos quando são isolados das dinâmicas sociais mais complexas – tem tendência a ativar uma representação empobrecida da realidade social." (DOISE, 1982, p. 27). A experimentação tradicional centra-se sobre os paradigmas e se esquece de seu contexto social. Uma vez mais, opera-se a oposição entre o psicológico – estudado experimentalmente – e o sociológico – aparentemente não passível à experimentação. Centrado, sobretudo, nos estudos das interações sociais, Doise (1982) preconizou um procedimento experimental que levava em conta as normas e as representações construídas nas relações sociais vividas e com as quais os sujeitos respondem na situação experimental.

Observa-se, assim, um esforço da equipe liderada por Doise para caminhar no sentido contrário ao advertido por ele ao lembrar dos perigos do método experimental quando se esquece que os processos estudados estão todos inseridos "em um contexto social que ultrapassa largamente a situação experimental." (DOISE, 1982, p. 26).

Através da teoria das representações sociais, foi esboçada uma evolução na direção de uma psicossociologia experimental, e isso implicou numa obrigatória e progressiva inserção do social na experimentação. Nas palavras de Doise (1982, p. 26), para "[...] estudar a articulação entre o psicológico e o sociológico, é preciso introduzir nos modelos explicativos as variáveis pré-existentes na situação experimental […]".

Segundo Almeida (2009, p. 15), a abordagem societal pressupõe a integração de quatro níveis de análise no estudo das representações sociais. A autora esclarece:

> O primeiro focaliza os processos *intraindividuais*, analisando o modo como os indivíduos organizam suas experiências com o meio ambiente. O segundo centra-se nos processos *interindividuais e situacionais*, buscando nos sistemas de interação os princípios explicativos típicos das dinâmicas sociais. O terceiro refere-se aos processos *intergrupais*, leva em conta as diferentes posições que os indivíduos ocupam nas relações sociais e analisa como essas posições modulam os processos do primeiro e do segundo níveis. O quarto, o *societal*, enfoca os sistemas de crenças, representações, avaliações e normas sociais, adotando o pressuposto de que as produções culturais e ideológicas, características de uma sociedade ou de certos grupos, dão significação aos comportamentos dos indivíduos e criam as

> diferenciações sociais, a partir de princípios gerais. Apesar de análises que articulam os vários níveis teóricos serem mais completas e conduzirem a uma melhor descrição do processo conceitualizado em cada um dos quatro níveis, as análises que recorrem às explicações do tipo societal (isto é, posicional e ideológica) ainda permanecem minoritárias em Psicologia Social.

A partir disso, Doise considerou que os estudos iniciados por Moscovici (1976), forneciam o quadro mais estimulante para se construir uma Psicologia Societal, fazendo imbricar o estudo dos sistemas cognitivos, acessados no nível individual, no estudo dos sistemas relacionais e societais. A proposta de análise das representações sociais a partir desses quatro níveis pauta-se na noção de representações sociais como princípios geradores de tomadas de posição, ligados às inserções sociais específicas, organizando os processos simbólicos que interferem nas relações sociais.

Em síntese, o conteúdo das representações sociais é dependente das relações entre os grupos, na medida em que serve para justificar um certo modo de encadeamento das relações, mantendo, ao mesmo tempo, a especificidade e a identidade de cada grupo. “Isso não significa que a representação apenas segue – adaptando-se e justificando – o encadeamento da interação, mas ao contrário, ela intervém, antecipando-o ativamente, na determinação deste encadeamento.” (DOISE, 1972, p. 210). Sua motivação fundamental de estudar as *relações* entre os grupos e os indivíduos, de enfatizar e empiricamente colocar em relevo a influência de fatores sociais sobre o funcionamento cognitivo individual está na base do que mais tarde será conhecido como a Escola de Genebra de Psicologia Social ou, como ele próprio prefere: a abordagem societal das representações sociais.

2.3.5.5. Abordagem dialógica de Ivana Marková

Conhecer mais profundamente a aproximação de Marková com Moscovici significa construir uma reaproximação do conhecimento do senso comum, da linguagem, da experiência e das práticas cotidianas. Mais do que isso, Ivana Marková (2006 e 2003) dá ênfase ao sentido da divulgação, da propaganda na imprensa comum e a importância do estudo de Moscovici ao evidenciar as lutas culturais, as polêmicas intelectuais e a oposição entre diferentes modos de pensar. Diz a autora:

> Quando uma nova ideia, ou conhecimento científico, penetra na esfera pública”: [...] Há um drama implicado no processo de transformação do conhecimento, o nascimento de uma nova representação social. Isso explica o confronto entre a psicanálise e marxismo, quando o partido comunista estava em ascensão. (MARKOVÁ, 2006, p. 312).

Ou seja, a autora toma como base para o desenvolvimento das suas análises e ampliações sobre a teoria das representações sociais a segunda parte do livro-tese de Moscovici: *A Psicanálise, sua Imagem e sem Público*, mais especificamente, a segunda parte da obra onde aborda a questão da linguagem e da propaganda na formação das representações. Marková completa a ideia, em seu diálogo com Moscovici, afirmando o que lhe interessa.

> [...] Em especial, é a segunda parte de La Psycanalyse que não é bastante conhecida entre os psicólogos que trabalham na área das RS. Considero isso importante, por pelo menos duas razões: Primeiro, é ali que você explora a relação entre representações sociais e linguagem. E, segundo, você examina as estratégias que a ideologia comunista, usando a propaganda, empregou na imprensa, a fim de fazê-la parte da realidade existente. (MARKOVÁ, 2006, p. 313).

Assim, as discussões de Marková sobre as representações sociais se fundamentam na direção de problematizar o processo de constituição de novas representações, considerando critérios linguísticos, associando as representações sociais a novos sentidos e a categorias sociocognitivo-afetivas, sempre usando os resultados da pesquisa de Moscovici abordando as representações sociais sobre a psicanálise que os franceses tinham na época da sua investigação.

Um primeiro elemento de problematização foi baseado na evidência de que a psicanálise poderia ser associada a várias esferas das atividades humanas: à ciência, à terapia, a determinada doutrina, a uma ideologia. Ao ser associada à ideologia, a palavra psicanálise recebeu um novo sentido específico, particularizado. Mais ainda: esta palavra nunca foi usada sozinha, mas sempre adjetivada, reenfatizando novas conexões, tais como "o mito da psicanálise", "psicanálise americana", "uma ciência burguesa" – ou seja, as restrições contidas nas adjetivações empregadas acabaram por fixar o conteúdo particular como geral, e a nova "expressão", assim composta, tornou-se um tipo de rótulo, um título.

Em um segundo elemento, Marková continua sua problematização com vistas a evidenciar a hierarquia submetida à palavra ciência, hierarquia artificialmente criada, ao colocar num primeiro nível, a "ciência soviética", seguida por "ciência proletária", "ciência materialista" para chegar, mais ao final da escala, à "ciência racionalista", "ciência americana", "ciência burguesa" etc. Ou seja, "a propaganda, com seus efeitos de seleção e associações entre categorias, e de controle delas, reduz as possibilidades de atribuição de significados e, com isto, elimina os riscos de relativização e de livres interpretações dos sentidos pelo seu público, ou pelos interlocutores." (MARKOVÁ, 2006, p. 314) A ênfase

atribuída por Marková, retomando essa cadeia de explicações, se organiza na direção do papel atribuído à linguagem, como constitutiva, formadora das representações sociais. Ou seja:

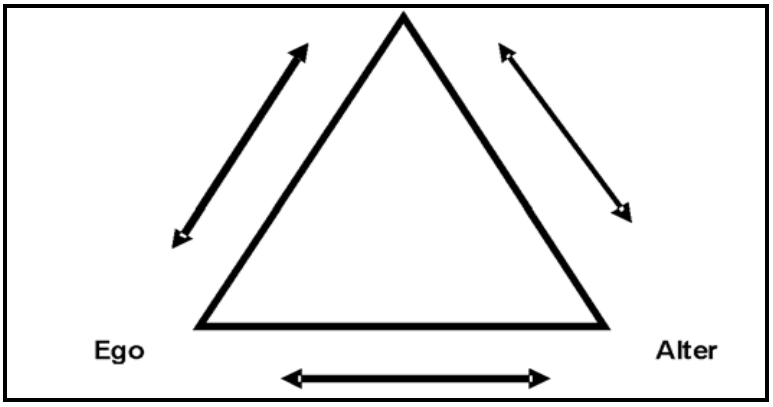
> É a constituição dessa linguagem específica que acompanha a formação de uma representação. Uma vez conseguido isso, as palavras obtêm seus sentidos específicos e esses, por sua vez, justificam seu uso na propaganda. A repetição dos elementos formaliza e solidifica o pensamento, tornando-o parte da constituição linguística e cognitiva do indivíduo. (MARKOVÁ, 2006, p.341)

Nesse sentido, é grande a contribuição das ideias de Marková (2006), ao discutir o conceito da dialogicidade, que define como "a característica ontológica da mente humana de conceber, criar e comunicar realidades sociais através do mútuo engajamento do *Ego* e do *Alter*, no pensamento e na comunicação." (MARKOVÁ, 2006, p. 18).

Discutindo a ideia de que a Teoria das Representações Sociais concebe "o pensamento e a linguagem como usados no senso comum e nos discursos diários" (MARKOVÁ, 2006, p.12), a autora considera que o uso da linguagem possibilita aos indivíduos mecanismos para uma (re)construção simbólica da realidade, dando sentido aos fatos que circundam sua existência. Nessa mesma perspectiva, a construção e a reconstrução da realidade a partir do pensamento e da linguagem só são possíveis, segundo Moscovici, devido à tensão existente entre os elementos da *tríade dialógica*, representada pelo autor da seguinte forma:

QUADRO 6: O *ALTER-EGO-OBJETO* DE MOSCOVICI

Objeto (representação social)



Fonte: Marková (2006, p. 213)

A noção de que "aprender uma linguagem não significa aprender somente vocabulário e gramática, mas também os gêneros"; a perspectiva de que "quando adotamos os gêneros,

temos também que adotar os estilos de pensamento" (MARKOVÁ, 2006, p. 270), é muito importante para as discussões a quem se propõe a pesquisar no campo das representações sociais. Mas, é preciso considerar que a palavra "gênero" é utilizada por Marková, neste contexto, para designar a escolha de linguagem que os seres humanos fazem para comunicar seu pensamento, também denominada por outros pesquisadores como "[...] 'convenções de contextualização', 'tipos de atividades', 'projetos comunicativos' e 'gêneros de comunicação ou da fala'." (MARKOVÁ, 2006, p. 268).

Uma síntese desenvolvida por Marcová (2003), em seu diálogo com Moscovici, situa a relação que está na raiz de uma teoria sociopsicológica do conhecimento, em suas relações com as Representações Sociais:

> Desse modo, se entendi você corretamente, a fim de desenvolver uma psicologia social do conhecimento, necessita-se começar com questões referentes ao conhecimento popular e conhecimento cultural, dos quais fazem parte as representações sociais e, através deles, elas se desenvolvem. Estuda-se sua gênese através da conversação, propaganda, mídia e outros meios de comunicação baseados na linguagem. As representações estão inseridas nos sentidos das palavras e, por conseguinte, são recicladas e perpetuadas através do discurso público. E, é claro, você mencionou antes que a cultura desempenha um papel importante na formação das representações sociais. (p.321).

Ou seja, para Moscovici (2003), o senso comum é um gênero de conhecimento diferente do gênero ciência. Ao estudar o senso comum, o conhecimento popular, estamos estudando algo que, segundo o autor, une a sociedade, ou sujeitos, à sua cultura, sua linguagem e ao seu mundo familiar.

CADERNO ESPECIAL III

SENSO COMUM NO CENTRO DA INTERSEÇÃO POSSÍVEL: INSPIRAÇÃO, SUBVERSÃO E REVOLUÇÃO NO MEIO SOCIAL E CIENTÍFICO

Embora haja tendências dentro da psicologia social que parecem querer despolitizar esse campo do saber, com ressonâncias também na teoria das representações sociais, outras correntes assumem o caráter progressista e politizado no aprofundamento das suas categorias e conceitos, em especial na psicologia social latino-americana. Isso nos permite, com mais vitalidade, elucidar e analisar o entrelaçamento de ideias produzidas por diferentes autores e, a princípio, com diferentes teorias da área das ciências sociais e humanas que (de)marcaram as formas de compreendermos o projeto da sociedade moderna e o lugar do senso comum nesse cenário. Emerge diante de nós a maneira como se coadunam os horizontes epistemológicos e os diálogos com aderências conceituais de teorias elaboradas em diferentes épocas e contextos e nos convidam à embriaguês, participando de um banquete intelectual inédito: beber na taça de dois brilhantes pensadores e dizê-los próximos a partir da complementaridade de conceitos presentes em suas obras. Brindemos, então, a esse denso[14] e merecido (re)encontro aqui promovido: Antônio Gramsci e Serge Moscovici, frente a frente.

É assim que a partir do objetivo geral dessa pesquisa onde propusemos, como principal movimento, investigar aproximações e distanciamentos entre as teorias de Gramsci e Moscovici, passaremos agora à apresentação dos resultados. Através das leituras e análises das obras dos dois autores, elegemos a grande categoria articuladora e promotora da aproximação das suas ideias*: o senso comum.* Ao mesmo tempo, é essa mesma categoria que também fornece subsídios para apresentarmos limites na aderência conceitual das referidas teorias. Através desse viés, apresentamos também as subcategorias que surgiram naturalmente, resultantes das nossas análises.

[14] Pretendemos contribuir com a ampliação das perspectivas de diálogos teóricos propositivos e fecundos para os estudos de ambas as teorias, sem, contudo, abrir mão de um criterioso cuidado em se preservar os universos contextuais inspiradores dos autores, suas intencionalidades e lutas. O diálogo é promissor, mas a miscelânea teórica não encontra espaço nesta construção.

3.1. APROXIMAÇÕES TEÓRICAS ENTRE GRAMSCI E MOSCOVICI A PARTIR DO SENSO COMUM

Na crítica que Gramsci (1999) faz a Gentili[15], abordando o desrespeito com o senso comum presente nas suas obras, aparece, de forma subjacente, o conceito que o autor tem sobre o termo, assim como a importância dada ao senso comum. Da mesma forma, é revelada a generosidade do intelectual ao se aproximar dos saberes populares e colocá-los à altura do conhecimento científico, desmitificando esse último. Ou seja, a base do pensamento gramsciniano sobre o senso comum se coaduna com a valorização e a importância presente na teoria das representações sociais, embora a centralidade dos estudos de Gramsci não seja pautada somente no senso comum, diferente do que acontece com os estudos moscovicianos.

Diz Gramsci (1999):

> A filosofia de Gentile, por exemplo, é inteiramente contrária ao senso comum, seja este entendido como a filosofia ingênua do povo, que repudia qualquer modalidade de idealismo subjetivo, seja entendido como bom senso, como atitude de desprezo pelas obscuridades e artificiosidades de certas exposições científicas e filosóficas. Este flerte de Gentile como o senso comum é algo muito bizarro. Nossas afirmações anteriores não significam a inexistência de verdades no senso comum. Significam que o senso comum é um conceito equívoco, contraditório, multiforme, e que referir-se ao senso comum como prova de verdade é um contra-senso. É possível dizer corretamente que uma verdade determinada tornou-se senso comum visando a indicar que se difundiu para além do circulo dos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 1999, p. 117-118)

O senso comum não é compreendido com reducionismo pelo autor, representando uma visão ingênua ou como uma visão de mundo aceita pela maioria da sociedade. Gramsci compreende o senso comum como uma concepção de mundo construída pela história e pelas relações de força existentes na sociedade – concepção essa, capaz de legitimar a dominação existente pela ação que tem no coração e nas mentes das pessoas ou, no sentido oposto, desarticulá-la.

A esse respeito, no *Caderno* 11, Gramsci (1999) ainda esclarece:

> Talvez é útil distinguir "praticamente" a filosofia do senso comum para poder melhor mostrar isto que se quer obter: filosofia significa mais especialmente uma concepção de mundo com caracteres individuais fortes, senso comum é a concepção de mundo difusa em uma época histórica na massa popular. Se quer modificar o senso comum, cria um "novo senso comum", eis porque se impõe a exigência de tomar conta dos "simples." (p.107)

[15] Giovanni Gentili, filósofo italiano. Foi, juntamente com Benedetto Croce, um dos maiores expoentes do neoidealismo filosófico e uma figura de destaque do fascismo italiano.

Desta forma, é de sua heterogênea composição que o senso comum já abriga as sementes de uma nova compreensão de mundo e as vontades da sua realização. Por isto também, é uma categoria tão importante na teoria gramsciana, tanto quanto é para a teoria das representações sociais.

Moscovici (2012, p. 41), por sua vez, é enfático ao falar sobre o desprestígio que o senso comum assume no meio científico:

> Ora, nosso ponto de vista é muito claro: essas representações não são nem uma forma "arcaica" e nem uma forma "primitiva" de pensar e nem de se situar no mundo, elas são, normais em nossa sociedade. Qualquer que seja o desenvolvimento das ciências, elas sempre deverão sofrer transformações para se tornar parte da vida cotidiana da sociedade humana.

O estudioso ainda continua:

> Elas vão além do que é imediatamente dado na ciência e na filosofia, além da classificação dada dos fatos e acontecimentos (...). O que é recebido, inclusive nessas zonas, é submetido ao trabalho de transformação, de evolução, para se tornar conhecimento que a maioria de nós emprega na vida cotidiana. Quando isso ocorre, o universo fica povoado de seres, o comportamento fica carregado de significações, os conceitos são realçados ou se concretizam (se objetivam, como dizem), enriquecendo a estrutura do que para cada um é a realidade. (MOSCOVICI, 2012, p. 47)

A implicação de Moscovici com o senso comum é evidenciada através do seu discurso quase poético. O que vemos é a delimitação e a afirmação do lugar do senso comum e a importância desse saber na organização da vida cotidiana de homens e mulheres. Nessa perspectiva, o senso comum é também conhecimento, outro tipo de conhecimento, além daquele pré-estabelecido como válido e seguro em algumas concepções clássicas científicas.

Moscovici (2003), em entrevista com Marková, quando questionado acerca do que os marxistas pensavam sobre o efeito das ciências nas pessoas comuns, respondeu:

> (...) Desse modo, já durante a guerra comecei a pensar sobre o impacto da ciência na cultura das pessoas, como ela altera suas mentes e comportamento, por que ela se torna parte do seu sistema de crenças, etc. Você vê, esse é o tipo de pergunta que Gramsci se fez, durante seus anos de prisão. Naquele tempo não havia posições claras sobre o problema (...). (p.309).

Este é um indicativo contundente de que Moscovici leu Gramsci, e em especial, leu os Cadernos 10 e 11, volumes onde o autor discute ciência e cultura. São também nesses cadernos que os apontamentos sobre conhecimento, epistemologia, senso comum e ideologia são registrados, ou seja, neles se concentram a base teórica epistemológica da teoria gramsciana, cujos fundamentos encontram-se também presentes em Moscovici. Nos referidos

cadernos, Gramsci (1999) também faz a crítica ao determinismo e mecanicismo presente em algumas correntes que estudam o marxismo quando discutem o materialismo histórico.

Isso nos faz lembrar a resposta à indagação que Gramsci deu a si mesmo, quando quis saber: *Como acontecem as nossas escolhas filosóficas*? É na resposta a essa indagação que o autor se reaproxima do que é *vivido* nas práticas sociais, portanto, sentido pelos sujeitos. As "*relações ideológicas vividas*" explicam. Parece-nos que o autor, nesta indagação e resposta, dá maior clareza do lugar que os filósofos também ocupam engajados com o cotidiano, com o *saber vivido*. Isso acontece quando ele traz, na explicação das escolhas que fazemos – ou seja, nos posicionamentos políticos de homens e mulheres – a vinculação primeira com as práticas sociais cotidianas e a complexidade decorrente disto. O sujeito em/de Gramsci aparece com inteireza no senso comum; mesmo sendo um saber com menor prestígio, segundo o autor, conseguimos identificar os homens e mulheres complexos, que trazem também as marcas da cultura na sua obra. Mais uma vez, o diálogo com Moscovici se estreita, principalmente quando Gramsci dá ao senso comum o lugar privilegiado de abrigar a subjetividade e as relações culturais que perpassam as escolhas que fazemos e ajudam na definição das formas de viver.

Para Gramsci (1999), enquanto o fundamento da filosofia é o "conhece-te a ti mesmo" individual e social, isto é, a análise crítica que cada homem histórico faz de si e de sua realidade social, "O senso comum é a concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio." (GRAMSCI, 1999, p. 113). Por ser o resultado da absorção acrítica (o senso comum) de vários elementos ideológicos do passado e do presente, "seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, adequada à posição social e cultural das multidões, das quais ele é a '**filosofia**'." (GRAMSCI, 1999, p. 114. GRIFO NOSSO), afirma ainda o autor.

"Filosofia" apresentada como "não-filosofia". A heterogeneidade presente no senso comum não pode conduzir à unidade, a uma "ordem intelectual" que gera unidade e coerência no pensamento dos grupos sociais, por isso seria a *não-filosofia*. O cartesianismo, a ordem, estaria "naquela" filosofia, conforme já acentuamos.

Sobre isso, Moscovici (2012, p. 73) afirma:

> De fato, a representação social condensa uma racionalidade coletiva bem direta, diversificada e difusa, sendo que cada participante é até certo ponto um autodidata [...]. Isso implica no estilo recitante, descritivo, arborescente,

> com repetições, avanços e recuos dos textos produzidos ao longo "dos pensamentos que servem à comunicação imediata".

Nessa perspectiva, o senso comum também não é compreendido com reducionismo, representando uma visão ingênua e aceita pela maioria da sociedade. Martins (2008), analisando o pensamento de Gramsci sobre a função do senso comum, destaca ainda que:

> [...] o senso comum também deixa de ser uma simples ideia ingênua, uma vez que é profundamente interesseiro, isto é, ética e politicamente ele não tem nada de ingênuo, de neutro, de desinteressado. De fato para além de um mero conhecimento ingênuo da realidade e de uma ideia amplamente aceita pelas classes e grupos sociais, em Gramsci o senso comum torna-se uma concepção de mundo plural, pois comporta vários elementos integrantes (religião, ciência, ficção etc)[...]. (MARTINS, 2008, p.291-292)

Essa compreensão do senso comum, remetendo-o à intencionalidade que também está presente na sua composição, é ressaltada por Moscovici (2003) – e reforçada por Marková (2015) –, quando discute a "ética das representações sociais" e aborda as características do universo reiterado e do universo consensual. Diz o autor:

> O conhecimento comum é a essência do nosso universo consensual; compreende os significados culturais e históricos das nossas experiências e atividades. É um conhecimento rico, altamente diversificado e específico de cada contexto. No universo consensual a sociedade torna-se a si própria visível; é inovadora, possui voz, age perante o mundo respondendo ao mesmo e incita as alterações no mundo. (MOSCOVICI, 2003, p. 323)

Em Gramsci (1999), o senso comum não pode ser desassociado das relações econômicas, pois apresenta uma relação dialética com elas, sendo determinado e determinante, legitimador e reprodutor; um dos aspectos estruturantes do sistema. Gramsci ainda ressalta: "O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o "folclore" da filosofia e como folclore se apresenta em inúmeras formas [...]." (GRAMSCI, 1999, p.113).

A fecundidade do conceito de senso comum se dá também quando a dimensão política aparece arrematando os espaços criativos das práticas sociais cotidianas. Staccone (1993) acentua:

> O terreno do senso comum em Gramsci é sempre aberto para novas composições, nele confluindo elementos religiosos ou pseudocientíficos do passado, elementos ligados às ideologias das classes dominantes, do passado e do presente, **mas também ideias e impulsos éticos gerados espontaneamente no próprio seio das classes subalternas, fruto de suas experiências de resistências e lutas**. (p. 82, GRIFO NOSSO)

A dimensão ética presente no senso comum, por vezes chamada de *bom senso* por Gramsci (1999), também transita nos saberes cotidianos; tal dimensão é defendida por Moscovici (2003), e foi recentemente analisada por Marková (2015). Diz a estudiosa:

> Apesar da socialização superficial com outros, o indivíduo assim vive em profunda solidão de espírito e "com suaves palavras e abraços, conspira contra a vida e a fortuna de amigos e pessoas íntimas". Podemos referir que a barbárie da reflexão se refere hoje em dia às tentativas de justificar de forma racional as teorias científicas irracionais como racismo e nazismo. Estas, segundo Moscovici, "ocorrem em faculdades e universidades, não nas ruas" e, assim, sendo, foram legitimadas por intelectuais com significativo poder da mente. (MOSCOVICI & MARKOVÁ, 2000, p. 228). (MARKOVÁ, 2015, p. 89).

Esta fecundidade se configura, então, com o senso comum compreendido como o lugar onde se manifestam, sobretudo em momentos de crises, as duas faces contraditórias das consciências dos grupos sociais: a superficial, explícita, na maioria das vezes, de modo verbal, declarada, que costumamos testemunhar cotidianamente em tempos de advento das redes sociais, herdada quase sempre das ideologias dominantes, e a implícita, fruto das experiências de lutas e solidariedade que comumente costumamos negligenciar.

3.1.1. Gramsci e o conhecimento: princípios epistemológicos e o lugar do senso comum

Para construção desta análise, consideramos relevante traçar, inicialmente, um cenário teórico da concepção de Antônio Gramsci sobre ciência e a produção do conhecimento, a fim de favorecer o debate que faremos entre as ideias do autor e Serge Moscovivi, principalmente com a sua teoria das representações sociais.

Antônio Gramsci desenvolveu a sua teoria norteada explicitamente pelos princípios que apontavam a ruptura e o questionamento do ideário positivista em ascensão na Itália, motivado também pela aderência dessa corrente às ações do governo fascista, de Mussolini. O autor dedicou os Cadernos 10 e 11 para discussão epistemológica a partir dos seus apontamentos sobre filosofia, incluindo a desconstrução da Filosofia de Benedetto Croce[16] - intelectual pelo qual Gramsci nutria também grande respeito – e de Giovanni Gentili. Nos escritos dos cadernos aparecem a sua concepção sobre ciência, conhecimento científico, senso comum, além de apontamentos sobre a *filosofia da práxis*, cujo conceito acentua a unidade

[16] Foi historiador, escritor, filósofo e político na Itália. Seus escritos giram em torno de um largo viés temático, sobretudo sobre estética e teoria/filosofia da história. É considerado como uma das personalidades mais importantes do liberalismo italiano no século XX.

entre ação e pensamento, e o sujeito como ativo e criativo e não como objeto passivo da história. A filosofia da práxis vai alterar tanto a maneira habitual de se definir filosofia, quanto a sua relação com o senso comum; ela abriga o viés epistemológico norteador que perpassa na sua obra.

A filosofia, na compreensão do autor, é visão de mundo; assim, é também uma condição política, e, por isso mesmo, todos os homens são filósofos. Para Gramsci (1978), a filosofia da práxis é uma atitude crítica de superação da antiga maneira de pensar, tendo como elemento importante o pensamento concreto existente, ou o universo cultural existente.

Gramsci (1999) afirma: "não há filosofia, ou seja, concepção de mundo sem nossa consciência de historicidade..." (p. 95). Portanto, continua ele, "na realidade, não existe filosofia em geral: existem diversas filosofias ou concepções do mundo e sempre se faz uma escolha entre elas (...). A escolha e a crítica de uma concepção do mundo são, também, fatos políticos." (p. 95-96).

A práxis, entendida como uma unidade dialética entre teoria e prática, não é um fator meramente mecânico, mas sim o construto do devir histórico. Esse devir histórico necessita ser também entendido na lógica do ser humano como a expressão da coletividade e de suas ações transformadoras de si e dos outros, cujas relações são de natureza social e histórica. Assim, essa unidade entre teoria e ação (práxis) é uma relação dialética que coloca o ser histórico como um ser político, ampliando a visão da filosofia e da política, onde a filosofia é a história em ato, ou seja, a própria condição existencial (GRAMSCI, 1978).

No caderno 11, Gramsci afirma:

> Na realidade, é possível prever "cientificamente" apenas a luta, mas não os momentos concretos dela, que não podem deixar de ser resultados de forças contrastantes em contínuo movimento, sempre irredutíveis a quantidades fixas, já que nelas a quantidade transforma-se continuamente em qualidade. (GRAMSCI, 1999, p. 121)

Essa processualidade da forma de ser e estar no mundo, o devir histórico, revela uma precisa concepção de mundo, um novo método de trabalho e o horizonte de uma nova epistemologia naquele contexto histórico e, revela também, a ampliação de horizontes dentro do marxismo clássico, quando sugere o anticientificismo, ou seja, outra forma de olhar o mundo sem determinismo de qualquer ordem. Gramsci criticou o positivismo escondido em muitas posições que se afirmam como materialismo dialético e que partiam de uma noção "ingênua" de matéria. O autor criticou abertamente o conceito de objetividade científica e

também a afirmação de que apenas há intersubjetividade humana inscrita na história. A conjugação destas duas características não poderia deixar de resultar mesmo num marxismo antideterminista, além de criticar o "subjetivismo transcendental". Semeraro (2000, p.4) afirma: "Na base do conhecimento, como Gramsci o entende, não pode haver lugar para mito algum, seja ele de caráter racionalista, empirista ou irracionalista. E, se critica o subjetivismo transcendental que atribui a uma mente universal abstrata a garantia da verdade."

A originalidade das suas ideias também está ancorada no lugar que ele dá para o senso comum, colocando-o próximo da filosofia, sugerindo que o conhecimento mais elaborado dialogue constantemente com os "simples", contrariando a arrogância presente no cientificismo moderno, representado pelos fundamentos do positivismo, cujo descompromisso com os saberes populares são fundantes na corrente. Ainda no Caderno 11, Gramsci (1999) diz:

> Talvez seja útil distinguir "praticamente" entre a filosofia e o senso comum, para melhor indicar a passagem de um momento para o outro. Na filosofia, destacam-se notadamente as características de elaboração individual do pensamento; no senso comum, ao contrário, destacam-se as características difusas e dispersas de um pensamento genérico de uma certa época em um certo ambiente popular. Mas toda filosofia tende a se tornar senso comum de um ambiente, ainda que restrito (de todos os intelectuais). Trata-se, portanto, de elaborar uma filosofia que — tendo já uma difusão ou possibilidade de difusão, pois ligada a vida prática e implícita nela — se torne um senso comum renovado com a coerência e o vigor das filosofias individuais. E isto não pode ocorrer se não se sente, permanentemente, a exigência do contato cultural com os "simples." (p. 100-101).

Essa perspectiva também dá fundamento ao pensamento de Santos (2001), na medida em que o autor discute o "conhecimento prudente para uma vida decente", faz o seu próprio chamado teórico *contra o desperdício da experiência* e nos atualiza sobre a vanguarda do pensamento de Gramsci.

Semeraro (2000), analisando a teoria do conhecimento numa perspectiva gramsciana, acentua:

> Gramsci, de fato, fala frequentemente de um novo tipo de filósofo, do "filósofo democrático" que, consciente de que "todo mestre é sempre aluno e todo aluno mestre" (Q 1330-2), instaura uma relação dialética entre ciência e vida, opera para modificar o ambiente do qual faz parte e percebe que o próprio ambiente, a realidade objetiva, "funciona como mestre", enquanto o obriga a um contínuo aprendizado e a uma incessante superação do próprio saber. (p.4).

Essas afirmações nos fazem lembrar quando Gramsci (1999), no cárcere, sentindo-se longe "da complexidade molecular da vida real", confessa que a falta de contato direto e pessoal com interlocutores reais se transforma em dificuldade cognitiva, quase na impossibilidade de pensar e escrever, devido à distância da "impressão imediata, direta, viva, da vida de Pedro, de Paulo, de João, de específicas pessoas reais, sem entender as quais não é possível compreender o que é universalizado e generalizado." (GRAMSCI, 1999, p. 222).

Ainda no Caderno 11, ao criticar a obra *O Ensaio Popular* de Croce, Gramsci (1999) aponta alguns fundamentos epistemológicos que dão sustentação a sua forma de entender o mundo e, portanto, de nortear o seu próprio caminho na produção do conhecimento. Diz ele:

> Mas é o próprio conceito de "ciência", tal como resulta do *Ensaio popular*, que deve ser criticamente destruído; ele é pura e simplesmente recolhido das ciências naturais, como se estas fossem a única ciência, ou a ciência por excelência, tal como acreditava o positivismo. No *Ensaio popular*, contudo, o termo ciência é empregado em muitos significados, alguns explícitos, outros subentendidos ou apenas mencionados.
> O sentido explícito é o que "ciência" tem nas investigações físicas. Outras vezes, contudo, parece indicar o método. Mas existe um método em geral? E, se existe, significara outra coisa que não a filosofia? Outras vezes, poderia significar nada mais do que a lógica formal; mas é possível chamar esta de método ou ciência? Deve-se deixar estabelecido que toda investigação tem seu método determinado e constrói uma ciência determinada, e que o método desenvolveu-se e foi elaborado conjuntamente ao desenvolvimento e a elaboração daquela determinada investigação e ciência, formando com ela um todo único.
> Acreditar que se pode fazer progredir uma investigação científica aplicando-lhe um método tipo, escolhido porque deu bons resultados em outra investigação ao qual estava relacionado, é um equivoco estranho que nada tem em comum com a ciência. (p. 122)

O autor continua a crítica dando pistas sobre o viés metodológico necessário em toda investigação, independente da especialização do cientista, apontando "critérios gerais" e algumas competências necessárias para o investigador de diferentes áreas, sem, contudo, esgotá-las em seu texto.

> Contudo, existem também critérios gerais que, digamos, constituem a consciência crítica de todo cientista, não importa qual seja a sua "especialização", e que devem estar sempre espontaneamente ativos em seu trabalho. Desta forma, pode-se dizer que não é cientista quem demonstre escassa segurança em seus critérios particulares, quem não tenha uma plena inteligência dos conceitos utilizados, quem tenha escassa informação e conhecimento do estágio precedente dos problemas tratados, quem não seja muito cauteloso em suas afirmações, quem não progrida de uma maneira necessária, mas sim arbitrária e sem concatenação, quem não saiba levar em conta as lacunas que existem nos conhecimentos já atingidos, mas as ignore e se contente com soluções ou nexos puramente verbais, ao invés de declarar que se trata de posições provisórias que poderão ser retomadas e

> desenvolvidas, etc. (Cada um desses pontos pode ser desenvolvido, com as oportunas exemplificações.). (p.122-123)

O que convém destacar aqui são a atualidade, o rigor e a aderência teórico-metodológica das suas orientações com os princípios da pesquisa qualitativa. O pensador Gramsci, que não obteve título acadêmico representado por um diploma universitário – em que pese ter estudado na universidade de Turim e ter sido um aluno excelente no curso de Literatura sem, contudo, chegar a concluí-lo em decorrência de problemas financeiros que o levaram a se tornar jornalista de forma prematura –, escreveu no cárcere, com propriedade, sobre ciência, sobre o saber científico e sobre ética na ciência, quando não a coloca como o *Deus Moderno,* tão em voga nas primeiras décadas do Séc. XX; comprometeu o saber científico com "os simples" e elucidou a incompletude desse mesmo saber. Gramsci vive.

3.1.2. Diálogos teóricos entre Gramsci e Moscovici: senso comum e epistemologia

Assim como na teoria gramsciana, as tentativas de mapear as formas como lidamos com o mundo suscitam, nelas próprias, uma trama epistemológica: as representações sociais, a partir do senso comum, não configuram apenas um conhecimento, mas expressam também um debate teórico que se dá dentro da produção científica.

3.1.2.1. A processualidade histórica: o movimento do senso comum

A aproximação dessas tramas epistemológicas nas teorias desenvolvidas pelos dois autores aparece, inicialmente, no viés da processualidade que dá sustentação às suas concepções de mundo, ilustrada pela expressão do movimento e do dinamismo do saber comum que transita nos grupos sociais, referenciado nas obras dos teóricos. Nesse sentido, a historicidade é algo que se constrói e não um conteúdo dado e imutável.

Moscovici (2003, p. 12) afirma:

> Não existe sujeito sem sistema e nem sistema sem sujeito. O papel das representações partilhadas é o de assegurar que a sua coexistência é possível. Quero dizer que é justamente este estado das coisas que torna a noção de conflito tão essencial em nossa teoria, quer se trate de transformações cognitivas, quer se trate de comunicações públicas. Sem esta noção não se pode compreender nem o dinamismo da sociedade, nem a mudança de qualquer uma das partes que a compõem. Ora, por razões que não têm nada de misterioso, as ciências sociais, e a psicologia social em particular, resistem em reconhecer esse papel de conflito, da dissensão, tanto na teoria como na prática. Isso tem como consequência uma visão bastante estática, tanto dos indivíduos como da sociedade.

A sociedade apresentada por Moscovici, também central na sua teoria, é a sociedade de seu tempo, ou seja, a sociedade moderna ocidental. Portanto, o autor se interessa, tanto em analisar o papel das representações em situações concretas da vida cotidiana, com toda sua dinâmica e fluidez, como em compreender o processo de construção das representações sociais.

Moscovici vai ao encontro de Gramsci ao evidenciar o movimento, o dinamismo e a contradição presentes na sua concepção de mundo. Sobre isso, Gramsci (1999), ainda criticando Croce através da sua obra *Ensaio Popular*, salienta:

> Pensar uma afirmação filosófica como sendo verdadeira em determinado período histórico, isto é, como expressão necessária e inseparável de uma determinada ação histórica, de uma determinada práxis, mas superada e "esvaziada" em um período posterior, sem porém cair no ceticismo e no relativismo moral e ideológico, ou seja, conceber a filosofia como historicidade, é operação mental um pouco árdua e difícil. Ao invés disso, o autor incide plenamente no dogmatismo e, por isso, numa forma, ainda que ingênua, de metafísica.(...) A filosofia do *Ensaio popular* (que lhe é implícita) pode ser chamada de um aristotelismo positivista, de uma adaptação da lógica formal aos métodos das ciências físicas e naturais. A lei de causalidade, a pesquisa da regularidade, da normalidade, da uniformidade, substitui a dialética histórica. (p. 119-120)

Moscovici apreendeu durante a formulação da sua teoria,, além da diferenciação estrutural, a diferenciação existente na dinâmica das sociedades modernas em relação aos períodos históricos anteriores (DUVEEM, 2003). O ritmo das mudanças nas sociedades anteriores se diferencia amplamente da velocidade característica das dinâmicas sociais modernas, mais aceleradas e fluídas. Foi com a intenção de marcar essa diferença e também de se distanciar da concepção integradora e positivista de Durkheim, abrigada sob o conceito de "coletivo", que Moscovici optou por substituir esse conceito pelo termo "social." (GUARESCHI, 2003).

Dessa maneira, o termo "sociais" também se refere a desdobramentos teóricos/ metodológicos específicos e demarcadores temporais. Assim, o contraste entre os diversos grupos sociais e suas representações ganha destaque, além da necessidade de apreender a dinâmica da conquista de hegemonia de determinadas representações, sobretudo através dos velozes veículos de comunicação de massa. Diz o autor: "Reconhecendo-se que as representações são ao mesmo tempo, construídas e adquiridas, tira-se-lhes esse lado preestabelecido, estático, que as caracterizava na visão clássica. Não são os substratos, mas as interações que contam." (MOSCOVICI, 2001, p.62).

Nesse sentido, essa interação proporcionada pela comunicação – que ocorre considerando os limites e possibilidades do contexto histórico e cultural de uma sociedade –, estrutura o terreno a partir do qual essas representações são produzidas. Assim, a dinâmica do processo de formação das representações sociais reflete os jogos de influência, ou disputas, travados entre os diversos grupos sociais que integram um país ou uma dada sociedade. Isso acontece quando esses diferentes grupos representam, de forma diferenciada, por exemplo, um mesmo objeto e procuram revestir de caráter hegemônico suas representações específicas (DUVEEN, 2003). É assim que essa realidade compõe o cenário de estruturas e manutenção do poder de determinados grupos. Convém ressaltar aqui que esse confronto e disputa que acontecem dentro dos grupos sociais, na sociedade civil, ilustram bem os princípios da teoria gramsciana, quando o autor aponta a necessidade do conflito como princípio da contra-hegemonia e nos revela o caráter também transgressor do senso comum e da teoria das representações sociais.

Sobre isso, no Caderno 11, Gramsci (1999, p. 93) afirma: "Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos."

3.1.2.2. A comunicação e a relação com a propagação do senso comum

Essa aproximação é ainda mais evidenciada quando Gramsci (1999) ressalta o papel da comunicação na produção e propagação dos saberes que integram o senso comum. No Caderno 11, na *Nota III,* ressalta*:* "Se é verdade que toda linguagem contém os elementos de uma concepção do mundo e de uma cultura, será igualmente verdade que, a partir da linguagem de cada um, é possível julgar a maior ou menor complexidade da sua concepção do mundo." (p. 94).

Gramsci (1999, p.115) também evidencia essa realidade quando indica algumas instituições diferenciadas, formadoras de opinião e, portanto, que influenciam na elaboração da concepção de mundo dos sujeitos. Diz o autor:

> Por outro lado, não será difícil perceber quando estas iniciativas de discussão tiverem motivos interessados e não de natureza científica. Também não é impossível pensar que as iniciativas individuais possam ser disciplinadas e ordenadas, de maneira que passem pelo crivo de academias ou institutos culturais de natureza diversa, tornando-se públicas somente após um processo de seleção, etc. Seria interessante estudar concretamente, em um determinado país, a organização cultural que movimenta o mundo ideológico e examinar seu funcionamento prático. Um estudo da relação numérica entre

> o pessoal que está ligado profissionalmente ao trabalho cultural ativo e a população de cada país seria igualmente útil, com um cálculo aproximativo das forças livres. A escola — em todos os seus níveis — e a Igreja são as duas maiores organizações culturais em todos os países, graças ao número de pessoas que utilizam. Os jornais, as revistas e a atividade editorial, as instituições escolares privadas, tanto as que integram a escola de Estado quanto as instituições de cultura do tipo das universidades populares. Outras profissões incorporam em sua atividade especializada uma fração cultural não desprezível, como a dos médicos, dos oficiais do exército, da magistratura. Entretanto, deve-se notar que em todos os países, ainda que em graus diversos, existe uma grande cisão entre as massas populares e os grupos intelectuais, inclusive os mais numerosos e mais próximos à periferia nacional, como os professores e os padres.

Parece-nos que Moscovici leu integralmente as anotações feitas por Gramsci no Caderno do Cárcere 11 que aborda as questões referentes à filosofia, à ciência e ao senso comum e, a partir dessas considerações, escolheu o seu grupo de diferentes sujeitos/colaboradores da sua tese criadora da teoria, cujo enfoque foi, conforme salientado: *as representações sociais sobre a psicanálise* na sociedade francesa, mais especificamente a população parisiense.

Moscovici (2012, p. 31) nos esclarece acerca da "população interrogada":

> (...) População liberal (P.L.), na qual estão incluídos professores, médicos, advogados, técnicos e clérigos. População Operária (P.O.), grupo que compreende operários de todas as categorias, tanto especializados como não especializados e contramestres etc. População estudante (P.E.), estudantes da universidade de Paris. População dos alunos das escolas de tecnologia (P.T.), compreendendo os alunos com idade de 18 a 22 anos dos cursos de secretariado, óptica, cerâmica etc.

Além disso, foi feita a análise de conteúdo da imprensa. O autor afirma: "grande parte da imprensa foi investigada por nós entre janeiro de 1952 e março de 1953." (MOSCOVICI, 2012, p. 33). Não nos parecem coincidências essas delimitações e escolhas.

3.1.2.3. Sobre o método ou métodos: crítica à ciência moderna e o desprestígio do senso comum

A aproximação de Gramsci com Moscovici nesse debate sobre ciência e produção do conhecimento aparece também no pensamento dos autores acerca do dualismo existente no meio científico e a consequente disputa que vem à tona sobre método, metodologia, etc, associado ao já conhecido desprestígio do senso comum no processo. Gramsci (1999, p. 122) já apontava: "Mas existe um método em geral? (...) Acreditar que se pode fazer progredir uma investigação científica aplicando-lhe um método tipo, escolhido porque deu bons resultados

em outra investigação ao qual estava relacionado, é um equívoco estranho que nada tem em comum com a ciência".

Neste mesmo sentido, Moscovici (2003, p. 14) afirma:

> Não há métodos para um campo de conhecimento que tenha um verdadeiro conteúdo intelectual. O objetivo é encontrar a verdade. Como chegar lá ninguém sabe. Os métodos experimentais, os matemáticos, as diversas técnicas, não são métodos de trabalho para descobrir a verdade. Jamais alguém tornará criativo um físico ou um biólogo, dizendo-lhe: eis aqui os métodos, experimente-os num novo organismo. Fazem isso os que não sabem o que dar para os estudantes fazerem. É uma confissão de fracasso.

Essa preocupação, marcada por esse viés epistemológico que propõe a superação das dicotomias e a busca de diálogo entre as diferentes correntes norteadoras da produção do conhecimento, está presente em toda a obra dos autores quando a discussão gira em torno de cientificidade. A aderência é tão evidente que nos inspira a imaginar um encontro fictício entre os dois autores para discutir sobre o assunto. Gramsci (1999, p.131) afirma:

> A questão está estreitamente ligada, o que é compreensível, a questão do valor das ciências chamadas exatas ou físicas, bem como, a posição que elas têm assumido no quadro da filosofia da práxis, posição de um quase fetichismo ou, melhor, de única e verdadeira filosofia ou conhecimento do mundo.

Moscovici (2003, p. 14), entusiasmado, corroborando com Gramsci, responde:

> Já escrevi repetidas vezes: sou fundamentalmente contra a tendência de fetichizar um método específico. Fazer do método experimental, ou dos métodos não experimentais, uma garantia de via régia para se chegar ao conhecimento, é tão pernicioso quanto qualquer outro fetichismo. A menos que seja apenas poeira atirada aos olhos.

Outra discussão sobre a escolha do método apropriado, diz respeito à vertente da objetividade e racionalidade nos estudos. Marková (2015), ao defender "o senso comum como uma epistemologia das representações sociais", ressalta:

> Num dos seus mais recentes artigos, Serge Moscovici afirma que sempre se sentiu intrigado com o fato das "maiorias das teorias ou discussões relativamente a preconceitos, estereótipos e relações entre os grupos serem expressos em termos da lógica dos fatos e das categorias" (MOSCOVICI[17], 2011, p. 445), ignorando totalmente os valores e as escolhas éticas. Escalas de opinião e atitude, questionários acerca de atribuições, estereótipos, preconceitos ou influências – todos têm como objetivo examinar fatos e categorias, informações e o pensamento racional dos cidadãos, como se os participantes em tais estudos fossem máquinas racionalizadas que expressam

[17] Texto publicado na Revista Social Science Information (2011), com o título *An essay on social representations and ethnic minorites*, sem circulação no Brasil.

> pensamentos sem qualquer envolvimento ativo relativamente a tais fenômenos socialmente valorizados. (MARKOVÁ, 2015, p. 86).

Sobre isso, Gramsci, no Caderno 11, ainda fazendo a crítica sobre a teoria de B. Croce, recorre aos escritos de Missiroli (1932, APUD GRAMSCI, 1999, p. 319) para se referir à tendência de crescimento do modelo experimental, racionalista, baseado no "positivismo absoluto" e inspirador do regime fascista, onde as práticas sociais e a cultura popular, porta-vozes do senso comum, são negligenciadas.

> Para compreender a atitude de Croce no segundo pós-guerra, é útil recordar a resposta enviada por Mario Missiroli a um inquérito promovido pela revista *Saggiatore* e publicada em 1932 (seria interessante conhecer todas as respostas ao inquérito). Missiroli escreveu (cf. *Critica Fascista,* de 15 de maio de 1932): "Nao vejo ainda nada bem delineado, mas tão só estados de espírito, tendências, sobretudo, morais. Difícil prever qual poderá ser a orientação da cultura; mas não hesito em formular a hipótese de que estejamos marchando para um positivismo absoluto, que volte a honrar a ciência e o racionalismo no sentido antigo da palavra. A pesquisa experimental poderá ser a glória desta nova geração, que ignora e quer ignorar os verbalismos das recentíssimas filosofias. Não me parece temerário prever uma retomada do anticlericalismo, que, pessoalmente, estou longe de desejar."

Esse cenário nos permite reafirmar a aproximação das ideias dos autores, apesar de Moscovici não ter registrado e nem ter dado indicativos diretos acerca desse diálogo e afinidade teórica. A própria resistência de correntes, dentro da psicologia social, em legitimar o papel importante dos fenômenos sociais associados a sua dimensão política, característica dos dualismos conhecidos entre psico X social, pode fornecer pistas sobre essa realidade. Para um psicólogo, trazer Gramsci como referencial ainda parece caracterizar um conflito epistemológico mesmo no momento atual, dentro de correntes da psicologia e também da sociologia. Além disso, o próprio distanciamento e desencanto do autor com o partido comunista do qual já foi filiado na juventude parece ser um fato delimitador de posicionamento. No final da década de 1940 e nas décadas de 1950 e 1960, a divulgação dos textos de Gramsci – todos os 33 cadernos – estava sob custódia do partido comunista, e foram inicialmente editados para publicação com um formato mais tendencioso; a versão temática serviu a fins de autopromoção político-partidária, apesar dos laços estremecidos e do distanciamento do próprio Gramsci com o partido durante todo período em que esteve no cárcere e escreveu a sua teoria.

Dessa forma, acentuamos que o debate e correspondência das teorias são evidenciados quando os autores discutem sobre o lugar que o senso comum ocupa na produção do

conhecimento a partir das suas concepções de mundo e de sociedade apresentadas nessa categoria. Outros conceitos ampliam a visibilidade dessa similaridade teórica tendo o senso comum como referência, a exemplo do conceito gramsciano de ideologia.

3.1.3. Diálogos teóricos entre Gramsci e Moscovici: senso comum, representações sociais e ideologia

Estudos já apontaram que há pelo menos 16 sentidos sobre o que é ideologia circulando na literatura científica (EAGLETON, 1997), compatíveis ou incompatíveis entre si, mas é o conceito de origem marxista que ocupa o maior lugar de análise na literatura vigente, a exemplo do conceito revisado por Gramsci[18]. Nesse sentido, o conceito de ideologia adota o sentido atribuído pela *Teoria da ideologia em geral.* Assim, ela é inerente a qualquer sociedade humana e dissociada de interesses particulares; sua função é garantir a coesão da sociedade mediante o seu conjunto de ideias, valores, conceitos e visões de mundo partilhados. A outra perspectiva é a da *Teoria das ideologias específicas* – cuja principal função é a de assegurar a dominação de uma classe. As duas categorias foram também trabalhadas por Althusser (1972).

É nesse sentido que Xavier (2002, p. 32) afirma: "aquele conceito de ideologia de Marx seria apenas uma das faces da ideologia; antes dele, haveria outro terreno: o das ideias e representações da sociedade em geral sobre o qual se formam e se assentam as influências e manifestações das ideologias particulares."

Assim, o caráter social e político da ideologia estariam também vinculados ao seu papel na constituição dos sujeitos. As ideias e visões de mundo dos sujeitos fundamentam as suas práticas, não há separação; são elas que legitimam ou recusam papéis. Portanto, o poder e a força da ideologia – entendida como ideologia em geral – estariam no seu caráter de definir condutas; ela possui também a matéria prima das ideologias particulares ou específicas.

Gramsci (1978) rejeitou a noção negativa de ideologia, no sentido de dominação, alienação, em várias passagens dos cadernos. Em sua teoria, acentuou a diferença entre as *ideologias arbitrárias* (gerais e espontâneas) e as *ideologias orgânicas* (específicas, as ideologias de classe). No seu conceito de ideologia, os sujeitos aparecem de forma autônoma, como sujeitos de fato. Assim, a ideologia é, para Gramsci (1999), "o significado mais alto de

[18]Conforme já acentuamos, Gramsci (1999) ampliou o conceito de ideologia de Marx, após criticar o caráter determinista e fatalista muitas vezes expresso e defendido por correntes marxistas, onde, segundo ele, apresentavam também aderências ao modelo positivista.

uma concepção de mundo e se manifesta, implicitamente, na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas." (p. 98-99).

Apesar desse caráter inerente da ideologia, o autor divide o conceito em quatro níveis: filosofia, religião, senso comum e folclore, em ordem decrescente de sistematização e articulação intelectual. Para ele, todos os níveis estão dentro do campo das ideologias em geral ou arbitrárias e, por sua vez, correspondem ao que entendemos como *representações sociais.* Mesmo no primeiro e maior nível, o da filosofia, Gramsci (1999) aproxima e faz a articulação do intelectual com o senso comum, quando afirma: "todos os homens são filósofos." (p.92). Ou seja, o senso comum também desenvolve teorias, mesmo não sendo de forma sistemática, movida pela razão "pura" e orgânica. Desta forma, percebemos ainda mais a estreita aproximação com a definição de representações sociais, considerando a base discursiva em várias categorias nos estudos do autor, principalmente por estarem também vinculados aos saberes que são espontaneamente elaborados no cotidiano, que produzem o senso comum e orientam condutas.

Nesse cenário, o poder da ideologia é também o poder que atribuímos às representações sociais na orientação das condutas de homens e mulheres. Os saberes que circulam dentro dos grupos sociais e são apreendidos como referências de condutas e escolhas, não podem ser negligenciados. Apesar de Moscovici (2003), muitas vezes, se referir ao conceito de ideologia no seu sentido restrito, ou seja, como *ideologias orgânicas*, na prática, o registro discursivo que aparece nos Cadernos do Cárcere, escrito por Gramsci no início do Séc. XX, aproxima essa categoria com o que ele próprio escreveu sobre o conceito de representações sociais em meados do mesmo século, desde que consideremos a própria explicação de Gramsci, quando ele se refere às *ideologias arbitrárias*.

Parece-nos relevante reafirmar a definição de Jodelet (2001) para as representações sociais. A estudiosa afirma:

> É uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. Entretanto, é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais. (p. 22).

Sobre isso, Gramsci (1999), no Caderno 11, de forma didática, explica como esse conhecimento socialmente partilhado deixa marcas no sujeito e orienta a sua compreensão de realidade, e, portanto, na orientação da sua conduta.

> Em que elementos se baseia, então, a sua filosofia? E, especialmente, a sua filosofia na forma que tem para ele maior importância, isto é, como norma de conduta? O elemento mais importante, indubitavelmente, é de caráter não racional: é um elemento de fé. Mas de fé em quem e em quê? Sobretudo no grupo social ao qual pertence, na medida em que este pensa as coisas também difusamente, como ele: o homem do povo pensa que tantos não podem se equivocar tão radicalmente, como o adversário argumentador queria fazer crer; que ele próprio, é verdade, não é capaz de sustentar e desenvolver as suas razões como o adversário faz com as dele, mas que, em seu grupo, existe quem poderia fazer isto, certamente ainda melhor do que o referido adversário; e, de fato, ele se recorda de ter ouvido alguém expor, longa e coerentemente, de maneira a convencê-lo, as razões da sua fé. Ele não se recorda concretamente das razões apresentadas e não saberia repeti-las, mas sabe que elas existem, já que ele as ouviu expor e ficou convencido delas. (GRAMSCI, 1999, p. 109)

Para o autor, a "fé" se refere à dimensão laica, não confessional, do termo. É acreditar em algo ou alguma coisa, motivada por uma "certa racionalidade histórica", mas de "finalismo apaixonado" (GRAMSCI, 1999, p. 106). É assim que o sujeito da vontade/afetos se encontra com o sujeito da razão. O sujeito da psicologia social se manifesta também quando Gramsci conceitua "a fé" que ele usa constantemente em seus escritos. Aliado a isso, o autor dá visibilidade ao lugar do senso comum – ao se referir a "sua filosofia" – e ao papel que ele assume como "norma de conduta" em sua teoria.

Moscovici (1978) confirma esse aspecto também presente na teoria das representações sociais:

> Ela se qualifica como representação social por ser produzida coletivamente e ser compartilhada, o que dá sentido ao comportamento. As representações sociais compartilhadas produzem significado para o indivíduo compreender, atuar e se orientar no meio social. (p. 65).

Moscovici (1978, p.76) também acentua a formação das representações sociais e a sua função de integrar o novo ao pensamento social que irá orientar condutas, de acordo com a realidade social:

> A especificidade da representação social não está no fato de ser formada pela estrutura da sociedade, mas sim no seu papel na orientação das condutas sociais e na sua função cognitiva de integrar o novo ao pensamento social. A importância do estudo da representação social dos indivíduos sobre dado aspecto da realidade está na função social de orientar comportamentos e preparar para a ação, colocada, mesmo, como mais importante que a análise da sua produção social, já que é, como a ideologia, a ciência e os mitos, determinada socialmente.

Gramsci (1999, p. 111), ainda no Caderno 11, enfoca esse processo de adesão ao novo – uma nova *ideologia* – dentro dos grupos sociais. Assim como Moscovici, dá visibilidade também ao aspecto cognitivo envolvido, a "racionalidade", e chama atenção para as construções "arbitrárias" que também fazem parte do processo. O autor salienta, porém, que as construções que atendam as exigências de um dado momento histórico, tendem a ser mais facilmente incorporadas.

> A adesão ou não adesão de massas a uma ideologia é o modo pelo qual se verifica a crítica real da racionalidade e historicidade dos modos de pensar. As construções arbitrárias são mais ou menos rapidamente eliminadas pela competição histórica, ainda que por vezes, graças a uma combinação de circunstancias imediatas favoráveis, consigam gozar de certa popularidade; já as construções que correspondem às exigências de um período histórico complexo e orgânico terminam sempre por se impor e prevalecer (...). (GRAMSCI, 1999, p. 111)

O autor ainda completa: "Seria interessante estudar concretamente, em um determinado país, a organização cultural que movimenta o mundo ideológico e examinar seu funcionamento prático." (GRAMSCI, 1999, p. 112). Assim, poderíamos substituir o termo *mundo ideológico* pelo termo *mundo das representações sociais*, e o seu sentido seria o mesmo, considerando as abordagens dos autores. A saber: "Seria interessante estudar concretamente, em um determinado país, a organização cultural que movimenta o mundo das representações sociais e examinar seu funcionamento prático". O Brasil seria uma excelente amostra com o atual momento histórico-político, cujos aspectos culturais estão claramente demarcados, as visões de mundo, valores e afetos estão aflorados e, portanto, nos possibilitam perceber a importância do estudo dessas realidades concretas, a partir das sinalizações teóricas de Gramsci e Moscovici, cujas obras, seja a partir das ideologias arbitrárias ou das representações sociais, nos permitem entender mais os saberes do senso comum que transitam no meio social. Foi também neste sentido que o senso comum ganhou espaço de atenção e respeito em nossa pesquisa e delimitou a grande categoria de análise na aproximação teórica dos autores.

4.1.4. Diálogos teóricos entre Gramsci e Moscovici: senso comum e saberes populares

A similaridade das informações que circulam sobre o senso comum nas obras de Gramsci e Moscovici aparece, também, a partir do espaço que ambos dão para os saberes populares. Entendemos que a dimensão transgressora das suas obras aparece com mais

visibilidade nessa categoria. Seja no aspecto político, cultural ou científico, as resistências aos padrões modernos se manifestam em vários sentidos. Apontamos a atenção com a *linguagem,* nas duas teorias, como a principal articuladora desse encontro entre senso comum e saberes populares.

3.1.4.1. Linguagem e saberes populares: persuasão e influência na produção do senso comum

Gramsci, no Caderno 11, se refere diretamente a um dito popular comum na Itália no início do Séc. XX para explicar a abrangência e importância dos saberes populares; é também conhecido no Brasil atual, com ressonância inclusive nos rincões do sertão baiano, adaptado para o "*fazer as coisas com filosofia*", ou *"fazer as coisas com ciência*". Diz o autor:

> Qual é a ideia que o povo faz da filosofia? Pode-se reconstruí-la através das expressões da linguagem comum. Uma das mais difundidas é a de "tomar as coisas com filosofia", a qual, analisada, não tem por que ser inteiramente afastada. É verdade que nela se contém um convite implícito à resignação e à paciência, mas parece que o ponto mais importante seja, ao contrário, o convite à reflexão, à tomada de consciência de que aquilo que acontece é, no fundo, racional, e que assim deve ser enfrentado, concentrando as próprias forças racionais e não se deixando levar pelos impulsos instintivos e violentos. Essas expressões populares poderiam ser agrupadas com as expressões similares dos escritores de caráter popular (recolhidas dos grandes dicionários) nas quais entrem os termos "filosofia" e "filosoficamente"; e assim se poderá perceber que tais expressões têm um significado muito preciso, a saber, o da superação das paixões bestiais e elementares numa concepção da necessidade que fornece à própria ação uma direção consciente. Este é o núcleo sadio do senso comum, que poderia precisamente ser chamado de bom senso e que merece ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente. Torna-se evidente, assim, porque não é possível a separação entre a chamada filosofia "científica" e a filosofia "vulgar" e popular, que é apenas um conjunto desagregado de ideias e de opiniões. (GRAMSCI, 1999, p. 97)

A primeira pergunta, seguida da resposta que Gramsci mesmo dá, "*Qual a ideia que o povo faz de filosofia? Pode-se reconstruí-la através das expressões da linguagem comum.",* já nos faz associar as suas ideias à teoria das representações sociais, de Moscovici. Nesse sentido, o termo *ideia* pode perfeitamente ser substituído pelo termo "*representação social* que o povo faz de filosofia". Ainda segundo a abordagem de Gramsci (1999), ela (a ideia ou a *representação social*) poderá ser compreendida através das expressões da *linguagem comum* que circulam nos grupos sociais, assim como defende Moscovici (2003), quando afirma que ao estudar o senso comum, o conhecimento popular, estamos também estudando algo que "liga sociedade, ou indivíduos, à sua cultura, sua linguagem, seu mundo familiar." (p.322).

É importante também salientar a concepção de sujeito que Gramsci evidencia na sua fala, enquanto analisa o sentido do dito popular *"tomar as coisas com filosofia"*, por ele apresentado: "o convite à reflexão, a tomada de consciência de que aquilo que acontece é, no fundo, racional, e que assim deve ser enfrentado, concentrando as próprias forças racionais e não se deixando levar pelos impulsos instintivos e violentos. (...)" (Idem). Nesse sentido, o sujeito da psicologia social também está aqui representado: a objetividade e a subjetividade, a razão e a emoção/afeto. O sentido do sujeito complexo, para além daquele que só pensa, o cognitivo, é visivelmente apresentado por Gramsci como aquele que é capaz também de se orientar movido "pelos impulsos instintivos e violentos". É esse sujeito que elabora o sentido e a percepção que tem das coisas, e as tornam comuns através das linguagens próprias que transitam dentro do grupo – as expressões populares. Assim, o autor deixa evidente "porque não é possível a separação entre a chamada filosofia "científica" e a filosofia "vulgar" e popular." (idem).

Sobre esse cenário, durante entrevista com Marková (2003), a estudiosa faz o seguinte resumo de um trecho da conversa com Moscovici, quando aborda a questão da linguagem e o conhecimento popular:

> Desse modo, se entendi você corretamente, a fim de desenvolver uma psicologia social do conhecimento, necessita-se começar com questões referentes ao conhecimento popular e conhecimento cultural, dos quais fazem parte as representações sociais e, através deles, elas se desenvolvem. Estuda-se sua gênese através da conversação, propaganda, mídia e outros meios de comunicação baseados na linguagem. As representações estão inseridas nos sentidos das palavras e, por conseguinte, são recicladas e perpetuadas através do discurso público. E, é claro, você mencionou antes que a cultura desempenha um papel importante na formação das representações sociais. (MARKOVÁ, 2003, p.321)

Nesse sentido, o pensamento e a linguagem presentes no senso comum, expressos através dos discursos diários, acentuam a necessidade de levarmos sempre em consideração – quando pretendemos nos aproximar do pensamento social –, que o uso da linguagem possibilita aos indivíduos mecanismos para uma (re)construção simbólica da realidade, dando sentido aos fatos que circundam a sua existência, assim como já ressaltava Gramsci.

Gramsci (1999), ainda no Caderno 11, esclarece como os saberes se tornam populares, ou como "se difundem as novas concepções de mundo" através do uso da linguagem. A explicação didática do autor nos lembra os processos de objetivação e de ancoragem na produção das representações sociais, pelos sujeitos, dentro dos seus grupos de pertença.

Diz Gramsci (1999, p. 108-109):

> Por que e como se difundem, tornando-se populares, as novas concepções do mundo? Neste processo de difusão (que é, simultaneamente, de substituição do velho e, muito frequentemente, de combinação entre o novo e o velho), influem (em como e em que medida) a forma racional em que a nova concepção é exposta e apresentada, a autoridade (na medida em que é reconhecida e apreciada, pelo menos genericamente) do expositor e dos pensadores e cientistas nos quais o expositor se apoia, a participação na mesma organização daquele que sustenta a nova concepção (após ter entrado na organização, mas por outro motivo que não aquele de partilhar da nova concepção)?
> Na realidade, estes elementos variam de acordo com o grupo social e com o nível cultural do referido grupo. Mas a pesquisa é interessante, sobretudo, no que diz respeito às massas populares, que mais dificilmente mudam de concepção e que, em todo caso, jamais a mudam aceitando a nova concepção em sua forma "pura", por assim dizer, mas — apenas e sempre — como combinação mais ou menos heteróclita e bizarra. A forma racional, logicamente coerente, a perfeição do raciocínio que não esquece nenhum argumento positivo ou negativo de certo peso, tem a sua importância, mas está bem longe de ser decisiva; ela pode ser decisiva apenas secundariamente, quando determinada pessoa já se encontra em crise intelectual, oscila entre o velho e o novo, perdeu a confiança no velho e ainda não se decidiu pelo novo, etc. O mesmo pode ser dito com relação a autoridade dos pensadores e cientistas. Ela é muito grande no povo. Mas, de fato, toda concepção tem pensadores e cientistas a seu favor e a autoridade é dividida; além disso, é possível, com relação a todo pensador, distinguir, colocar em dúvida que haja dito as coisas precisamente dessa maneira, etc.

Assim, o autor faz uma apresentação de um esquema mental e grupal no processo de apreensão de uma nova "concepção de mundo", onde são ressaltados elementos como: difusão, forma racional da exposição, autoridade do expositor, participação no grupo, massas populares, negação da forma pura de aceitação do novo, crise intelectual envolvendo o "velho e o novo", negação da forma racional como decisiva na apreensão desse novo, etc. Gramsci chama atenção sobre a necessidade de aproximação com os saberes populares para a difusão da nova informação, considerando que, dentro dos grupos sociais, já estão ancorados outros saberes que constituem o senso comum e ocorrerão conflitos, ou seja: tendências às resistências nesse processo de incorporação, mesmo que as novas informações estejam vinculadas aos saberes das autoridades – pensadores e cientistas.

Confirmando essa aderência teórica e a aproximação da teoria das representações sociais também com essa categoria, Marková (2003), ainda na entrevista com Moscovici, dá um exemplo das campanhas de prevenção à AIDS na década de oitenta, na Inglaterra, e a sua consequente ineficácia, ressaltando que a linguagem utilizada não dialogava com os saberes populares já existentes sobre a doença dentro dos grupos sociais.

Marková (2003, p. 320-321), ressalta:

> Gostaria de dar um exemplo para aprofundar esse assunto. O que você disse sobre o estudo das atitudes na psicologia social se aplica, em geral, também ao estudo do pensamento da solução de problemas, dos conceitos e da formação de conceitos. Esses assuntos também se basearam no pressuposto ontológico de que o objeto de estudo e o self, são independentes. Isso teve consequências epistemológicas importantes para a teoria de formação de conceitos, de solução de silogismos e anagramas, de aquisição de sentidos para as palavras e assim por diante. Minha crítica pessoal a tal posição já tem mais de vinte anos, mas para deixar clara a questão, vou me referir a um exemplo mais recente na área da educação para a saúde, com respeito à Aids. A campanha, na Inglatera, na década de 1980, foi feita sob o título "não morra de ignorância". Foi suposto, em tal campanha, que o indivíduo, a fim de se proteger contra HIV/Aids, tinha de conseguir um conhecimento técnico. O que foi totalmente ignorado foi que já existia um conhecimento popular presente, que, havia representações de HIV/Aids que eram parte da cultura e que, por isso, eram já parte da mente do indivíduo; que esse conhecimento popular e essas representações estavam ancorados em pecado, doenças sexualmente transmissíveis, obscenidades e muitos outros fenômenos indesejáveis. Essas representações tinham uma influência mais forte nas atividades das pessoas, que um conhecimento neutro e objetivo sobre vírus, antivírus, agulhas infectadas e camisinhas que lhes eram dadas, através de campanhas de saúde. As representações de HIV/Aids eram ameaçadoras ao self: fazer algo que pudesse ser uma ação preventiva com respeito à aquisição ou à transmissão de HIV poderia, ao mesmo tempo, servir como uma prova, a outros, que o indivíduo, de fato, poderia já estar infectado. Isso, por sua vez, pode levar a rejeição do indivíduo pelos outros. Em geral o que essas campanhas deveriam ter feito, era levar a sério o conhecimento representacional popular e social, sua expressão linguística e seu raciocínio individual. (p. 320-321).

Moscovici (2003, p. 321) responde: "não, eu não vejo diferente (...)."

Gramsci (1999), na *Nota IV* do Caderno 11, reafirma a crítica a esse distanciamento do conhecimento científico em relação aos saberes populares e ressalta a necessidade do diálogo e socialização das descobertas, a fim de ajudar a orientar as ações dos grupos sociais de forma responsável. Diz ele:

> Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas "originais"; significa também, e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, "socializá-las" por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato "filosófico" bem mais importante e "original" do que a descoberta, por parte de um "gênio" filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (p. 95-96)

Portanto, há nas duas teorias o reconhecimento do conhecimento do senso comum com o seu status de diversidade e riqueza, orientador da realidade do dia a dia. Há visibilidade de um senso comum marcado por tensões dialógicas e perspectivas diferentes, é esse

movimento que potencializa a sua produção e renovação. A natureza contraditória do senso comum também aparece, principalmente quando é associado aos saberes populares e varia de acordo com as circunstâncias e contextos. Assim, a linguagem é, para os teóricos, expressão viva da concepção de vida, do senso comum popular e da cultura em geral.

3.2. LIMITES (IM)POSSÍVEIS NAS TEORIAS DE GRAMSCI E MOSCOVICI: O SUJEITO MEDIADO PELO SENSO COMUM NAS PRÁTICAS SOCIAIS

A princípio, mesmo para estudiosos que, ao longo das suas trajetórias, constroem aproximações e identificações teóricas, seja com Gramsci, ou seja com Moscovici, parece que esses autores são dois rios que correm paralelamente em direção ao mar, sem se encontrarem no percurso, motivados pela ênfase das abordagens específicas dadas às suas obras, conforme são apresentadas. A desconfiança inicial faz sentido.

Por um lado, temos o teórico Antônio Gramsci (1891 – 1937); ele aparece muitas vezes associado às correntes mais duras do marxismo marcadas pelo materialismo e pelo fatalismo, cujas obras consagradas foram escritas na Itália durante as primeiras décadas do séc. XX, no cárcere, como "não livros" (BARATTA, 2010), com sequências de notas e apontamentos feitos diretamente em cadernos com modelos escolares da época, usando penas que certamente arranhavam nas folhas. Ao nos aproximarmos da sua obra completa, temos a impressão de que precisaremos aprender, antes de tudo, a nadar em um rio de muitas correntezas. Em seu conjunto, o pensamento do autor é apresentado como um material vasto que está voltado, primeiramente, para municiar as organizações das classes subalternas que lutam para conquistar a sua liberdade e a sua hegemonia.

Por outro lado, temos Serge Moscovici (1925 – 2014), cujas obras consagradas estão associadas a estudos científicos desenvolvidos durante o seu doutoramento na França em meados do séc. XX, como refugiado de um país comunista. A aproximação com as suas ideias se dá a partir do seu livro-tese cuja abordagem nos apresenta uma teoria em ascensão, baseada nos pressupostos da psicologia social, tendo a psicanálise como objeto de estudo e, em cuja obra, em algumas abordagens, constrói críticas ao comunismo vigente naquele momento histórico e, em outras, evidencia desconfiança com alguns marxistas, "ou mais precisamente Lênin." (MOSCOVICI, 2003, p. 309). Portanto, o estigma de uma abordagem mais psicológica do que social, que, em muitos casos, evidencia um social que ignora conflitos e lutas, vem também acompanhando o cenário.

Nesse sentido, parece-nos justificada a lacuna teórica existente no que diz respeito à aproximação entre os dois autores. O que fica mais marcado nos trabalhos e parece respaldar esse distanciamento, diz respeito ao lugar que o *sujeito* ocupa nas suas abordagens: como um sujeito histórico-político, em Gramsci; e como um sujeito da psicologia social, em Moscovici.

Entretanto, considerando a complexidade presente no estudo da vasta obra de Antônio Gramsci, evidenciando os vários Gramscis que vieram ao nosso encontro, a partir do contato com diferentes autores que também estudam ou estudaram a sua obra, ressaltamos a opção por assumir em nossa investigação um Gramsci que se presentificou a partir da nossa leitura direta das suas obras, das buscas de pistas respaldadas pelo olhar norteado pelo saber que julgamos ter sobre a teoria das representações sociais, além do respaldo teórico de outros autores que também dão visibilidade a esse mesmo Gramsci que se constituiu e veio ao nosso encontro.

Essa opção é decorrente do que já indicamos: Gramsci é de "todos". Sua obra é estudada por diferentes campos do saber, a exemplo de sociólogos, filósofos, linguísticos, historiadores, antropólogos, estudiosos da área da educação, cientistas políticos, etc. Acrescenta-se ainda o fato de que ler os Cadernos, ou os "não livros", não é fácil. É preciso gradativamente entrar naquilo que Gramsci (1999) mesmo chama de "ritmo do pensamento", isto é, em um fluxo, por vezes cadenciado, outros não, de informações e elementos heterogêneos, abstratos e concretos, pensamentos e imagens, que, através do nosso olhar sobre eles, transforma-se em um organismo vivo. Assim possivelmente também acontece ou aconteceu com outros que o leram. Portanto, é a partir desse nosso lugar que construímos o lugar de Gramsci para apresentar o sujeito na sua obra e o possível (des)encontro com o sujeito da teoria das representações sociais de Serge Moscovici.

3.2.1. Sujeito mediado pelo senso comum em Gramsci e Moscovici: distanciamentos (des)construídos

Considerando o cenário e os lugares, a princípio, que os autores ocupam no meio acadêmico, nesta etapa da pesquisa optamos por apresentar alguns elementos que contribuíram para a construção de conflitos, além da construção das possíveis oposições teóricas nas suas abordagens. Reafirmamos o lugar do *sujeito* como central, já que é também a partir da "concepção de ser humano" em uma teoria, onde podemos ter maior visibilidade acerca da sua matriz epistemológica e, portanto, dos fundamentos dimensionadores das questões sociais, políticas e culturais que lhe dão sustentação.

Gramsci, desde os seus primeiros trabalhos (*Escritos políticos*, 1910-1926) para jornais na Itália, antes da sua prisão, ainda durante a sua intensa militância política pelo Partido Comunista, abordava claramente a sua preocupação com a situação político-econômica hegemônica local e mundial, mas que também ganhava novos contornos a partir dos tensionamentos emergentes. Naquele período, já apareciam características do poder dessa dominação para as décadas seguintes: além das guerras e conflitos (presenciou a primeira guerra mundial, a revolução russa, a afirmação dos Estados Unidos como grande potência hegemônica mundial), a consolidação de regimes totalitários, a exemplo do nazismo e do fascismo, presenciou também sinais de resistências a partir do surgimento e formação de outros grandes partidos políticos e dos levantes operários que aconteciam na Europa (SEMERARO, 1997). As revoluções políticas e culturais que se avizinhavam, para o atento estudioso vanguardista, parece que já apontavam para cenários de tensões extremas, juntando massacres humanos com grandes conquistas científicas e tecnológicas. Paralelamente, a atenção à emergência crescente das massas populares foi também responsável pelas complexas relações humanas que foram se desenhando em sua obra.

Os Volumes I e IV dos Cadernos do Cárcere (1999), da versão brasileira, trazem discussões mais pontuais sobre o sujeito em Gramsci que nos foi apresentado, em meio aos seus próprios conflitos pessoais também expressos nas Cartas do Cárcere. Alguns apontamentos e análises feitos pelo autor, principalmente no Caderno 11, Volume 1, municiaram estudos acerca da construção desse mesmo sujeito em suas obras, cuja atenção, em muitos momentos, foi focada principalmente nos fundamentos históricos e políticos a que os estudos sobre Gramsci foram associados.

É praticamente uma referência popular entre os estudiosos do autor, a seguinte frase: “pessimismo da inteligência (razão), otimismo da vontade” (GRAMSCI, 1999). Ela é repetida por Gramsci ao longo de todo Caderno Especial 11, além de aparecer em fragmentos no Caderno de Miscelâneas 9, também no Volume 1 da edição brasileira.

Disse Gramsci (1999, p. 412-413), em uma dessas passagens das suas análises sobre “o que é o homem”:

> Que existam as possibilidades objetivas de não se morrer de fome e que, mesmo assim, se morra de fome, é algo que, ao que parece, tem sua importância. Mas a existência das condições objetivas — ou possibilidade, ou liberdade — ainda não é suficiente: é necessário “conhecê-las” e saber utilizá-las. Querer utilizá-las. O homem, neste sentido, é vontade concreta, isto é, aplicação efetiva do querer abstrato ou do impulso vital aos meios concretos que realizam esta vontade.

> Cria-se a própria personalidade: 1) dando uma direção determinada e concreta ("racional") ao próprio impulso vital ou vontade; 2) identificando os meios que tornam esta vontade concreta e determinada e não arbitrária; 3) contribuindo para modificar o conjunto das condições concretas que realizam esta vontade, na medida de suas próprias forças e da maneira mais frutífera. O homem deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa e objetivos ou materiais, com os quais o indivíduo está em relação ativa. Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo.
> É uma ilusão e um erro supor que o "melhoramento" ético seja puramente individual: a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é "individual", mas ela não se realiza e desenvolve sem uma atividade para fora, transformadora das relações externas, desde aquelas com a natureza e com os outros homens em vários níveis, nos diversos círculos em que se vive, até a relação máxima, que abarca todo o gênero humano. Por isso, é possível dizer que o homem é essencialmente "político", já que a atividade para transformar e dirigir conscientemente os outros homens realiza a sua "humanidade", a sua "natureza humana." {B}.

Nesse trecho, o autor traz à tona o encontro entre as "condições objetivas" de se tomar decisões e fazer escolhas, com a necessidade do "querer utilizá-las", onde o homem é "vontade concreta" quando aplica efetivamente o "querer abstrato" (ou impulso vital) aos meios concretos. Esses meios concretos estão relacionados com a razão; o impulso vital ou vontade, com a subjetividade, o querer abstrato, ou ainda, com os "elementos puramente subjetivos ou individuais". São essas condições que levam o homem ao contato e transformação do mundo exterior. Isso não será possível se ele não "desenvolver a si mesmo". Além disso, Gramsci ainda evidencia que esse processo de construção da ética não se dá de forma isolada, no plano individual, mas a partir das relações sociais, com "outros homens em vários níveis, nos diversos círculos em que se vive". Ou seja, a tríade sujeito – alter – objeto, apresentada por Moscovici (1970), se presentifica na análise gramsciana.

Nesse sentido, Moscovici (1970) propõe uma perspectiva mais social do sujeito em representações sociais, que tomava:

> [...] como ponto focal a unidade global constituída pela interdependência, real ou simbólica, de vários sujeitos em sua relação com um ambiente comum, seja este de natureza física ou social. Essa perspectiva é aplicável tanto aos fenômenos de grupo quanto aos processos psicológicos e sociais e integra o fato da relação social na descrição e explicação dos fenômenos psicológicos e sociais. Nesse caso, a relação Sujeito-Objeto é mediada pela intervenção de um outro sujeito, de um "Alter", e se torna uma relação complexa de sujeito a sujeito e de sujeitos a objeto. (MOSCOVICI, 1970, p. 33)

Ora, Gramsci não utiliza a linguagem característica da psicologia social, ele tem seu estilo próprio de escrita de acordo com a época e outras condições específicas, mas os elementos que compõem os pressupostos do sujeito das representações sociais estão aí representados: o sujeito cognitivo/razão e o sujeito dos afetos/subjetividade. É esse sujeito que constrói relações e interações com outros sujeitos e com o mundo exterior a partir das práticas sociais em seus grupos de pertença, também apontados pelo autor.

Corroborando essa perspectiva, Gramsci (1999) ainda afirma:

> Dizemos então que o homem é um processo e precisamente é o processo dos seus atos. [...] Isto é, ocorre conceber o homem como uma série de relações ativas (em processo) na qual se a individualidade tem a máxima importância, não é, contudo, o único elemento a ser considerado. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta por diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. Mas o segundo e o terceiro elementos não são assim simples como podem parecer. (GRAMSCI, 1999, p.418).

Assim, o homem não é visto simplesmente como um ser vivo fruto da natureza e dotado de razão. Não é apenas a sua existência que determina o que ele será, mas as suas ações no meio social. Sua humanidade não é delimitada *a priori*, mas construída cotidiana e historicamente na medida em que se relaciona com os demais seres da natureza, com as criações e construções oriundas do seu trabalho nas práticas sociais e nas suas atitudes diante dos elementos e coisas do mundo.

Ainda sobre o sujeito dos afetos, a subjetividade relacionada com a vontade em seus escritos, destacamos uma carta de Gramsci (2005), nas Cartas do Cárcere, Volume 1, para a sua cunhada Tania (Tatiana Schucht), datada de 1 de julho de 1929, dando-lhe notícias acerca da rosa trepadeira plantada por ele na prisão, a fim de deixá-la subir pelo muro até as celas.

Diz Gramsci (2005, p. 352-353):

> (...) Neste último mês passou o mal-estar que tinha antes, mas me ficou uma grande apatia: os outros presos me dizem que este é o sintoma mais evidente do cárcere, que nos mais resistentes começa a se extinguir e resta aquela aparência vaga de vontade que se esgota na fantasia dos planos grandiosos jamais realizados: o preso se esparrama de costas na cama e passa o tempo cuspindo contra o teto, sonhando coisas irrealizáveis. Mas isto, certamente, é o que não farei, porque nunca cuspo e também porque o teto é muito alto!
> A propósito: sabe: a roseira se reavivou completamente (escrevo "a propósito" porque a observação da roseira, durante todo tempo, talvez tenha substituído a cusparada contra o teto!). De 3 de junho até o dia 15, repentinamente, começou a dar botões e depois folhas, até que ficou inteiramente verde de novo: agora tem pequenos ramos de quinze centímetros. Quis até mesmo dar um botão de flor, todo pequenino, que, no entanto, num certo ponto perdeu a força e agora está amarelando. De qualquer modo, a planta vingou e, certamente, no ano que vem dará flores. E não se pode excluir que produza algumas pequenas rosas bem tímidas neste

> ano mesmo. Isto me alegra, porque de um ano para cá os fenômenos cósmicos me interessam (talvez a cama, como dizem na minha terra, esteja colocada de acordo com a direção correta dos fluídos terrestres e, quando durmo, as células do organismo rodopiam em uníssono com todo o universo). Esperei com muita ansiedade o solstício de verão e, agora, que a terra se inclina (na verdade se endireita depois da inclinação) na direção do sol, estou mais contente (a questão está relacionada com a luz que trazem de noite, e eis que encontramos o fluído terrestre!); sinto o ciclo das estações, ligado aos solstícios e aos equinócios, como se fosse carne da minha carne; a roseira está viva e certamente há de florescer, porque o calor prepara o gelo e, sob a neve, já palpitam as primeiras violetas, etc., etc.; em suma, o tempo me parece algo corpóreo, uma vez que o espaço não mais existe para mim. Cara Tânia, paro com estas divagações e lhe mando um abraço. Antônio.

A carta nos traz mais visibilidade sobre o "homem Gramsci", suas carências afetivas durante os primeiros anos no cárcere e o desnudamento da sua própria natureza humana, o que se "torna carne da sua carne (...) vivida como natureza, como corpo, como parte de si e da qual ele próprio é parte." (BARATTA, 2004, p. 20). A vontade fragilizada pela sua própria condição humana conflitando com a esperança; ou seja, as condições emocionais também (de)marcam o seu lugar de sujeito histórico.

O que fica também evidente, no cenário da discussão e análise do autor sobre o que é o homem, é a sua associação ao termo "político", a ação política de transformação do homem, a de assumir a direção consciente de outros homens para realizar a "sua humanidade". Esse enfoque é o que sempre ganha mais destaque e visibilidade na teoria gramsciana, mesmo quando ele traz elementos que ampliam a sua obra, para além da militância política e do conteúdo político presente nas práticas sociais cotidianas. Por isso mesmo, julgamos importante dar visibilidade a esse "outro Gramsci" que também está presente em seu vasto e complexo acervo, geralmente pouco discutido e apresentado.

Gramsci (1999, p. 106) fala mais sobre a vontade, agora associada a uma "forma primitiva de finalismo apaixonado" e da contradição da consciência:

> Quando não se tem a iniciativa na luta e a própria luta termina assim por identificar-se com uma série de derrotas, o determinismo mecânico transforma-se em uma formidável força de resistência moral, de coesão, de perseverança paciente e obstinada. "Eu estou momentaneamente derrotado, mas a força das coisas trabalha por mim a longo prazo, etc." A vontade real se disfarça em um ato de fé, numa certa racionalidade da história, numa forma empírica e primitiva de finalismo apaixonado, que surge como um substituto da predestinação, da providência, etc., próprias das religiões confessionais. Deve-se insistir sobre o fato de que, também nesse caso, existe realmente uma forte atividade volitiva, uma intervenção direta sobre a "força das coisas", mas de uma maneira implícita, velada, que se envergonha de si mesma; portanto, a consciência é contraditória, carece de unidade crítica, etc.

A concepção de subjetividade do autor ganha mais visibilidade a partir do otimismo que essa vontade traz consigo e é capaz também de impulsionar ações e lutas, lugar próprio dos afetos, sem, contudo, se aproximar da visão romântica onde o homem se restringe à sua própria individualidade. Conforme evidenciou Gramsci, o indivíduo relaciona-se organicamente com a natureza e com outros homens e somente através de tal intermediação, é que, de fato, se configura a sua individualidade e se materializa a vontade concreta. Assim também é que, basicamente, o meio social é seu espaço de maior visibilidade: o da esfera pública, arena da luta pela hegemonia e construção do consenso a partir dos saberes do senso comum.

Quando nos debruçamos sobre os estudos do sujeito na teoria das representações sociais, encontramos em Jodelet (2015) as informações para a fundamentação da nossa abordagem. Ela nos dá pistas para a compreensão e ampliação desse significante dentro da teoria de Moscovici, a partir da construção de um panorama histórico onde evidencia alguns modelos teóricos desenvolvidos dentro da psicologia social. A autora alude às novas perspectivas de estudos sobre esse mesmo sujeito, desenvolvidas a partir das ciências sociais e humanas, trazendo à tona lacunas, ao mesmo tempo em que valida a contribuição das abordagens mais sociológicas e propõe uma interseção. É assim que Jodelet aponta a necessidade de trabalhar com a noção de "subjetivação" em pesquisas que considerem a subjetividade, sem perder a dimensão social no estudo das representações. Esse debate é propositivo e vem ao encontro do que estamos apresentando acerca da perspectiva do sujeito em Gramsci, que, pela natureza política e social que são marcantes nas suas abordagens, parece, a princípio, neutralizar o sujeito/indivíduo.

Jodelet (2015) apresenta um campo aberto para se pensar o sujeito nas representações sociais, propondo o "retorno do sujeito" (JODELET, 2009), sem, contudo, descontextualizá-lo das correntes da psicologia social que o associam mais diretamente às dimensões sociais em diferentes contextos.

Diz Jodelet (2015, p. 321),

> Quando se trabalha sobre representações sociais com a preocupação de compreender e de intervir (JODELET, 2007) em diversos campos de prática (educação, saúde, política, etc.), forçosamente se deve pensar em termos que considerem as particularidades que afetam os indivíduos que intervêm como sujeitos "pensantes e agentes", para retomar uma expressão consagrada hoje nas ciências sociais.

Essa preocupação com o resgate do sujeito vem da sua constatação de que algumas abordagens apresentam os processos de formação das representações e não esclarecem a parte que se refere à participação da subjetividade. A autora ressalta que alguns modelos mostram o caráter social das representações sociais, relacionando-as seja aos "sistemas de normas ligados a uma inscrição social que determina as posições individuais, seja à agregação de elementos que formam a estrutura subjacente às respostas individuais" (JODELET, p. 322), evidenciando que, em todos esses casos, o social se refere, sobretudo, a grupos particulares aos quais os indivíduos pertencem. A limitação dessas abordagens diz respeito à negligência com dois fatores que estão em jogo no processo de subjetivação.

Nesse sentido, Jodelet (2015, p. 322) ainda esclarece:

> Se esses modelos permitem entender a influência do pertencimento social e dos quadros ideais e ideológicos que ela fornece sobre os processos cognitivos, eles negligenciam o jogo dos dois estratos decisivos no processo de subjetivação. De um lado, os contextos particulares que orientam a ação e formam subjetividades locais; de outro, o sistema das instâncias políticas, das relações de produção, das relações de sentido e de poder, impondo, ao longo do tempo, "tipos históricos de individualidade" (FOUCAULT, 2001a, 2001b). Esse sistema participa da cultura na qual somos formados e à qual aderimos com uma "ligação apaixonada" (BUTLER, 2002).

Essa perspectiva que se abre para a delimitação do sujeito das representações sociais a partir dos estudos de Jodelet, parece criar mais espaços de aproximação do lugar do sujeito de Gramsci, com perspectivas não abordadas anteriormente por Moscovici dentro da teoria das representações sociais. Esse viés com maior aderência a significantes como "instâncias políticas" e "tipos históricos de individualidade" na constituição da subjetividade, referenciadas pela estudiosa, também amplia a legitimação dessa constatação.

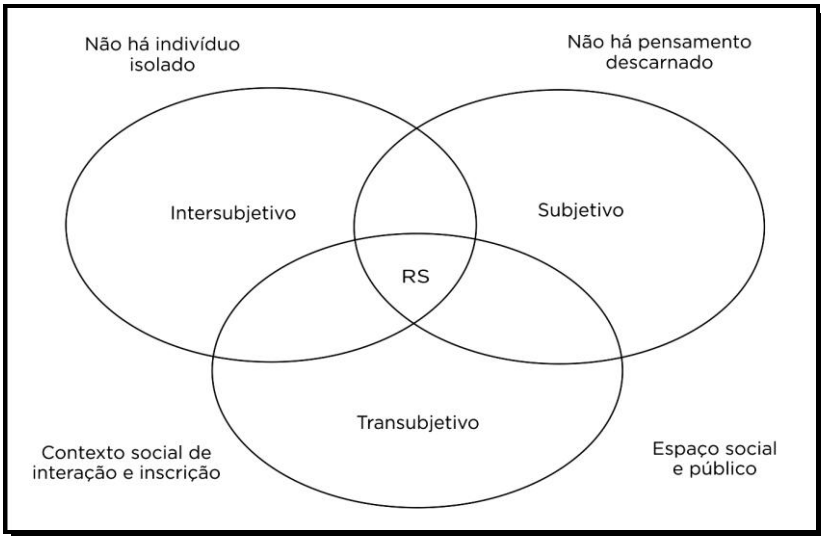
Jodelet (2015), ainda salienta a ausência, nessas abordagens, do lugar de componentes vitais do sujeito: a sua corporalidade e de sua vida emocional. Hoje, segundo ela, "o corpo é explicitamente tratado nos modelos de "incorporação" (*embodiment*) como o meio que permite situar socialmente o conhecimento" (JODELET, 2015, p. 322). Ressaltamos a alusão que fizemos a esse aspecto da condição do corpo em Gramsci (2005), associado às suas condições emocionais, por ele mesmo apresentadas na carta do cárcere dirigida à cunhada Tania. Esses elementos certamente demarcam processos de incorporação de saberes e estão presentes na constituição da subjetividade. Nesse sentido, a autora sinaliza a necessidade da consideração desses significantes para se pensar sobre a subjetividade associada à incorporação dos saberes do senso comum.

Segundo Jodelet (2015, p. 322),

> Assim, a consideração do corpo e das emoções vai se tornar uma chave para pensar completamente a subjetividade e sua relação com o mundo. A partir de agora, quando estudarmos a produção das significações e dos saberes de senso comum, deveremos percorrer "a cartografia dos territórios existenciais – implicando universos sensíveis, cognitivos, afetivos, estéticos, etc (...)".

A partir das perspectivas que integram as diferentes dimensões e esferas de pertença das representações sociais, Jodelet (2009) criou um quadro ilustrativo para dar visibilidade ao cenário de estudos sobre o sujeito e consideramos relevante reproduzi-lo a fim de situarmos o sujeito das representações sociais abordado, assim como, situarmos a perspectiva gramsciana a partir do cenário apresentado.

QUADRO 7 - AS ESFERAS DE PERTENÇA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS



Fonte: Jodelet (2009, p. 695).

Jodelet (2015) explica o quadro esquemático da seguinte forma:

> Nele estão reunidos os processos pelos quais o sujeito social e socializado, localmente situado em contextos concretos de vida e de trabalho, se apropria das representações que circulam no espaço comum e contribui para sua elaboração. A esfera da subjetividade se reporta à experiência vivida engajando o corpo, a sensibilidade e as emoções, ao lado dos saberes adquiridos ou construídos. Ela coloca em jogo processos psíquicos e identitários cuja compreensão apela às contribuições da psicologia e da psicanálise. Esse capital privado pode influir na produção representacional socialmente informada. (JODELET, 2015, p. 323)

Nesse sentido, a estudiosa dá visibilidade novamente ao que propôs na sua abordagem sobre "o retorno do sujeito" (2009) e situa as condições de subjetividade e de subjetivação em

cenários diversos onde as interações e práticas sociais acontecem, circulam saberes do senso comum e são elaboradas as representações sociais.

Para maior visibilidade das suas ideias, numeramos as esferas a fim de situar os lugares que o sujeito ocupa nas abordagens e estudos da teoria das representações sociais contemporâneas. Construímos esse cenário a partir das análises apresentadas pela própria autora.

1. Esfera da subjetividade – se refere "à experiência vivida engajando o corpo, a sensibilidade e as emoções, ao lado dos saberes adquiridos ou construídos." (JODELET, 2015, p. 323). Essa esfera traz para o cenário os processos psíquicos e identitários e a sua compreensão recorre às contribuições da psicologia e da psicanálise (JODELET, 2015). Esse viés privado ou pessoal pode influir na produção representacional socialmente informada.

2. Esfera da intersubjetividade – se refere "às trocas e às interações pelo viés das quais se forjam, no consenso ou no dissenso, representações compartilhadas nos grupos definidos" (JODELET, 2015, p. 323-324). Corresponde ao modelo mais comum; é adotado pela maioria dos enfoques e abordagens nas pesquisas em representações sociais e é também o modelo que a psicologia propõe para tratar dos processos sociocognitivos.

3. Esfera da transubjetividade – é uma esfera pouco conceituada até hoje fora dos estudos da sociologia. Refere-se "a elementos reguladores das visões de mundo, das ideias e dos conhecimentos, dos valores, das condutas que os indivíduos e os grupos têm em comum em razão de sua implicação em uma mesma situação material ou de uma mesma condição social" (JODELET, 2015, p. 324). Os elementos dessa esfera estão localizados no espaço público ou social e "provêm de diferentes fontes (desde a comunicação midiática até os valores e normas culturais, passando pelas imposições ligadas aos âmbitos institucionais, ideológicos, às relações de poder, etc.)" (JODELET, 2015, p. 324). Nesse sentido, esses elementos são apreendidos pelos indivíduos conforme o modo de adesão ou de imposição. "Atravessando os outros níveis de elaboração representativa, eles constituem o pano de fundo das representações compartilhadas que permitem a intercom-preensão (SEARLE, 1979)". (JODELET, 2015, p. 324). Para a análise dessa esfera, a autora sugere os aportes das ciências e da filosofia sociais.

A partir dessas perspectivas, a autora lança o olhar para o ponto de interseção entre as esferas, conforme o quadro, e propõe que os três níveis sejam considerados nos estudos das representações sociais: subjetivo, inter e transubjetivo. Ou seja, numa perspectiva interdisciplinar.

Jodelet (2015, p. 324) afirma:

> Um vasto programa! Mas que deve ser afrontado em vista da complexidade dos fenômenos representativos. As representações sociais que nós estudamos nos meios concretos, onde os indivíduos desenvolvem sua atividade diária, se acham na intersecção dos processos que marcam cada um dos níveis. Não se pode deixar de decifrar sua natureza e seu intricado. (...) Principalmente quando estas concedem um lugar importante às representações na constituição e na transformação do social.

Com essa sinalização, algumas considerações acerca do sujeito na obra de Gramsci vêm à tona. Nesse sentido, quando consideramos o viés sócio-histórico e político presente na teoria gramsciana, o mais (re)conhecido no meio acadêmico, situamos o sujeito de Gramsci na esfera 3, a da transubjetividade. Ora, os supostos conflitos e desconfiança epistemológicos acerca do significante "sujeito" gramsciano por parte da teoria das representações sociais de Moscovici, são diluídos, na medida em que Jodelet reconhece e legitima esse mesmo sujeito nos estudos desenvolvidos a partir dessa perspectiva no campo social, embora ainda com pouca exploração nesse sentido. E, mesmo com limitações quando, a esfera 3, sozinha, promove a invisibilidade da subjetividade (1) e, em alguns casos, da intersubjetividade (2), traz e tem contribuições para o alargamento da teoria, conforme também aponta Jodelet (2015).

Além disso, considerando a delimitação do sujeito na obra de Gramsci aqui apresentada, podemos situá-lo também nas esferas 1 e 2 (subjetividade e intersubjetividade). "A experiência vivida engajando o corpo, a sensibilidade e as emoções" (JODELET, 2015) do autor, além do lugar do sujeito da razão e dos afetos claramente apresentado em sua obra, associados às trocas e às interações conflitantes que formam representações compartilhadas nos grupos de pertença, a partir do viés sujeito – alter – objeto, nos permitem situá-lo também nesses lugares. Nesse sentido, parece que o sujeito gramsciano traz, na sua própria constituição, um caráter interdisciplinar, conforme sugere Jodelet, quando amplia a complexidade do sujeito das representações sociais, e, por isso mesmo, a contextualização e abrangência da sua obra têm um reconhecido largo alcance.

Moscovici, apesar de delinear claramente o sujeito da sua obra (esferas 1 e 2), principalmente o sujeito da esfera 2 (intersubjetividade), admitia e tinha interesse na

atualização da teoria das representações sociais. Em diferentes ocasiões, afirmou o viés interdisciplinar da sua obra, a exemplo do momento onde esclarece a dificuldade de apreensão do conceito das representações sociais, aqui reapresentado.

Segundo Moscovici (2012, p. 39),

> As razões não históricas se reduzem a uma única: a posição "mista", no cruzamento de uma série de conceitos sociológicos e de uma série de conceitos psicológicos. É nesse cruzamento que temos de nos situar. De alguma forma, a perspectiva é professoral, mas é também uma forma de colocar em evidência o glorioso passado do conceito, de atualizá-lo e compreender a especificidade. (MOSCOVICI, 2012, p. 39)

Apesar desse cenário de convite ao novo, a especificidade do estudioso em demarcar o lugar do sujeito na esfera 2 (inter), presente na teoria das representações sociais desde a sua criação na tese de doutorado, é constantemente reafirmada em seus escritos. A esfera 3 (transubjetividade) não aparece claramente, mas foi explorada em seus estudos e abordagens através da *teoria da inovação* ou *teoria da mudança social*; estudos que, segundo o autor, "pertencem a diferentes campos da psicologia social, respondem a diferentes questões e se relacionam a áreas distintas de minha experiência de vida. Eu não apenas pertenci a uma minoria discriminada, também criei um movimento de minoria." (MOSCOVICI, 2005, p. 349).

A teoria da inovação[19], como Moscovici (2005) preferiu chamar, foi lançada no Brasil em 2011, através da obra intitulada *Psicologia das Minorias Ativas* e apresenta os seus pressupostos; através desse estudo é possível estabelecer a ligação com a teoria das representações sociais e, assim, nos aproximamos de um autor onde o sujeito histórico e político (esfera 3) se manifesta a partir das práticas sociais mediadas pelo senso comum.

Durante a entrevista com Marková, Moscovici (2005) explica o que significa a "minoria" na teoria da inovação:

> Basicamente, as minorias são consideradas como existindo na fronteira social, ou mesmo fora dela. A situação de uma minoria é a situação de um grupo ao qual foi negada autonomia e responsabilidade, que não tem a confiança, nem é reconhecido por outros grupos, tanto porque ele é dominado, ou devido a sua condição dissidente, herética, etc. Tal grupo não se reconhece nos sistemas existentes de poder, crença e não representa tal sistema para ninguém. A fim de fornecer um sistema diferente de crenças, de obter poder ou se tornar um modelo para outros, tal grupo tem de ser capaz de influenciar os outros, mudando sua maneira de ver e/ou agir, até que chegue ao ponto de se tornar uma maioria. As minorias não são os únicos

[19] O sentido da "inovação" é atribuído à mudança, conforme também é usada a outra nomenclatura da teoria. Embora entendamos que a "teoria da mudança social" vai ao encontro do que defendemos nesta tese, usaremos a "teoria da inovação social" em respeito à preferência do autor.

> inovadores, porém, elas se mostraram, muitas vezes, como os principais agentes de inovação na arte, ciência, política e assim por diante. (MOSCOVICI, 2005, p. 349)

A teoria gramsciana perpassa essa abordagem moscoviciana sobre as minorias, em várias dimensões. Nela, podemos situar categorias como: conflito, dominação, luta, hegemonia, contra-hegemonia, consenso. A proximidade desse sujeito histórico e político de Moscovici, articulado com as questões do campo social, aparece mais ainda quando o autor afirma:

> O fenômeno é amplamente descrito na antropologia, economia, história, e assim por diante (...). As minorias são definidas de acordo com situações históricas e modelos culturais. (...) Em primeiro lugar, o conhecimento como concebo aqui, é um processo de luta e persuasão no curso da história humana, não um processo de aprendizagem realizado pela pessoa singular, que se supõe adquirir conhecimento, através da informação privada. (MOSCOVICI, 2005, p. 356).

A alusão ao distanciamento da "pessoa singular" e da "informação privada" dá visibilidade aos conflitos próprios da inserção do sujeito nos espaços públicos, assim como aos tensionamentos característicos da formação das representações sociais, ou seja, o conhecimento, na teoria da inovação, é um conhecimento comum e é atrelado à comunicação, também comum, que circula dentro dos grupos sociais, integrando, portanto, o conhecimento do senso comum partilhado. Dessa forma, gerado o conflito, cria-se uma predisposição para a mudança, a inovação, através da influência social. Nessa situação de conflito, Moscovici (2011) evidencia que, mesmo apresentando resistência à mudança, a maioria é induzida a ser mais tolerante com o que antes era considerado excluído ou proibido. Consideramos que essa perspectiva da maioria *ser mais tolerante*, é um ponto de distanciamento da teoria gramsciana. Em Gramsci, a perspectiva é a de mudança de um bloco de poder por um novo bloco histórico, não somente de tolerância de um grupo dominante para com os excluídos. Mas, apesar dessa possibilidade de "tolerância" também presente na teoria da inovação, ela não caracteriza o seu maior objetivo.

Assim, o processo de influência social é um lugar de mobilização e ação das minorias ativas, onde grupos dissidentes e excluídos tencionam saberes e práticas hegemônicas presentes no social. O poder das minorias está, por um lado, na definição de uma pauta de luta, na construção de um espaço de participação, representação e negociação; por outro, em sua capacidade de influência social, um processo dinâmico que depende de estilos de comportamentos, ou seja, de ações que dialoguem socialmente e manifestem conflitos

percebidos. Os estilos de comportamento compõem uma dimensão ativista, uma esfera prática das representações sociais, isto é, as representações em ação.

Ainda na entrevista com Marková (2005), quando ela propõe que é o "estilo comportamental" que liga diretamente a teoria da inovação com a teoria das representações sociais, Moscovici (2005, p. 361) responde:

> Sim (...). Desse modo, estilos comportamentais provêm do estudo das representações sociais; subjacentes a isso tudo, nós temos representações de intenção, de comportamento, de regras de comportamento, etc. e você pode dizer que isso resulta em representação. Se não tivermos a mesma representação, então o estilo comportamental não tem efeito.

Dessa forma, é do conflito entre o antigo e o novo, através da tensão entre maioria *X* minoria, que emergem possibilidades de modificações na forma de representar os objetos. Diante disso, é possível afirmar que a teoria da inovação social, elaborada por Moscovici é, em si, uma inovação social, na medida em que seus pressupostos vão ao encontro da perspectiva de se considerar o sujeito também a partir da transubjetividade (esfera 3), conforme esclareceu Jodelet (2009). A teoria da inovação certamente traz os fundamentos originários da nova perspectiva, sugerida por Jodelet, de se conceber esse lugar do sujeito nas investigações em representações sociais. Podemos afirmar então, que o sujeito, na abordagem moscoviciana, também está relacionado com as relações sociais mais ampliadas e complexas que perpassam as suas práticas cotidianas, muito além das meras interações presentes em outras perspectivas.

Consideramos relevante registrar aqui, o encontro que tivemos com Denise Jodelet na sua última passagem pelo Brasil, outubro de 2016, em Salvador – Bahia, para proferir conferência em um evento sobre representações sociais, promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise, Educação e representações sociais (Geppe-rs) do qual fazemos parte. Na oportunidade, mediada pela interferência da nossa orientadora, a estudiosa gentilmente leu a nossa tese, ainda que em fase de construção. Durante a escuta das suas relevantes considerações, o seu maior questionamento dizia respeito a um possível conflito epistemológico ancorado, inicialmente, na associação entre o Gramsci "comunista" e o Moscovici, um estudioso do campo da psicologia social; a mesma associação que comumente acontece no meio científico. Na oportunidade, após nossas considerações, Jodelet acentuou que não leu Gramsci, confirmou a leitura feita por Moscovici, e, entre outras coisas, socializamos o nosso propósito de trazer à tona o "sujeito político" de Moscovici, considerando que, para o sujeito da "psicologia social" em Gramsci, já tínhamos elementos

teóricos para a construção. Socializamos também a intenção de evidenciar essa dimensão a partir do livro *A Psicologia das Minorias Ativas* (2011) e ouvimos de Jodelet sobre a aderência da teoria da inovação como um complemento à teoria das representações sociais. Além disso, a estudiosa ressaltou o enfoque no senso comum das duas teorias como norteadora do lugar que o sujeito ocupa. Na oportunidade, Jodelet se prontificou a nos enviar um material via email, ainda que escrito em francês, para ajudar nessa construção. Recebemos a indicação do material para leitura, e, entre a surpresa e a serenidade, constatamos que era o livro "Psychologie des Minorités Actives", de Serge Moscovici, na versão francesa. Ora, estava legitimado o encaminhamento que nos propusemos construir a partir desse viés. O sujeito político de Moscovici estava referendado.

Portanto, a fecundidade da teoria da inovação, associada à teoria das representações sociais, está no fato de também associar-se à teoria gramsciana, como possibilidade criativa e dialógica, diminuindo supostas dicotomias aparentemente cimentadas. O caráter revolucionário, subversivo e inspirador de lutas, está intimamente ligado à produção e reabsorção de conflitos, na implementação de contradições, muitas vezes silenciadas pelas maiorias dominantes, que fazem surgir algo novo, contestador e porta voz de mudança de atitudes. Essa é a base da teoria da inovação de Moscovici, mas parece que estamos lendo características da teoria gramsciana. Isso nos faz lembrar, mais uma vez, de Gramsci (1999), quando ele afirmava que não é apenas a existência do homem que determina o que ele será, mas as suas ações.

Estende-se essa realidade ao próprio lugar onde nos anunciamos enquanto sujeitos pesquisadores e pesquisadoras no campo das representações sociais. Há muito que aprender no campo teórico e metodológico nessa perspectiva da interseção das três esferas, examinando e questionando as nossas próprias crenças e posições que orientam o nosso olhar.

Jodelet (2015) sinaliza alguns desses lugares do sujeito a partir da interseção das esferas (subjetivo, intersubjetivo e transubjetivo) analisadas e, nos parece, há indicações de desafio e convite para esse movimento. A autora salienta:

> Dois níveis (o subjetivo e o transubjetivo) merecem um esforço de reflexão particular e a elaboração de instrumentos conceituais e metodológicos adaptados. Essa iniciativa deve ser conduzida sem tardar, já que é evidente que, para abordar os problemas sensíveis de nosso mundo contemporâneo, o estudo das representações sociais deve se armar de perspectivas mais amplas. (JODELET, 2015, p. 325)

Por fim, gostaríamos ainda de, à guisa da (in)conclusão desse debate, registrar o final do diálogo que tivemos com a estudiosa, antes das despedidas e agradecimentos. Na

oportunidade, ela reafirmou enfaticamente: “Mas lembre-se, Moscovici não era comunista!”. Eu, prontamente respondi: Não, ele era gramsciano! Sorrimos sonoramente juntas.

A obra de Gramsci é muito maior do que o Partido Comunista em várias dimensões, porque aprofundou conceitos, criou concepções teóricas relevantes que marcaram uma época e se mantém atuais até hoje. Além disso, é também uma obra grandiosa, para além de um partido, quando constitui o conceito de um sujeito inteiro, não dividido, aposta na perspectiva social, propõe e convida homens e mulheres para assumirem os lugares de atores sociais, capazes de promover espaços de luta e emancipação.

CADERNO ESPECIAL IV

LUGAR E POSIÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA PRÁXIS PEDAGÓGICA SOB A PERSPECTIVA DE GRAMSCI E MOSCOVICI

"Todos os homens são intelectuais" (GRAMSCI, 2001, p. 18)

Esta frase de Gramsci, presente no Caderno 12, é central nessa discussão que busca fundamentar o diálogo teórico entre Gramsci e Moscovici para mediar uma reflexão sobre a educação contemporânea alinhada com os princípios da práxis. Por entendermos o ato educativo como um ato político, não neutro, produzimos a discussão e a reflexão considerando um dos espaços educativos onde acontece a formação de atores sociais, proativos, para atuarem em seus grupos de pertença: a escola. Nesse sentido, tomamos como referência a teoria gramsciana considerando que, em seu acervo, ela discute diretamente a educação, assim como o lugar da escola. A partir disso, trazemos também para o debate a teoria de Moscovici. Embora este autor não tenha dedicado um espaço de reflexão diretamente sobre a educação em sua obra, é nesse campo que a teoria das representações sociais encontra maior aderência entre pesquisadores; isso contribui sistematicamente para a sua divulgação e ampliação, dada a fecundidade dos seus resultados para se pensar os processos educativos e a realidade educacional em diferentes esferas e dimensões. Além disso, as ramificações de algumas categorias que dão sustentação à teoria das representações sociais, aparecem naturalmente nas abordagens que fazemos, considerando as aproximações teóricas entre os dois autores. Consideramos relevante, também, registrar como a pesquisa em representações sociais, através dos seus resultados, pode fornecer subsídios para a construção de propostas educativas comprometidas com práticas emancipatórias, inclusivas e contestadoras, conforme propõe a teoria gramsciana.

4.1. TODOS OS HOMENS SÃO INTELECTUAIS, TODOS OS HOMENS SÃO FILÓSOFOS

Além da afirmação de que "todos os homens são intelectuais" (GRAMSCI, ibidem), Gramsci também afirma: "todos os homens são filósofos." (GRAMSCI, 2001, p. 93). Assim,

é relevante lembrar, nessa abordagem do autor, que a adjetivação “filósofos” alcança até mesmo as pessoas que não exercem na sociedade a função específica de filósofos ou intelectuais. Para ele, na linguagem, no senso comum, na religião, está viva a chama da filosofia, entendida como “concepção do mundo”. Nessa perspectiva, ela é diferente daquela praticada pelos filósofos profissionais, embora tal diversidade não signifique separação. Para Gramsci (2001), o diferente é complementar ao igual e vice-versa, não há oposição intransponível. A contradição e o conflito estão no centro também dessa possibilidade.

Nessa perspectiva, não existe uma história da filosofia dos “filósofos” separada de uma história civil, de homens e mulheres. Ela é sempre mais ampla; abrange concepções do mundo e envolvem a filosofia dos não filósofos, dos “subalternos” que vivem “à margem da história”, dos invisibilizados, também das “minorias” presentes na obra de Moscovici (2011), através da sua abordagem na teoria da inovação.

Além disso, para Gramsci (2001), o trabalho intelectual é diferente do trabalho manual, mas não separado um do outro, levando em consideração que “em qualquer trabalho físico, mesmo o mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora.” (GRAMSCI, 2001, p. 18). A importância dessa constatação está no potencial qualitativo, não quantitativo.

Nesse sentido, o senso comum perpassa todo esse cenário, na medida em que há um dimensionamento valorativo dos saberes que estão fora ao que o autor chama de “filosofia”, ou conhecimento mais elaborado, ou ainda, conhecimento científico. Os “não filósofos” são aqueles homens e mulheres que se constituem nas práticas sociais cotidianas, que possuem suas próprias trajetórias de vida, suas visões de mundo, construídas a partir das interações e lutas, cujos saberes não são desprestigiados nessa dinâmica apresentada.

É importante destacar, também, o diálogo proposto pelo autor entre essas diferenças. Não são campos meramente opostos, separados, distantes e intransponíveis, por isso mesmo há possibilidades de reconstruções e complementações.

Assim, nesse cenário posto, passamos para a contextualização da realidade e práticas sociais dos sujeitos contemporâneos e ao lugar da educação nesse contexto.

4.2. EDUCAÇÃO E PRÁXIS PEDAGÓGICA NA ESCOLA

Vivenciamos um período de culminância, ascensão e ao mesmo tempo de questionamentos a modelos culturais de várias ordens. Esta dinâmica é provocada e inserida na sociedade de massa, no meio social, para cujas involuções, e mesmo perversões, Gramsci

(1910-1926) já tinha nos chamado a atenção. Mas, foi também em meio às dinâmicas efervescentes no início do séc. XX, através da atenção com os modelos das relações sociais emergentes de resistências, onde o autor já reconhecia e vislumbrava a grande potencialidade que poderia se desenhar no horizonte viável e com aderência à ideia de uma sociedade mais justa para ser construída.

Nesse sentido, poderíamos afirmar que esse processo histórico atual de tantos confrontamentos ideológicos registrados no Brasil, com sua dinâmica própria e muitas vezes surpreendente no sentido de como e onde são constituídos os conflitos e contradições constantes, caracteriza também a "morte daquela filosofia" separada e fragmentada entre os "filósofos" e os "não filósofos". Ou seja, a passagem de uma filosofia prerrogativa dos filósofos profissionais, para outra, onde se passa a considerar os modos que uma teoria e uma prática mais amplas do "fazer filosofia" podem contribuir, de forma indispensável, para promover uma luta hegemônica que tende a realizar politicamente "um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos de intelectuais." (GRAMSCI, 2001, p. 103).

Assim, tomando o ponto de vista de Gramsci como inspiração, entendemos que uma concepção ampliada de filosofia – a "filosofia da práxis"[20] – encontra ou pode encontrar, em épocas contemporâneas, um lugar mais indicado para ajudar a construir organicamente essa união através do trabalho da escola.

A afirmação de Gramsci "todos os homens são filósofos", nos faz pensar sobre o fecundo encontro entre a teoria de Moscovici e a teoria gramsciana, ilustrando a valorização do senso comum que está aí implicada, e em cujo plano de fundo encontramos as relações sociais, a dinâmica social onde os sujeitos interagem e são atores. A partir disso, acentuamos a escola como um espaço micro onde essas dinâmicas encontram ressonâncias, a fim de nos ajudar a pensar sobre as formas orgânicas e práticas pelas quais as referidas teorias podem enriquecer perspectivas de projetos educativos comprometidos com a emancipação, a partir do encontro e diálogo entre os saberes de diferentes atores sociais que a escola pode promover.

Sobre a fecundidade da escola como espaço político a partir dos modos de produção cultural que lhe dão sustentação, Baratta (2010), afirma:

[20] A filosofia da práxis, segundo apontamentos de Gramsci (1999), tem como base a elevação da condição cultural dos grupos sociais e dos sujeitos. A práxis, entendida como a unidade dialética entre teoria e prática, não é um ato meramente mecânico, mas sim o construto do devir histórico. Esse devir histórico necessita ser também entendido, na lógica do sujeito, como a expressão da coletividade, com ações transformadoras de si e dos outros, cujas relações são de natureza social e política.

> Há um nível de vida, um âmbito da sociedade civil, em que o encontro entre intelectuais e simples (a começar pelas crianças) é a realidade cotidiana: a escola. É na escola que tem sua raiz aquilo que chamamos de "modo de produção cultural", com todas as suas contradições, potencialidades e perspectivas, tanto positivas como negativas. Desse ponto de vista, não surpreende a insistência de Gramsci sobre problemas também técnicos e sobre as necessidades de reforma da instituição educacional, nem aquilo que pode parecer desenvoltura de sua parte, ao fazer aflorar questões escolares em relação a centros nevrálgicos e vitais da "filosofia da práxis", como da relação entre filosofia e política. (BARATTA, 2010, p. 44).

Nessa perspectiva, consideramos que na escola circulam "filósofos" profissionais ou intelectuais "mais elevados", aqui apresentados como os professores, ou os "professores como intelectuais" (GIROUX, 1997). Circulam ainda outros sujeitos que também compõem a escola, mas culturalmente seus saberes estão no lugar de desprestígio, é a "não filosofia" dos grupos geralmente excluídos, invisibilizados, minoritários. Podemos situar os saberes destes grupos como o conhecimento do senso comum. Esse lugar seria o de alunos e alunas, além de demais atores sociais que também compõem a escola e se encaixam culturalmente nesse perfil.

Ora, tanto para a filosofia da práxis de Gramsci (1999), quanto para a teoria da inovação, de Moscovici (2011), essa relação que envolve os saberes diferentes dos sujeitos necessita ser reorganizada a fim de se construir aproximações e outras formas de resultados que se materializam através da formação de outros consensos e, portanto, dinamizam a produção de novas representações sociais mais inclusivas, ou da ação que representa, na teoria gramsciana, a contra-hegemonia e favorece a formação da resistência e surgimento de um outro tipo de hegemonia ou de um novo bloco histórico.

Portanto, reafirmamos, o espaço escolar é, na sua própria constituição, um lugar estratégico para se pensar numa educação que possa contribuir com a formação de sujeitos políticos, comprometidos com a emancipação dos grupos sociais.

4.2.1. Professores e professoras: para quê e para quem?

Retomamos a frase – "todos os homens são filósofos" – a fim de situá-la à luz daquela que Gramsci (1999) considerava a primeira e principal pergunta da filosofia: "o que é o homem?". O autor a traduz imediatamente para o sentido que ela tem na filosofia da práxis, isto é: "o que é que o homem pode se tornar?" (GRAMSCI, 1999, p. 412). Acrescentamos: como a escola pode contribuir com esse "tornar-se"? E mais ainda: qual o lugar dos professores e professoras, enquanto intelectuais profissionais, nesse cenário?

Assim, partimos, a princípio, da "filosofia espontânea", difusa entre toda a humanidade, apreendida na consciência e subjetivamente, mas também na perspectiva de que tal filosofia espontânea precisa ser elevada e "educada". Isso não tanto ou apenas por amor à cultura universal acumulada, mas, sobretudo, porque nessa filosofia espontânea ou irrefletida operam também preconceitos e ancoramentos tradicionais que se opõem à aquisição da "autonomia" de julgamento e da ação dos sujeitos considerados "subalternos", devido à posição que ocupam na dinâmica da escola.

É importante distinguir a crítica a um "senso comum" difuso, que não é, porém, o senso comum dos "simples", como os designa Gramsci (1999) e Moscovici (2012), mas sim o senso comum que representa também ideologias difundidas entre e por intelectuais dentro da escola e na sociedade civil. Ou seja, o tipo de intelectual que atua na escola e o seu compromisso com o saber partilhado. Qual intelectual? Comprometido com o quê e com quem? Portanto, a nossa atenção se volta aqui para a posição dos intelectuais professores, atores no processo educativo, e as suas formas de exercer essa intelectualidade nos espaços escolares.

Para dar visibilidade à dinâmica da abordagem de Gramsci, na relação entre intelectuais (professores) e "não intelectuais" (alunos), convém considerar o exercício que ele costumava fazer para respaldar o seu pensamento, através do que escreveu no cárcere sobre a relação professor - aluno. Gramsci (1999) dizia que um prisioneiro é, ou é transformado em um subalterno. Assim, é admirável a presença em seus escritos nos Cadernos do Cárcere, da capacidade que o autor demonstra ter para colocar-se ao lado do ponto de vista e do viés conceitual dos subalternos, exercitando a tensão dialética com a sua qualidade de intelectual-educador.

Dessa forma, seu pensamento dinâmico é continuamente marcado por um vai e vem entre esses dois lugares dos sujeitos: o intelectual e o não intelectual, o educador e o educando. É também o intelectual que se deixa atingir pela energia intelectual dos não intelectuais; o educador que é educado pelos educandos, criando assim, elementos de um itinerário que necessita ainda ser mais bem percorrido, com um ponto de chegada onde se pode dizer, neste momento, que se apresenta como superação da oposição ou superação da separação entre intelectuais e não intelectuais, entre educadores e educandos, assim como entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, entre maiorias e minorias, etc.

É importante ressaltar aqui, que, desse exercício de superar a representação de oposição que geralmente ilustra a relação professor-aluno na escola contemporânea, e da qual

temos tantas experiências marcadas por narrativas preocupantes e tristes, fruto principalmente da dicotomia que foi potencializada entre Autoridade docente X discentes, em Gramsci, vislumbramos uma proposta de superação, a partir do exercício da transferência, ou seja, de se colocar no lugar do outro, geralmente o "não sujeito", o invisibilizado, pelas próprias condições do local de desprestígio do "não intelectual" que esse grupo normalmente já ocupa na escola, a fim de aprender com essa escuta.

O diálogo permanente entre esses dois grupos de sujeitos permeia essa ação de superação. Além disso, esse exercício de conhecer o outro sujeito, o que pensa, quais as suas percepções sobre coisas e realidades apreendidas em seus grupos de pertenças nas práticas sociais cotidianas, pode ser (re)conhecido com o produto das pesquisas em representações sociais, subsidiando esse intelectual, ou grupos de intelectuais, de dentro da escola, que busca(m) esse diálogo permanente.

Diz Gramsci (1999, p.399-400):

> Este problema pode e deve ser aproximado da colocação moderna da doutrina e da prática pedagógicas, segundo as quais a relação entre professor e aluno é uma relação ativa, de vinculações recíprocas, e que, portanto, todo professor é sempre aluno e todo aluno, professor. Mas a relação pedagógica não pode ser limitada as relações especificamente "escolares", através das quais as novas gerações entram em contato com as antigas e absorvem suas experiências e seus valores historicamente necessários, "amadurecendo" e desenvolvendo uma personalidade própria, histórica e culturalmente superior. Esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo individuo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército. Toda relação de "hegemonia" é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica, não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forcas que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais. (p. 399-400)

Assim, a escola que Gramsci (ibidem) tem em mente, cujo princípio moderno é o de que "todo professor é sempre aluno e todo aluno, professor[21]", evidencia o modelo de uma sociedade capaz de promover um processo de superação da oposição "entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos" e, até mesmo, conforme conclui Gramsci (1999), "entre vanguardas e corpos do exército." (p.400). Chegamos, assim, ao centro da sua proposta neste debate, cuja formulação pode parecer, e certamente é, surpreendente, embora aqui facilmente compreensível: "Toda relação de 'hegemonia' é necessariamente uma relação pedagógica."

[21] A expressão "todo", apesar de denotar um sentido de totalidade, é compreendida dentro do contexto histórico da escritura do autor. Reconhecemos, portanto, o caráter também simplista que esse termo alcança.

(GRAMSCI, 1999, p.400). Ou, também poderíamos dizer, trazendo a abordagem moscoviciana para a análise, "toda relação de '*consenso'* é necessariamente uma relação pedagógica".

Neste sentido, essa relação de hegemonia que se busca construir dentro dos grupos sociais, ou essa busca de consenso – ou seja, o ancoramento de representações sociais dentro dos grupos sociais, em Moscovici – envolve a relação dialógica e dialética entre os sujeitos envolvidos onde, dentre outros aspectos, o poder de persuasão presente na linguagem e argumento do interlocutor – a exemplo do professor –, para chegar até o sujeito, envolve questões fincadas nas dimensões individuais, sociais, culturais, políticas, etc., que necessitam ser consideradas para a mensagem ser apreendida, tal qual numa relação pedagógica fecunda que acontece dentro da escola.

Ou seja, a tarefa desafiadora para promover a socialização e disseminação de outra forma de ver, sentir e agir sobre o mundo, dentro da escola, a fim de criar outros consensos, ou outras representações sociais, para se alcançar a hegemonia a partir do espaço micro que a escola ilustra, ficaria a cargo principalmente dos intelectuais orgânicos, professores – sujeitos determinantes no processo de veiculação ideológica e ação.

Mas, para isso, o intelectual orgânico precisa estar ciente do seu papel dentro da escola, para além do intelectual tradicional, considerando que, segundo Gramsci (2001), os *intelectuais tradicionais* são aqueles que ficavam mumificados dentro de um mundo antiquado, permaneciam fechados em abstratos exercícios cerebrais, eruditos e enciclopédicos até, mas alheios às questões centrais da própria história. Fora do próprio tempo, os *intelectuais tradicionais* consideravam-se independentes, acima das classes e das mudanças do mundo, cultivavam uma aura de superioridade com seu saber livresco. A sua "neutralidade" e o seu distanciamento, na verdade, os tornavam incapazes de compreender o conjunto do sistema da produção e das lutas hegemônicas, onde fervia o jogo decisivo do poder econômico e político. Com isso, acabavam sendo excluídos não apenas dos avanços da ciência, mas também das transformações em curso na própria vida real. Não são poucos os intelectuais tradicionais que ainda ocupam os espaços da educação escolar, inclusive na universidade.

Os intelectuais "orgânicos", ao contrário, são os intelectuais que fazem parte de um organismo vivo e em expansão. Por isso, estão ao mesmo tempo conectados ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais mais avançadas que o seu grupo social

desenvolve para dirigir a sociedade. Organicamente e intencionalmente, a fim de defender e difundir as ideias do grupo ao qual está vinculado, o intelectual orgânico toma um partido.

Gramsci (1999, p. 399-400) amplia a visibilidade sobre esse intelectual orgânico vinculado às camadas sociais mais pobres e sobre a sua consciência de lugar:

> Daí ser possível dizer que a personalidade histórica de um filósofo individual é também dada pela relação ativa entre ele e o ambiente cultural que quer modificar, ambiente que reage sobre o filósofo e, obrigando-o a uma permanente autocrítica, funciona como "professor". Compreende-se assim por que uma das maiores reivindicações das modernas camadas intelectuais no campo político foi a da chamada "liberdade de pensamento e de expressão do pensamento (imprensa e associação)", já que só onde existe esta condição política se realiza a relação de professor-discípulo no sentido mais geral, acima mencionado; e, na realidade, só assim se realiza "historicamente" um novo tipo de filósofo, que se pode chamar de "filósofo democrático", isto *é,* do filósofo consciente de que a sua personalidade não se limita a sua individualidade física, mas é uma relação social ativa de modificação do ambiente cultural.

Nessa perspectiva, o autor parece chamar atenção para um desafio bem contemporâneo na educação brasileira, quando, atualmente, a educação escolar e o trabalho docente são ameaçados pela temerosa proposta que tramita no senado, apelidada de "Lei da mordaça", intitulada oficialmente de Projeto de Lei no Senado (*PLS)193/2016,* de autoria do senador Magno Malta (PR/ES), e cuja ementa propõe a inclusão, entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, do "Programa Escola sem Partido". O projeto prevê a "neutralidade" dos docentes diante de questões políticas, ideológicas e religiosas em sala de aula, com penas que incluem prisão, caso a lei não seja cumprida.

Com essa suposta "despolitização" da educação escolar, pretende-se barrar a ação dos intelectuais orgânicos comprometidos com a formação do pensamento crítico inclusivo que atua nas escolas. Isto é, propõe o silenciamento do trabalho docente, principalmente num cenário onde a origem do confronto ao grupo dominante, a partir da organização das resistências ao projeto que, de forma arbitrária, tomou o poder e golpeou a democracia do país, está saindo também de dentro da escola básica, através da luta e mobilização estudantil. Nesse sentido, o filósofo democrático, "consciente de que a sua personalidade não se limita a sua individualidade física, mas é uma relação social ativa de modificação do ambiente cultural" (GRAMSCI, 1999, p. 400), é antidemocraticamente ameaçado, considerando a sua condição política de existir e se manifestar.

Esta situação parece nos indicar que os refletores estão voltados para a atuação do professor, não como mero intelectual tradicional, mas o orgânico. Ora, ao mesmo tempo em

que representantes governamentais tentam oficializar a mordaça, essa tentativa legitima, também, nessas instâncias, a ameaça que o professor democrático representa para governos ditatoriais e o incômodo que o seu trabalho significa nesses cenários. Assim, o intelectual orgânico de Gramsci, comprometido com a ascensão das classes subalternas, trabalhadoras, atuando na escola como professor ou professora, assim como também indicou Paulo Freire (1982) na proposta da educação libertária, tem importância central em propostas comprometidas com a práxis pedagógica e a educação emancipadora.

Dessa forma, entendemos que são também os educadores e educadoras, organicamente ligados à classe trabalhadora, que, necessariamente, assumiriam esse compromisso de promover mudanças nas relações de poder que transitam no bojo da sociedade civil, e, mais especificamente, na atual dinâmica e organização educacional. É no trabalho coletivo, intencionalmente organizado, que as formas de resistências e as possíveis rupturas são potencializadas, principalmente quando as contradições se tornam férteis e encontram ressonâncias para a produção de um mais novo e mais justo projeto de difusão do conhecimento que emancipa e inclui.

Nessa perspectiva, os intelectuais orgânicos às classes populares caracterizam-se pela democratização do poder, pela expansão dos direitos, pela eliminação da violência e de enganos. Assim, ao desvendar as contradições na sociedade e ao socializar o poder, "os intelectuais populares, por um lado, subvertem a concepção de dominação, de autoritarismo e de burocratismo, e, por outro, criam uma nova concepção de política fundada sobre o conceito de hegemonia, de democracia, de 'dirigentes' de uma nova civilização.*"* (SEMERARO, 2003, p. 270-271)

Gramsci evidencia a mudança profunda dos intelectuais com as camadas populares, reconhecidas como sujeitos ativos, de "espírito criativo", porque promove a universalização da intelectualidade. Ou seja, o autor está convencido de que todos têm a capacidade de pensar e agir, de elaborar conhecimentos, de acumular experiência, de ter uma sensibilidade, um ponto de vista próprio. Nesse sentido, combatendo a noção abstrata, aristocrática e restrita de intelectual, foi que Gramsci afirmou: "Todos são intelectuais (...). Porque não existe atividade humana da qual se possa excluir alguma intervenção intelectual." (GRAMSCI, 2001, p. 104).

Lembramos, portanto, dos princípios daquela "escola desinteressada e formativa" de Gramsci (1999), como alternativa para a escola descomprometida com a formação integral, acrítica e reducionista, ou meramente (re)produtivista, "interessada" meramente na formação de técnicos. A escola "desinteressada" seria a do modelo da "escola única", que ajuda na

emancipação do sujeito. Nessa perspectiva, a escola única, segundo Gramsci (2001, p. 33), seria: "escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual."

Convém ressaltar que a "escola desinteressada" de Gramsci vai de encontro à recente aprovação da reforma do ensino médio proposta, também de forma arbitrária, através da Medida Provisória 746, pelo governo antidemocrático instaurado no Brasil. Onde, oficialmente, entre outras coisas, é reaberto o distanciamento de acesso a uma escola de formação integral para alunos e alunas; essa formação é condicionada ao seu pertencimento social, tal qual vigorava no país na década de 1990, ou seja: estudantes que irão ter acesso a um ensino propedêutico e aqueles que irão ter acesso a um ensino meramente técnico de baixa qualidade.

Ressaltamos ainda, nesse cenário, a formação política – a intervenção, a ação – como um desafio cotidiano para os professores e professoras, considerando a autoformação, a formação como agenda de políticas públicas para a formação docente e a formação de outros sujeitos no âmbito da escola; há a necessidade, também imediata, de que ela seja norteada pelos valores humanistas, associados à produção do conhecimento e da cultura historicamente acumulada. Os pressupostos produtivistas circulantes, onde comumente se vincula o papel da escola à mera recompensa econômica que ela poderá proporcionar, compromete o trabalho docente a agir em prol dessa desmistificação a partir de uma proposta pedagógica fundada nos princípios da práxis.

O enfraquecimento dos valores humanistas a partir da forte presença dos ideários racionalistas produtivistas nos currículos escolares – reforçados pelos professores que atuam meramente como intelectuais tecnicistas, tradicionais, ficcionais, etc, conforme nos alertou Semeraro (2006) –, além da disputa política instaurada no meio social brasileiro, ancorada em pressupostos que caracterizam o pensamento conservador se confrontando com as ideias progressistas, expostas publicamente, principalmente nas redes sociais, também trouxe à tona o que Marková (2015) chamou de "barbárie da reflexão", ao lembrar-se das consequências da "racionalização que conduz à separação de fatos e valores a que Moscovici se refere." (p. 89). A autora ainda ressalta que essa é "uma etapa histórica quando um ser humano, através da reflexão, começa a pensar apenas nos seus próprios interesses em detrimento dos interesses da comunidade." (MARKOVÁ, 2015, p. 89). É a "malícia premeditada". Nesse sentido, a organização escolar, fundada nos princípios da filosofia da práxis, torna-se urgente,

principalmente quando consideramos que seus fundamentos e valores podem confrontar os elementos que impulsionam a onda conservadora que parece ocupar cada vez mais espaço na sociedade brasileira, e traz consigo elementos que conspiram com a barbárie humana que julgávamos já superada.

Nesse sentido, suponhamos que o conhecimento do senso comum – perpassado pelos saberes populares, pelas crenças, por ideologias, etc. – tenha espaço de escuta garantido dentro da escola, e cujo espaço seja assegurado pelo professor, o intelectual orgânico. Dentre outras coisas, o professor (ou grupos de professores) considera o poder de persuasão que tem o senso comum orientando as escolhas e conduta desses sujeitos. Ou seja, aqueles saberes que o grupo de sujeitos (representado pelos alunos e alunas) traz para dentro da escola, elaborados nas suas práticas sociais cotidianas, são conteúdos para o diálogo, para o (re)conhecimento e são eles que irão para o centro do debate como fonte de tensões e conflitos com outros tipos de conhecimentos, a fim de provocar a produção de outras compreensões e percepções sobre o mundo e sobre as coisas, e, portanto, sejam elaboradas outras representações sociais dentro do grupo. Além disso, há de se considerar o bom senso que também povoa o senso comum, a sabedoria e a riqueza de proposições que também podem ser formativas e emancipatórias nesses encontros. Assim, essa escuta e esse diálogo podem ser esclarecedores, renovadores e propositivos para todos os envolvidos, integrantes da escola. Dessa forma, a práxis pedagógica ganha forma e proposição.

4.2.2. Pesquisa em representações sociais e educação e a educação para a práxis

Considerando a pesquisa em representações sociais como uma aliada nas aproximações com os saberes que povoam o pensamento comum, ou o senso comum, dos grupos sociais; além de reconhecermos neste campo de investigação as possibilidades de subsidiar os diálogos criativos e os conflitos necessários que podem provocar mudanças e subversões no meio social, torna-se necessário fazer o registro de algumas contribuições que esse campo de estudo pode trazer para se construir e consolidar um projeto de educação comprometido com a práxis pedagógica.

Assim, além da correspondência teórica entre os autores estudados, Gramsci e Moscovici, que aproximam também os fundamentos da escola desinteressada, ou a escola "única", compreendida como um lugar de formação de sujeitos críticos e esclarecidos, conforme propôs Gramsci (1999), passamos a elencar características da pesquisa em representações sociais que podem subsidiar pesquisadores e estudiosos que elegem a

educação comprometida com a emancipação humana como centro de interesse e investigação. Ressaltamos que esse campo de estudo pode trazer elementos e informações pontuais que aproximam investigadores dos modos próprios de ser e de pensar o mundo dos sujeitos colaboradores da pesquisa.

Desta forma, através das proposições abordadas anteriormente, onde construímos reflexões para se pensar uma educação escolar comprometida com a práxis pedagógica, elencamos algumas contribuições da pesquisa em representações sociais e educação que podem auxiliar no processo.

Assim, a pesquisa em representações sociais:

- ✓ Favorece o conhecimento básico para que se entenda como as pessoas comuns lidam com diferentes situações a partir do pensamento "leigo", ou o senso comum, que é aquele que surge também a partir da perspectiva popular. Permanadeli (2011) lembra que o conhecimento científico nas sociedades modernas ignorou itens como história, cultura, hábitos, práticas linguísticas e emoção. Para a teoria das representações sociais, esses elementos são fundamentais na construção da estrutura do pensamento popular, tanto quanto na construção do pensamento social.

- ✓ Ao estudar o senso comum, ou o conhecimento popular, nos aproximamos de um tipo de conhecimento que liga a sociedade, ou sujeitos, à sua cultura, sua linguagem, seu mundo familiar. Desse modo, no processo de investigação do senso comum, vêm à tona as produções, os saberes e valores comunicados entre os indivíduos de um mesmo grupo cultural ou entre grupos na sociedade. É na comunicação cotidiana entre os sujeitos, desses elementos identificados, que ocorre a apreensão de saberes e a significação daquilo que lhes afeta e, assim, os leva a compartilhar ideias e opiniões no meio social. Esses saberes chegam à escola através de todos os sujeitos que a integram, a exemplo dos professores e alunos.

- ✓ Mesmo ao se considerar que os estudantes de classes menos abastadas, inseridos na escola, pertencem a grupos sociais com identidade e cultura próximas, são vítimas de processos de exclusão similares, e se veem, por diferentes dinâmicas, instigados a estar na escola para prosseguir na busca de uma existência digna, ou seja, têm perfis aproximados, entretanto, é necessário

salientar, que é por meio das representações sociais partilhadas entre esses sujeitos que eles constroem percepções sobre diversos objetos relacionados com o contexto escolar (instituição, professores, alunos, famílias, por exemplo), e assumem comportamentos dentro da escola nem sempre fundados no valor que lhes atribuem, mas no lugar que ali ocupam.

- ✓ Para ser considerada ou elaborada uma representação social, um fenômeno precisa "provocar", "ameaçar" os grupos em seu cotidiano, tornando-se objeto de interesse daquele público no momento em que provoca tensões e exige posicionamentos e ações. O processo educativo pode, através, por exemplo, do trabalho dos professores como intelectuais orgânicos, gerar inquietações e, em determinado momento, tensões entre o saber consensual identificado dentro do grupo e o saber reificado (científico) da escola, instigando questionamentos e ajudando na produção de novas/outras representações. Assim, para caracterizar esse tensionamento de saberes dentro da escola, há necessidade de, antes, se conhecer as representações sociais dos sujeitos, sobre algo ou alguém, para serem posteriormente conflitadas.

- ✓ Considera que a escola é um lugar onde podem ser observados os fenômenos de representações sociais sob a perspectiva de vários sujeitos associados a diferentes objetos próprios do processo educativo: professores, alunos, diretores, coordenadores e outros membros da equipe escolar. A família constitui outro elemento não menos importante da instituição escolar, e as suas crenças e valores podem igualmente contribuir para melhor entender as formas de relações e organizações da educação no contexto micro que a escola ocupa. Nesse sentido, não se pode desconsiderar também o Estado, representado pelo corpo político (presidente, governador, prefeito, entre outros) e técnico, responsável pelas políticas educacionais que, conforme apontam pesquisas no campo das representações sociais já desenvolvidas nesse sentido (ALMEIDA, 2013), além do que a realidade cotidiana tem revelado, mostram sérias dificuldades de proposição de políticas que garantam à escola, as prerrogativas democráticas e o direito à educação de qualidade para alunos e alunas que têm histórias e realidades de exclusão de várias ordens e sentidos. As pesquisas em

> representações sociais dão visibilidade mais clara às dimensões desses problemas.

Muitas outras contribuições podem ilustrar esses registros. Não é por acaso que a pesquisa em representações sociais no campo da educação se apresenta como uma das abordagens com mais vigor no cenário nacional e internacional, fruto da sua capacidade de revelação e desmistificação, mas por ora nos detemos nestes aspectos.

Convém ainda salientar a necessidade, nesse percurso, de se incluir a perspectiva de pesquisa no campo das representações sociais fundada em abordagens que deem espaços para as relações e características próprias do social norteando a investigação, a exemplo da transubjetividade proposta por Jodelet (2009). Entendemos que essa perspectiva tem a aderência necessária às investigações que pretendem dar visibilidade às questões de cunho sócio-histórico, político e cultural que permeiam o campo da educação. Ressaltamos, ainda, a necessidade de se considerar, nesse movimento de investigação, a interseção com as demais esferas que abrigam o sujeito na pesquisa em representações sociais: a subjetividade e a intersubjetividade.

A partir desse diálogo constituído e instituído em seu campo teórico metodológico, entendemos que a contribuição da pesquisa em representações sociais para o campo da educação poderá se situar em espaços de alargamentos da produção do conhecimento ainda não registrados, apesar do seu já reconhecido longo alcance. Além disso, há a emergência, no cenário brasileiro, de pesquisas capazes de subsidiar propostas concretas de intervenção na realidade, a partir da escuta dos sujeitos, atores sociais históricos, protagonistas também do e no presente, portanto, guardiões e guardiãs do devir. Neste sentido, o conteúdo das representações sociais favorece a aproximação com o pensamento social e se constitui, para a construção da práxis pedagógica, como um aliado capaz de nortear práticas libertadoras, subsidiando espaços de resistências à dominação.

CADERNO DE MISCELÂNEAS II

CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS E (IN) CONCLUSIVAS

Nesta etapa da escrita, nomeada de *Considerações possíveis e (in)conclusivas,* usamos a figura ilustrativa da capa da tese, *O Pensador do Sec. XXI*, como o viés condutor e norteador das reflexões possíveis de serem tecidas a partir das descobertas e apreensão do nosso objeto de estudo. É uma releitura (s/a) da famosa obra do escultor francês Auguste Rodin (1902), *O Pensador*; uma escultura em bronze que retrata um homem em meditação profunda e nos provoca a pensarmos sobre a força que o conduz a tal reflexão. Foi a partir desta escuta, que a imagem – com elementos incorporados – foi eleita para compor a ilustração da investigação, considerando a aderência que encontra também com o monólogo de Hamlet, de Shakespeare (1603), que enfoca *o ser ou não ser*, no Ato III, cena I, cujo fragmento ilustra o título da nossa obra.

Ao nos debruçarmos sobre a história da obra original de Rodin, fomos conduzidas ao encontro com outro famoso artista, o poeta italiano Dante Alighieri. *O Pensador* ilustra uma homenagem à mais famosa obra prima do poeta, *A Divina Comédia* (1307). A imagem seria uma alusão ao próprio Dante e ilustra parte da composição do poema famoso composto por três Cantos: o inferno, o purgatório e o céu. A escultura *O Pensador*, especificamente, ilustra o *inferno de Dante*.

A fecundidade da obra do artista na construção das nossas (in)conclusões, está centrada na discussão acerca do lugar dos sujeitos, suas formas próprias de dar sentido às coisas, embalados pelos conflitos diversos que nos afetam e produzem os seus efeitos. O inferno simbólico retratado por Dante em sua obra *A Comédia* – a adjetivação Divina foi acrescida cerca de duzentos anos depois por outro autor –, em forma de poesia, pode ser também associado a um inferno simbólico vivido por Shakespeare quando deu voz a um Hamlet poético profundamente abalado pela dúvida, o ser ou não ser, ou mesmo ao inferno de Gramsci, quando, no cárcere, escreveu seus Cadernos através da prosa e analisou o Cântico X do inferno de Dante na sua obra.

Gramsci não abdicou de explorar a arte relacionada aos fundamentos da política e também como inspiração, ou seja, a arte como política enquanto arte. Assim também como o fez Moscovici, ao resgatar *o Inferno de Dante* para relacioná-lo com a sua história de vida e

os desafios (im)postos no seu percurso. O Canto X, do inferno de Dante, é uma crítica àqueles que, vendo o passado desinteressadamente, ignoram o presente e àqueles que, vendo o futuro somente, ignoram também o presente. O presente só pode ser visto como história que se desenrola e contém o devir. Infernos onde a inquietação é inspiração, desafia, movimenta, cria, recria, produz o saber, sinaliza posições e maneiras de ver o mundo expressas em suas produções. É nesse viés que tecemos as considerações necessárias sobre os resultados da pesquisa. O pesquisador também visita os seus próprios infernos simbólicos para caminhar.

Assim, *O Pensador do Séc. XXI*, ilustrado pela imagem revisitada da escultura original, com a incorporação de um notebook inspirando as reflexões do homem – Dante – vai ao encontro do que pretendemos, a princípio, sinalizar e evidenciar a partir dos resultados alcançados na nossa investigação: entendemos que o lugar do sujeito é atemporal para a produção de sentidos que homens e mulheres experimentam. A célebre frase "Penso, logo existo", proferida por Descartes (1637) para comprovar a sua condição de existência, nessa perspectiva, não dá conta de representar esse sujeito ao qual nos referimos; ele não é apenas um ser *pensante*. Evidenciamos sim um sujeito que pensa e sente, e, por isso mesmo, além de pensar e duvidar, é afetado e também afeta, a subjetividade também está presente nas escolhas que o sujeito faz.

Associado a isto, as condições e cenários sociais que interferem e influenciam nessas produções de sentidos, são dinâmicos, instáveis e temporais. São construídos pelos mesmos sujeitos que se movimentam e (re)criam o saber, as suas formas de relação e, portanto, os espaços de poder. *O Pensador* coexiste nesses diferentes e históricos cenários. Assim, *O Pensador contemporâneo* traz a tecnologia como um elemento simbólico e ilustrador desse movimento, como potencializador das dúvidas e (in)definições sobre o lugar do sujeito no mundo, das suas escolhas, influenciado pelos saberes que transitam no meio social, os quais, apreendidos, orientam condutas e, portanto, produzem o conteúdo das suas representações sociais.

Assim posto, as nossas considerações (in)conclusivas sobre o estudo realizado, que teve como objetivo geral investigar aproximações e distanciamentos entre as teorias de Gramsci e Moscovici, no sentido de articular, através das aproximações, uma proposta de educação para práxis, a fim de contribuir com a formação do sujeito político para atuar em seu grupo de pertença, evidenciam, a partir dos resultados alcançados, alguns elementos que são necessários apresentar.

Quando nos interessamos em adentrar nos estudos teóricos do cenário dinâmico das relações que se estabelecem na sociedade civil, na dinâmica cotidiana dos grupos sociais onde são produzidas as suas percepções sobre o mundo e sobre as coisas, destacando a aproximação teórica entre intelectuais que se debruçaram sobre o estudo desses cenários em diferentes épocas, Antônio Gramsci e Serge Moscovici, já presumíamos que poderíamos trazer à tona uma vasta e densa discussão teórica no percurso desafiador que também se desnudava em nossa tese.

Ao aprofundarmos as leituras na pesquisa teórica realizada, tomando como base o acervo teórico dos próprios autores, buscando elementos que privilegiassem seus olhares sobre a dinâmica do saber que transita no cotidiano dos sujeitos e as suas relações de poder estabelecidas com e no meio social, e que organizam a vida dos grupos, chegamos à principal convergência presente nas suas obras: o ***senso comum***. Esse significante ilustrou a grande categoria de análise na apresentação dos resultados e, a partir dele, surgiram, naturalmente, as subcategorias. Estas organizaram e deram sustentação às nossas análises e interpretações. Em linhas gerais, as nossas descobertas apontam que há, nas duas teorias, o reconhecimento do conhecimento do senso comum com o seu status de diversidade e riqueza, orientador de condutas no cotidiano dos sujeitos. Há visibilidade de um senso comum marcado por tensões dialógicas e perspectivas diferentes; é esse movimento que potencializa a renovação dos saberes dentro dos grupos de pertença. A natureza contraditória do senso comum também aparece, principalmente quando é associada aos saberes populares e varia de acordo com as circunstâncias e contextos.

Apresentamos uma visão geral da tese nesta etapa:

1. O Senso comum no centro da intercessão possível: inspiração, subversão e revolução no meio social e científico. As subcategorias que surgiram a partir dos diálogos teóricos entre Gramsci e Moscovici foram as seguintes:
    1.1. Senso comum e epistemologia: *a processualidade histórica: o movimento do senso comum; a comunicação e a relação com a propagação do senso comum; sobre o método ou métodos: crítica à ciência moderna e o desprestígio do senso comum.*
    1.2. Senso comum, representações sociais e ideologia.
    1.3. Senso comum e saberes populares: *linguagem e saberes populares: persuasão e influência na produção do senso comum*

Quando buscamos responder ao questionamento referente aos distanciamentos presentes nas obras dos autores, construímos esta análise elegendo também o lugar do senso comum nas duas teorias, garimpando possíveis deslocamentos. Fomos instigadas a dar centralidade ao lugar do sujeito e a sua implicação com os saberes oriundos do senso comum nas obras de Gramsci e Moscovici, considerando a natureza já referenciada das suas escrituras, principalmente no meio acadêmico e também o que uma leitura mais fragmentada dos autores nos indicava: em Gramsci, o lugar é o do sujeito histórico-político; em Moscovici, o lugar que o sujeito ocupa é referendado pela psicologia social.

Entretanto, durante o processo de análise e interpretação das suas obras, nos deparamos com sujeitos que também dialogam e se tocam, trocam de lugares e também se complementam, mesmo quando consideramos as suas especificidades. A fecundidade da teoria da inovação de Moscovici, associada à teoria das representações sociais, trouxe a possibilidade de também associá-la à teoria gramsciana, como uma construção criativa e dialógica, diminuindo supostas dicotomias aparentemente cimentadas entre as obras dos autores. O caráter revolucionário, subversivo e inspirador de lutas, está intimamente ligados à produção e reabsorção de conflitos, na apresentação de contradições, muitas vezes silenciadas pelas maiorias dominantes, que fazem surgir algo novo, contestador e porta voz de mudança de atitudes. Essa é a base da teoria da inovação, de Moscovici, mas nos pareceu que estávamos lendo características da teoria gramsciana. Assim também aconteceu quando nos debruçamos sobre a obra gramsciana, com a leitura dos Cadernos e das Cartas do Cárcere, e nos deparamos com o sujeito da psicologia social em sua teoria. O sujeito gramsciano traz, na sua própria constituição, um caráter interdisciplinar, e, por isso mesmo, a contextualização e abrangência da sua obra têm um reconhecido largo alcance.

A grande categoria que surgiu nesta etapa foi: *Limites (im)possíveis nas teorias de gramsci e moscovici: o sujeito mediado pelo senso comum nas práticas sociais.*

Em nosso segundo movimento de pesquisa, quando nos propusemos a articular, através das aproximações teóricas dos autores, uma proposta de educação para práxis, a fim de contribuir com a formação do sujeito político para atuar em seu grupo de pertença, elegemos a afirmação de Gramsci “todos os homens são filósofos”, para nos fazer pensar sobre o fecundo encontro entre a teoria de Moscovici e a teoria gramsciana, ilustrando a contextualização evidenciada a partir da valorização do senso comum que está implicada no fragmento de discurso do autor, em cujo plano de fundo encontramos as relações sociais, a dinâmica social onde os sujeitos interagem e são atores.

A partir disso, acentuamos a escola como um espaço micro onde essas dinâmicas encontram ressonâncias, a fim de nos ajudar a pensar formas orgânicas e práticas que as referidas teorias podem potencializar e ajudar a enriquecer perspectivas de projetos educativos comprometidos com a emancipação, privilegiando o encontro e o diálogo entre os saberes de diferentes atores sociais que a escola pode ajudar a promover. O lugar dos docentes, compreendidos como intelectuais orgânicos a serviço da classe trabalhadora, assume condição central para a consolidação da nossa proposta.

Neste sentido, referendamos o senso comum como um tipo de conhecimento diferente do conhecimento científico. Ao estudarmos o senso comum, a exemplo do conhecimento popular que transita dentro dos grupos sociais, estamos estudando também uma categoria que une a sociedade, os sujeitos, à sua cultura, sua linguagem e ao seu mundo familiar. Portanto, há muito, neste cenário e abordagem, para ser explorado.

Assim, consideramos que esta tese não representa o todo, e nem foi esta a nossa intenção. A produção teórica dos autores aqui apresentada, foi guiada pela intenção de ir muito além de um mero discurso, teorização abstrata a partir da análise e interpretação construídas ou mesmo como uma receita a ser seguida. Ela se configura, inicialmente, como uma provocação para se pensar o acervo produzido por autores em diferentes épocas e contextos, além da intencionalidade de trazer à tona elementos, a partir das aderências teóricas identificadas, que possam subsidiar propostas educativas comprometidas com a inclusão de saberes historicamente e culturalmente desprestigiados –, representados pelo senso comum. Neste sentido, a difusão das suas visões de mundo e de sociedade aponta para considerá-las como princípios emancipatórios que podem contribuir para se pensar a organização do trabalho escolar.

Desta forma, se não temos a intenção de pontuar resultados absolutos, ressaltamos algumas (in)conclusões que também vieram à tona após os resultados alcançados.

Há a necessidade de maiores aprofundamentos sobre a vasta obra de Antônio Gramsci. Nessa pesquisa, centralizamos mais o nosso olhar no Volume 1 (Introdução ao estudo da filosofia. Filosofia de Benedetto Croce), o Volume 2 (Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo), o Volume 4 (Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo) e o Volume 6 (Literatura. Folclore. Gramática) da versão brasileira, com mais ênfase para os Volumes 1 e 2. Existe, portanto, uma vastidão de categorias conceituais que carecem de maiores leituras e exploração, mesmo considerando que as suas anotações se repetem constantemente em todos os cadernos, embora em diferentes contextos de análises

temáticas. Para maior aproximação com a subjetividade do autor, como complementação, nos debruçamos na leitura das Cartas do Cárcere, Volume 1. O Volume 2 ainda precisa ser conhecido. Associada à complexidade posta em seus escritos, salientamos a própria complexidade das suas condições de escrita no cárcere, potencializada pelo seu estado emocional, pela doença que foi se agravando durante a prisão e pela própria apresentação da sua obra, quando consideramos as diferentes versões de organização dos cadernos; elas foram elaboradas por outros sujeitos que deram sentido ao seu trabalho publicado, sem a sua escuta direta. A obra póstuma de Gramsci, portanto, é sempre uma leitura da sua leitura de mundo e, portanto, não há neutralidade nisso. Neste sentido, assumimos as nossas próprias condições subjetivas, da nossa condição de sujeito, perpassando também a leitura e compreensão da sua teoria.

Outro aspecto importante a ser considerado é a vastidão teórica presente na obra de Serge Moscovici. O autor também foi marcado por várias experiências na sua história de vida que o levaram a escrever sobre diferentes temas, também complementares nas abordagens, embora o próprio autor, em alguns depoimentos, tenha considerado as suas especificidades de acordo com o seu momento histórico. A teoria das representações sociais, como campo de estudo da psicologia social, tem ampla produção acadêmica, com vários registros orgânicos referendados pessoalmente pelo autor; isso contribui para melhor apreensão dos seus fundamentos teóricos epistemológicos, ao mesmo tempo em que se apresenta como um campo complexo para exploração, quando consideramos os diferentes campos de conhecimento em que a teoria se apoia. Essa característica traz um grande dinamismo teórico entre os estudiosos e nos provoca a nos colocarmos constantemente no lugar de *sujeito de suposto saber*. A constatação ganha mais força quando, em recente publicação, Marková (2015, p. 97-98) questiona:

> Tendo em consideração que o conhecimento do senso comum é apenas um tipo de conhecimento, apesar de altamente significativo, de que forma interage com outros tipos de conhecimentos pertinentes para a teoria das representações sociais? Por exemplo, de que forma o senso comum interage com o conhecimento socialmente partilhado, com o conhecimento socialmente partilhado assumido, com o conhecimento profissional e institucional, bem como com o mito, as crenças irresistíveis, os valores e as questões éticas, que são também relevantes para as representações sociais?

Apesar de a própria autora salientar a provável impossibilidade de separar esses tipos de conhecimentos de forma empírica, é um desafio posto e nos convida a buscar maiores aprofundamentos sobre o lugar do senso comum nas representações sociais e o seu "não

lugar", ou seja, o espaço de abrangência dos demais tipos de conhecimento dentro da teoria, além do senso comum, em futuros estudos. Assim, dentro desse cenário evidenciado, emerge também a possibilidade de virem à tona novas e fecundas perspectivas de abordagem e análise sobre a aderência teórica entre Gramsci e Moscovici, quando consideramos que foi o senso comum a categoria eleita para ilustrar os resultados alcançados.

É relevante também, com o intuito de ampliar a visibilidade de aspectos não esclarecidos ao longo da investigação, a ausência de registros na obra de Moscovici sobre Gramsci, apesar das aproximações teóricas apresentadas, registrar uma anotação importante que Gramsci faz, no Caderno 11, sobre o grande interesse da sociedade francesa em estudar o senso comum. Esse registro foi feito entre os anos 1932 e 1933 do século passado.

> Na literatura filosófica francesa, existem mais estudos sobre o "senso comum" do que em outras literaturas nacionais: isto se deve a natureza mais estritamente "popular-nacional" da cultura francesa, isto é, ao fato de que os intelectuais tendem, mais do que em outras partes, por causa de determinadas condições tradicionais, a aproximar- se do povo para guiá-lo ideologicamente e mantê-lo ligado ao grupo dirigente. Por isso, é possível encontrar na literatura francesa muito material sobre o senso comum, que deve ser utilizado e elaborado; a atitude da cultura francesa para com o senso comum, aliás, pode oferecer um modelo de construção ideológica hegemônica. (GRAMSCI, 1999, p. 116).

Essa informação pode nos dar indicativos acerca da aproximação, de Moscovici, desse campo do saber, além da influência das suas fontes teóricas e a consequente escolha por desenvolver estudos sobre o senso comum. A aproximação da psicanálise, delimitada em seu objeto de estudo, foi um ajuste que Moscovici fez a fim de garantir que o seu orientador eleito, o psiquiatra e psicanalista francês Daniel Lagache, se interessasse pela sua pesquisa.

Relatou o autor durante o seu discurso, ao receber o prêmio Balzan:

> Lagache me recebeu no corredor e ficou surpreso quando declarei meu desejo de defender uma tese sob sua orientação. Por sorte ele estava com tempo para me escutar e eu pude lhe descrever o projeto durante meia hora. Evidentemente, evitei dizer que o estudo se basearia na transformação da psicanálise em matéria do senso comum. (MOSCOVICI, 2003, p. 11).

Além disso, sobre a sua escolha e delimitação do objeto de estudo na França, Moscovici (2003) também esclareceu durante entrevista com Marková:

> Nos anos 1948/1949, havia duas teorias que estavam começando a penetrar na sociedade francesa: a primeira, o marxismo, partilhado e propagado pelo maior partido comunista da Europa, e em segundo lugar, a psicanálise. Eu estava impossibilitado de escolher o marxismo, porque era um refugiado de um país comunista, era também uma questão politicamente difícil. Assim, o que restou para mim foi a psicanálise, que acabou sendo a melhor escolha a

> longo prazo, pois ela penetrou mais profundamente a sociedade francesa, que o marxismo. (MOSCOVICI, 2003, p. 311).

Foi assim que a condição política do estudioso, a sua impossibilidade de escolher o marxismo, o levou também para a segunda opção. Antes de chegar à França, logo após o final da guerra, Moscovici (2003) relata que já escrevera ensaio sobre o marxismo. Ou seja, havia interesse genuíno por esse campo de estudo. Os estudos posteriores sobre a teoria da mudança social, ou teoria da inovação social, são fortes indicativos da inspiração do autor no trabalho de Gramsci, considerando a ampliação da teoria marxista que este estudioso promoveu, com a inclusão de categorias teóricas e registros discursivos que estão presentes também nas abordagens moscovicianas.

Consideramos que a "luta hegemônica" e "formação de consensos" nas obras de Gramsci e Moscovici, exigem também cuidados em relação às motivações mais diretamente ideológicas dos autores, mesmo que, na teoria da inovação, em Moscovici, a intencionalidade política venha também à tona. Portanto, sem fechar o círculo ou chegar a uma conclusão definitiva ou definidora das abordagens discursivas, entendemos que, aprofundar estudos das teorias, enfocando a diferenciação aparente entre os dois termos citados acima, se configura como um caminho ainda incompreendido, mas essencial, do crítico de ideias e dos pesquisadores e pesquisadoras que se debrucem posteriormente nesta busca. Ademais, diante da fecundidade revelada, ler Gramsci com as lentes de Moscovici, ou ler Moscovici com as lentes de Gramsci, hoje, a partir do cenário sociopolítico e cultural no Brasil, nos convida ao alargamento dos estudos que promovam mais vezes este encontro reflexivo com essas categorias.

Durante o processo de investigação, refletimos sobre algumas razões que podem potencializar os estudos com as lentes focadas nos dois autores. Caminhar neste percurso é um caminho que se torna desafiador e fascinante, portanto, consideramos relevante registrar. Elas dizem respeito às raízes dos personagens: ambos conheceram a exclusão, a perseguição, a condenação, depois, as celebrações – ainda que póstuma, em Gramsci. Essa condição, que pode ser muito nobre, pode também representar a motivação de sempre se buscar, em suas obras, um algo mais ou mesmo diferente do que eles tinham pensado e escrito, considerando essas condições de existência, sobre os lugares ocupados pelos sujeitos, e cujas leituras parecem dar mais espaço para adaptá-los à própria subjetividade de quem os lê. Por um lado, é precisamente isso que seus escritos pedem: ambos sugerem um interlocutor vivo, que apreenda a ideia e siga adiante, que assuma uma atitude não somente contextualizada e crítica na leitura das suas obras, mas que também possa ser ampliada. Por outro lado, a necessidade

de se exercer o máximo de honestidade intelectual e científica e o rigor ético presente na produção do conhecimento, nos indicaram os aspectos limítrofes para não descaracterizar as suas obras.

Ao discutirmos as obras dos autores relacionadas à educação escolar, algumas considerações também precisam ser registradas e dizem respeito ao nosso entendimento de que a educação escolar precede a escola. Voltamos o nosso olhar sobre o espaço escolar, sem, contudo, deixar de compreendê-lo como resultado de processos mais amplos e complexos, cujas dimensões estão relacionadas com políticas públicas educacionais, investimentos em educação que perpassam desde a infraestrutura até a valorização do trabalho docente, formação de professores, definição de currículos – o oficial e o praticado nas instituições escolares –, projeto político pedagógico, desprestígio e desencanto com a carreira docente, etc. Certamente, estes são também aspectos centrais que definem a condição de ser ou não ser sujeito trabalhador a serviço da educação de grupos vitimados pela exclusão, comprometido com a práxis. Mas, também, entendemos que é nesse contexto que aparece, com toda a clareza, a necessidade de se educar e de se preparar o educador das massas.

Nas reflexões de Gramsci, aquela dialética entre o educador e o educando é sempre guardiã do trabalho na escola como uma postura pedagógica que encontra fundamento em um tipo de sociabilidade que emancipa homens e mulheres, e, portanto, a sua aplicabilidade ganha sempre nova dimensão acerca do que é possível ser concretizado. O trabalho da escola e na escola, onde acontece também uma autoeducação através das práticas cotidianas, possibilita um largo aprendizado aos educadores, pois é ali que se localiza uma fecunda via para a emancipação humana. Essa via já é um ato revolucionário possível e pode servir de âncora para o que vem depois.

E, por fim, parece-nos contundente trazer trechos da obra de Alighieri (1307), o Canto X do Inferno, para ilustrar outras considerações nas (in)conclusões da tese. Conforme registramos, essa parte da obra do poeta foi citada pelos dois autores, Gramsci (2001) e Moscovici (2005). O primeiro dedicou o Caderno 4, no Volume 6 da edição brasileira, exclusivamente para fazer a análise desse Canto. Moscovici, em entrevista com Marková, se referiu ao *Inferno de Dante* como a parte mais rica e mais profunda da Divina Comédia e colocou o inferno como "o lugar que as pessoas aprendem muito sobre si mesmas e sobre a humanidade em geral." (p.309). Não pretendemos elucidar coincidências ou não coincidências sobre as escolhas dos autores nesta etapa do trabalho, mas sim apresentar trechos da obra como uma construção discursiva que ilustra as nossas reflexões até aqui pontuadas e diz

respeito, principalmente, aos conflitos criativos que emergem a partir do dimensionamento do sujeito, considerado a partir das suas trajetórias de vida e condições de existência. A partir da lucidez e também das complexidades próprias do campo afetivo, as escolhas vão se construindo e se constituindo através do encontro com o outro e com as condições próprias de existência ilustradas pelas práticas sociais. O *ser ou não ser* também são definidos nessa dinâmica.

Alighieri (1307, p. 81-87) escreve:

CANTO X

Caminhando os Poetas entre as arcadas, onde estão penando as almas dos heresiarcas, Dante manifesta a Virgílio o desejo de ver a gente nelas sepultada e de falar a alguém. Nisto ouve uma voz chamá-lo. É Farinata degli Uberti. Enquanto o Poeta conversa com ele é interrompido por Cavalcante Cavalcanti, que lhe indaga por seu filho Guido. Continua Dante o começado discurso com Farinata, que lhe prediz obscuramente o exílio.

Entra Virgílio por vereda estreita,
Que entre o muro e os martírios vai seguindo:
Após os seus meu passo se endireita.
— "Virtude suma! Ó tu, que, dirigindo
Me estás, ao teu sabor na estância triste,
Me instrui, ao meu desejo deferindo.
"A gente ver se pode que ora existe
Naquelas sepulturas descobertas,
A que nem guarda, nem defesa assiste?" (...)
(...)Surgindo então de Farinata ao lado
Somente o rosto um vulto nos mostrava,
Sobre os joelhos, cheio, levantado.
Com ansiosos olhos me cercava
A ver se alguém viera ali comigo.
Mas, perdida a esperança, que o animava,
Pranteando inquiriu: — "Se ao reino imigo
Por prêmio baixas do teu alto engenho,
Onde é meu filho? Pois não vem contigo?
— "Por moto próprio aqui" — volvi — "não venho;
Perto me aguarda quem meus passos guia,
Vosso Guido talvez teve-o em desdenho".
A pena sua e as vozes, que lhe ouvia,
Denunciado haviam-me o seu nome:
Pude assim responder quanto cumpria.
Súbito ergueu-se o espírito e gritou-me:
"Teve disseste: não mais vive agora?
O corpo seu a terra já consome?"
Como eu tivesse em responder demora
À pergunta, de costas recaía,
E novamente não mostrou-se fora.(...)
(...)"Porém vezes cinquenta a face acesa
Não mostrará do inferno a soberana
Sem que tu saibas quanto essa arte pesa. (...)
(...) "Se bem percebo, do futuro ao seio

Subindo e ao tempo o curso antecipando,
Do presente ignorais todo o rodeio". —
— "Os que têm vista má nos semelhando" —
Tornou-me — "as cousas mais distantes vemos,
De Deus última luz em nós raiando.
"Quando estão perto ou no presente as temos
Se apaga a lucidez, e a mente aprende
Por outrem só o que de vós sabemos.
"Ciência nossa do porvir depende;
Em sendo a porta do porvir cerrada,
Essa luz morre em nós, não mais se acende".
Então minha alma, de remorso entrada,
"Dize" — replico — à sombra, a quem falava,
Que o filho inda entre os vivos tem morada. (...).

No Canto X do Inferno, aparecem três personagens: Dante, Farinata e Cavalcante. Farinata é sogro do poeta Guido Cavalcante (1255-1300), Cavalcante, o seu pai. Dante é amigo de Guido. Nessa passagem, Dante precisa comunicar ao pai e ao sogro sobre a morte do amigo. É uma missão triste e difícil, principalmente porque há dificuldades nessa escuta. Os condenados ao inferno só enxergam o passado e, como certos "românticos", só o futuro. Por isso mesmo estão lá. O que eles não veem é o presente. Assim, Farinata e Cavalcante veem o passado e o futuro, mas nada sabem do agora.

Gramsci (2014, p. 28), em uma das suas reflexões sobre o Canto X, mais uma vez tecendo críticas à tese de Croce, afirma:

> Com sua tese, Croce reduz a poesia da *Comédia* a poucas passagens e perde quase inteiramente o poder de sugestão que dela emana. Ou seja, perde quase toda a sua poesia. A virtude da grande poesia é sugerir mais do que aquilo que diz e sugerir sempre coisas novas. Daí sua eternidade. Portanto, seria preciso deixar bem claro que esta virtude de sugestão que emana do drama de Cavalcante emana da estrutura da obra (a previsão do futuro e a ignorância do presente pelos condenados; o fato de estarem naquele determinado cone de sombra, como se expressa com muita felicidade o amigo; de estarem na mesma tumba [!?] os dois sofredores; de estarem ligados por aquelas determinadas leis de construção). Todas estas partes da estrutura tornam-se fonte de poesia. Se fossem suprimidas, desapareceria a poesia. (...)

Neste sentido, o autor traz elementos que misturam a prosa – quando analisa a estrutura da tese de Croce ao apresentar a *Comédia* e propõe mudanças na narrativa da poesia de Dante –, e a poesia. Esta se apresenta de forma poética na própria análise: "A virtude da grande poesia é sugerir mais do que aquilo que diz e sugerir sempre coisas novas. Daí sua eternidade". Assim, prosa e poesia se complementam, razão e emoção dialogam. O sujeito comporta essas vicissitudes: "todas as partes da estrutura tornam-se fontes de poesia".

A partir do *Inferno* (des)conhecido, passa-se também ao exercício da criação, da inspiração. Assim como também ressaltou Moscovici (2005, p. 309): “no inferno você se torna mais lúcido e enfrenta problemas duros da vida e da morte.” As contradições e oposições se aproximam, conversam e parecem nos provocar a vivenciar mais atentamente essas experiências.

Gramsci e Moscovici assim o fizeram. Ambos tomaram consciência do presente, onde o inferno também se presentifica, e incorporaram um tipo de ausência. Foi a partir desta “falta” que escreveram suas obras para a eternidade. Assim também nos constituímos e nos movimentamos como sujeitos políticos, é esta lacuna que nos leva a fazer escolhas no presente, no agora. Assim também nos constituímos como pesquisadores. Inferno e busca do paraíso – através da escrita que tenta preencher questionamentos – parecem fazer parte do percurso na busca por uma vaga no céu. Estar no inferno não parece mais assustador. É promissor e criador.

É nesta perspectiva, que, consciente do presente, pretendemos continuar preenchendo alguns espaços através da escrita da nossa tese, a fim de registrar caminhadas que possam nos conduzir, inicialmente, ao purgatório de Dante, oxalá também até o seu céu. Neste sentido, a publicação desta obra se torna premente e necessária. Além disso, a sua divulgação se dará em eventos científicos e também não científicos. Entendemos que é uma obra que traz consigo, de forma subjacente, elementos de formação política e pedagógica que, ajustando o discurso, contribuirá para fomentar a minha militância como intelectual da práxis, ou como intelectual orgânica popular assumida, com um público que se encontra também fora da academia, a fim de dialogarmos, através da tese, com os saberes populares. Ou seja, pretendemos levar “o senso comum” para dialogar com o senso comum.

Além disso, considerando que os intelectuais orgânicos não se tornaram obsoletos, mas se encontram sempre diante de novas tarefas, pretendemos, ainda com um pé no inferno, potencializar angústias aqui declaradas nas (in)conclusões, e construir o projeto de pós-doutoramento com a maior brevidade, a fim de ampliar o nosso campo de saber que envolve o senso comum. As inquietações infantis da menina sertaneja, tão presentes em nossa trajetória de vida, continuam, vigorosamente, a nos impulsionar.

REFERÊNCIAS

ABENSOUR, Miguel. **A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

ABRIC, Jean C**.** Représentations sociales: aspects théoriques. In: ABRIC, Jean C. (Org.) **Pratiques sociales et représentations**.Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

ABRIC Jean C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P. e OLIVEIRA, D. C. (Org.) **Estudos interdisciplinares em representações sociais**. Goiânia: AB Editora, 1998. p. 27-38

ALIGHIERE, Dante. **A divina comédia** (1307). Tradução de José Pedro Xavier Pinheiro (s/d). Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/eb00002a.pdf Acessado em 04.08.2014.

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. **Abordagem societal das representações sociais**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 3, p. 713-737, set./dez. 2009.

ALMEIDA, Suzzana Alice Lima. **Representações sociais do fracasso escolar no semiárido nordestino: suas (im)prováveis causas, segundo gestores públicos municipais.** Anais do XI Congresso Nacional de Educação, EDUCERE. PUC: Curitiba - PR, 2013.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**. Lua Nova, n. 80, p. 71-96, 2010.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação**. Em Aberto, Brasília, ano 14, n.61, p.60-78, jan./mar. 1994.

ALVES-MAZZOTTI, Alda. Judith. Representações sociais: desenvolvimentos atuais e aplicações à educação. In: CANDAU, Vera. M. (Org). **Linguagem: espaços e tempo no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro: LP&A, 2000.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **Representações da identidade profissional docente: uma contribuição para a formulação de políticas**. Rio de Janeiro: Ensaio, p. 579-594, v. 15, n. 27, 2006.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **Representação do trabalho do professor das séries iniciais: a produção do sentido de "dedicação".** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 89, n. 223, p. 522-534, set./dez. 2008.

ALTHUSSER, Louis. "Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado". In: Zizek, SLAVOJ (Org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BANCO DE TESES DA CAPES. Disponível em http://bancodeteses.capes.gov.br/ Acessado em 26 de março de 2015.

BARATTA, Giorgio. **As rosas e os cadernos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BARATTA, Giorgio. **Gramsci, eu o vi assim**. Blog eletrônico Gramscimanía, 2010. Disponível em **http://www.gramscimania.info.ve/2010/08/gramsci-eu-o-vi-assim.html** Acesso em 30.12.2016.

BARATTA, Giorgio. **Escola, filosofia e cidadania no pensamento de Gramsci: exercícios de leitura.** Revista Pro-Posições, Campinas, v. 21, n. 1 (61), p. 31-49, jan./abr. 2010.

BARATTA, Giorgio. **Antônio Gramsci em contraponto: diálogos com o presente**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

BIANCHI, Álvaro. **O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política**. São Paulo: Alameda, 2008.

BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES DA USP. Disponível em http://www.teses.usp.br/ Acessado em 24 de março de 2015.

BOBBIO, Norberto. O conceito de sociedade civil. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso.** (5a. ed.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1986.

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social: Teoria e exercícios**. 7 ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

BROCCOLI, Ângelo. **Antonio Gramsci y la educación como hegemonia**. México Nueva Imagen, 1977.

CANGUILHEM, Georges. Une pédagogie de la guérison est-elle possible? In: JODELET, Denise. **O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais.** Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009.

CAVALCANTI**,** Pedro Celso Uchôa de, PICCONE, Paolo (orgs). **Convite à leitura de Gramsci**. Rio de Janeiro: Achiamé,1985.

CATANI, Afrânio Mendes. **As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro, através de periódicos da área**. Revista Brasileira de Educação, número 17, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. A atualidade de Gramsci. 1997. Disponível em http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=293. Acesso em 22 de março de 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson.**Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político**. Nova edição ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DESCARTE, René. **Discurso sobre o método** (1637). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Disponível em http://www.josenorberto.com.br/DESCARTES_Discurso_do_m%C3%A9todo_Completo.pdf Acesso em 04.08.2014.

DOISE, Willem. **L'Explication en Psychologie Sociale**. Paris: P.U.F., 1982.

DOISE, Willem. **Rencontres et représentations intergroupes**. *Archives de Psychologie*, n. 41, 1972. p. 303-320.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DUVEEM, Gerard. O poder das ideias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: Uma Introdução**. São Paulo: Boitempo/ UNESP, 1997.

FINELLI, R. O "pós-moderno": verdade do moderno. In: COUTINHO, Carlos N.; TEIXEIRA, A.P. (Org**.). Ler Gramsci: ler a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 99-112.

FLAMENT, C. Aspects périphériques des représentations sociales. In: GUIMELLI, C. (Ed), **Structures et transformations dês réprestations socials**. Neuchátel: Delachaux et Niestlé, 1994. p. 85-118.

FLORES, J. F. **Análisis de datos cualitativos: aplicaciones a la investigación educativa**. Barcelona: PPU, 1994. p. 7-107.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Plano editora, 2003.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GIROUX, Henry A**. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem** [Trad. Daniel Bueno]. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In.: DESLANDES, S. F; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S.(org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. P. 79-108.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,1979.

GRAMSCI, Antônio. **Introdução ao estudo da Filosofia.** A Filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**, v. 1. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**, v.2. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**, v.6. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, Antônio. **Cuadernos de La cárcel.** Edición crítica completa a cargo de Valentino Gerratana (1975). Traducción: Ana María Palos. México: Ed. Era (Univ. de Puebla), 1986. v. I, II, III, IV, V e VI Disponível em http://prestesaressurgir.blogspot.com.br/2012/05/os-cadernos-de-gramsci-edicao-gerratana.html Primeiro acesso em 17.11.2015

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**, Volume 1: 1926-1930. Tradução de Luiz Sérgio Henriques; Organização de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. 8ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

IANNI, Otávio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

JAMESON, Frederico. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1996.

JODELET, Denise. La representation social: fenômenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, Serge (org) - **Psicologia social**. Barcelona: Paidós, 1984. p. 469-494.

JODELET, Denise. (org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JODELET, Denise. **O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais.** Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 3, set./dez. 2009, p.679-712.

JODELET, Denise. **Problemáticas psicossociais da abordagem da noção de sujeito.** Cadernos de pesquisa, v.45 n.156, abr./jun. 2015, p.314-327.

LE MONDE. **Serge Moscovici, figure de la psychologie sociale, est mort**. Disponível em http://www.lemonde.fr/disparitions/article/2014/11/16/serge-moscovici-figure-de-la-psychologie-sociale-est-mort_4524344_3382.html. Acesso em 21 de fevereiro de 2016.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MACHADO, Paulo Machado. **Mapas mentais e representações sociais**. In: III JORNADA INTERNACIONAL E I CONFERÊNCIA BRASILEIRA SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, Rio de Janeiro, 2003. [Anais eletrônicos...] 1 CD-ROM.

MACHIAVELLI, Niccolò.**O Príncipe**; tradução de Roberto Grassi. 5º Ed. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

MARKOVÁ, Ivana e MOSCOVICI, Serge. Ideias e o seu desenvolvimento: um diálogo entre Serge Moscovici e Ivana Marková. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARKOVÁ, Ivana. **Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MARKOVÁ, Ivana. Ética na teoria das representações sociais. In: JESUÍNO, Jorge Correia; MENDES, R.P. Felismina; LOPES, Manoel José (orgs.). **As representações sociais nas sociedades em mudança**. Petrópolis: Vozes, 2015.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 1 e 2, São Paulo: Nova Cultural, 1978.

MARTINS, Marcos Francisco. **Marx, Gramsci e o conhecimento**. Campinas – SP: Autores Associados; Americana – SP: Unisal – Centro Univers itário Salesiano de São Paulo, 2008.

MASSAUD, Moisés. **Dicionário de termos literários**, 11.ª edição, São Paulo: Cultrix, 2002.

MCLAREN, Peter. Prefácio. In: GIROUX, Henry A**. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem** [Trad. Daniel Bueno]. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

McLAREN, Peter. **Multiculturalismo Revolucionário: pedagogia do dissenso para novo milênio**. Tradução de Márcia Moraes e Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O. **Quantitativo qualitativo: oposição ou complementaridade?** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262,1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MONASTA, Atílio. **Antônio Gramsci**. Tradução e organização Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010.

MOSCOVICI, Serge.. Préface. In: JODELET, Denise et al (Ed.). ***La psychologie sociale:*** **une discipline en mouvement**. Paris, La Haye: Mouton, 1970.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, Serge. **A máquina de fazer deuses**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

MOSCOVICI, Serge. Prefacio da obra. Jovchelocitch,Sandra e Guareschi,Pedrinho (Orgs). In**: Textos em Representações Sociais**, Petrópolis: Vozes, 1994.

MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: elementos de uma história. In: JODELET, Denise. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. Le premier article, Journal des Psychologues, n• hors série Sur • Serge Moscovici: **le père de la théorie des représentations sociales**. Seize contributions pour mieux comprendre, 2003, p. 10-13.

MOSCOVICI, Serge. **Crônicas dos anos errantes: narrativa autobiográfica**. Rio de Janeiro, Mauad, 2005.

MOSCOVICI, Serge. **A Psicologia das minorias ativas.** Petrópolis: Vozes, 2011.

MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Tradução de Sônia Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2012.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci: vinte e dois anos depois.** Trabalho Necessário, Ano 13, n.º20, 2015.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. **Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 19, Nº 55, 2004.

ORLANDI, Eni P**. Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni P**. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1996.

ORNELLAS, Maria de Lourdes S. (org.). **Representações sociais e educação: letras imagéticas II**. Salvador, EDUFBA, 2013.

ORNELLAS, Maria de Lourdes S. (org.). **Representações sociais e educação: letras imagéticas III**. Salvador, EDUFBA, 2015.
PARO, Vitor. **Administração escolar**: introdução crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

PERMANADELI, Risa. O pensamento social e a produção do conhecimento local: anotações sobre uma jornada na teoria das representações sociais**.** In: ALMEIDA, Maria Ângela de Oliveira, et al. **Teoria das representações sociais: 50 anos.** Brasília: Technopolitik, 2011.

PETRAGLIA, Isabel C. **Edgar Morin:A educação e complexidade do ser e do saber**. Petrópolis: Vozes, 1995.

PINHO NETO, J. A. Redes Digitais: uma nova sociabilidade?. In:RUBIM, Albino Canelas, A.(org.). **Práticas discursivas na cultura contemporânea**. São Leopoldo: Unisinos, 1999, p. 111 – 132.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução: Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz eTerra, 1977.

PUCCI, Bruno. (org). **Teoria Crítica e Educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt.** Petrópolis: Vozes, 1994.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LANG, Alice Beatriz Silva Gordo (org). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1992. p. 13-29. (Coleção Textos; 2a série, 3).

REGIMENTO DO PROGRAMA DE PÓS –GRADUCAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIRADE – UNEB (PPGEDUC – UNEB). Disponível em: http://www.ppgeduc.uneb.br/, acesso em 03.02.2014.

REMOSCO, Rede internacional de intercâmbio cientifico Serge Moscovici. **In memoriam: Serge Moscovici (1925-2014)**. Revista Psicologia e Saber Social, V. 3, Ano 2, 2014, p. 182-190.

RORTY, Richard. **Ensaios sobre Heidegger e outros: escritos filosóficos II**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

SÁ, Celso Pereira; ARRUDA, Ângela. **O estudo das representações sociais no Brasil**. Revista de Ciências Humanas, Série Especial Temática, Florianópolis, p. 11-32, 2000.

SÁ, Celso Pereira. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Leonardo Alberto de Azevedo. **A presença do pensamento de Antônio Gramsci na produção acadêmica sobre educação no Brasil dos anos oitenta**. Belo Horizonte, 2002, 142 p. Dissertação de Mestrado em Educação - Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

SEMERARO, Giovanni. **Da sociedade de massa à sociedade civil: A concepção da subjetividade em Gramsci.** Texto apresentado para o Congresso Internacional: "Antonio Gramsci: Da un secolo all'altro", organizado pela Internacional Gramsci Society, no Istituto Italiano per gli Studi Filosófici, Napoli, outubro de 1997. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/es/v20n66/v20n66a3.pdf Acesso em 18 de dezembro de 2016.

SEMERARO, Giovanni. **Para uma teoria do conhecimento em Gramsci.** 2000. Disponível em **http://www.acessa.com/gramsci/?id=284&page=visualizar,** Acesso em 15.02.2016.

SEMERARO, Giovanni. Tornar-se “dirigente”: o projeto de Gramsci no mundo globalizado. In: COUTINHO, C.N.; TEIXEIRA, A.P. (Org.). **Ler Gramsci: ler a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 261-273.

SEMERARO, Giovanni. **Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade**. Caderno Cedes, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006.

SHAKESPEARE, Willian.**A trágica história de Hamlet, o príncipe da Dinamarca** (1603). Tradução de Ridendo Castigat Mores, 2000. Disponível em www.ebooksbrasil.com, acesso em 22 de fevereiro de 2014.

SILVA. Maria Alice Siqueira Mendes e. **Sobre a Análise do Discurso.** São Paulo: UNESP. Revista da Psicologia da UNESP, 2005. Disponível em: http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewFile/30/55 Acesso em 03.02.2014.

STACCONE, Guiseppe. **Gramsci: 100 anos de revolução e política.** 2º edição. Petrópolis: Vozes, 1993.

SUL FASCISMO. **La você della gioventù**. Roma: Riuniti, 1978.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo, Atlas, 1987.

VATTIMO, Gianni. **O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

XAVIER, Roseane. **Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis?** Psicologia & Sociedade; 14 (2): 18-47; jul./dez.2002. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/psoc/v14n2/v14n2a03.pdf . Acesso em 11.12.2016.